

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Programa de Pós-Graduação em Antropologia - Imagem, Arte e Performance

Eduardo Donato

OS OPERÁRIOS DO BARÃO: um diálogo sobre imagens, memórias e condições de existência do operariado brasileiro a partir do caso de Rio Tinto no século XX.

João Pessoa

2017

Eduardo Donato

OS OPERÁRIOS DO BARÃO: um diálogo sobre imagens, memórias e condições de existência do operariado brasileiro a partir do caso de Rio Tinto no século XX.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, linha de pesquisa Imagem, Arte e Performance, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. João Martinho Braga de Mendonça

Área de concentração: Antropologia Social

João Pessoa

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE)
Centro de Ciências Humanas Letras E Artes (CCHLA)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia



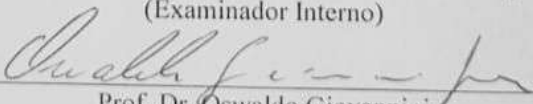
Sigaa

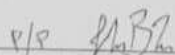
Ata da Defesa da Dissertação de Mestrado do Aluno Eduardo Donato

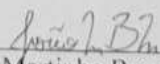
Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, realizou-se na sala 404, no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, a sessão pública de defesa da Dissertação intitulada: **"OS OPERÁRIOS DO BARÃO: um diálogo sobre imagens, memórias e condições de existência do operariado brasileiro a partir do caso de Rio Tinto no século XX"**, apresentada pelo aluno **Eduardo Donato**, Bacharel em Comunicação Social pela Faculdade de comunicação social Cásper Líbero. Que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de MESTRE EM ANTROPOLOGIA, área de Concentração em Antropologia Social, segundo encaminhamento da Profa. Dra. Maria Patrícia Lopes Goldfarb, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós-Graduação. O Prof. Dr. João Martinho Braga de Mendonça (PPGA/UFPB), na qualidade de orientador, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os professores doutores Mauro Guilherme Pinheiro Koury (PPGA/UFPB), Examinador interno, Oswaldo Giovannini Junior (CCAIE/UFPB), Examinador externo e José Sérgio Leite Lopes (Museu Nacional), Examinador externo. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, Prof. João Martinho Braga de Mendonça convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida foi concedida a palavra ao mestrando para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguido pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o seguinte conceito: APROVADO. Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. João Martinho Braga de Mendonça, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Prof. Dr. João Martinho Braga de Mendonça, (Secretário(a) ad hoc) lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 09 de agosto de 2017.


Eduardo Donato
(mestrando)


Prof. Dr. Mauro Guilherme Pinheiro Koury
(Examinador Interno)


Prof. Dr. Oswaldo Giovannini
(Examinador externo)


Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes
(Examinador externo) VIDE COMPREensão


Prof. Dr. João Martinho Braga de Mendonça
(Presidente da Banca)

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

D677o Donato, Eduardo.

Os operários do Barão : um diálogo sobre imagens, memórias e condições de existência do operariado brasileiro a partir do caso de Rio Tinto no século XX / Eduardo Donato. - João Pessoa, 2017.
341 f. : il.

Orientação: João Martinho Braga de Mendonça.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Memória operária. 2. Rio Tinto. 3. Antropologia visual. I. Mendonça, João Martinho Braga de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 39(813.3)"19"

*Para Rosa e Nina, minhas
companheiras felinas.*

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter financiado esta pesquisa.

Ao meu orientador, Professor João Martinho Braga de Mendonça, pela dedicação, paciência, confiança, companheirismo e amizade, bem como por ter aberto novos caminhos para meu crescimento como pesquisador.

Ao Professor Oswaldo Giovannini Junior, pelo acolhimento, camaradagem, carinho e amizade, fundamentais para meu envolvimento na vida acadêmica.

Ao Professor Mauro Guilherme Pinheiro Koury pelas dicas valiosas na ocasião da qualificação e por aceitar o convite para integrar a banca examinadora desta dissertação.

Ao Professor José Sergio Leite Lopes pelo interesse e disposição em colaborar com o exame deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, e a todos os seus professores, por me iniciarem nas ciências sociais.

Aos meus pais, pelo papel determinante que tiveram na constituição daquilo que sou hoje, para o bem e para o mal.

Às minhas irmãs, por terem aguentado a convivência comigo por tantos anos.

Ao meu amigo Tabaréu Mato, parceiro para todas as horas, sóbrias ou não.

A Simone de Macedo, minha companheira, por todo apoio, amor, dedicação, paixão e amizade. Por abrir meus olhos quando não consigo enxergar. E por me colocar nos trilhos quando saio do caminho.

Finalmente, agradeço a Dado, Batista, Moacir, Moisés, Gel, Joqui, e todos os moradores de Rio Tinto que direta ou indiretamente contribuíram com esta pesquisa.

*Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis,
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
(Bertolt Brecht)*

RESUMO

Através do exercício de uma antropologia visual e dialógica com um grupo de operários aposentados de Rio Tinto, PB, moradores da rua Barão do Triunfo, esta pesquisa visa elucidar aspectos relativos aos processos de constituição e preservação da memória do trabalhador, bem como as particularidades desse caso de exploração da mão de obra na região. Exemplo de sistema de dominação promovido por autarquia, marcado por um forte controle do cotidiano operário, o núcleo fabril de Rio Tinto revela especificidades em sua constituição que podem ser melhor descritas e esclarecidas pela investigação da memória do proletariado local. Além da compreensão de particularidades da existência operária em Rio Tinto, tal qual apreendida e descrita pelos protagonistas desta história, a pesquisa tem também o objetivo de ampliar o conhecimento sobre metodologias que podem contribuir com o estudo de temas similares.

Palavras-chave: Memória Operária. Rio Tinto. Antropologia Visual.

ABSTRACT

Through the exercise of a visual and dialogical anthropology with a group of retired workers from Rio Tinto, PB, residents in Barão do Triunfo street, this research aims to elucidate aspects related to the processes of constitution and preservation of the worker's memory, and the particularities of this case of labor exploitation in the region. An example of a system of domination promoted by autarchy, marked by a strong control of the workers everyday, the Rio Tinto factory nucleus reveals specificities in its constitution that can be better described and clarified by the investigation of the memory of the local proletariat. In addition to understanding the particularities of Rio Tinto's workers existence, as it is apprehended and described by the protagonists of this history, the research also aims to probe the knowledge about methodologies that may contribute to the study of similar topics.

Keywords: Workers Memory. Rio Tinto. Visual Anthropology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rua Barão do Triunfo	37
Figura 2 - Pequeno comércio na rua Barão do Triunfo	42
Figura 3 - Movimento dos moradores na Rua Barão do Triunfo	45
Figura 4 - Propriedade da CTRT às margens da rodovia.....	48
Figura 5 - Residências geminadas na rua Barão do Triunfo	51
Figura 6 - A pluralidade das casas da rua Barão do Triunfo	52
Figura 7 - Fachada e telhado de casa operária original da rua Barão do Triunfo	60
Figura 8 - Moacir indica marcas do fogão à lenha na parede	61
Figura 9 - Indicação da dimensão original da casa operária por Batista.....	62
Figura 10 - Casa operária reformada (expandida)	64
Figura 11 - Ganchos de rede na casa operária	66
Figura 12 - Teto arriado da casa operária	67
Figura 13 - Prédio da CTRT vizinho ao Campus IV da UFPB.....	73
Figura 14 - Locais do Campus IV da UFPB visitados com Dado	75
Figura 15 - Ruas do Tambor, da Mangueira e do Matadouro	77
Figura 16 - Rua da Mangueira	77
Figura 17 - Praça Central de Rio Tinto	82
Figura 18 - Antigo Barracão, atual estação rodoviária	86
Figura 19 - Cine Orion.....	88
Figura 20 - Placa da CTRT	90
Figura 21 - Fachada da fábrica, portaria principal	91
Figura 22 - Tijolos da Olaria Rio Tinto	93
Figura 23 - Igreja	94
Figura 24 - Fachadas das casas da rua Barão do Triunfo	98
Figura 25 - Dado gravando e ouvindo suas interpretações musicais.....	102
Figura 26 - Dado gravando, ouvindo e compartilhando suas interpretações musicais	104
Figura 27 – Construções mais recentes	109
Figura 28 – Propriedade da CTRT apresentada pelo entrevistado.....	113
Figura 29 – Detalhes de danificação do edifício da antiga casa de saúde	114
Figura 30 – Antiga casa de saúde Dr. Júlio.....	116
Figura 31 - Escola Estadual Professor Luiz Gonzaga Burity e praça em frente	117
Figura 32 - Escola Burity e crianças brincando na praça	119
Figura 33 - Casa do coronel Eduardo.....	121
Figura 34 - Dado encontra amigos.....	123
Figura 35 - Antigo sindicato dos trabalhadores da CTRT.....	124
Figura 36 - Fotografias expostas no antigo sindicato dos trabalhadores da CTRT	125
Figura 37 - Uma conhecida aborda Dado no antigo sindicato.....	127
Figura 38 - Feira num dia de sábado em Rio Tinto	128
Figura 39 - Conversa com Dado em uma lanchonete próxima à feira	131
Figura 40 - Praça central, com estátua do coronel Frederico, na atualidade.....	133
Figura 41 - Festa junina na atualidade	135
Figura 42 - Casa de Dado entre duas outras moradias operárias	140
Figura 43 - Casas dos alemães em volta da praça central	143
Figura 44 - Imagem aérea de Rio Tinto	146
Figura 45 - Acordo entre a CTRT e alguns funcionários mencionados por Dado....	147
Figura 46 - Antiga seção de embarque e desembarque da CTRT.....	150

Figura 47 - Inauguração da fábrica.....	153
Figura 48 - Funcionárias da CTRT	154
Figura 49 - Acordos entre a CTRT e funcionários.....	157
Figura 50 - Um acordo específico e alguns conhecidos de Dado.....	159
Figura 51 - "Chaleiras" da CTRT	161
Figura 52 - Dado explicando o que é "chaleirar"	162
Figura 53 - Moisés comentando sobre o trabalho de sua avô na CTRT	164
Figura 54 - Dado e Moisés falam sobre a influência da CTRT na rotina dos operários	165
Figura 55 - Dado contando sobre a falta de móveis	166
Figura 56 - Dado e Moisés comentam sobre as lojas de tecidos	168
Figura 57 - Dado sobre os produtos disponíveis / indisponíveis e custo de vida	169
Figura 58 - Moisés narra seu sucesso como eletricitista	171
Figura 59 - Dado e Moisés falam sobre paludismo	173
Figura 60 - Dado e Moisés falam sobre a riqueza da vegetação local	174
Figura 61 - Batista fala sobre a Olaria da CTRT e seus tijolos	178
Figura 62 - O amigo Josinaldo.....	179
Figura 63 - Dado falando sobre a riqueza natural da região.....	182
Figura 64 - Fotografia de Dado cantando no Tênis Clube	184
Figura 65 - Dado comentando sobre seu álbum de fotografias	186
Figura 66 - Dado e banda em festa de aniversário na casa do Dr. Toinho	186
Figura 67 - Dado com banda, destacando Tonho Leandro.....	188
Figura 68 - Encontro de amigos no Tênis Clube	189
Figura 69 - Filha mais nova de Dado.....	190
Figura 70 - Família de Dado	191
Figura 71 - Grupo escolar em sete de setembro.....	191
Figura 72 - Filhos pequenos e vizinho.....	192
Figura 73 - Grupo de Seresta na usina Miriri	193
Figura 74 - Dado na Baía da Traição	194
Figura 75 - Esposa de Dado	195
Figura 76 - Filho de Dado	195
Figura 77 - Dado com amigos	196
Figura 78- Festa da CTRT, em que Dado é sorteado com panela de pressão	197
Figura 79 - Dado cantando em Baía da Traição	198
Figura 80 - Enteadado de Dado	199
Figura 81 - Dado explicando sobre seu nome e apelido.....	200
Figura 82 - A caminho da casa de Tonho Leandro	202
Figura 83 - Seresta na casa de Tonho Leandro.....	204
Figura 84 - Moacir falando sobre o desemprego e o custo de vida	209
Figura 85 - Moacir reconstruindo a trajetória da família e SESI de Rio Tinto	210
Figura 86 - Moacir narrando a situação dos pais, ex-operários da CTRT	212
Figura 87 - Moacir comparando o custo de vida atual e no passado	214
Figura 88 - Moacir continua a falar sobre o custo de vida	215
Figura 89 - Moacir fala sobre as casas destinadas aos operários.....	217
Figura 90 - Moacir trata das plantações de eucalipto	219
Figura 91 - Moacir narra as transformações da cidade.....	221
Figura 92 - Moacir fala sobre a Casa de Saúde Doutor Júlio e SESI	223
Figura 93 - Moacir fala sobre a família Lundgren.....	225
Figura 94 - Moacir falando sobre os casarões da Avenida Principal	226

Figura 95 - Moacir fala sobre os locais das antigas torneiras na rua Barão do Triunfo	228
Figura 96 - Moacir fala sobre os locais de lazer na época de funcionamento da CTRT	230
Figura 97 - Moacir falando sobre as antigas festas em Rio Tinto	231
Figura 98 - Moacir explica sobre a "chirumba"	232
Figura 99 - Moacir fala da chegada da televisão na rua Barão do Triunfo	233
Figura 100 - Mudanças causadas pelo fechamento da fábrica e o desemprego.....	234
Figura 101 - Moacir narra as dificuldades para a aquisição das casas da CTRT	235
Figura 102 - Gel fala sobre a quantidade de operários no auge da fábrica	238
Figura 103 - Gel fala sobre a superlotação das casas operárias no auge da CTRT	240
Figura 104 - Gel fala sobre o período de ausência de saneamento das casas	242
Figura 105 - Gel fala sobre a saroba	243
Figura 106 - Gel fala sobre a relação da CTRT com os operários.....	244
Figura 107 - Gel fala sobre a remuneração na CTRT	246
Figura 108 - Sobre a oferta de alimentação a preços baixos pela CTRT	247
Figura 109 - Gel fala sobre sua trajetória na CTRT.....	248
Figura 110 - Gel agradecendo a CTRT pela aposentadoria.....	250
Figura 111 - Gel fala sobre o domínio da CTRT em Rio Tinto	251
Figura 112 - Gel falando sobre o Sindicato Têxtil de Rio Tinto	252
Figura 113 - Gel comentando sobre os diretores de origem alemã da CTRT	254
Figura 114 - Gel conta uma história de conflito entre moradores em Rio Tinto	255
Figura 115 - Gel explicando seu trabalho como contínuo na CTRT	256
Figura 116 - Gel comenta sobre o passado.....	257
Figura 117 - Gel fala sobre sua experiência como estudante	259
Figura 118 - Coronel Frederico retratado no livro de Batista (1971)	328
Figura 119 - Estátua de Frederico Lundgren na praça central de Rio Tinto	329

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.1 Considerações preliminares	23
1.2 O início de tudo	23
1.3 Mediações teóricas, metodológicas e conceituais	24
1.4 Estrutura da dissertação	29
1.5 Esclarecimentos finais	31
2 A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA.....	35
2.1 Dia 24 de fevereiro	35
2.2 Dia dois de março	57
2.3 Dia trinta de março.....	69
2.4 Dia 23 de abril	71
2.5 Dias 27 e 28 de abril	84
2.6 Dia quatro de maio	85
2.7 Dia sete de maio	107
2.8 Dia treze de maio.....	132
2.9 Dia oito de junho	145
2.10 Dia seis de julho	163
2.11 Dia 26 de agosto.....	175
2.12 Dia sete de setembro	200
2.13 Demais depoimentos sobre a memória do operariado em Rio Tinto.....	206
2.13.1 <i>A História de S.....</i>	<i>207</i>
2.13.2 <i>A História de Moacir.....</i>	<i>208</i>
2.13.3 <i>A História de Gel.....</i>	<i>236</i>
2.13.4 <i>A História de J</i>	<i>261</i>
3 EXERCÍCIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: FUNDAMENTOS, APLICABILIDADE E RESULTADOS	269
3.1 Por uma etnografia dialógica.....	269
3.2 Metodologias para o estudo e registro da informação viva: histórias de vida e depoimentos pessoais	272
3.3 Etnobiografia	274
3.4 Sobre as especificidades do exercício da antropologia visual	277
4 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: UMA TENTATIVA DE ELUCIDAR O QUE FOI ENUNCIADO DURANTE A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA.....	289
4.1 Tempo de emprego, tempo de desemprego	290
4.2 Casa de patrão, casa de operário (mas que também pertence ao patrão)	291
4.3 Ainda sobre as condições materiais.....	295
4.4 Bolso vazio, prato cheio: saco vazio não para em pé.....	297
4.5 Da relação com o meio	299
4.6 Os donos da cidade	300
4.7 A vida na fábrica.....	302
4.8 Da relação com o patronato.....	304
4.9 Na saúde e na doença	305

4.10 Lazer, festas e arte popular	306
4.11 O caso de J.....	308
5 CONCLUSÃO	310
5.1 Sobre antropologia, história e memória.....	310
5.2 Os quadros sociais da memória	312
5.3 A memória como disputa.....	315
5.4 Memória Coletiva e identidade	317
5.5 A disputa da memória do trabalho em Rio Tinto	319
5.6 E agora? Qual a conclusão?	333

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações preliminares

Esta introdução visa, sobretudo, sinalizar a trajetória que será proposta àqueles que se dedicarem à leitura deste trabalho. Tal qual um mapa em escala, estas palavras iniciais pretendem proporcionar uma visão ampla do caminho que foi percorrido pelo pesquisador, por seus interlocutores, e que será agora revivido e compartilhado com o leitor.

1.2 O início de tudo

Ao tomar conhecimento do campo de estudo que nas últimas décadas vem se institucionalizando sob o nome de Antropologia Visual, percebi a possibilidade de realizar, em uma só área, um trabalho de pesquisa que aliava duas grandes paixões: as ciências sociais e o audiovisual. Quinze anos trabalhando como profissional de televisão¹ tinham despertado minha atenção às possibilidades da imagem e do som, para além da informação e da propaganda. Sentia necessidade de algum tipo de aprofundamento no tema, para compreender as potencialidades científicas que poderiam ser exploradas por esse recurso. Percebi que o audiovisual, aplicado como ferramenta de investigação científica, poderia ajudar a ampliar o conhecimento sobre diversas temáticas pelas quais tinha interesse. Entre elas, uma que vinha adquirindo cada vez mais centralidade, a memória da classe operária no Brasil.

O interesse em uma memória audiovisual do operariado brasileiro despontou durante a feitura de um programa de televisão que analisava a imagem desses trabalhadores no cinema nacional². Pesquisando o assunto, tive oportunidade de aprofundar meu conhecimento sobre a vida e a filmografia de um grande diretor, que

¹ Formado em Comunicação Social (2001), com habilitação em jornalismo, trabalhei entre 1999 e 2014 em emissora de televisão na Grande São Paulo, tendo exercido diversas funções, sobretudo as de roteirista e editor. Mudei para João Pessoa em 2014, já com a perspectiva de aprofundar, na academia, os estudos sobre a imagem e a questão operária.

² Trata-se de um documentário jornalístico, que tive a oportunidade de roteirizar e editar, na TV dos Trabalhadores (São Bernardo do Campo - SP): O cinema nacional e o trabalhador. No programa em questão, foi abordada a imagem dos trabalhadores em obras de cineastas como Carlos Reichenbach, João Batista de Andrade e Leon Hirszman. <https://www.youtube.com/watch?v=GwabxyzKeIU&list=PL9AB7F6A632DD9020>

transformaria minha maneira de enxergar o tema: Leon Hirszman. Sua obra, que se tornaria fonte de inspiração, chamou minha atenção não só pela recorrente temática da classe trabalhadora, mas também por suas técnicas cinematográficas. As quais, viria a descobrir depois, em boa parte se assemelham a certas tendências do filme etnográfico.

A descoberta acabou levando a uma aproximação com a antropologia do cinema, com a ideia inicial de investigar o potencial etnográfico do cinema de Hirszman. A proposta, porém, apesar de até hoje ser fonte de inspiração, passou por uma reviravolta, quando me familiarizei com uma característica cara à ciência antropológica: a pesquisa de campo. O projeto não contemplava aquele que talvez seja um dos maiores diferenciais da antropologia: o trânsito constante entre a teoria e a prática. Foi assim que acabei migrando da antropologia do cinema (CANEVACCI, 1984) à antropologia fílmica (FRANCE, 1998) e ao filme etnográfico (HEIDER, 1976). Que levou, por fim, a uma etnografia da memória operária, alicerçada pela antropologia visual.

Coincidência histórica ou fruto do acaso, a possibilidade de realização de um exercício etnográfico, dentro da minha temática de interesse, se apresentou antes mesmo que eu precisasse buscá-la. João Mendonça, professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), com quem pretendia tomar orientação – sobretudo pela ênfase em antropologia visual que consta em sua formação –, me apresentou para um estudo que vinha realizando já há alguns anos: uma pesquisa fotográfica sobre a memória visual dos trabalhadores da cidade-fábrica de Rio Tinto (PB).

O município, que também sedia o Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), se desenvolveu em torno da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT). Abriga um núcleo fabril que foi expressivo não só no nordeste, mas no Brasil do século XX, sendo um dos mantenedores das Casas Pernambucanas, rede varejista nacional. E é até hoje morada de muitos ex-funcionários da fábrica. Foi assim, unindo interesses comuns, que chegamos à presente dissertação, **Os operários do barão**: um diálogo sobre imagens, memórias e condições de existência do operariado brasileiro a partir do caso de Rio Tinto no século XX.

1.3 Mediações teóricas, metodológicas e conceituais

Como pesquisar a memória do operariado brasileiro, através de um estudo de caso com trabalhadores da extinta Companhia de Tecidos Rio Tinto? Por um lado, isso demandou a formação de uma base teórica e o diálogo com autores diversos. Ao mesmo tempo, o uso das imagens exigiu fundamentações que encontrei no estudo da antropologia visual e fílmica.

A primeira busca por cientistas e teorias que pudessem iluminar um caminho que, para mim, era e ainda é meio obscuro, aconteceu na tentativa de compreender o fenômeno que, coloquialmente, sempre chamei de memória (e assim ainda hoje continuo chamando). Afinal, o que são as memórias? Como elas se formam e se fixam na nossa cabeça? Por que lembramos alguns acontecimentos e esquecemos outros? O que está em jogo na construção da memória de um sujeito ou de um grupo? Trata-se de um fenômeno individual ou coletivo? Qual é e como se constituiu a memória do operariado riotintense? E, afinal, qual a importância de se dedicar ao estudo da memória?

Em Maurice Halbwachs³ (1990), encontrei uma conceituação de memória que vai além do significado literal da palavra, tal qual aparece no dicionário. Para o autor, a memória é um fenômeno que se manifesta no indivíduo quando, a partir da interação com o mundo, ele se torna um “ente social”. Como ente social, se insere em diferentes grupos, que serão determinantes para a constituição de suas lembranças ditas pessoais. Por aí começa sua argumentação, no sentido de conceituar o que chama de “memória coletiva”. De Halbwachs, incorporamos também a delimitação da memória, sua especificidade: aquilo que permanece vivo na consciência de um grupo, não ultrapassando a data de nascimento de seus membros mais antigos, que são os responsáveis pela sua transmissão oral para as próximas gerações.

Outras elaborações do mesmo autor foram de grande ajuda para a feitura deste trabalho. Entre elas: a ideia de que a lembrança seria sempre uma reconstrução do passado; a noção de que a memória de um grupo permanece inscrita materialmente no espaço em que se fixa; a importância da lembrança comum para a constituição e manutenção da identidade de um coletivo; os conceitos de memória emprestada e memória nacional.

Certos autores contribuíram na busca de uma compreensão mais atualizada do fenômeno mnêmico. De Michael Pollak (1989; 1992), agregamos: a noção da memória

³ O livro em questão foi publicado originalmente na França, em 1950.

como disputa; o reconhecimento do potencial informativo do silêncio; a assunção da existência de uma memória subterrânea que se opõe a uma memória oficial. Outros estudiosos que se dedicaram ao tema e forneceram todo um suporte teórico-metodológico também aparecem, de forma pontual, neste trabalho, como Ecléa Bosi (2004), Cornélia Eckert (2009, 2010, 2012, 2016) e Ana Luiza Carvalho da Rocha (2009, 2010, 2016).

Além da conceituação da memória, em suas várias manifestações, fez-se necessária para a realização desta dissertação uma pesquisa sobre a história de Rio Tinto. Assim, foi exercitada logo no início uma pesquisa para buscar o que já havia sido escrito sobre a região e seus moradores. Foram consultados estudiosos das mais diversas áreas e publicações em vários formatos. Artigos, teses, dissertações, livros. Entre os autores, especialistas das áreas de economia, história, arquitetura, ciências sociais e outras, além de escritores populares. Nem todas essas fontes foram agregadas à dissertação, sendo citadas diretamente ou indiretamente no texto, mas todas ajudaram para uma compreensão prévia da história e do contexto local que procurava investigar.

É importante esclarecer que esse primeiro contato, por meio das fontes escritas disponíveis, teve como prerrogativa a busca de uma prefiguração de problemas, a familiarização - mesmo que à distância - com o local e com o povo estudado. Essa afirmação visa explicitar que o intuito desta pesquisa não foi uma revisão bibliográfica exaustiva do que já foi escrito sobre os operários da região. O objetivo foi sempre a busca, o registro e a compreensão etnográfica da memória de um grupo, através da narrativa oral e imagética⁴ de suas trajetórias pessoais⁵.

Já na conceituação da memória, ficara óbvio que o estudo estava focado na chamada “informação viva”, tema que ainda precisava ser aprofundado. Neste sentido, foi imprescindível, tanto em termos teóricos quanto metodológicos, a contribuição de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1983). Para a autora, “informação viva” é um relato oral que “provém diretamente do informante” (p. 67). Ela explora dois conceitos que ajudam na coleta e na interpretação desse material, “histórias de vida” e “depoimentos pessoais”.

⁴ Trata-se da descrição imagética de suas condições atuais e das performances como narradores de suas próprias vidas (narrativas biográficas).

⁵ Neste sentido, foi também uma referência e fonte de inspiração o filme *Tecido Memória* (2009), sobre os trabalhadores da cidade de Paulista (PE).

Queiroz explica que “histórias de vida” são as narrativas das trajetórias completas dos entrevistados, captadas através de “entrevistas livres”, evitando sempre que possível a diretividade e a interferência do pesquisador durante a experiência com os interlocutores. Os “depoimentos pessoais” seguem diretrizes semelhantes, com a ressalva de que se concentram em um lapso de tempo reduzido, e não na totalidade das trajetórias. Ambas as conceituações e suas implicações metodológicas foram exercitadas durante o trabalho de campo.

A contribuição de Queiroz não para por aí. Seguindo as considerações da mesma autora, que a síntese e a análise dos dados coletados durante o trabalho de campo foram realizadas. Para ela (1983), a análise consiste no “desmembramento dos tópicos” (p. 92). Assim, “selecionados os temas, um outro momento da busca se abre para o pesquisador: relacionar os temas, sua ordem, e a frequência com que aparecem no documento” (p.103).

Apesar de dedicar o livro mencionado à “técnica de gravador no registro da informação viva” (1983), como consta no título, Queiroz não deixa de mencionar a importância do caderno de campo para a realização da pesquisa. Para a autora, é através dele que o pesquisador poderá posteriormente acessar, desde anotações sobre as condições onde a pesquisa foi feita, até reflexões que surgiram durante a realização da mesma. Assim, esse instrumento continua sendo necessário a qualquer trabalho de campo. O que leva a outro tema que precisou ser aprofundado. A própria pesquisa de campo e a etnografia.

Ao falar em trabalho de campo, é sempre bom lembrar que, depois da era dos antropólogos de gabinete, a etnografia passou a ser a metodologia básica da ciência antropológica. Porém, apesar do seu protagonismo, a maneira como uma etnografia deve ser desenvolvida está longe de ser unanimidade.

Seria difícil citar aqui todas as referências que me levaram a conduzir a experiência etnográfica da maneira que fiz. Teria que prestar contas a Malinowski (1984), Peirano (1995), Caldeira (1988), Fabian (2013), Becker (1977), vários antropólogos visuais – realizadores e teóricos – além de inúmeros outros, inclusive meus próprios professores no curso de mestrado. Enfim, todos contribuíram para a formação do conceito de etnografia que depois experimentei em campo.

Foi na interlocução com tais estudiosos que aprendi práticas caras à etnografia, como a singularidade da inserção no campo, a atenção às distorções causadas pela presença do pesquisador, o princípio da não-diretividade, o exercício da alteridade,

entre outras. Porém, algumas diretrizes ganharam destaque no desenrolar da pesquisa.

Vale ressaltar, por exemplo, a perspectiva de “diálogo e polifonia”, que segundo James Clifford (2008, p. 43), permite a concepção da etnografia “não como a experiência e a interpretação de uma ‘outra’ realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos”.

O mesmo autor (2008, p. 41) afirma ainda que “não há nenhum significado discursivo sem interlocução e contexto”, portanto, as palavras da escrita etnográfica “não podem ser pensadas como monológicas”. O raciocínio de Clifford é declaradamente inspirado pelo pensamento de Bakhtin, para quem a interlocução “repousa nas margens entre o eu e o outro. Metade de uma palavra, na linguagem, pertence a outra pessoa” (BAKHTIN citado por CLIFFORD, 2008, p. 42). Assim, muito pela influência destes autores, o dialogismo, a polifonia e a horizontalidade, tornaram-se as principais diretrizes para a realização do trabalho de campo.

Ainda no desenrolar da formação teórica e metodológica, o cruzamento de conceitos como etnografia e “histórias de vida” levou ao contato com outras concepções com as quais a pesquisa acabou dialogando: principalmente a etnobiografia (PRELÓRAN, 2006; GONÇALVES, 2012). Etnografia + Biografia = Etnobiografia. Um conceito que dá continuidade a uma ideia que não é recente: a busca do conhecimento sobre um determinado coletivo, através da apreensão fílmica da experiência de vida narrada por uma pessoa ou por um pequeno grupo. Apesar de exercitada há muito tempo, sendo possível citar vários trabalhos que têm a mesma prerrogativa - como *Nanook of the North* (1922) e *Moi, un Noir* (1966) - essa prática ganha um contorno mais específico com o trabalho de estudiosos e realizadores mais recentes.

Jorge Preloran é um dos expoentes do cinema etnobiográfico, o qual é definido como o ato de “filmar/gravar as pessoas em seu lugar de origem (etnografia é a descrição de uma cultura), e fazê-lo estruturado em torno da biografia de um indivíduo que pertence à cultura que se decidiu documentar.” (2006, p. 13, tradução nossa)⁶.

⁶ “[...] el filmar/grabar a las personas en su lugar de origen (etnografia es la descripción de una cultura), y hacerlo estructurado alrededor de la biografía de un individuo que pertenece a la cultura que se decidió documentar.”

Um dos estudiosos contemporâneos que se dedicam ao tema, Marco Antônio Gonçalves (2012, p. 20) afirma que a noção de etnografia problematiza “as experiências individuais e as percepções culturais, refletindo sobre como é possível estruturar uma narrativa que dê conta desses dois aspectos na simultaneidade”. O estreitamento de determinadas relações durante o trabalho de campo, onde alguns informantes ganharam protagonismo na narrativa, levaram a uma aproximação com a etnobiografia e seus métodos.

Falando do cinema etnobiográfico, é quase óbvia a conexão com uma base teórico-metodológica mais ampla, mas ainda não abordada. Apesar de figurar como o último dos temas apresentados neste segmento, a antropologia visual é na verdade um dos interesses centrais, como já mencionado anteriormente. Em uma concepção própria: trata-se da utilização e exploração de recursos sonoros e imagéticos, com suas especificidades, para a busca de um conhecimento – geral ou peculiar – sobre a cultura de um determinado grupo ou indivíduo.

Neste sentido, as referências – de cineastas ou teóricos – que influenciaram este trabalho, também se mostram difíceis de serem citadas na totalidade. São muitas, das quais destacarei algumas. Na parte dos cineastas, Leon Hirszman, Jean Rouch, Pierre Perrault, Dziga Vertov, Sergei Eisenstein, David MacDougall, Robert Flaherty, Vincent Carelli e muitos mais - alguns dos quais, o nome eu não conseguiria nem mesmo pronunciar. Na parte dos teóricos, é possível citar José da Silva Ribeiro (2005, 2007), Etienne Samain (2004), Marcius Freire (2009), Rose Satiko (2012), André Leroi-Gourham (1948), Marcus Banks (2009), entre outros.

Mas os estudiosos aos quais mais recorri foram, sem dúvida, Karl Heider (1976) e Claudine de France (1998, 2000). De Heider, foram de fundamental importância as considerações sobre: a necessidade de um conhecimento técnico para a captação do material audiovisual; as distorções da realidade presentes em quaisquer filmes etnográficos; a preocupação com a banda sonora etc. De France, foram fundamentais as colocações acerca: das possibilidades proporcionadas pela antropologia fílmica, como a observação diferida e a vídeo-elicitación; do princípio da não-diretividade; da preocupação com a inserção do pesquisador no campo etc.

1.4 Estrutura da dissertação

Colocadas as mediações teóricas, metodológicas e conceituais às quais recorri, é também de grande valia para facilitar o avanço da leitura, a exposição da estrutura do texto que segue.

Vale apontar que as escolhas estilísticas e estruturais não foram fruto do acaso – como, por exemplo, a opção de começar a dissertação com a narrativa etnográfica e não com a usual aprofundada exposição do aporte teórico-metodológico. Incentivado pela banca de qualificação, me senti livre para experimentar, além de dissertar. Não cabe agora avaliar se foi uma decisão acertada. Porém, possibilitou uma perspectiva que me deixou mais à vontade com a expressão textual. Mas sempre resistindo à tentação de ceder, penso eu, a um estilo mais jornalístico, com o qual tive de lutar por alguns momentos, já que o mesmo se encontra em mim quase arraigado, por conta de tantos anos dedicados ao exercício da profissão. Um estilo que não pretendo classificar como melhor ou pior. Mas que, definitivamente, segue prerrogativas diferentes do trabalho antropológico.

Segue, enfim, a descrição da estrutura do trabalho que está aqui sendo apresentado.

Como já enunciado, no primeiro capítulo consta a narrativa da experiência etnográfica. É um capítulo que traz diálogos, trechos de histórias de vida, depoimentos pessoais, experiências afetivas, vivências comuns, exercícios de vídeo-elicitación, fragmentos do diário de campo. Enfim, a descrição da experiência vivida pelo pesquisador, agregando os dados obtidos através de todos os recursos metodológicos, tecnológicos e sensoriais dos quais pôde fazer uso. Essa narrativa, transposta em palavras, embora aparentemente cronológica e coerente em sua estrutura, não se apresenta como pretensamente fidedigna ou objetiva. É declaradamente a versão apreendida pelo pesquisador, descrita dentro das limitações deste, e que será posteriormente submetida à sintetização dos dados e análise. Cabe ainda mais um esclarecimento. Em determinados casos, os nomes foram omitidos para preservar a identidade do informante, por questões de segurança ou privacidade.

O segundo capítulo avalia os resultados das diferentes metodologias utilizadas durante o trabalho de campo e para recolhimentos dos dados. Avaliamos, assim, as possibilidades trazidas pela exploração da história de vida, da etnobiografia e da antropologia visual. O capítulo visa, portanto, fazer um balanço da contribuição de cada uma dessas abordagens para o desenvolvimento da pesquisa, compartilhando

pontos positivos e negativos de cada uma das metodologias e técnicas experimentadas.

Já o terceiro capítulo, intenta a sistematização dos dados recolhidos com a experiência etnográfica. Busca tentar esboçar um quadro da memória operária local, através da metodologia sugerida por Queiroz (1983), já delineada acima.

O quarto capítulo, a conclusão, tenta responder questões relativas à memória do operariado, colocadas logo no início desta introdução. Nem de longe acreditamos que tais questões foram plenamente respondidas, mas o desenvolvimento desta dissertação foi fundamental para aprofundar as mesmas, dando segurança para que este mestrando arriscasse até mesmo algumas assertivas. Assim, o quarto capítulo traz uma conclusão que sinaliza possíveis caminhos para a continuidade do estudo da memória operária.

1.5 Esclarecimentos finais

Por fim, vale dizer que, ao escrever esta dissertação, senti necessidade de compartilhar informações que considero relevantes para o entendimento do contexto retratado; senti necessidade também de apontar possibilidades teóricas ou práticas àqueles que desejam se aprofundar em determinados temas ou métodos correlatos; e, de indicar referências importantes de estudiosos que se dedicam a determinadas abordagens aqui utilizadas. A grande quantidade de notas de rodapé, algumas de tamanho colossal, materializam uma tentativa de disponibilizar essas informações sem interromper o fluxo narrativo e lógico do trabalho apresentado. Foi mais uma aposta, cuja funcionalidade pode ser mais bem avaliada por aqueles que leem, do que por este que aqui escreve.

Além disso, por se tratar de um trabalho inspirado pela antropologia visual, com câmeras e caderno de campo convivendo permanentemente, fotogramas retirados das imagens videográficas foram utilizados, talvez até mesmo em excesso. Mas na ideia de complementar uma etnografia, que ganha um outro grau de informação e detalhamento, com o a incorporação dos registros imagéticos ao texto.

Finalmente, cabe colocar que esta dissertação é acompanhada por um produto fílmico. No exercício realizado, o registro audiovisual representou não só a possibilidade de revisitar e melhor avaliar a experiência vivida, permitiu também uma

expressão fílmica da experiência, que complementa a expressão textual e amplia o sentido da etnografia.

Um último adendo: vários outros interesses e objetivos acabaram sendo dolorosamente descartados durante o caminho trilhado, por terem se tornado difíceis de conciliar com os obstáculos encontrados no percurso. Como, por exemplo, o aprofundamento da obra e do método de Hirszman; a antropologia do cinema; o exercício da elicitção, utilizando imagens de filmes nacionais que retratam o trabalhador; a investigação de uma memória coletiva do operário no cinema brasileiro; aprimoramento do registro fílmico exercitado na pesquisa através de um visionamento repetido com os colaboradores, entre outros. De qualquer maneira, em vez de encarar como uma frustração, tento neste momento enxergar esses campos por mim inexplorados como uma pulsão que estimula a continuidade desta pesquisa.

2 A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA

Dia 24 de fevereiro de 2016 é a primeira data que aparece, em garranchos quase ilegíveis, no meu caderno de campo.

Por isso, considero essa a data inicial da pesquisa que está agora sendo apresentada. Ainda que seja difícil estabelecer realmente o momento em que o trabalho começou, já que leituras, visitas, debates e reflexões sobre o tema começaram a acontecer no mínimo um ano antes da data citada, foi só naquele dia que teve início de maneira mais autônoma uma atividade que particulariza o exercício científico da antropologia: o trabalho de campo.

A reprodução integral do diário se mostrou desnecessária para a elaboração do texto a seguir. Foram suprimidas informações repetitivas, dias de menor rendimento, desvios de trajeto. Alguns relatos foram agregados para facilitar o entendimento do conteúdo. Outros, separados pela mesma razão. Logo, o texto a seguir não deve ser entendido como reprodução fiel e literal dos acontecimentos. Mas, em essência, representa bem o trabalho realizado e os acontecimentos vividos durante os meses dedicados à pesquisa de campo.

2.1 Dia 24 de fevereiro

Nesse dia, inaugurei uma rotina que se repetiria muitas vezes durante o ano. Saí de casa, na zona leste de João Pessoa, para pegar o ônibus em direção à rodoviária, que fica no centro da cidade. A chegada ao terminal rodoviário Severino Camilo aconteceu por volta das 12 h 55 min, ainda em tempo de pegar o ônibus das 13 h para Rio Tinto. Às 14 h 20 min, desembarquei no Campus IV da Universidade Federal da Paraíba, sediado na mesma cidade que escolhi para desenvolver a pesquisa.

Antes de chegar à universidade, o ônibus cruzara o pequeno município de Rio Tinto passando pelas principais vias e locais de interesse. Entrada da cidade, hospital público, fórum, câmara municipal, praça central, feira pública... A opção de desembarcar na universidade, que fica num dos últimos pontos do trajeto feito pelo ônibus, foi mais emotiva do que racional, acontecendo de maneira quase automática. O ambiente familiar tornaria mais fácil superar a sensação incômoda de estranheza

de quem viaja sozinho pela primeira vez a um ambiente que ainda é, essencialmente, desconhecido.

Depois de respirar um pouco de familiaridade, cruzei os portões da universidade para tentar descobrir uma Rio Tinto que, normalmente passa despercebida para aqueles que a observam do outro lado do muro e das janelas dos ônibus. Caminhando devagar pelas ruas ladeadas por casas, pequenos comércios e imponentes construções de tijolos vermelhos, pensava sobre como faria para entender e retratar as pessoas que construíram e mantiveram aquele lugar vivo. Até o momento, a maior parte do que sabia sobre vilas operárias e seus trabalhadores é o que tinha encontrado nos livros e trabalhos acadêmicos sobre o assunto.

Especificamente sobre o caso de Rio Tinto, além da literatura publicada, pude contar também com o acervo do ARANDU/AVAEDOC, laboratório de antropologia visual ligado ao curso da UFPB. No laboratório, vários pesquisadores (em sua maioria integrantes do AVAEDOC⁷) realizam suas investigações em Rio Tinto, trazendo informações que em muito contribuíram para a elaboração deste trabalho. Entre o material consultado, foi de especial importância uma cópia das entrevistas realizadas pelo professor Leite Lopes com o hoje falecido Sr. Didácio⁸. Nas mais de 2 h de gravações, realizadas em 2009, o operário – que era conhecido como um dos principais narradores da história da cidade – compartilha um pouco da sua trajetória em Rio Tinto. Foi através das palavras de Didácio que tive o primeiro contato com assuntos e personagens que hoje povoam este relato.

Assim, munido de um pouco de história e muita curiosidade, pretendia através de visitas e conversas com os operários locais articular o que aprendera na academia com o conhecimento popular. Já nessa primeira caminhada, conheci o lugar que se tornaria a área de maior visita durante a realização da pesquisa: a rua Barão do Triunfo. Chamada, pelos moradores, de "rua do Barão". A primeira de três ruas paralelas de feitiço muito semelhantes, preenchidas em ambos os lados por casas erguidas pela extinta Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT) para abrigar os seus

⁷ Grupo de pesquisa do qual faço parte. AVAEDOC - Antropologia Visual, Artes, Etnografias e Documentários.

⁸ Leite Lopes entrevistou o Sr. Didácio durante a realização do seminário Memória e Imagem no Vale do Mamanguape, no Campus IV da UFPB, em Rio Tinto, juntamente com o professor João Mendonça. Este último deu prosseguimento às gravações com o referido senhor (falecido em 2013), formando uma seção específica do acervo do AVAEDOC/ARANDU.

operários⁹. A grande quantidade de moradias, construções geminadas, espremidas umas contra as outras, passava uma ideia de alta densidade populacional. Mas também propiciava uma atmosfera íntima e aconchegante, que só seria reforçada posteriormente pela acolhida dos moradores (FIG. 1).

Figura 1 - Rua Barão do Triunfo



⁹ O feitiço da rua, calçada com paralelepípedos e ladeada por moradias em toda a sua extensão, é similar ao feitiço das outras ruas que concentram casas de trabalhadores.









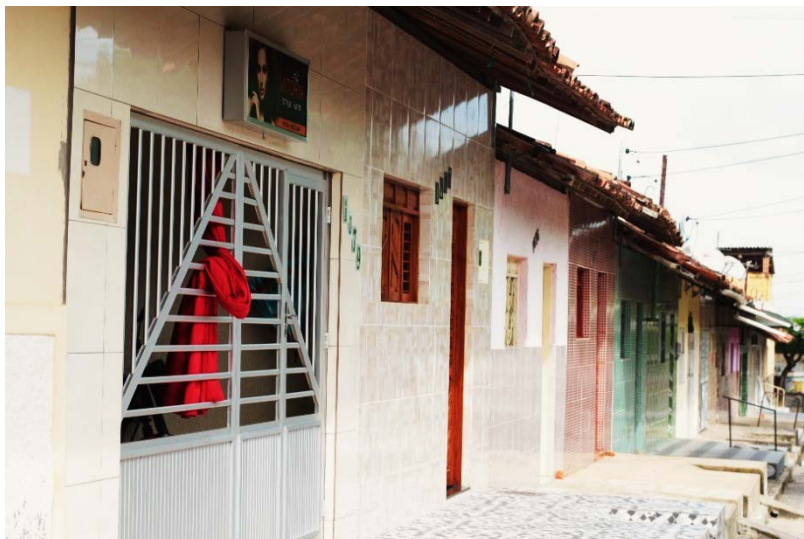
Fonte: *print* feito a partir de imagens geradas pelo Google Maps (2017) (A e B); fotogramas de vídeo (C a N) feito pelo autor (27 e 28 abr. 2016).

Por estar visitando uma rua tipicamente domiciliar durante uma tarde de quarta-feira, dia útil, período no qual grande parte da população tem o tempo consumido pelas atividades laborais, esperava um movimento ameno. Porém, o ir e vir de pessoas pela rua e a movimentação nas portas das casas era frequente, assim como a atividade em alguns pequenos comércios mantidos por moradores, e que também tinham nestes seus mais frequentes consumidores¹⁰ (FIG. 2).

¹⁰ Os pequenos comércios e a prestação de serviços são uma alternativa àqueles que estão em situação de desemprego, considerado um dos maiores problemas da cidade para meus interlocutores.

Figura 2 - Pequeno comércio na rua Barão do Triunfo







Fonte: fotografias feitas pelo autor (27 e 28 abr. 2016)

Apesar do céu estar parcialmente nublado, fazia muito calor, o que talvez tenha contribuído para o grande número de pessoas sentadas na frente das casas. Algumas casas, mesmo sem ninguém na frente, tinham portas e janelas totalmente abertas. Em algumas destas, era possível observar pessoas fazendo atividades domésticas triviais, como limpar a casa e assistir à televisão (FIG. 3).

Figura 3 - Movimento dos moradores na Rua Barão do Triunfo





Fonte: fotogramas de vídeo (A e B) e fotografias (C e D) feitos pelo autor (27 e 28 abr. 2016).

Ainda que o campo não se mostrasse tenso ou ameaçador, eu não conseguia deixar de me sentir um pouco intruso. Não recebi nenhuma manifestação de hostilidade, mas a minha presença era claramente notada como um evento incomum, entidade forasteira, despertando olhares curiosos ou desconfiados. Na tentativa de diminuir o estranhamento, tanto meu em relação à rua quanto dos seus moradores em relação a mim, caminhei vagarosamente por toda a sua extensão. No final da rua, três pessoas conversavam, reunidas em uma pequena roda. Ainda receoso de tentar algum contato, passei pelo grupo e parei para observar uma região de mata que se formava ao fim do trajeto. Um deles, então, dirigiu a palavra para mim:

- A rua não acaba aqui não. Aí onde começa o matagal, do lado esquerdo, tem uma passagem.

Surpreso com a solicitude daquelas pessoas que me viam naquele momento pela primeira vez, agradeci pela informação e aproveitei a oportunidade para engatar uma conversa. Expliquei que era estudante da universidade, e que estava apenas observando a rua, porque pretendia iniciar uma pesquisa em Rio Tinto. Confirmando a suspeita de que a minha presença por ali já tinha sido notada e também comentada, um deles afirmou:

- Eu sabia! Tava falando pra eles que você devia pertencer à universidade.

A receptividade de meus interlocutores permitiu que a conversa abordasse pontos de interesse da pesquisa e já nessa ocasião pude levantar algumas primeiras informações. A rua, construída para abrigar operários nos tempos de expansão da empresa, ainda preserva muitos moradores que fizeram parte do quadro de

funcionários, ou seus descendentes diretos. A predominância da CTRT na região, a principal empregadora, ficou ainda mais clara quando os três relataram já terem trabalhado lá:

- Quase todo mundo aqui trabalhou na companhia - afirmou João do Nascimento, 46 anos, o mais jovem e mais falante dos três. O tempo em que a indústria ainda funcionava aparece na fala de João como o tempo em que a cidade prosperava e oferecia oportunidade de emprego para todos, em contraste com a dificuldade dos dias atuais em arrumar uma ocupação. João acredita que hoje a aposentadoria é a fonte de renda predominante entre os moradores da cidade. Para jovens e aqueles que não têm o benefício, a sobrevivência é dificultosa e a atividade escassa.

Também abordamos a questão das residências, assunto que sensibiliza os moradores e se mostraria presente em um grande número de conversas. Severino, aposentado, 61 anos, que até o momento participava timidamente, passou a interagir mais na conversa.

- Se não fosse pelos moradores, nenhuma casa dessas ainda estava de pé. A companhia não cuida de nada. Não ajuda na manutenção e nem com a preservação.

João também se exalta ao abordar a questão das residências, principalmente ao comentar que as casas ainda hoje pertencem à família Lundgren:

- O sujeito trabalha quarenta anos para uma empresa e ainda tem que pagar aluguel. Nem casa tem. É um absurdo!

As casas onde moram os operários foram construídas pela CTRT e serviram a um só tempo como chamariz, instrumento de povoamento da região e como artifício para a imobilização da mão-de-obra. A oferta do dueto emprego-moradia era atrativa para aqueles que careciam de ambos, condição que até hoje não é rara entre vários trabalhadores, e facilitou o processo de recrutamento da empresa¹¹. Nesse movimento, o operário se tornava dependente da companhia não só para garantir a empregabilidade, mas também para prover um teto para a sua família.

Apesar do fechamento definitivo da fábrica nos anos 1990¹², os Lundgren ainda mantêm boa parte das propriedades em Rio Tinto, incluindo as casas dos ex-

¹¹ Segundo Macedo (1998, p. 90): "Famílias inteiras vieram se estabelecer na vila operária, atraídas pela promessa de moradia e trabalho."

¹² Gunn e Correia (2002, p. 160) afirmam que "Na década de 1990, as fábricas de Rio Tinto permaneciam paradas."

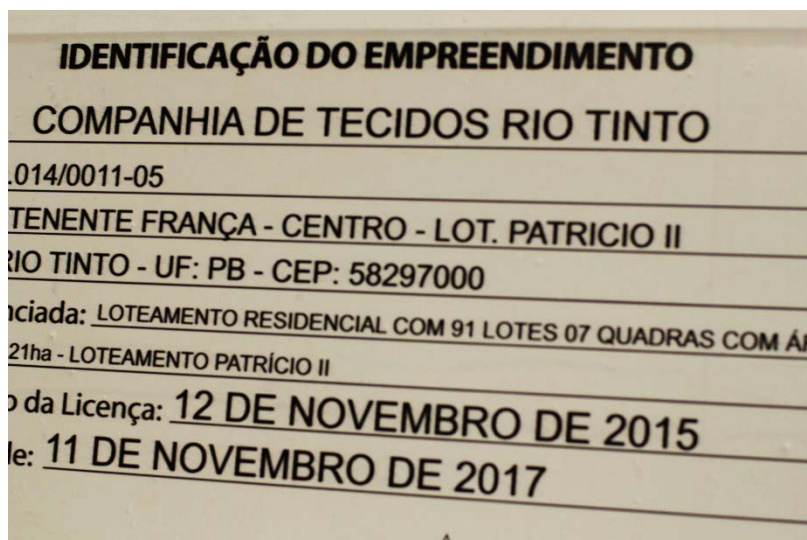
trabalhadores da companhia e terrenos sem construção ou qualquer forma de exploração produtiva¹³ (FIG. 4).

Figura 4 - Propriedade da CTRT às margens da rodovia



¹³ Para Correia (1997), Rio tinto constitui um dos poucos exemplos em que, "após o fechamento da fábrica em 1990, esta permanece proprietária de cerca de 80% dos imóveis da cidade, convertida em grande empreendimento imobiliário." (p. 725).





Fonte: fotografias feitas pelo autor (27 e 28 abr. 2016)

Muitos trabalhadores tentaram negociar o imóvel onde vivem com a empresa, mas não obtiveram sucesso. Assim, continuam morando de aluguel. Alguns, por não concordarem com a situação ou por não conseguirem arcar com o custo, deixaram de realizar o pagamento para a companhia, segundo João.

- E essas pessoas não vão sair das casas mesmo se tiver retaliação por parte da companhia. Não saem. É a casa delas. Foi a vida inteira.

João explica que os donos da CTRT nunca demonstraram interesse de fechar o negócio. Nem mesmo com a mediação do poder público um acordo parece possível.

- Em ano de eleição, sempre aparece algum político dizendo que vai ajudar a resolver o problema das casas. Mas nunca resolve. Além disso, a política de Rio Tinto sempre foi dominada pelo pessoal da companhia.

Conversamos ainda sobre o custo de vida na cidade, que apesar de ser abaixo do das capitais, tem se tornado um problema para os moradores de um local que há mais de 25 anos convive com a baixa oferta de emprego. João conhece bem essa realidade. Sem ocupação fixa no momento, encerrou a conversa em seguida pois estava em busca de um bico para levantar algum dinheiro. Agradei a todos pela receptividade e desci a rua na mesma direção que João, que logo me deixou para trás abrindo distância em sua bicicleta.

Caminhando em direção à universidade, aproveitei para observar a rua uma última vez. Entre outros aspectos, as casas chamaram minha atenção, pela quantidade de moradias que a rua concentra. As residências, por serem pequenas e geminadas, permitiam que cada quarteirão abrigasse mais de cinquenta moradias.

Logo me veio à cabeça como seria a intimidade e o convívio das famílias naquela comunidade. Posteriormente, alguns moradores viriam a comentar sobre a dificuldade de ter privacidade naquele modelo de habitação (FIG. 5).

Figura 5 - Residências geminadas na rua Barão do Triunfo





Fonte: fotogramas de vídeo (A, B e D) e fotografia (C) feitas pelo autor (27 e 28 abr. 2016).

Sobre o aspecto das moradias, duas características chamaram minha atenção. Primeiro, a particularidade de cada casa. Concebidas de maneira padronizada e uniformizada, o que se vê hoje é uma pluralidade de cores, tipos e formas tão grande que me permite arriscar dizer que nenhuma casa é igual a outra. Também chamou minha atenção a irregularidade no grau de manutenção e restauração na fachada dos imóveis. Enquanto alguns parecem novos e irretocáveis, outros apresentam claramente marcas do tempo e falta de manutenção. Como já foi citado na conversa, a companhia não cuida da manutenção das casas, cabendo ao residente a execução de qualquer melhoria ou reparo e os custos subsequentes. A diferença na conservação das residências sugere, num primeiro momento, uma estratificação entre os componentes desse grupo, mesmo que tenham em sua maioria uma trajetória comum: o processo de proletarianização e consequente exploração da força de trabalho pela CTRT (FIG. 6).

Figura 6 - A pluralidade das casas da rua Barão do Triunfo











Fonte: fotografias (A a H) e fotogramas de vídeo (I a L) feitos pelo autor (27 e 28 abr. 2016).

Nesse primeiro passeio, recordei por diversas vezes o estudo de Cornélia Eckert (2012) sobre os trabalhadores das minas de carvão do sul da França, *Memória e Trabalho: Etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão* (La Grand-Combe, França). As trajetórias das duas comunidades apresentam pontos comuns, e estudar uma pode dar pistas para entender a outra¹⁴. Ao descrever La Grand-Combe, a autora aponta que no local “O espaço vivido permaneceu

¹⁴ La Grand-Combe é uma região do sul da França que por mais de um século abrigou uma grande usina de carvão. Em torno do empreendimento, que transformou a vida nos arredores, diversos trabalhadores enraizaram-se constituindo, assim, uma identidade coletiva que orbitava em torno da atividade laboral de extração carbonífera. Com a crise do setor em meados dos anos 80, a mina de carvão foi desativada. O fechamento da usina levou também à morte de uma atividade profissional que constituía em um elemento central da criação identitária daquele grupo. Rio Tinto, cidade do interior da Paraíba, também tem sua história marcada por transformações advindas da instalação de um empreendimento econômico na região. Assim como em La Grand-Combe, trabalhadores se enraizaram no entorno da companhia e estabeleceram para si mesmos uma identidade peculiar que girava em torno de uma atividade laboral, no caso o trabalho operário na indústria de tecidos. Também em Rio Tinto, essa comunidade enfrenta uma crise no setor que levou ao fechamento da fábrica no final dos anos 80. Esse breve retrospecto ajuda a entender porque o estudo de Cornélia Eckert tornou-se uma das referências a serem trabalhadas nesta pesquisa.

fundamentalmente mineiro." (2012, p .52). O mineiro sobreviveu ao fechamento da mina, durando mais do que a própria atividade que condicionou seu aparecimento.

Quando visitei Rio Tinto pela primeira vez, a sensação me pareceu equivalente. Andando pelas ruas da cidade, sentia a presença do operariado em cada canto que passava. Projetava o cotidiano do trabalhador, que transpirava de cenários característicos de uma cidade operária. Ouvia os ecos de um passado não muito longínquo, que dava sentido ao presente. Desvelava-se a possibilidade de ler as inscrições identitárias deixadas pelo grupo estudado no local onde viveu sua história.

2.2 Dia dois de março

Cheguei a Rio Tinto por volta das 14 h 20 min. Um dia quente, de céu limpo. Fui direto para a rua Barão do Triunfo. O trânsito de pessoas era frequente. Algumas estavam sentadas do lado de fora da casa, na calçada. Descansando, conversando, jogando dominó. Caminhei até o final da rua. A sensação de estranhamento foi menor dessa vez.

O primeiro contato feito nesse dia foi com um casal que estava sentado na porta de casa. Depois de eu me apresentar e explicar o objetivo da pesquisa, eles afirmaram que não poderiam ajudar muito, porque eram novos na região e não tinham trabalhado na CTRT, mudando para a cidade depois de aposentados. Mas afirmaram que diversos moradores da rua se enquadravam no perfil que eu estava procurando, que eu encontraria outras fontes com facilidade. Agradei e continuei a caminhada.

A próxima pessoa com quem conversei foi Dona Maria, que depois daquele dia nunca deixou de me cumprimentar, sempre que passei pela sua porta. Mas que, no primeiro contato, mostrou-se claramente desconfiada. Quando a abordei, cheio de perguntas e falando de maneira eufórica (o nervosismo e a insegurança foram frequentes nos primeiros contatos), ela logo perguntou:

- Por que você quer saber dessas histórias antigas, do tempo da companhia?

Na euforia, esqueci de me apresentar e explicar sobre a pesquisa, procedimento que facilita muito os primeiros passos da inserção. Depois de esclarecido alguns pontos, a recepção mudou. Maria simpatizou com a ideia de uma pesquisa em Rio Tinto que priorizasse a memória dos trabalhadores. Fui, assim, adquirindo sua confiança. E qualquer traço de antipatia se desfez para dar lugar ao bom humor. Ela, num primeiro momento, afirmou que não tinha muito para falar, pois

nunca foi funcionária da CTRT. Mas disse que seu marido, falecido há cinco anos, trabalhara na fábrica por 45 anos. Expliquei então para Maria que, apesar de ela não fazer parte do quadro de funcionários da fábrica, estava inserida no contexto e na vida familiar dos operários locais, tendo também muito a contribuir para a pesquisa. A conversa não se alongou muito, mas Maria se mostrou disposta a continuarmos a falar posteriormente, tornando-se uma possível fonte da pesquisa.

O terceiro contato feito nesse dia foi o mais proveitoso, e renderia frutos por vários meses. Na porta de duas casas vizinhas, cinco pessoas encontravam-se sentadas. Alguns na soleira ou no chão, outros em cadeiras de armar. Na casa da esquerda, três homens, aparentando entre 30 e 40 anos. Na casa da direita, um casal aparentando idade um pouco mais avançada. Abordei os dois grupos, que interagiam, ao mesmo tempo. Me apresentei e contei um pouco sobre a pesquisa e seus objetivos.

Dos três homens que estavam na casa da esquerda, um se levantou, fez um cumprimento, e foi embora. Outro, que estava sentado na soleira e aparentava ser o morador de uma das casas, permaneceu conosco, mas não deu muita confiança para a conversa. Diferente do terceiro, Moacir, que prontamente se pôs a contar histórias sobre a cidade e sobre os trabalhadores da CTRT.

Apesar de nunca ter trabalhado na companhia, Moacir se mostrou uma fonte interessante, com quem acabei gravando algumas entrevistas posteriormente. Nascido em Rio Tinto, tendo vivido seus 45 anos na cidade, conhece várias peculiaridades da região. Seus pais foram funcionários da fábrica, e Moacir ainda aluga a casa em que eles moravam, e onde hoje é sua oficina de marcenaria. Entre outros assuntos que conversamos, falou sobre a influência da família Lundgren na região, “os donos da cidade”. Referência que voltaria a ouvir da boca de vários outros moradores. Ele afirma que os Lundgren eram donos não só dos imóveis e da fábrica, mas também da polícia e dos políticos de Rio Tinto. Além de ajudar na pesquisa com seus depoimentos, Moacir também me apresentou para o casal que se encontrava sentado na calçada da casa ao lado.

Foi assim que conheci Francisco Batista. Batista, para os amigos, e também assim logo passei a chamá-lo. Ele trabalhou na companhia durante mais de 35 anos, no ofício de tecelão. Apesar de ter vivido a época áurea de prosperidade e pleno emprego, tem uma visão crítica sobre o tempo da companhia. Foi enfático ao dizer que, apesar de não faltar emprego na época em que a CTRT funcionava, o salário era bem baixo.

- O dinheiro era suficiente para sobreviver, mas não para viver.

Comentou também sobre a precariedade das instalações oferecidas pela CTRT para os seus operários morarem. As pequenas casas, de um dormitório, sala, cozinha e um banheiro externo, chegavam a abrigar quatro famílias, segundo Batista.

Vendo meu interesse pelo assunto, ele me convidou para visitar uma casa, hoje sem moradores, que preserva o mesmo aspecto da época em que foi erguida pela CTRT. A chave estava em sua guarda, a pedido dos ex-moradores, que tinham mudado para outra casa com medo do teto cair por falta de manutenção. Agradei a oportunidade e nos dirigimos ao local, acompanhados por Moacir. A casa ficava do outro lado da rua, quase de frente para a residência de Batista. A fachada preserva ainda o feitiço original. Toda revestida de "caliça"¹⁵, com a porta de madeira de lei dividida em duas partes.

Batista logo abriu a porta e entramos na casa. Apesar de estar carregando a filmadora a tiracolo, eu ainda não tinha feito nenhum registro fílmico das pessoas e nem do local da pesquisa, receoso de como meus informantes reagiriam à presença da câmera. Mas, para minha surpresa, a possibilidade de registrar informações em vídeo foi sugerida pelos meus próprios interlocutores, antes mesmo que eu abordasse o assunto. A iniciativa partiu de Moacir, que olhou para a câmera pendurada e depois para mim, antes de dizer:

- Você não vai fazer imagens?

Perguntei se eles permitiam que eu registrasse nossa conversa em vídeo. O que foi aceito sem resistência alguma, para minha surpresa. A partir desse momento, pude assumir com os dois a câmera como ferramenta de pesquisa, exercitando assim uma metodologia própria à antropologia visual. Não tinha ido a campo com a perspectiva de realizar uma gravação nesses primeiros encontros. Porém a oportunidade, ainda que inesperada, era boa e deveria ser aproveitada. Por isso, mesmo tecnicamente desamparado (estando aparatado somente de câmera portátil, sem tripé ou microfone) optei por fazer a gravação. No vídeo, de cerca de 14 min, conversei com Batista e Moacir sobre as condições de vida e moradia dos operários, enquanto eles passeiam comigo pela casa.

Eu – Essa fachada é original, da época da companhia?

¹⁵ Material à base de cal usado na época para o revestimento das casas, segundo o depoimento dos trabalhadores.

Moacir – É. Da época da companhia. O telhado antigamente era dessa madeira aqui [aponta para a estrutura de madeira do telhado]. Tirada da mata daqui.

Eu – As casas eram todas desse modelo?

M – Isso. Todas desse estilo (FIG. 7).

Figura 7 - Fachada e telhado de casa operária original da rua Barão do Triunfo





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Batista – Tem mais de dez anos que essa casa tá fechada. Pelo jeito que ela tá você tá vendo, né. Faz mais de dez anos que essa casa está fechada [mostrando uma parede que separa o cômodo principal da cozinha]. A casa da companhia era até aqui. Daqui pra frente já foi reforma.

Moacir aponta para uma parede manchada

– Essa parte aqui, onde está essa parte preta aqui, tinha um fogão à lenha (FIG. 8).

Figura 8 - Moacir indica marcas do fogão à lenha na parede



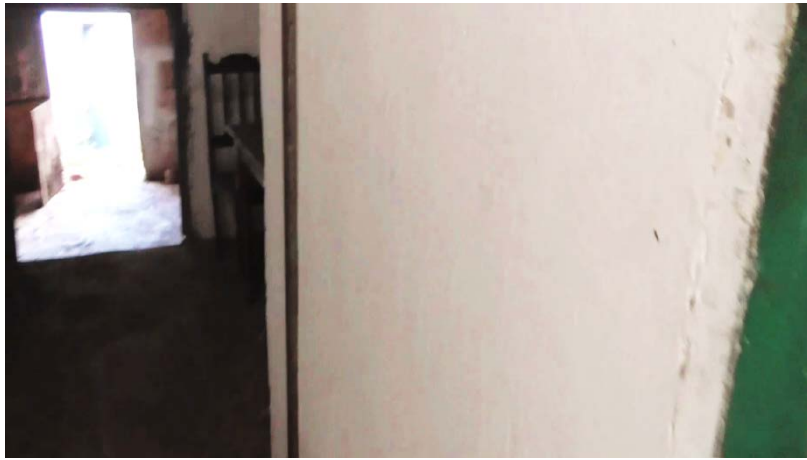
Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Batista mostrando o ambiente da casa.

– A casa da companhia em si mesmo era uma sala, esse quarto aqui, esse corredorzinho e essa outra salinha (FIG. 9 e 10).

Figura 9 - Indicação da dimensão original da casa operária por Batista







Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Figura 10 - Casa operária reformada (expandida)





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Eu – Ele tava me falando que chegava a morar três, quatro famílias numa casinha dessa.

B – Era. Numa casinha dessa. Pra você ter uma noção.

Eu – E como fazia?

Moacir aponta para o gancho de rede na parede.

– Olha aqui o gancho de rede. Veja quantos armador tem. Um, dois, tem armador por todo canto. Cada armador desse era duas redes (FIG. 11).

Figura 11 - Ganchos de rede na casa operária



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Eu – Mas o pessoal revezava pra dormir? Como fazia?

M – É porque tinha quatro horários. Duas famílias trabalhavam durante o dia e duas famílias trabalhavam durante a noite. Era 24 horas. Cada família trabalhava seis horas.

Eu – Quantos metros quadrados vocês acham que tem aqui? Vocês têm ideia?

M – Arredondando, uns 36 m².

Eu – Aí as quatro famílias tinham que ficar nesses 36 m²?

B – Não era só quatro famílias. Dependendo da família. Podia chegar até mais. Podia ter dormindo até no chão, onde tivesse lugar. O importante era ter gente pra trabalhar¹⁶.

O depoimento de Moacir confirma a precariedade da vida dos trabalhadores na época. Ele comenta que dormir em colchão de capim era considerado um luxo.

M – Os colchões, antigamente, eram feitos de capim. Quem tinha esses colchão, eram pessoas que tinham maior poder aquisitivo.

Batista, aponta para o teto, que está com as madeiras arriando.

– O teto está caindo, olha. Pra você ter noção como estão as casas da companhia (FIG. 12).

Figura 12 - Teto arriado da casa operária



¹⁶ Quando da inauguração da CTRT, em 1924, havia 960 casas para 18.774 habitantes, segundo Gunn e Correia (2002). Em 1932, havia quatorze mil operários em Rio Tinto para 1700 casas, de acordo com Vale (2012). Embora até 1950, mantivesse aproximadamente essa quantidade de operários no núcleo fabril (mais de treze mil), ainda segundo Vale (2012), o número de casas neste período chegou a 2600, de acordo com Honorato (2002). Daí, Panet (2002) apontar que, no período de aumento da demanda por mão-de-obra, a CTRT chegava a colocar quatro famílias em uma casa de dois quartos. "O tamanho da casa variava de acordo com o número de trabalhadores da fábrica por família. Esta forma de locação contraria os ideais higiênistas da época, quando vincula o número de cômodos da casa, ao número de trabalhadores da família." (p. 28).



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Eu – Hoje ainda pertence à companhia?

B – Ainda pertence, e cobra aluguel.

Eu – A companhia não quer negociar essas casas com vocês?

B – Não querem negociar. Nós queríamos que eles negociassem e vendessem pra gente, para os próprios inquilinos. Não queremos tomar a casa de ninguém. Mas eles não querem negociar.

Em seguida, saímos da casa e voltamos para a calçada em frente à residência de Batista, para dar continuidade à conversa. Um senhor de mais idade, para quem fui logo apresentado, estava sentado na calçada: Seu Dado. Moacir falou que Dado poderia ajudar na pesquisa, porque tinha trabalhado muito tempo na companhia. Prontamente, ele respondeu, num tom meio jocoso.

- Eu não! Não tenho nada pra falar sobre o trabalho na companhia. Eu mais farreava do que trabalhava. Eu é que não ficava me matando de trabalhar para enriquecer patrão.

O comentário feito em tom de brincadeira, aparentemente sem muito propósito, chamou minha atenção. Isso porque a pequena frase revela, em essência, a compreensão de um tipo de relação de exploração: do empregado pelo patrão. No caso, a exploração dos operários pelos donos da CTRT. De alguma maneira, revela-se o entendimento de que, no “intercâmbio entre o capital e o trabalho” (MARX, 1953, p. 20), enquanto aos trabalhadores cabe apenas o valor estritamente necessário à reprodução de sua força de trabalho, aos capitalistas cabe todo o montante produzido descontado o valor dessa reprodução, isto é, o salário do operário. Em resumo, é o patrão “enriquecendo” através da apropriação do trabalho alheio (trabalho não-pago, mais-valia).

A empatia por Dado surgiu naquele momento e desde então só aumentou.

Apesar da primeira recusa de participar de uma pesquisa sobre o trabalho na CTRT, depois que Batista explicou que o estudo era focado na memória dos operários, sobre a vida e o mundo dos trabalhadores, Dado tornou-se simpático ao projeto. Conversamos mais um pouco, discutindo a maior parte do tempo sobre a questão das residências. O pôr do sol (que no litoral da Paraíba acontece por volta das 17 h 30 min) já se aproximava, e eu precisava voltar para a universidade, onde estava realizando estágio docência no período noturno. Na despedida, depois de agradecer pela acolhida, expliquei para Batista, Dado e Moacir que passaria o próximo ano inteiro realizando esta pesquisa. E que ficaria muito feliz se pudesse contar com a colaboração deles. Todos concordaram, de bom grado. Foi a partir desse encontro que a pesquisa começou a tomar forma.

2.3 Dia trinta de março

Na tentativa de retomar o contato feito em dias anteriores, fui a campo novamente explorar a rua Barão do Triunfo. De longe, avistei Seu Dado. Logo fizemos contato visual. Quando percebi que ele me reconheceu, caminhei em sua direção. Nos cumprimentamos e começamos a conversar.

Diferentemente do outro dia, dessa vez estávamos só nos dois. E eu me encontrava devidamente aparatado para realizar uma gravação. Duas câmeras. Tripé. Gravador de áudio. Fita e bateria extras. A expectativa era filmar muito, do começo ao fim.

Enquanto trocávamos as primeiras palavras, eu mexia os dedos inquieto, louco de vontade de sacar a câmera e começar a gravar. Dessa vez planejava tudo. Me encontrava pronto para registrar o máximo possível, explorando tudo que o audiovisual poderia me permitir. Mas, na verdade, não foi o que aconteceu. Terminei o dia sem ligar câmera.

Isso porque, à medida que a conversa avançava, fui percebendo que aquele momento talvez não fosse bom para iniciar uma gravação. Pois foi naquela conversa mais reservada que começamos a conhecer melhor um ao outro. Iniciamos falando sobre o mundo do trabalho, mas outros assuntos foram aparecendo. Colegas de ofício. Família. Amigos. Música. Enfim, acabamos falando sobre nós mesmos. Ele fez várias perguntas sobre mim. De onde vinha, o que estudava, se trabalhava, se era casado, se tinha filhos, família. Eu também perguntava, querendo conhecer mais sobre Dado, 86 anos, viúvo, aposentado, seresteiro nas horas vagas e amigo para toda hora. Um encontro de dois mundos.

Sentados lado a lado, em um diálogo horizontal, compartilhamos nossas vivências. A sensação, acima de tudo, foi de identificação. Porque apesar da distância culturalmente estabelecida em termos regionais e geracionais, histórias de vida de trabalhadores às vezes se repetem. Uma hora, Dado comentou que gostava de conversar comigo, e me senti contente. Mas também confuso. Onde e quando acaba a relação de pesquisador e pesquisado, e começa a amizade? Como definir esse limite, e não deixar que as duas relações interfiram uma na outra? A situação era nova para mim¹⁷.

¹⁷ Essa é uma preocupação não só pessoal mas também metodológica, e foi alvo de atenção de estudiosos como Maria Isaura Pereira de Queiroz (1983). Para a autora, “um relacionamento impregnado de simpatia e amizade constitui condição importante para uma boa colheita de dados” (p. 74). Porém, o pesquisador deve estar preparado para lidar com adversidades que podem surgir, em concomitância com o estabelecimento dessa relação. Segundo a autora, não é raro que essas

Estas questões estão longe de serem resolvidas, mas uma coisa é certa. Para além de uma dúvida metodológica, acontecia ali também o nascimento de uma relação de amizade.

Depois de mais de duas horas de conversa, começamos a nos despedir. Combinei de procurá-lo na próxima vez que viesse para Rio Tinto. Para fazer uma entrevista. Ou só para conversar mesmo. Percebi que, com ou sem gravação, o dia não foi desperdiçado.

2.4 Dia 23 de abril

Cheguei a Rio Tinto por volta das nove da manhã, horário que combinei com Dado para conversarmos um pouco e darmos uma volta. Carregava nas costas uma mochila de acampamento repleta de equipamentos de registro audiovisual. Mais uma vez, a expectativa de gravar era grande.

Levava duas câmeras (Panasonic HVC130, Canon T2i, duas lentes (Nikon 50mm, Sigma 39-80 mm), gravador de som portátil Sony px820, microfone de lapela, um tripé de 1,80 m, um monopé de 1,50 m, além de bateria e cartão extras para as duas câmeras. Carregava ainda caderno de campo e utensílios pessoais (carteira, celular, um maço de cigarros, chave de casa). Apesar da quantidade de objetos, o peso da mochila era razoável. Porém, lembrando que uma distância de 72 km separava a minha casa da rua Barão do Triunfo, a ser percorrida de transporte público e caminhando, o peso pareceu maior.

O equipamento pode soar excessivo àqueles acostumados a trabalhar em projetos de menos recursos. Mas para mim, acostumado que estava com a linguagem e estrutura das emissoras e produtoras de televisão, onde trabalhei como jornalista por mais de 15 anos, era o mínimo necessário para a captação de um material satisfatório e se mostrava a melhor escolha. O tempo provaria que as premissas do telejornalismo nem sempre se aplicam à antropologia visual.

Na cidade de Rio Tinto, fui direto para a rua Barão do Triunfo, onde mora Dado. Chegando a sua casa (que não tem campainha, como a maioria naquela rua), chamei por seu nome, do portão. Depois de algum tempo o neto de Dado, um jovem chamado

situações acabem em frustrações para ambos os lados: "os informantes, insatisfeitos com os pesquisadores porque o relacionamento termina; os pesquisadores, insatisfeitos consigo mesmos porque despertaram simpatias e expectativas que sua função estabelece serem breves." (p. 79).

Jânio, apareceu para falar comigo. Conteí que ficara amigo de seu avô há alguns dias, falei brevemente sobre a pesquisa e conteí que tínhamos combinado de dar uma volta pela cidade. Ele explicou que desde o dia anterior, o avô andava meio adoentado, e tinha ido ao hospital para uma consulta de urgência. Preocupado, perguntei se eles estavam precisando de algo, se poderia dar qualquer tipo de ajuda, mas Jânio prontamente negou. Ele sugeriu que passasse novamente mais tarde. Agradei, e pedi que ele mandasse um abraço e sinceras melhoras para Dado. Depois de me despedir, saí caminhando em direção ao início da rua, um pouco preocupado com a saúde do meu novo amigo.

Decidi aproveitar a ocasião para captar algumas imagens da rua, e parei em uma calçada mais alta onde depusitei a já pesada mochila com meus equipamentos. Enquanto executava o rito preparatório inevitável que antecede qualquer filmagem (checar bateria, cartões de memória, limpeza das lentes, etc.), ouvi a voz forte e já familiar de Dado:

- Ei garoto! Que bom que eu te achei. Estava pensando em você. Imaginei que você já estava por aqui esperando.

E se desculpou pela ausência.

Prontamente recusei as desculpas, dizendo que soubera de sua enfermidade, e que gostaria de perguntar, antes de mais nada, como ele estava de saúde. Dado respondeu que não era nada, que já estava melhor. Falei pra ele se cuidar, ir para casa descansar. Conversaríamos em outra oportunidade, sendo a prioridade ele cuidar de si mesmo. Ele negou, dizendo que estava bem. Insistiu ainda para que déssemos uma volta pela cidade. Fiquei meio relutante, já que ainda não tinha ideia do quanto os 86 anos vividos tinham afetado a saúde de Dado. Mas como percebi, pela insistência, que uma recusa seria recebida por ele com chateação (fazia questão de que cumpríssemos com o combinado), acabei concordando.

Descemos o resto da rua Barão do Triunfo em direção ao centro de Rio Tinto. Paramos em frente ao prédio de tijolos que fica colado ao lado direito do campus IV da UFPB. Dado me explicou que era nesse prédio, na época em que a CTRT funcionava, onde acontecia a admissão de todos os seus funcionários. Lembrando das épocas de maior produção, enalteceu a situação de pleno emprego vivida pelos operários nessa época (FIG. 13).

Figura 13 - Prédio da CTRT vizinho ao Campus IV da UFPB



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor (27 e 28 abr. 2016)

- Naquela época, se tivesse documento, era emprego garantido.

Ao me dar conta das informações que começavam a surgir já no início do passeio, crescia a vontade de fazer uso do equipamento que carregava em minhas costas, cujo peso funcionava como um alarme que não me deixava esquecê-lo. Ansioso por transformar o encontro em produto fílmico, perguntei para Dado sobre a possibilidade de registrar nossa conversa em áudio e vídeo. A negativa foi polida. Alegou que estava meio doente, e por isso não era um dia bom para aparecer no filme. Ao lembrar que há pouco ele afirmara estar curado da enfermidade, fui levado a interpretar a alegação contraditória como uma maneira educada de rejeitar a filmagem. Possivelmente, ele ainda não se sentia à vontade em emprestar sua imagem para a pesquisa

Não insisti. Preferi respeitar o tempo do entrevistado. Lembro aqui das palavras de Claudine de France (2000, p. 27): “O essencial é que o pesquisador esteja pronto

para enfrentar o tempo de inserção que as pessoas filmadas lhe impõem, ao invés de impor-lhes o seu, pois, em matéria de inserção, a pessoa filmada dita as leis”.

O encontro me pareceu rico, com ou sem gravação, e assim prosseguimos. Enquanto ainda estávamos em frente ao prédio, Dado começou a falar sobre os setores da indústria que funcionavam onde hoje fica a Universidade Federal da Paraíba. No prédio conhecido como central de aulas, funcionava um setor administrativo da CTRT. Ao lado, o batedor, setor no qual Dado trabalhara, e que é responsável por abrir e separar o algodão, que chega em fardos, para posteriormente ser utilizado na confecção dos fios.

Sugeri que andássemos até a faculdade, onde ele poderia explicar melhor o funcionamento da indústria naquelas instalações. Ele fez uma careta, e disse que não tinha autoridade para entrar na universidade. Não entendi, e pedi para ele explicar melhor:

- Não é ambiente para mim. Não posso entrar lá. Desde que virou universidade nunca mais andei por ali. Sou analfabeto.

Primeiro, fiquei surpreso com a visão dele sobre a universidade. Mas, refletindo melhor, entendi que fazia todo sentido. Interpretei as palavras de Dado como um reflexo da ainda persistente figura do pesquisador como ocupante privilegiado de um local de poder. Um senso comum, que apesar de estar em desconstrução, historicamente tem fundamento. A própria antropologia, em sua origem colonialista e etnocêntrica, em muito contribuiu para a cristalização dessa imagem.

Tentei, então, diminuir um pouco a estabelecida distância entre o universo popular e o acadêmico. Falei que a universidade podia e devia ser frequentada por todas as pessoas, sendo estudantes universitários ou não. Que é um prédio público. Que o saber popular tinha tanto valor quanto o acadêmico, e que a convivência enriqueceria ambos. Dado ouvia com atenção, mas com uma expressão de desconfiança.

- Mas eu estou de roupa de fim de semana. Não estou com a roupa certa para ir na universidade.

Dei risada, avisando que ele estava mais bem vestido do que eu, mas que isso na verdade não importava. E reiterei o convite para darmos uma volta pelo campus, não para coletar dados de pesquisa, mas para que ele conhecesse aquele espaço que também era seu por direito. Ainda meio desconfiado, Dado acabou aceitando.

Já dentro do campus, esvaziado por ser um fim de semana, Dado olhava atentamente para todos os lados. Comentou admirado:

- Puxa. Ficou bom aqui. Ficou bonito (FIG.14).

Figura 14 - Locais do Campus IV da UFPB visitados com Dado





Fonte: fotogramas retirados de vídeo integrante do acervo do Laboratório de Antropologia Visual da UFPB - ARANDU

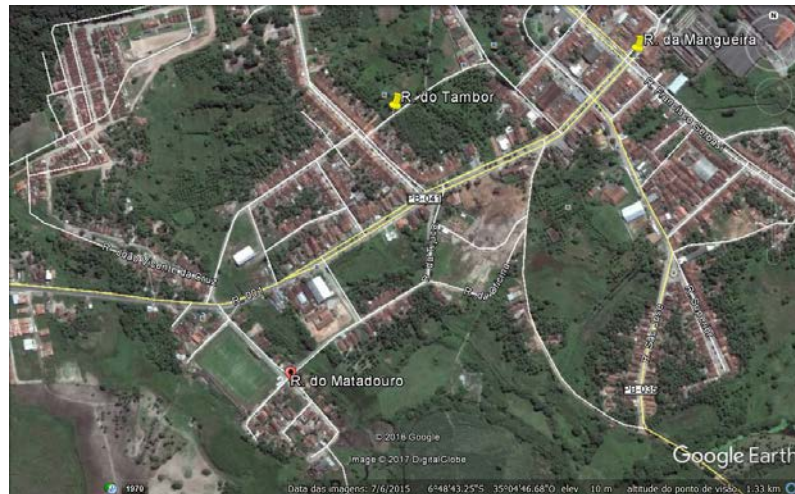
Sempre que se lembrava de algo, comentava comigo. Os setores ocupados pelo administrativo, o batedor, a linha férrea particular construída pelos Lundgren para transportar lenha para a usina, cujas longas chaminés destoam no cenário esmagadoramente horizontal de Rio Tinto¹⁸. Dado parecia emocionado pelas lembranças, e me agradeceu pela oportunidade de visitar a universidade. Recusei o agradecimento, tornando a insistir na ideia de que aquele espaço pertencia a todos. Saindo de lá, continuamos a caminhada por Rio Tinto.

É difícil reproduzir aqui tudo o que vimos e conversamos naquela ocasião. A opção de, em nome do respeito à vontade do interlocutor, não realizar nenhum registro audiovisual do encontro, cobra aqui seu preço. Para quem nasceu acostumado à tecnologia dos gravadores magnéticos e posteriormente digitais, fazer uma pesquisa de campo usando somente papel, caneta e a memória, pode ser realmente difícil. De qualquer maneira, foi a decisão correta, necessária para deixar meu interlocutor à vontade e fazer jus à confiança que me depositava. Pelo exposto, o relato desse dia traz apenas aquilo que a memória e o papel conseguiram registrar.

Passeamos por algumas das ruas mais antigas da cidade (rua do Tambor, Rua da Mangueira, rua do Matadouro) e Dado ia contando para mim o que lembrava sobre cada lugar. Mostrou casas onde moravam operários. Estas, em sua maioria, tinham o mesmo feitio e disposição das casas da rua Barão do Triunfo. Casas de poucos cômodos, geminadas, hoje em sua maioria restauradas e ampliadas (FIG. 15 e 16).

¹⁸ Como também observam Correia e Gunn (2002, p. 157).

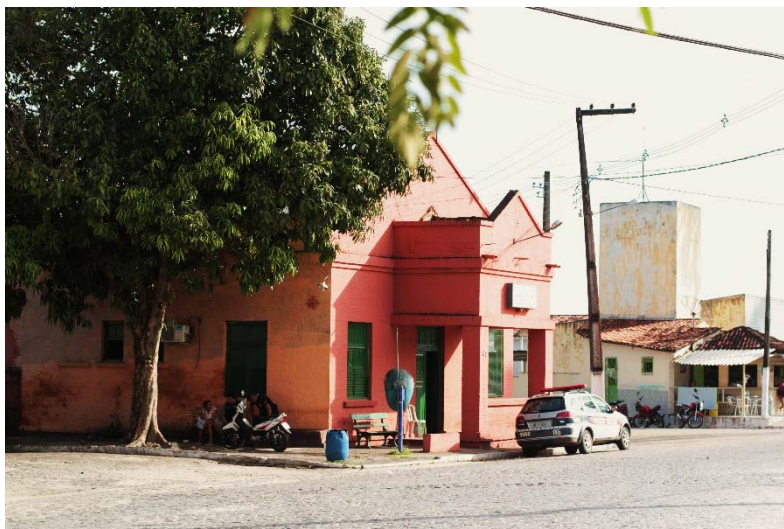
Figura 15 - Ruas do Tambor, da Mangueira e do Matadouro



Fonte: *print* feito a partir de imagem gerada pelo Google Earth (06 de mar. 2017).

Figura 16 - Rua da Mangueira









Fonte: fotografias feitas pelo autor (27 e 28 abr. 2016)

Dado também me mostrou casas onde moraram membros da direção da fábrica, alguns alemães. Casas maiores, mais bem-acabadas, e geralmente localizadas em ruas mais próximas da região central¹⁹.

Sempre que passávamos por alguma construção de interesse, ou por setores da fábrica, Dado chamava minha atenção e compartilhava o que sabia. Aos poucos, comecei a me familiarizar com a ocupação da cidade. Um espaço pensado para a reprodução e manutenção da força de trabalho, exemplo extremamente funcional de habitat proletário moderno.

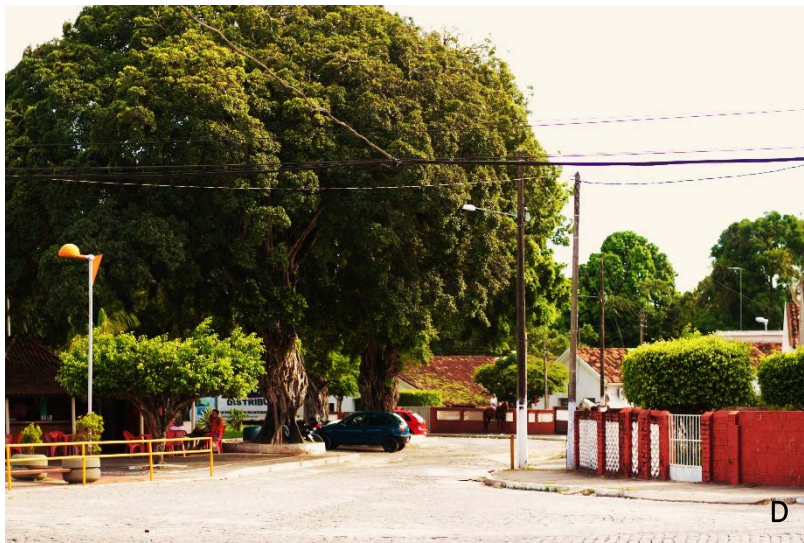
Ao chegarmos à praça central, como mostra a FIG. 17, Dado contou sobre a insurreição de 1945. No final da Segunda Guerra Mundial, os trabalhadores da fábrica, tomados pelo sentimento antinazista se levantaram contra seus diretores, em sua maioria estrangeiros, muitos de origem alemã²⁰. Com quatorze anos na época, ele testemunhou a ocorrência. Lembra das casas sendo destruídas pela turba enfurecida. E apontou uma casa, que tinha sido poupada, pois era a residência de um alemão que era casado com uma brasileira. A depredação parou quando ela apareceu na porta da casa, enrolada com uma bandeira do Brasil.

¹⁹ Segundo Panet (2002, pp. 42-43): "Em toda essa região central, os chalés e residências ao redor da praça, eram destinados aos técnicos de alto nível da fábrica, aos chefes de setores e alguns operários de confiança, como mestres e contra-mestres. As residências ao longo da rua da Mangueira, continuação da rua Ten. José França, eram destinadas às famílias que possuísem pelo menos uma pessoa trabalhando na tecelagem da fábrica."

²⁰ Este fato é mencionado por Panet (2002) e Mello (2002), que destacam o fato dos Lundgren terem contado com a proteção da Companhia do Exército Nacional para conter a revolta dos operários. Segundo Mello, "tratava-se de proteger o patrimônio da Companhia de Tecidos" (p. 90). De acordo com Panet, os diretores da CTRT de nacionalidade alemã, contavam com escolta, "exemplo [que] ultrapassa a esfera privada e demonstra o envolvimento e influência do grupo com o aparelho do Estado." (p. 36)

Figura 17 - Praça Central de Rio Tinto







Fonte: fotografias (B, C e D) e fotogramas (A, E e F) de vídeo feitos pelo autor (27 e 28 abr. 2016)

Passamos também pelo prédio do antigo hotel de Rio Tinto, a delegacia, o fórum, o matadouro. Fazer um passeio com Dado para conhecer Rio Tinto significa também conhecer uma parcela de seus moradores. Figura carismática que é, e tendo vivido a maior parte dos seus 86 anos na cidade, não surpreende que seja constantemente cumprimentado e saudado por todos. Ora ou outra, interrompíamos a caminhada para que Dado me apresentasse para ex-companheiros de fábrica, parceiros de seresta e amigos de infância.

- Esse é o Eduardo, meu amigo pesquisador da universidade.

Foram mais de duas horas de caminhada, com o sol nordestino de final de manhã batendo direto na cabeça. Ao final, minha camiseta estava empapada de suor, a cabeça ardia com queimaduras de sol, uma bolha machucava meu pé direito, e a mochila (sim, ela ainda estava nas minhas costas) parecia pesar mais do que eu (esse dia foi determinante para que eu optasse por um equipamento de trabalho mais enxuto). Minha figura visivelmente esgotada, o que já era esperado devido ao sedentarismo e às horas de sono perdidas durante o período do mestrado, contrastava com a disposição de Dado. Que, lembremos, estava adoecido e tem 86 anos completos. Foi um passeio exaustivo, mas o cansaço não foi maior que a satisfação. Com ou sem registro fílmico, foi um dia que agregou muito saber.

2.5 Dias 27 e 28 de abril

Os dias 27 e 28 de abril, entre outros, foram dedicados exclusivamente à coleta de imagens. Levando em conta a preponderância que a visualidade tem para esta

pesquisa, em termos teóricos e também metodológicos, não surpreende que alguns dias de campo tenham sido dedicados para essa atividade.

Nos dois dias citados acima, foram produzidas as seguintes imagens, acompanhadas da gravação de som direto: praça da igreja, igreja, torre da igreja, detalhes da igreja, estátua do coronel Frederico Lundgren, rua Barão do Triunfo (casas, detalhes das casas, pessoas andando na rua, sentadas, conversando), Companhia de Tecidos Rio Tinto (fachada, placa de identificação, portaria, chaminés, antigo prédio da administração), Cine Orion, antigo barracão da feira.

Essas imagens se mostraram posteriormente de grande utilidade. Não só para a exploração do objeto de pesquisa e feitura do filme, mas também para a realização de sessões de vídeo-elicitación.

2.6 Dia quatro de maio

No dia 04 de maio, fui para o campo pensando em maneiras de inserir de forma definitiva a câmera e o gravador nas conversas que estavam sendo realizadas com os meus interlocutores. Ainda que alguns não tenham oferecido resistência ao registro audiovisual, outros (como Dado) demonstravam certo desconforto com o uso desses aparatos. Para melhorar a aceitação, pensei que seria de grande valia compartilhar o funcionamento dos equipamentos e a metodologia da pesquisa com as pessoas que estava estudando. Estas poderiam assim dar sugestões e se familiarizar com os instrumentos utilizados, diminuindo o desconforto. Queria pensar, conjuntamente, como fazer do equipamento um aliado, e não um elemento de distração.

Quando cheguei a Rio Tinto naquele dia, segui direto para a rua Barão do Triunfo. Avistei Dado sentado na garagem de casa, e caminhei em sua direção. Ele quando me viu fez festa e puxou uma cadeira para que sentasse ao seu lado. Sugeriu que ficássemos por lá, em vez de caminharmos, já que o tempo estava meio instável. Concordei de bom grado, pensando que seria uma oportunidade para termos a conversa que andara planejando.

Sentado ao seu lado peguei a câmera e comecei a mostrar, no visor embutido de *led*, as imagens que tinha gravado na semana anterior, explicando que o uso de fotos, áudios e vídeos faz parte da minha pesquisa. Ele observou as imagens com curiosidade. Começou a comentar, ao ver as imagens do prédio onde funciona a rodoviária, e que abrigava o antigo barracão da feira.

- Aqui era o barracão. Aqui vendia tudo. Olha aqui. Barracão da fábrica Rio Tinto. Ficou bom, viu.

E com um grito chamou Batista, que saía de casa naquele momento, para olhar as imagens com a gente. Assim que percebi que a nossa conversa se transformara numa sessão de vídeo-elicitación, liguei o gravador de áudio. Nós três continuamos, então, a comentar o que víamos nas imagens da pequena tela.

Dado falou, sobre as imagens do barracão.

– Isso é um cartão postal né. Isso é um prédio que na Paraíba não tem dessa qualidade não. Comprei aí muita farinha em cuia (FIG. 18).

Figura 18 - Antigo Barracão, atual estação rodoviária



Fonte: fotografias feitas pelo autor (27 e 28 abr. 2016)

B – Tinha de tudo.

Eu – E o preço era baixo?

B – Era. Porque era tudo da companhia mesmo, né. Pra compensar o salário que eles pagavam, também.

Interessante destacar alguns pontos dessa conversa. Como a imagem de fartura associada a Rio Tinto, plantada já nos primórdios da cidade, e que de certo modo ainda persiste nos comentários sobre a pujança do barracão. São conhecidas as lendas sobre a cidade que foram propagadas pelos aliciadores em épocas de recrutamento. Como, por exemplo, “que em Rio Tinto os chafarizes jorravam leite e havia montanhas de cuscuz” (PANET, 2002, p. 28).

Também vale a pena comentar sobre os baixos preços dos alimentos comercializados no barracão da fábrica. Longe de ser benevolência patronal, o custo reduzido da alimentação era um quesito necessário para a reprodução da força de trabalho com baixos salários²¹.

Dado continuou comentando sobre a história do barracão.

- Aí depois que fechou, aí alugaram, para uma empresa de Bayeux. De ônibus. Aí alugou pra fazer a garagem dos ônibus, né. Que hoje é a rodoviária.

Na sequência, surgiram na tela as imagens do Cine Orion²².

D - Olha aqui o Orion. Aqui era o cinema antigamente. Cine Orion. Na época não tinha a praça. Só o galpão (FIG. 19).

²¹ Como pontua Mello (2002, p.98), a CTRT “ocupou todas as terras de Rio Tinto e boa parte do litoral paraibano, para produção de arroz e extensos plantios de fruteiras, bem como criação de gado”. Boa parte das terras eram cultivadas pelos trabalhadores mais velhos, para os quais a companhia cedia um pedaço de terra, definindo o que produzir e regulando o preço dos produtos (PANET, 2002). A CTRT também contava com fornecedores externos de carne. Essas mercadorias eram, na maior parte, comercializadas no Barracão da Fábrica Rio Tinto (atual garagem da Viação Rio Tinto), onde foi instituído o “quarto de carne” e o “quarto de frutas”. Além disso, a companhia instituiu restaurantes com preços subsidiados e estabeleceu parcerias com outros restaurantes localizados em prédios por ela cedidos e com preços controlados (CORREIA; GUNN, 2002). Segundo Mello, a produção de alimentos pela CTRT não visava o lucro, mas “assegurar a reprodução da força de trabalho industrial.” (2002, p. 98). Conforme observa Panet: “Essa época é lembrada com nostalgia por parte dos antigos operários”. (2002, p. 32).

²² O Cine Orion, com mais de 1800 lugares, foi o maior cinema da Paraíba durante o seu período de funcionamento, e era administrado pelos irmãos Abel e Walfredo David. Desde o encerramento das atividades, o espaço é locado periodicamente para a realização de festas e apresentações musicais. Para mais informações, consultar FALCÃO NETO, José Muniz. *Cinema no Vale do Mamanguape: aproximações antropológicas*. 2016. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto, 2016.

Figura 19 - Cine Orion







Fonte: fotografamas de vídeo feito pelo autor (27 e 28 abr. 2016)

Eu - Vocês chegaram a ver muito filme aí?

B – Cheguei. Na época tinha o filme do cabeleira [filme brasileiro sobre o cangaço]. Quando começou aqueles filmes de *kung fu* também, a gente assistia. Esses filmes antigo, a gente vinha para assistir aí. Quando era fim de semana, a gente fazia de tudo pra arrumar um dinheirinho para vir para o cinema. Vinha de pé. E voltava de pé.

Na pequena tela da câmera, apareceu depois a imagem da placa da CTRT, preenchendo a totalidade do quadro. Dado leu a inscrição da placa, me surpreendendo, já que se declara analfabeto (FIG. 20).

- Rio Tinto têxtil. É.

Figura 20 - Placa da CTRT





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor (27 e 28 abr. 2016)

Troca para a imagem da fachada da fábrica, portaria principal. Eles começaram então a recordar como era o movimento naquele espaço, como aconteciam as trocas de turno, a entrada, a saída, o almoço.

B- Quando chegava a hora de almoço, essas hora assim, onze horas, apitava. Puuuuuuuu [imita o apito da fábrica]. Aí todo mundo largava. Largava aquele pessoal pra almoçar. Era gente viu. Passava gente com força naquele portão (FIG. 21).

Figura 21 - Fachada da fábrica, portaria principal





Fonte: fotografias (e fotogramas de vídeo feitos pelo autor (27 e 28 abr. 2016)

A próxima imagem que aparece na tela da filmadora é o close de um muro de tijolos. O enquadramento bastante próximo permite visualizar, gravado no tijolo em baixo relevo, a inscrição “Olaria Rio Tinto”.

D – Essas casas todas eram feitas desse tijolo. Agora não, né. Essas casas remodeladas são todas com esses tijolos furados, mas antigamente não existia isso não.

Vale lembrar que uma olaria foi instalada pelos Lundgren em Rio Tinto para fornecer o material necessário à construção da fábrica e da cidade. Os tijolos vermelhos estão até hoje associados ao nome da família. Usados de forma aparente em determinadas construções, distinguem os principais edifícios e as instalações da fábrica, das casas dos ex-operários²³ (FIG. 22).

²³ Tanto Correia e Gunn (2002) como Panet (2002) observam que a utilização do tijolo aparente nas construções constituía um elemento de distinção, reservado para as casas dos patrões e alto escalão da CTRT e para edificações de uso coletivo e da fábrica. “Mais uma forma de imposição da hierarquia, onde a presença do tijolo vermelho sugere ao operário um comportamento de respeito e humildade diante da obra e do espaço a ela destinada” (PANET, 2002, p. 60).

Figura 22 - Tijolos da Olaria Rio Tinto



Fonte: fotografias feitas pelo autor (27 e 28 abr. 2016)

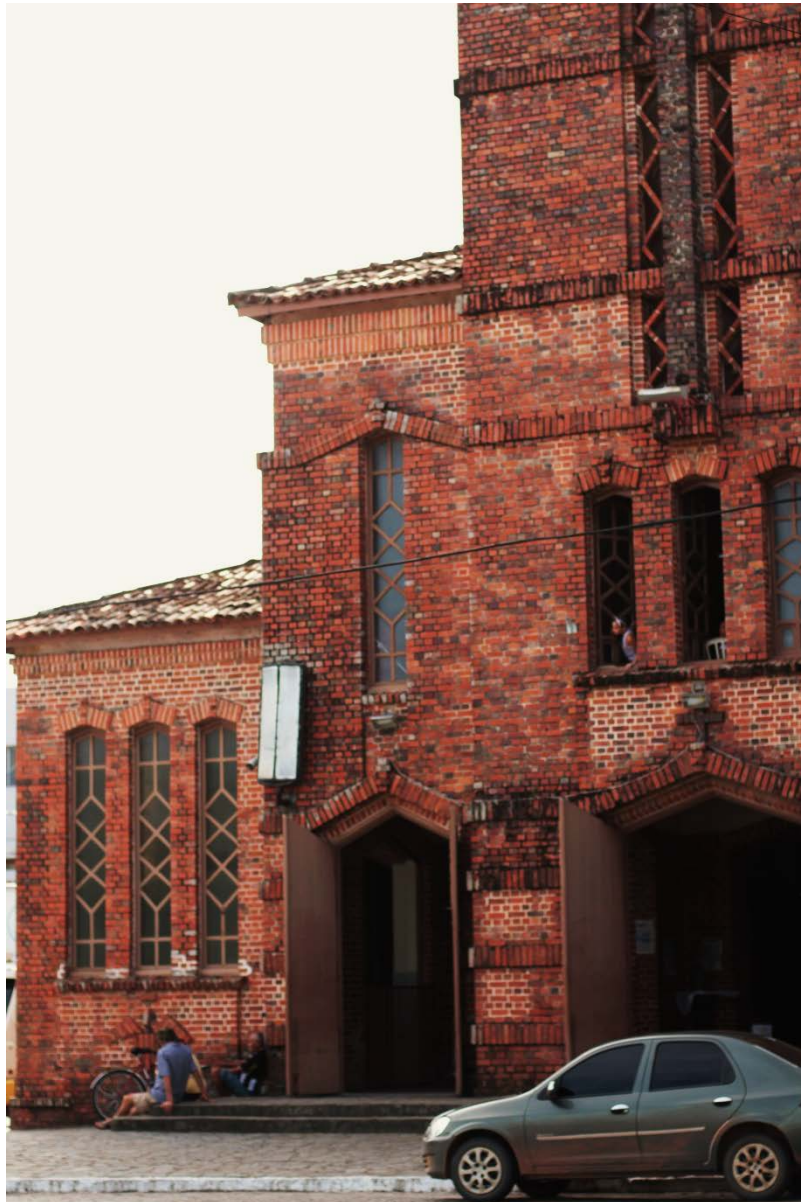
A seguir, vemos uma imagem da igreja (FIG. 23).

D – Aquela igreja foi feita toda com o tijolo da companhia. Ela e o Orion. Aliás essa cidade todinha, rapaz. Todinha foi feita de tijolo da companhia. Do jeito que é essa igreja aqui, que você está vendo, é a de Paulista. É a mesma firma né. É o mesmo dono. Do jeito que você está vendo ela aqui, desse formato, a mesma coisa é a de Paulista. O mesmo feitio dessa igreja, é a de lá²⁴.

Figura 23 - Igreja



²⁴ Dado se refere aqui à cidade de Paulista (Pernambuco) que abrigou a primeira fábrica têxtil da família Lundgren. Para mais informações sobre Paulista ver José Leite Lopes, A tecelagem dos conflitos de classe nas cidades das chaminés (1988).









Fonte: fotografias feitas pelo autor (27 e 28 abr. 2016)

Continuamos observando as imagens que, em seguida, passaram a mostrar a rua Barão do Triunfo e fachadas de suas casas (FIG. 24).

Figura 24 - Fachadas das casas da rua Barão do Triunfo







Fonte: fotografias feitas pelo autor (27 e 28 abr. 2016)

B – Essas casas, por dentro era tudo cheio de armador. Pra pendurar rede.

D – Um dia desses um carro cheio de colchão bom, passou aqui. E você antigamente dormia tudo em colchão de junco. Hoje o cabra dorme no colchão bom e ainda acha ruim. Ainda acha ruim. Diz que não presta.

B - O tempo que lençol, pra se cobrir, fazia com saco de açúcar. Emendava um saco no outro e fazia o lençol, para se cobrir.

A dificuldade, a pauperização, presente na vida desses operários, é lembrada muitas vezes com bom humor. A pobreza parece ainda maior quando comparada ao poder de consumo dos dias atuais.

D – Os ricos antigamente de Rio Tinto, sabe qual era a roupa dos ricos, que a gente dizia que era rico. Era mescla. E linho.

A grandeza da CTRT, quando em funcionamento, também é sempre lembrada nas conversas dos operários.

B – Ela chegou a ser a indústria melhor produtora de xadrez do mundo. Ia até pra Europa.

D – Tinha *rayon*, tropical, carrapicho. Aqui fabricava tudo.

Terminadas as imagens da câmera eu agradei, satisfeito com a experiência, que tinha sido bastante produtiva. E aproveitei para introduzir melhor o gravador, que já estava usando em nossa conversa, mostrando em detalhes para os dois. Ao lembrar que Dado era cantor, conhecido por suas performances como seresteiro, sugeri meio que de brincadeira:

– Canta um pouquinho no gravador pra depois eu te mostrar. Canta um pouquinho aqui. Aí eu mostro para o senhor.

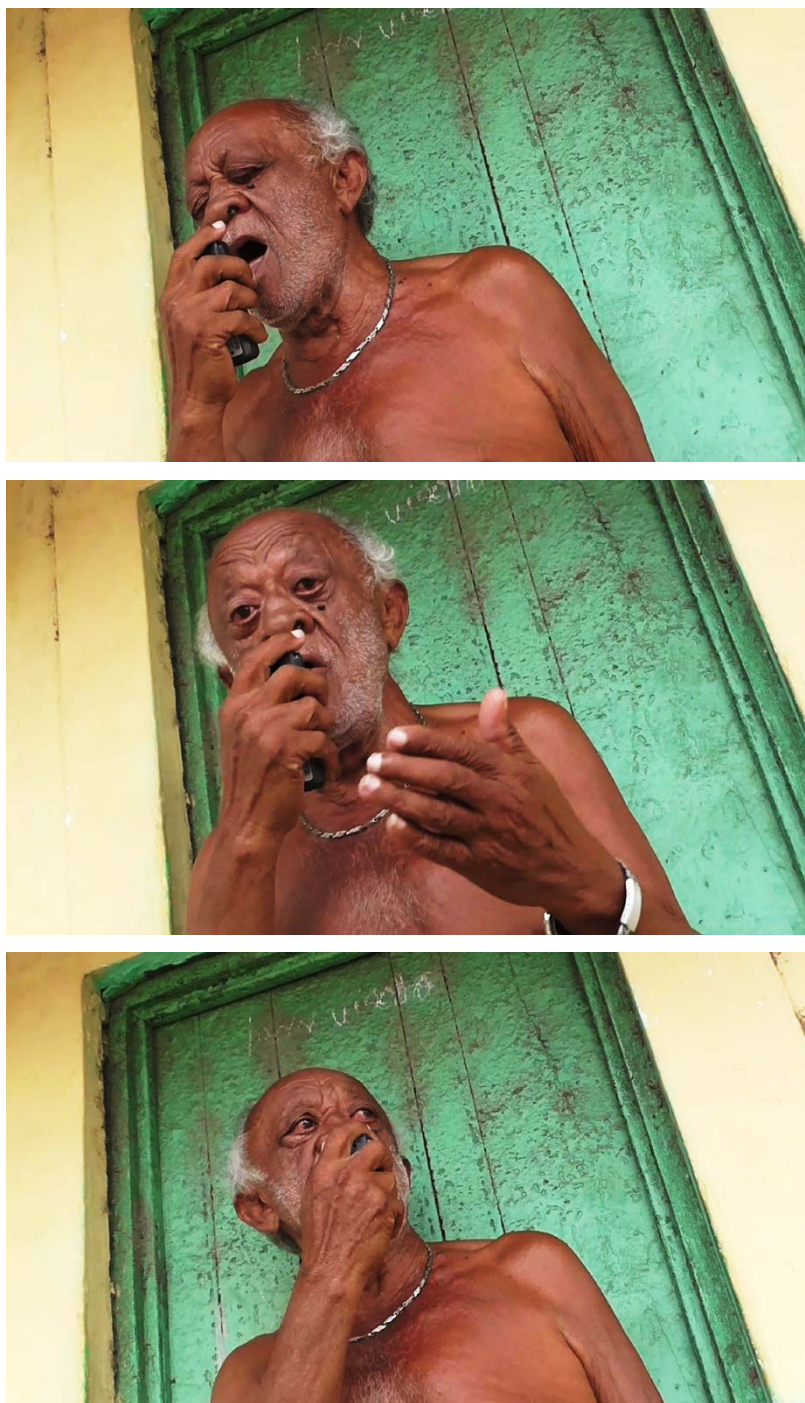
Ele me olhou desconfiado, mas acabou topando. E, semicerrando os olhos, mostrou que faz jus ao apelido que ganhou dos amigos de seresta. Garganta de aço. A pequena garoa que começava não atrapalhou a performance do seresteiro, e a rua parou para ouvir a música de amor. *Caminheiros*, canção de Herivelto Martins imortalizada na voz de Nelson Gonçalves.

Terminada a performance, Dado estendeu o gravador para mim. Pressionei o botão de reproduzir e devolvi o gravador para ele. Ao ouvir sua grande voz saindo do pequeno aparelho, uma expressão de encantamento tomou a face de Dado. Escutou a música com atenção. Após o fim da música, para minha surpresa, pediu para gravar outra.

Posteriormente, conversando com Dado, fiquei sabendo que, apesar dos mais de setenta anos dedicados à música, ele não tinha nenhum registro da sua arte, com exceção de um vídeo de menos de um minuto, feito pela sua filha com o celular. Seja por falta de recurso, de oportunidade ou de interesse, ele nunca gravara uma música inteira, e ficou emocionado ao ouvir sua performance sendo registrada e reproduzida.

Perguntei se ele queria gravar mais. Ele disse que sim. Enquanto cantarolava, escolhendo a próxima música, pedi para ligar a filmadora. Ele consentiu com um leve movimento de cabeça. A hora se mostrou oportuna. O envolvimento com a questão musical, a intensidade do momento, fez com que a câmera passasse praticamente despercebida. Dado cantou mais uma música inteira, que pediu para ouvir assim que finalizou a última nota. Escutou atentamente, e parecia bastante satisfeito com a gravação (FIG. 25).

Figura 25 - Dado gravando e ouvindo suas interpretações musicais







Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Tocado pela situação, me ofereci para gravar as músicas em CD e entregar uma cópia para ele. Dado me olhou, desconfiado, e perguntou se eu iria trazer mesmo. Falei que sim. E que ele poderia gravar quantas quisesse. Pediu para gravar mais uma. Depois outra. Ao fim da sétima música, conversamos e decidimos que dez seria um bom número.

A décima música que Dado gravou foi *Negue*, mais um sucesso de Nelson Gonçalves, composto por Adelino Moreira e Enzo de Almeida Passos. Batista acompanhava atento a apresentação de Dado. Enquanto ouvíamos ao registro, duas pessoas se aproximaram em uma moto. Com o gravador em punho, Dado foi mostrar para seu amigo e vizinho Pé de Pombo a gravação da música (FIG. 26).

Figura 26 - Dado gravando, ouvindo e compartilhando suas interpretações musicais









Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Dado aparentava estar feliz em realizar as gravações. E eu, sem dúvida, estava contente por poder presenciar a performance do músico. Assim passamos o resto da tarde. No final, acabaram sendo dezessete músicas. Com o sol já se pondo, combinamos de nos ver no próximo sábado e dar um novo passeio. Fiquei de trazer o CD de músicas para Dado e, se possível, ouvirmos juntos.

A dimensão musical, artística e performática, não fazia parte da expectativa do trabalho etnográfico desta pesquisa. Mas foi trazida pelo campo, e foi assim incorporada. O estreitamento da relação com Dado e a profusão de informações, que surgiam a cada encontro, pediam novas estratégias de trabalho. Uma das apostas a partir deste ponto passou a ser a etnobiografia, abordagem que busca entender o coletivo através do particular. Etnobiografia é, literalmente, etnografia mais biografia.

2.7 Dia sete de maio

Dia sete de maio, um sábado, combinei com Dado de fazermos uma caminhada por Rio Tinto. A iniciativa partiu dele. Um apaixonado confesso pela cidade, Dado fazia questão de me apresentar o município em todos os seus pormenores.

Apesar de ansioso pela experiência que se colocava e alimentando uma grande expectativa para o dia que estava apenas começando, o objetivo principal da visita era estreitar nossa amizade. Antes de mais nada, queria cumprir o compromisso que assumira com Dado, de entregar em mãos o registro que fizera da apresentação musical que o ex-operário tinha realizado durante nosso último encontro. Primeiro, porque me dava tremenda satisfação colaborar com a perpetuação do trabalho desse

artista popular que, por falta de condições, nunca conseguira registrar sua música. A segunda motivação era antropológica, ligada à qualidade da experiência etnográfica. Isso porque, acreditando na horizontalidade da relação, fazia questão de atender ao meu interlocutor de maneira proporcional à maneira que ele sempre me atendeu. Mostrando por ele tanto apreço e respeito quanto ele sempre demonstrou por mim. Esses pequenos gestos foram essenciais para elevar a relação da mera cordialidade para maior confiança.

Assim sendo, passei os dias anteriores tratando o material gravado e posteriormente formatando as músicas em um CD de áudio. O encontro estava marcado para as 8 h 30 min, e cheguei em Rio Tinto com apenas quinze minutos de antecedência, apesar de ter saído de casa antes das seis da manhã. Mesmo com o tempo apertado, cheguei na hora marcada. Dado já estava me aguardando, sentado em uma cadeira, na garagem de casa. Assim que me reconheceu, verbalizou uma calorosa saudação e puxou uma cadeira para que eu me sentasse ao seu lado.

Trocadas as primeiras palavras, saquei da mochila o CD e estendi para ele. Dado abriu um largo sorriso. E, apesar de não ter tocado no assunto ou cobrado a gravação, ele se mostrou claramente satisfeito por eu ter cumprido aquilo que combináramos. Olhou para o CD e leu, com uma voz alta e satisfeita, as quatro letras escritas na face da mídia em caneta piloto:

- Dado!

Vi Batista saindo de casa, no outro lado da rua, para varrer a calçada. Dado logo foi ao seu encontro, dizendo:

- Olha só meu CD, Batista. Ele trouxe mesmo!

Batista me olhou com aprovação, e disparou:

- Tá vendo! Não deu nem dois dias. Falei que ele era de confiança.

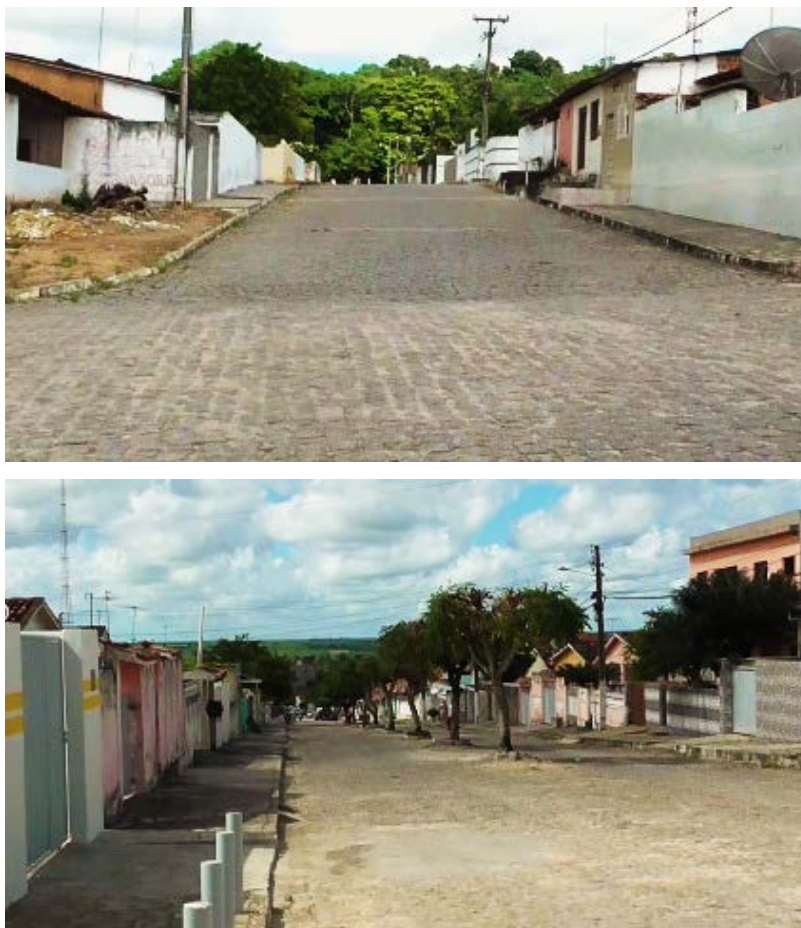
Comecei a rir, achando graça na desconfiança e me regozijando em segredo pela imagem positiva que eles aos poucos construíam em torno da minha figura. Dado pediu licença para guardar o CD em casa, sugerindo que em seguida caminhássemos pela cidade para dar continuidade à pesquisa. Concordei prontamente, me armando de câmera e gravador para registrar nosso passeio. Logo estávamos caminhando pela rua.

Já na primeira rua que entramos, paralela à rua Barão do Triunfo, Dado começou a compartilhar comigo suas recordações sobre a vida em Rio Tinto. Apontou para uma casa, hoje uma residência familiar, mostrando o local que abrigava a sede

do América, antigo time de futebol de Rio Tinto. Comentou que, nos tempos áureos, a cidade chegou a abrigar diversas equipes, constituídas em sua maioria por operários e colegas de fábrica.

Continuamos caminhando, em direção à parte alta da cidade. Região de construção mais recente, como explicou meu interlocutor, cujas casas diferem bastante do padrão criado pela CTRT nas primeiras edificações. É uma parte do município cujos imóveis mais novos, maiores e mais bem-acabados, foram erguidos por iniciativa particular, sem relação direta com a CTRT. Morada de uma nova elite riotintense que tenta ascender, mas ainda é ofuscada pela opulência do núcleo fabril (FIG. 27).

Figura 27 – Construções mais recentes









Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Dado fez questão de frisar:

- No meu tempo nada disso existia. Era só terra. Mato. Areia. Tem cada casa aqui agora...

No fim da rua, demos de frente para um grande terreno repleto de árvores, com uma estrada de terra que leva a uma casa ao fundo.

Dado apontou para o local e começou a falar:

- Está vendo aqui? Aqui pertence à companhia ainda. Tudo isso aqui. Aqui ninguém entra para bulir em nada.

Eu – A companhia comprou muita terra aqui na região?

D – Rapaz. Vou te dizer uma coisa. O que a companhia queria fazer, na época, fazia. Isso tudo era dela. Tudo. Rapaz... Isso daqui, tá vendo isso aqui. Se ela quisesse desmatar, desmatava. Hoje não faz mais porque o IBAMA não deixa. O que o cabra fazia, hoje não faz. Era caminhão, era cavalo carregado. Eu mesmo carreguei tanta lenha daí na cabeça, pra fazer fogo (FIG. 28).

Figura 28 – Propriedade da CTRT apresentada pelo entrevistado



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Um aspecto chamou minha atenção no comentário de Dado. A percepção da influência e do poder que a CTRT possuía na cidade em um passado ainda recente, e que se estende para os dias de hoje. A propriedade de grande parte das terras locais e a preponderância econômica do empreendimento fabril na região proporcionaram à família Lundgren um poderio sem igual, içando-a a uma posição muitas vezes acima da lei, como alguns interlocutores fariam questão de também ressaltar. Alguns textos consultados na revisão bibliográfica já sugeriam essa realidade²⁵.

²⁵ De acordo com Eltern Campina Vale (2012), em 1917 os Lundgren iniciam a compra de terras em Mamanguape, através de Arthur B. de Góes, encarregado que vai adquirindo as terras da Aldeia de Preguiça e seu entorno, que serão batizadas unificadamente sob o nome de Rio Tinto, em 1918. No final da década de 1950, a Companhia de Tecidos de Rio Tinto possuía entre a fábrica e demais instalações (como as moradias de operários), 333.652 m², segundo Panet (2002), e 333.692 m², segundo Vale (2012). O poder econômico da família Lundgren se transformou em poder político, inicialmente com facilitação fiscal. Como destaca Mello, havia um "entrosamento entre o privatismo dos Lundgren e a máquina estatal" (2002, p. 73), em vários governos. O Estado intermediou conflitos entre a CTRT e os operários, favorecendo a primeira; contratou como funcionários representantes

Em seguida, paramos em frente a uma edificação grande, com três andares. Um prédio que dava claros sinais de abandono, com suas janelas quebradas e pintura manchada pelo tempo (FIG. 29).

Figura 29 – Detalhes de danificação do edifício da antiga casa de saúde



da companhia (como Raul Góes); ajudou com policiamento estadual na repressão às ligas camponesas e demais movimentos de esquerda, e também na restauração da ordem, após o golpe militar de 1964, destituindo a diretoria do sindicato e o prefeito operário. A partir de 1950, a CTRT sempre elegia um deputado estadual, que buscava conseguir favores fiscais para a empresa e a emancipação do distrito de Rio Tinto de Mamanguape, tornando-se um município independente, isto é, sob controle da família Lundgren, o que ocorreu em 1956.



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016)

Dado explicou:

- Aqui era a casa de saúde. Onde ficavam os doentes. Mas parou de funcionar já faz um bocado de tempo. Casa de saúde Dr. Júlio. Era aqui. Eu passei dezessete dias aqui. Fui operado. Peguei uma hérnia. Mas na época que eu fiquei aqui tinha médico, sabe. Dr. Júlio, que era o dono. Juarez, que era sócio. Ideotônio. Alfredo. Tinha uma porção de médico bom aqui. Hoje Rio Tinto está entregue às baratas. Mas que é um lugar bom, é (FIG. 30).

Figura 30 – Antiga casa de saúde Dr. Júlio



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016)

Rio Tinto é surpreendentemente pontuada por construções desativadas ou ressignificadas, que ainda ecoam uma época em que a cidade vivia seu auge. E entre os que vivenciaram esse momento, o tempo passado é lembrado de forma muitas vezes positiva e com certa nostalgia, em oposição ao tempo presente, de uma Rio

Tinto entregue “às baratas”.

Passamos, então, em frente à E. E. E. F. M. Professor Luiz Gonzaga Burity, como mostra a FIG. 31. Segundo Dado, essa foi a primeira escola da região a oferecer o ensino médio. O primeiro grande colégio de Rio Tinto. Antes de sua construção, aqueles que desejavam prosseguir nos estudos precisavam se deslocar até João Pessoa. Existiam escolas e instituições de ensino que foram criadas e mantidas pela CTRT. Mas estas não ofereciam uma educação completa. Davam ênfase ao ensino profissionalizante, tendo como maior preocupação a formação de operários que pudessem satisfazer a demanda de mão de obra da indústria de tecidos²⁶.

Figura 31 - Escola Estadual Professor Luiz Gonzaga Burity e praça em frente



²⁶ Conforme nos explica Amélia Panet (2002), o controle da educação por parte da Companhia de Tecidos Rio Tinto, bem como dos demais serviços (saúde, lazer, segurança e outros) necessários para atender os trabalhadores contratados, faz parte do acordo fechado entre o governo estadual da Paraíba e essa empresa, em 1920. Para a instalação da fábrica na região, o governo lhe concedeu a isenção de impostos por um período de 25 anos, sendo a contrapartida a garantia desses serviços pela CTRT. Serviços que, na verdade, como destaca Vale (2012), a CTRT preferia controlar. Assim, a escola pode ser utilizada pelos industriais como "instrumento de controle social", segundo observam Philip Gunn e Telma de B. Correia (2002, p. 148). E assim também, como destaca José Octávio de A. Mello (2002, p.100), a educação em Rio Tinto não estava a cargo dos "estabelecimentos da rede regular de ensino" e sim sob controle dos "organismos do patronato industrial SINAI e SESI, que chegaram à vila em, respectivamente, 1946 e 53", ligados à Federação das Indústrias da Paraíba. Formavam mecânicos, ferreiros, fresadores e marceneiros. Segundo Panet (2002, p. 34), na Escola Técnica, além desses ofícios, aos meninos também era reservado o de eletricitista, enquanto às meninas cabia a formação para os serviços de tecelagem e fiação. Mas havia também escolas como o Grupo Escolar Herman Lundgren, de propriedade da CTRT, "onde as crianças eram conduzidas à organização, à eficiência e orientados no sentido de preservarem a saúde para terem uma boa produtividade no futuro trabalho fabril". Tratava-se de capacitar crianças e adultos para o trabalho na fábrica; levá-los a introjetar hábitos de higiene, disciplina e novo regime de tempo (seguindo o relógio); treiná-los para aceitar hierarquias e trabalhar em equipe. Em resumo, busca-se formar o 'operário padrão', observam Gunn e Correia (2002, p. 148). De acordo com Vale (2012), quando o empreendimento da CTRT foi inaugurado, em 1924, já existiam três escolas masculinas e seis femininas.



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Em frente à entrada principal da escola Burity, uma escadaria leva até uma grande praça, uma das maiores áreas de lazer que conheci em Rio Tinto. Em outra ocasião (no dia 28 de abril de 2016), tive a oportunidade de registrar pequenos grupos de crianças, algumas empinavam pipa, outras jogavam bola, ocupando uma das quadras que fazem parte do lugar (FIG. 32).

Figura 32 - Escola Burity e crianças brincando na praça





Fonte: fotos feitas pelo autor (2016).

A atmosfera pública do local contrasta com a construção imponente que toma quase todo o quarteirão do outro lado da rua, isolada por altos muros de tijolos vermelhos.

Dado logo me explica:

- Aí é a casa grande²⁷. Foi de coronel Eduardo essa casa aí. Era uma casa rica. Tinha funcionário, tinha cozinheiro. Essa área aí, se você entrava lá pra ver, tinha pé de abacate, manga. De tudo tinha, era uma fartura. Era uma coisa linda, linda mesmo

Cruzamos a rua para olhar melhor a casa, através do alto portão de ferro, trancado com corrente e cadeado. Trata-se, na verdade, não de uma casa mas de um casarão, de fazer jus ao aumentativo. Opressivamente grandioso. E que me pareceu maior ainda quando lembrei da casinha de menos de 40m² na qual, às vezes, mais de quatro famílias de operários eram obrigadas a ajustar-se. Naquele momento, maior do que a casa, só o desconforto sentido quando Dado contou que a moradia abrigava apenas duas pessoas, Coronel Eduardo e sua esposa (FIG. 33).

²⁷ Ao referir-se à casa do coronel Eduardo como "casa grande", Dado não quer dizer que se trata da principal casa da família Lundgren ou da cidade, a qual seria àquela pertencente ao coronel Frederico, conhecida como "palacete" e localizada na Vila Regina.

Figura 33 - Casa do coronel Eduardo





Fonte: Primeira imagem - foto feita pelo autor (2016); demais imagens - fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Seguimos caminhando. Dado começou a discorrer sobre o lado bom da vida em Rio Tinto. A fartura de alimentos (em sua maioria vindos da terra) e o baixo custo de vida foram os principais pontos enaltecidos.

D – Rio Tinto é uma cidade rica. Você tira por isso. João Pessoa, tudo bem, é uma cidade maravilhosa. Mas muita gente às vezes vem de lá, pra fazer compra aqui. Vou lhe mostrar, você vai notar a diferença da verdura daqui pra de lá.

Comentei, um pouco distraído pelas tarefas operacionais.

Eu – É diferente né. Até o gosto é diferente né.

Dado logo retrucou, dando risada.

Dado – Não é o gosto não. É o preço! Entendeu? Você aqui compra três mãos de coentro, três, por um real. Lá você não compra.

Nesse momento, dois senhores que caminhavam pela rua vieram em nossa direção para cumprimentar Dado. Ele logo fez questão de me apresentar, como seu mais novo amigo (FIG. 34).

– Esse aqui é o meu amigo da universidade. Nunca me viu. Chegou aí, se deu comigo. Conversa comigo. Chegou com o gravador lá em casa, gravamos um CD. Eu tô andando aqui, agora, por causa dele.

Um deles então comentou, apontando para Dado:

- Esse aqui, aonde vai, faz amizade.

Nos despedimos e continuamos andando. Dado falou, empolgado:

- Vamos lá na feira, né?

Figura 34 - Dado encontra amigos



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

No caminho, passamos em frente ao prédio do sindicato, que hoje abriga uma cooperativa de costureiras. Ao ver o portão aberto, Dado já foi entrando, seguido fielmente por mim. Depois de cumprimentar duas senhoras que se encontravam sentadas, conversando, explicou que queria me mostrar o local (FIG. 35).

Dado – Aqui é o sindicato.

Figura 35 - Antigo sindicato dos trabalhadores da CTRT





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Dentro do sindicato, caminhou para uma parede onde diversas fotografias estavam penduradas. Nos retratos, os vários times de futebol formados pelos operários de Rio Tinto. Dado apontou para um deles.

- Esse aqui era o Rio Tinto. O time de que te falei. Era esse daqui. Esse outro aqui era o Regina (FIG. 36).

Figura 36 - Fotografias expostas no antigo sindicato dos trabalhadores da CTRT







Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Uma das senhoras, então, se dirigiu para Dado (FIG. 37).

Sra. - Vem cá, quero lhe perguntar uma coisa, o senhor tem quantos anos?

D – Oitenta e seis.

Sra. – Você tinha me conhecido de mais nova, não?

D – Conheço você. Você trabalhou na fiação.

Sra. – Você já me viu bebendo cachaça?

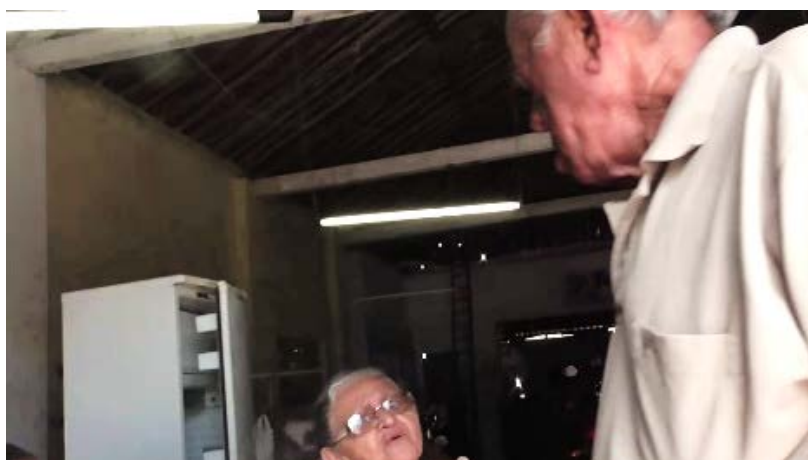
D – Não, nunca vi não.

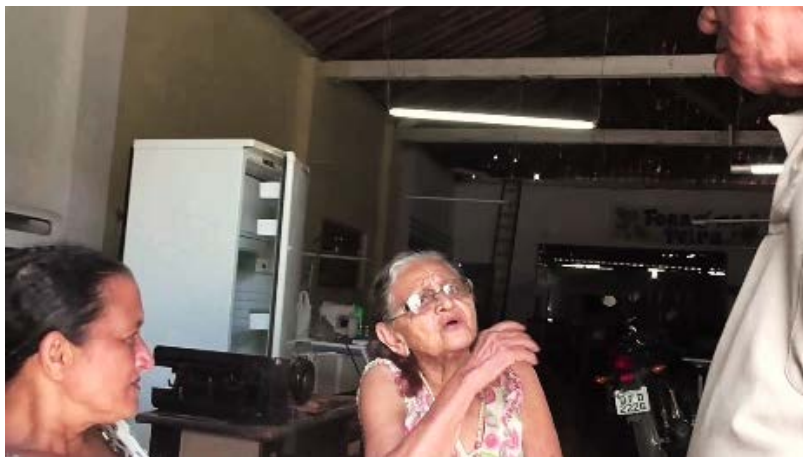
A senhora fala, dirigindo-se para a outra:

– Tá vendo, Selma.

Logo nos despedimos e andamos até a feira.

Figura 37 - Uma conhecida aborda Dado no antigo sindicato





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Já, na feira, Dado, caminhando por entre as barracas, apontava as variedades de frutas, legumes e verduras, perguntando o preço de vez em quando:

- Quanto está esse abacaxi? Olha só, um real. Por aí você tira. Olha só. Laranja. Um real.

Enquanto caminhávamos pelo local onde acontece a feira, uma grande praça pavimentada que também abriga pequenos comércios, Dado me contava as memórias que guardava do lugar (FIG. 38).

- Aqui, antigamente, não tinha essa feira. Aqui era lugar de armar circo. Festas. Aqui também é onde acontecia o cinema campal. Não tinha nada construído por aqui não.

Figura 38 - Feira num dia de sábado em Rio Tinto







Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Nesse momento, já passava do meio dia. Dado sugeriu tomarmos um caldo de cana, para aliviar o calor antes de encerrarmos o passeio. Aceitei de bom grado. Sentamos em uma pequena lanchonete e Dado pediu dois copos grandes de caldo de cana. Continuamos conversando. Foi nessa hora que Dado me explicou porque Rio Tinto, apesar de tanta fartura, estava se tornando o pesadelo de qualquer trabalhador.

- Rio Tinto tem de tudo. Não tem lugar melhor do que Rio Tinto, não. Só não tem emprego. Se tivesse, o lugar mais rico do nordeste era Rio Tinto. Água tem, luz tem, verdura não falta. De tudo que você procura tem, farmácia, tudo. Falta emprego, pro cabra ganhar dinheiro. Um lugar sem emprego não é nada, né (FIG. 39).

Figura 39 - Conversa com Dado em uma lanchonete próxima à feira





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Dado fez questão de pagar a conta. Nos despedimos com um abraço.

2.8 Dia treze de maio

Com exceção das primeiras idas ao campo, ocasiões em que experimentei dias e horários diversos para visitação, me habituei a realizar as incursões às quartas e quintas-feiras, no período da manh ²⁸. Porém, eventualmente, fiz pesquisa de campo em outros dias da semana. Foi o que aconteceu no dia treze de maio. Por conta de uma forte chuva nos dias onze e doze, não foi possível ir ao campo, apesar de ter ido a Rio Tinto cumprir com os compromissos acadêmicos (grupo de estudo e estágio docência). Como o tempo melhorou na sexta-feira, resolvi ir até a cidade para conversar um pouco com Dado.

Cheguei a Rio Tinto por volta das 13 h e fui direto para a rua Barão do Triunfo. Dado estava sentado na garagem de casa, observando a rua, como fazia muitas vezes. Quando me viu chegando, levantou para me cumprimentar, e puxou uma cadeira para que eu sentasse ao seu lado. O clima, apesar da diminuição da chuva, continuava instável. Por isso, passamos o tempo quase todo dentro da garagem. A iluminação parca impossibilitou um registro fílmico satisfatório. Porém, o áudio da

²⁸ A escolha aconteceu mais por questões materiais do que metodológicas. Isso porque não resido em Rio Tinto, mas em João Pessoa. E as quartas e quintas-feiras eram dias da semana nos quais eu já participava de atividades acad micas (estágio docência e grupo de estudos AVAEDOC) no Campus IV da UFPB, que também fica em Rio Tinto. Lembrando que cada viagem para o local consumia cerca de 28 reais (dezoito reais de transporte e dez de almoço – 56 reais por semana, 224 reais por mês), conciliar as atividades no mesmo dia foi fundamental para reduzir o custo da pesquisa e sobreviver com a bolsa de mestrado (1500 reais por mês para custos de pesquisa, material de estudo, alimentação, moradia, saúde, transporte, lazer etc.).

gravação possibilita que revisitemos a conversa desse dia.

Dado começou dizendo que ouvira o CD entregue por mim na semana anterior, que gostara muito, e agradeceu mais uma vez. Afirmiei, em seguida, que eu também tinha gostado bastante da gravação, e que admirava muito a performance dele como artista. Quase sem querer, perguntei como ele tinha começado a cantar. E assim, de maneira fluída, escorregamos suavemente para a pesquisa.

D – Ah... Eu comecei a cantar era moleque, molequinho. Nessa época não tinha esse negócio de seresta, essas coisas não. A gente saía com o violão pelo meio da rua, dois, três, quatro. Cantando serenata. Você namorava uma nega, aí ela tava roendo alguma coisa... Vamos fazer uma serenata vai. Nós íamos lá na porta da casa dela, sentava e ficava cantando.

Conversando sobre as memórias musicais de Rio Tinto, Dado começou a recordar sobre as festas que aconteciam na cidade, na praça central, onde hoje se encontra a estátua do coronel Frederico Lundgren (FIG. 40).

Figura 40 - Praça central, com estátua do coronel Frederico, na atualidade





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor (27 e 28 mar. 2016)

D - Onde é aquela estátua, ali era o coreto. Onde havia festa. De final de ano. Era tudo ali, as festas. A gente ia pra lá. A orquestra. Nesse tempo a companhia. Tinha duas orquestras, duas. A única festa que não era ali era a festa junina. Aí era nas ruas mesmo. No meu tempo, era uma fogueira aqui, outra ali. Uma ali, outra ali. Cada casa fazia uma fogueira. E cada casa enfeitava a frente com bananeira. Agora, tinha uma coisa, quando era sete horas da noite você não saía de casa mais. Por causa da fumaça.

Posteriormente, tive oportunidade de visitar Rio Tinto durante a época de festa junina. Chamou minha atenção o fato de certos costumes apontados por Dado, como característicos de sua época, ainda sobreviverem. Persistem os enfeites na rua, nas casas, as fogueiras e a festa de rua (FIG. 41).

Figura 41 - Festa junina na atualidade











Fonte: fotografias feitas pelo autor (25 jun. 2016).

Dado também comentou sobre outras festas que aconteciam na cidade, mas fora do circuito popular. Era usual a ocorrência de festas nas quais participavam

apenas funcionários do alto escalão da companhia. Aconteciam, na maioria das vezes, no Tênis Clube de Rio Tinto, que surge na memória dos trabalhadores como um local de acesso restrito.

- Uma das orquestras da companhia fazia parte do Tênis Clube. Aquilo era um clube, que não era todo mundo que entrava ali não. Eu não fazia parte da orquestra do tênis não. Fazia parte de outra, mas sendo da companhia sabe. Eram duas. E a que eu fazia parte, nós tocávamos na festa na rua. No coreto. Já a outra não, a outra ia só no Tênis Clube, né. Era a orquestra dos ricos, né. Rico você sabe como é né. E a gente que era mais fraco, tocava na rua né.

Dado costuma dizer que não é rico. Mas que também não se considera pobre, “apesar de não possuir nada”. Até hoje paga mensalmente, para a CTRT, o aluguel da casa onde mora há quase meio século (FIG. 42).

Figura 42 - Casa de Dado entre duas outras moradias operárias





Fonte: fotografias feitas pelo autor (27 e 28 mar. 2016)

- Eu moro nessa casa desde 1967. No dia que botarem pra fora, botaram. Pronto. Eu me casei em 67. Eu fui dormir, eu mais a mulher, não tinha nem uma cama. A gente dormiu numa espreguiçadeira. Eu mais ela. Não tinha cama, não tinha cadeira, não tinha porra nenhuma. Eu morava aqui [aponta para casa do lado]. Aí foi aparecendo menino, a mulher foi tendo filho. E a casa já estava ficando pequena pros menino. Já tava dormindo tudo trepado, um no outro. Era uma rede embaixo outra em cima. Que nem marinheiro. Aí veio um soldado morar aqui, um tal de Pereira, aí ele se deu comigo. E um dia disse “Dado, eu vou embora. Morar em Bayeux. Pede essa casa pra você.” Que essa casa tem uma vantagem, ela tem dois quartos. Aí eu pedi. Aí Manuel Cruz, que cuidava das casas na época, me deu. Estou até hoje. Aí eu criei quatro mulheres e um homem. Saíram tudo dessa casa aqui. E moram todos por aqui, na rua.

Quando Dado fala sobre as condições de vida nos anos que passou trabalhando como operário da CTRT, a maior parte das lembranças indica uma existência humilde, condicionada pela escassez de recursos materiais.

- Luz, ninguém tinha. Depois foi que a companhia botou um bico de luz, um bico, pra cada contramestre. Esse negócio de ficar falando que tinha tudo bom, que tinha cama. É mentira. Não tinha. Eu digo porque eu sei. Os colchões eram todos de junco. Você se deitava, fazia um ninho que nem galinha. Ficava aquele buraco no meio. Eu quando fui morar nessa casa, nem uma cadeira eu tinha para me sentar. Nem uma cadeira. Geladeira, não existia. Só quem tinha era os alemães. E assim mesmo de tábua. Agora tem. De tudo bom, tem. Compra quem pode. Tem geladeira,

tem televisão bom, tem tudo de bom. Rio Tinto agora é uma cidade, pra quem tem condições, é boa né. Mas no meu tempo. De trinta. Mas menino... O cabra tinha vontade de possuir, mas não tinha. Dinheiro pouco. O dinheiro era mixaria. A fábrica pagava, certo. Pagar, pagava. Só que era um salário pequeno, né.

Dado lembra com exatidão quando a energia elétrica chegou à casa dos trabalhadores pela primeira vez.

– Quando eu estava no exército, a maior novidade que eu recebi da minha mãe, na época, foi que tinham botado um bico de luz lá em casa. Foi novidade.

Eu – Você lembra em que ano isso aconteceu?

D – Foi em 54. Eu servi no exército em 54. Primeira categoria.

O pai de Dado também trabalhou para a CTRT. Era motorista, na época em que agentes da companhia recrutavam famílias para o trabalho, em diversos lugares do país²⁹.

D – Meu pai era motorista da firma. Ele ia muitas vezes buscar gente lá pras bandas de Guarabira, Mulungu, esse meio de mundo. Eles traziam. Veio muito morador de fora aqui para Rio Tinto.

Além de pessoas de outros estados, Rio Tinto também recebeu muitos estrangeiros na época em que a companhia estava na ativa. Estes, porém, ocupavam os melhores cargos. E, entre outros privilégios, ocupavam as melhores casas.

D – Aqueles chalés [em volta da praça] era tudo desse pessoal. Os alemão. Só dava alemão ali. Naquela área toda ali. Só alemão. Não tinha brasileiro nenhum ali (FIG. 43).

²⁹ De acordo com Eltern Campina Vale (2012), a forma de recrutamento dos trabalhadores de Rio Tinto seguia o modelo adotado pela Companhia Paulista (em Pernambuco), também pertencente à família Lundgren. A CTRT buscava famílias inteiras nos estados vizinhos (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Sergipe), que seriam obrigadas a residir na vila operária, em que há o controle e domínio desses trabalhadores. Este recrutamento contava com o dispositivo de uma imagem de falsa fartura, a mando do coronel Frederico Lundgren, e propiciou, a partir de 1930, a chegada de dois caminhões lotados por semana em Rio Tinto. A família consistia no principal foco de aliciamento, porque, como destaca Amélia Panet (2002), os agenciadores recebiam "por cabeça", rendendo mais grupos formados por diversas pessoas (seis ou oito, pelo menos), como uma família.

Figura 43 - Casas dos alemães em volta da praça central





Fonte: fotografias feitas pelo autor (27 e 28 mar. 2016)

Enquanto ainda falávamos dos tempos da CTRT, Dado começou a lembrar dos setores nos quais tinha trabalhado. Durante os 25 anos que viveu como operário, exerceu várias funções.

D – Eu comecei a trabalhar em fiação, na penteadeira. Ela fica soltando algodão, embaixo fica caindo um fio sujo. A borra do algodão, né. Aí meu serviço era apanhar aquela borra. Botava num saco, e dali eu levava para o batedor. Aí eles usavam para fazer mistura. Aí depois da penteadeira, eu fui trabalhar de carguista. Que roda carga. Sessão de carga. E depois ainda fui pra serraria.

Conversamos mais um pouco, mas logo precisei me despedir. Isso porque, dependente do transporte público, precisava embarcar no ônibus das 17 h, último

horário atendido pela frota que faz o percurso de Rio Tinto para João Pessoa. O que revela também uma dificuldade de mobilidade dos moradores que dependem do transporte público.

2.9 Dia oito de junho

Logo no início da pesquisa fui apresentado, por iniciativa do meu orientador, ao projeto *Acervos, memórias e antropologia visual: diálogo e conhecimento das imagens na região de Rio Tinto - PB*³⁰, desenvolvido junto ao Arandu – Laboratório de Antropologia Visual do curso de Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, que funciona no Campus IV. Desde a inauguração do laboratório, em 2011, diversas pesquisas já foram realizadas por alunos e professores. Entre elas, a recuperação e catalogação de documentos audiovisuais ligados à memória do trabalhador local.

Entre o material consultado, chamou particularmente nossa atenção uma série de fotos antigas relacionadas à companhia. Nos retratos, a fachada da fábrica, algumas instalações internas, grupos de funcionários, estrutura de transporte. Uma parte das fotos mostra um episódio que marcou a história da CTRT. Reunidos em um escritório, funcionários e diretoria aparecem assinando um acordo entre as partes. No início da década de 1960, a companhia, conforme moderniza suas instalações, inicia um processo de demissão de funcionários. Para demitir operários que tinham estabilidade³¹ a diretoria da fábrica resolveu, então, oferecer aos mesmos "a casa onde moravam" como indenização em troca desse direito. (PANET, 2002, p. 37).

O material fotográfico se mostrava rico para um exercício metodológico: a foto-elicitación, uma entrevista estimulada e auxiliada pela utilização de imagens. Nos encontros anteriores à sessão, encontrei Dado para explicar o propósito do exercício, e combinar um dia em que ele tivesse disponibilidade para passar algumas horas observando essas fotos antigas comigo. Agendamos para o dia oito de junho. Eu e meu orientador separamos, assim, cópias impressas das fotos (em tamanho A3 para uma melhor visualização), que levei comigo nesse dia.

³⁰ O projeto recebeu apoio do CNPq, através do edital 03/2009, e do fundo Lilia Coelho.

³¹ Entre 1962 e 1965, a estabilidade dos operários com dez anos ou mais de vínculo, garantida pela legislação trabalhista vigente, constituía um entrave para as demissões pretendidas pela CTRT. A implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1966, ajudou a companhia a solucionar esse problema: "Os trabalhadores com 10 ou mais anos transformaram-se em optantes do FGTS, passando a receber a casa como indenização pelo tempo de trabalho". (MACEDO, 1988).

Encontrei Dado antes mesmo de chegar a sua residência, sentado na soleira da casa de um vizinho. Acomodei-me ao seu lado e começamos a observar as fotos ali mesmo.

A primeira foto da pasta mostrava uma imagem aérea de Rio Tinto, como mostra a FIG. 44. Esperava provocar em Dado um grande efeito com esse retrato. Isso porque ele permitia ver todas as instalações da fábrica e grande parte da cidade, em uma imagem de época. Ansiava, assim, por uma experiência extremamente informativa, com meu interlocutor apontando para os prédios, um a um, e explicando o que acontecia em cada um dos setores da CTRT. Para minha surpresa, depois de observar o retrato por mais de um minuto, Dado me falou que não tinha nada para dizer sobre aquela imagem. Perguntei o que era reconhecível para ele, que me respondeu:

- Rapaz, sabe que eu não sei o que é isso aqui. Que é Rio Tinto, é. Olha aqui a igreja. Mas eu não tô reconhecendo mais nada não.

Figura 44 - Imagem aérea de Rio Tinto





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Na hora fiquei meio frustrado. Só depois percebi que Dado talvez nunca tivesse visto uma imagem aérea de Rio Tinto antes. Seu ponto de vista sempre foi outro. E é impossível reconhecer aquilo que não é conhecido.

Inversamente, fotos nas quais eu não enxergava muito potencial se mostraram extremamente funcionais, rendendo muito mais informações do que eu podia imaginar. Como a segunda foto da pasta, só mais uma entre as dezenas de fotos que mostravam empregadores e empregados assinando o acordo citado acima.

Assim que bateu os olhos no retrato, Dado começou a indicar o nome de cada um que aparecia na foto e o cargo que ocupava na fábrica:

- Repara aqui. Esse daqui é o Cione. Esse foi diretor da fábrica. Esse. Esse outro aqui é o seu Hoffman. Também era um dos membros da diretoria da fábrica. E aqui é Décio Fagundes. Esse era chefe de escritório. Tudo já morreu (FIG. 45).

Figura 45 - Acordo entre a CTRT e alguns funcionários mencionados por Dado





Cione, diretor da CTRT.



Hoffman, diretor da CTRT.



Décio Fagundes, chefe de escritório da CTRT.



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, 2016.

Repetiu o procedimento em outras fotos, reconhecendo vários colegas e diretores da CTRT, que apontava enquanto dizia o nome e o sobrenome. Ao ver um retrato em que aparecem três caminhões enfileirados deixando a fábrica, como mostra a FIG. 46, Dado comenta:

- Aqui, é lá onde vocês estão. Aqui é onde fica hoje a universidade. Aqui era a seção de embarque. Olha o escritório aqui, está vendo? Aquele de lá. Olha ele aqui. Esse aqui era o corredor. Tinha uma sessão aqui que embarcava fazenda para Cabedelo. Tudo isso aqui era caminhão com fazenda. Fazenda, que transportava pro exterior, a companhia, na época. Eles faziam tecido aqui, fabricava e embarcava pra Cabedelo. Aí de Cabedelo ia para um navio. Olha a garagem do carro. E aqui era a seção de embarque. Era caminhão. Saia tudo em fila. Com a placa aqui, Rio Tinto. Tinha caminhão da companhia e vinha de fora também.

Eu – Saía caminhão todo dia?

D – Saía. Aqui, não tem o corredor, onde tem a serraria? Ali era a seção de embarque. Justamente, era isso daqui, tecido. E aqui era a garagem.

Figura 46 - Antiga seção de embarque e desembarque da CTRT



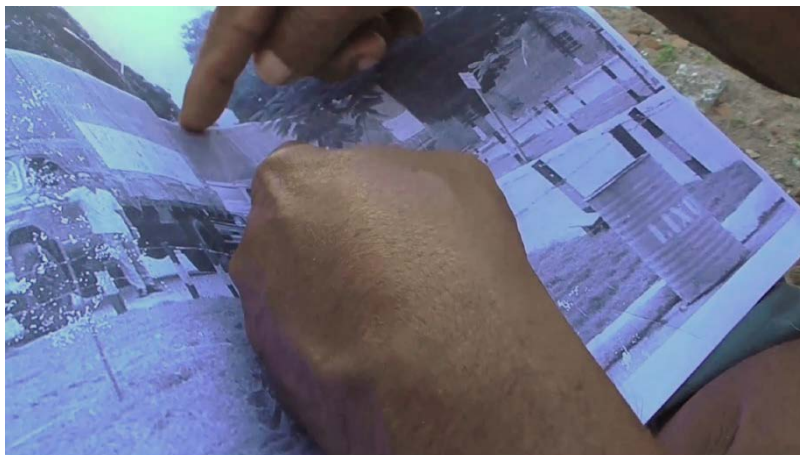
Escritório



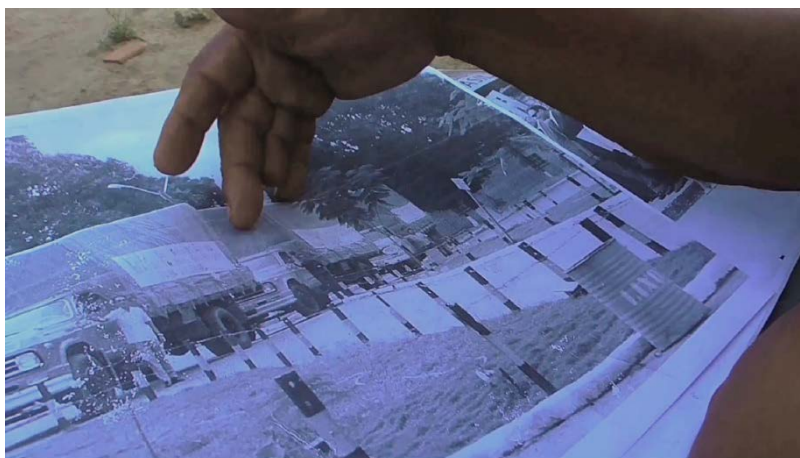


Corredor

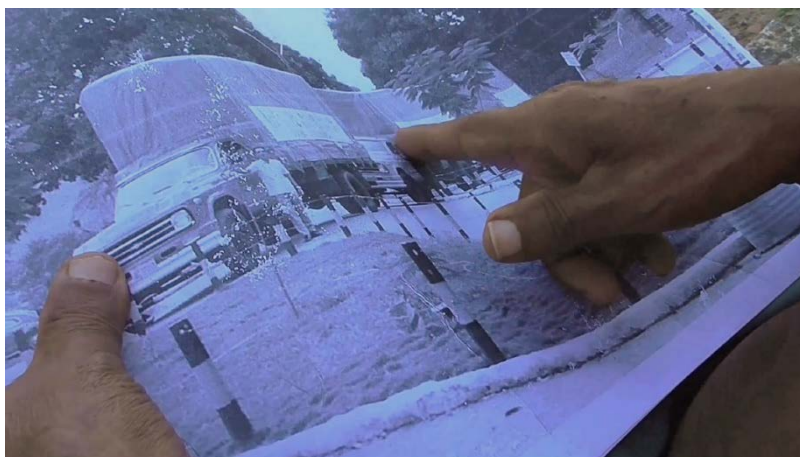




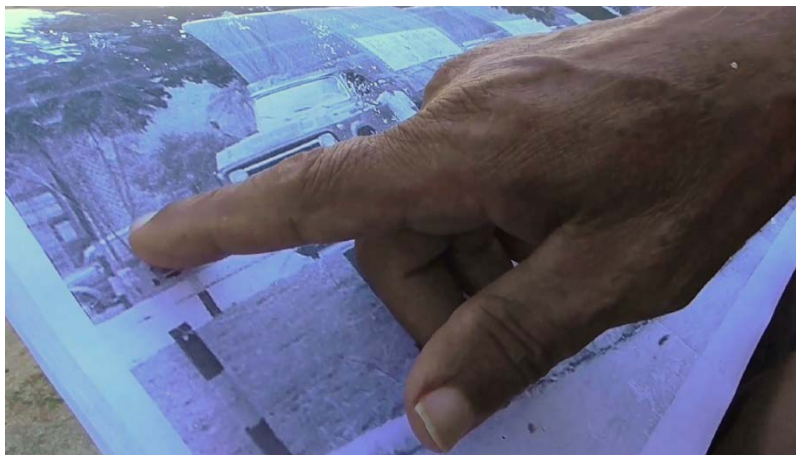
Corredor e seção de embarque



Seção de embarque



Caminhões carregados com tecidos da fábrica de Rio Tinto



Garagem

Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Na próxima imagem, pessoas aparecem amontoadas em frente a uma das entradas da fábrica, onde é possível ler: Rio Tinto está crescendo com o Nordeste para o bem do Brasil (FIG. 47).

D – Aqui foi a inauguração da fábrica. Olha aí [lê a faixa], Rio Tinto está crescendo com o Nordeste para o bem do Brasil.

Eu – Tem muita gente daí que trabalhou com você?

D – Trabalhei com tudinho.

Figura 47 - Inauguração da fábrica





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Em uma foto em que aparecem apenas funcionárias mulheres, Dado reconhece algumas ex-colegas de trabalho (FIG. 48).

– Essa daqui é Ná. Essa Ná mora ali.

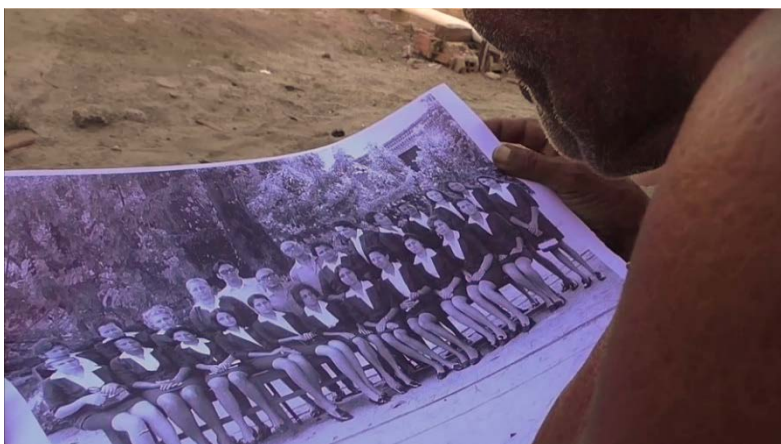
Eu – É mesmo? Qualquer dia o senhor pode me apresentar ela?

D – Vou. Vou. Marlene! Essa daqui é comadre minha. Conheci essa também. Nair. Conheci. Conheci essa daqui, que morreu. Essa daqui é tia dessa mulher que mora aqui [aponta para uma casa que fica na esquina].

Eu – Elas trabalhavam todas no mesmo lugar?

D – Escritório. Isso daqui tudo é escriturária. Rapaz, tudo novinha. Daqui já morreu muitas.

Figura 48 - Funcionárias da CTRT





Ná, vizinha.



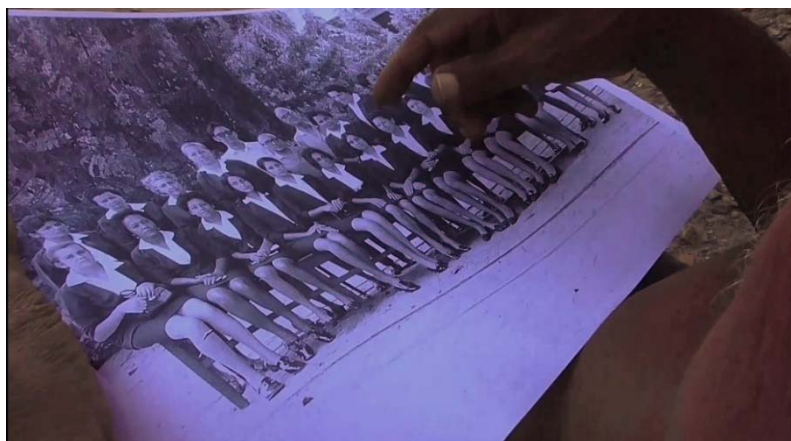
Marlene, comadre.



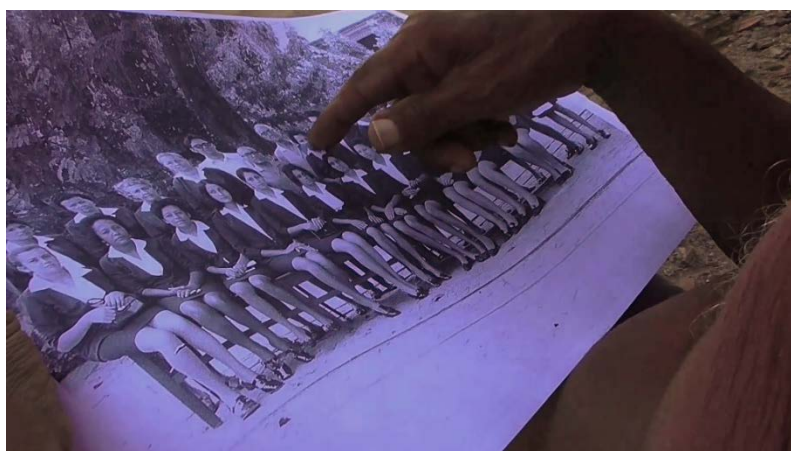
Conhecida não nomeada.



Nair.



Conhecida falecida,
não nomeada.



Tia não nomeada de
uma vizinha, cuja casa
é indicada.



Casa da vizinha
apontada.



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Em seguida, começa uma sequência de fotos da assinatura do acordo entre patrões e empregados. Dado olha atentamente uma por uma, apontando aqueles que reconhece, e comentando o que lembra da ocasião (FIG. 49).

Figura 49 - Acordos entre a CTRT e funcionários





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

– Esse daqui era o maior amigo meu, Irineu. Esse daqui era funcionário do INPS, filho dele. Dona Júlia. Essa é comadre Nazinha. Isso era na entrega das casas mesmo, que os caras compraram. Deram pelo valor dos anos, né. Eles deram as casas pelo tempo de serviço. Aí o cabra continuava do mesmo jeito trabalhando. Agora, aquele tempo que ele tinha ele perdeu, né. Aí ficava como o novo operário, entendeu? Não tinha mais direito ao que tinha antes (FIG. 50).

Figura 50 - Um acordo específico e alguns conhecidos de Dado



A



Irineu.



Filho de funcionário do
INPS.



Dona Júlia.



Comadre Nazinha.

Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Olhando para outra foto, Dado começa a resmungar e bater no retrato (FIG. 51).

D – Esse daqui era um filho da puta.

Eu – Por quê? Não gostava dele?

D – Tinha raiva demais desses cabras. Eu não trabalhava pra esses cabra não. Trabalhava um horário folgava três.

Eu – Não gostava dele por quê?

D – Era tudo babão. Chaleira da companhia.

Figura 51 - "Chaleiras" da CTRT

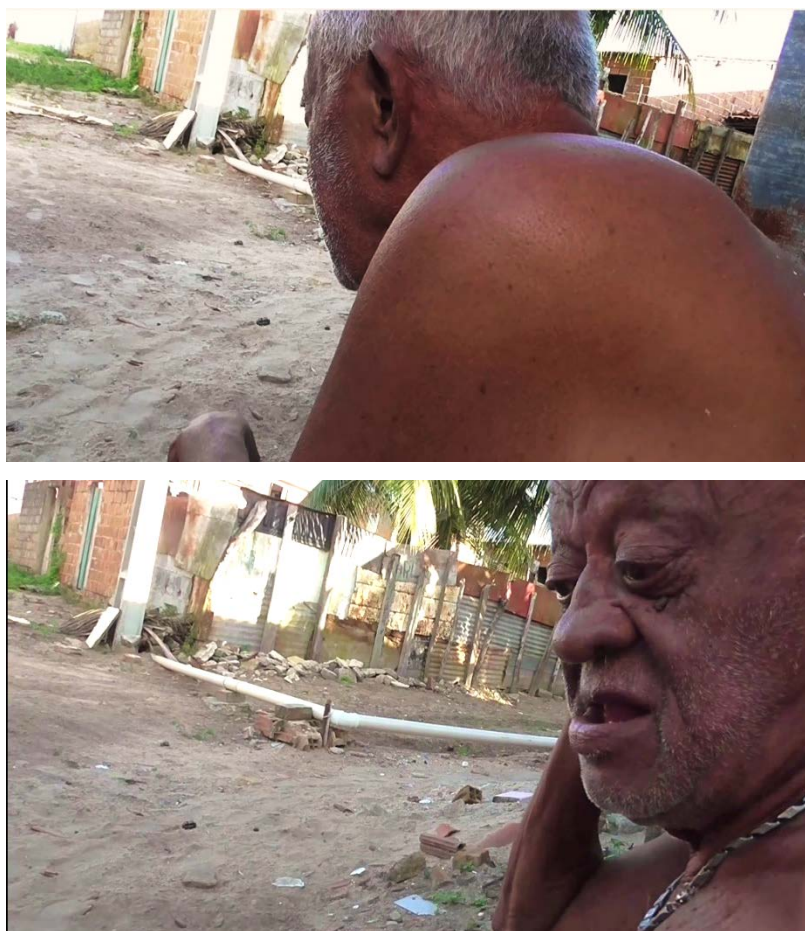


Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Eu –Eu não conheço essa gíria. O que é chaleirar?

D – É bajular. Você fica num canto, não faz nada, e o cabra corre e vai dizer a seu chefe. Ou falar “fulano fez isso”, sem você fazer. O cara entregava o cabra, né. Você não fazia nada. Aí o cabra com raiva de você, dizia coisa que você não fazia (FIG. 52).

Figura 52 - Dado explicando o que é "chaleirar"



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Comecei a rir. Isso porque não conhecia a expressão “chaleira”, mas conhecia muito bem o tipo ao qual Dado se referia. “Pelego”. É o equivalente para “chaleira” no meu ambiente de trabalho. As palavras mudaram, mas a essência continua a mesma. Mais uma vez, me senti próximo de Dado, apesar da distância geográfica e geracional que nos separa³². O universo do trabalho continua guardando semelhanças, que unem trabalhadores de diferentes tempo e lugares. Dado continuou.

- Se eu arrumei alguma coisa, arrumei do meu esforço. Ninguém me deu de mão beijada. O que eu tenho foi tudo do meu suor. Meu trabalho. E peço a Jesus que todos os que trabalham arrumem também.

³² Quando eu afirmo que há uma distância que me separa de Dado é devido a particularidades da minha história pessoal. Primeiro, em relação ao ofício, sou jornalista e não operário; segundo, em relação ao local de origem, sou natural de São Paulo e não da Paraíba; terceiro, não pertenço à mesma geração de Dado, já que nasci em 1979 e ele em 1930.

É frequente, nas conversas com Dado, ele demonstrar solidariedade pelos outros trabalhadores.

– Todo mundo que trabalha a tendência é o quê? Se aposentar, não é. Aí tem gente que se aposenta, e ainda fica trabalhando. Mas rapaz. Deixa o trabalho pra outro, que não tem. Se você é um professor. Trinta anos de professor. O que você queria, deus lhe deu. Aí você se aposentou, com seu salário bom. Aí tem eu, que faço o mesmo que o seu serviço. Tô parado. Aí seu patrão disse que você vai continuar trabalhando. Aí você, sendo um cara de coração bom, você vai fazer o quê? Vai dizer “vamos fazer o seguinte”. “Em vez de eu trabalhar, bote esse aqui”. Mas tem gente que não. Se aposenta, e morre trabalhando. Eu mesmo, graças a Deus, me aposentei em 91. Nunca passei fome, nunca passei sede, nunca dormi no chão. Como todo dia. O que mais eu quero?

As fotos já tinham terminado, mas a conversa continuou, e Dado começou a comentar sobre a relação entre patrões e empregados. E mais uma vez me surpreendeu, ao demonstrar com clareza que tinha a consciência de qual era o papel de cada um dentro do esquema produtivo capitalista.

- Olha, eu nunca vi um rico enriquecer um pobre, já visse?

Eu [rindo de novo] – Não.

D – Se você não trabalhar, não se esforçar, você não arruma nada. E o pobre trabalha pro rico. Chega um cara, monta uma firma aqui, ele não vai trabalhar. Tem que arrumar operário. Aí o operário trabalha pra quem? Pra ele enriquecer. Depois de enriquecer, acabou-se.

Nesse momento, o dia já se punha. Precisava tomar outro rumo. Me despedi com sincera gratidão pela experiência e pelas palavras.

2.10 Dia seis de julho

Dia seis de julho foi uma ocasião em que o trabalho de campo rendeu bastante. Não programara nada de especial para a realização da pesquisa naquela data. Mas acredito que a regularidade das visitas, em determinadas ocasiões, acabou levando a circunstâncias que proporcionaram experiências mais ricas do que aquelas que o pesquisador conseguiria levar a cabo caso tivesse algum tipo de planejamento prévio.

Apesar de não ter agendado nada com Dado para esse dia, nossos encontros

às quartas já aconteciam de maneira tão rotineira que se tornaram quase um acordo implícito. Por isso não me surpreendi quando, ao encontrá-lo, ele disse que estava a minha espera.

Estava sentado em uma calçada alta, ao lado de um outro senhor que aparentava ser um pouco mais jovem. Dado logo me apresentou Moisés, 78 anos, amigo de infância e ex-colega de serviço, que trabalhou na CTRT durante treze anos. Expliquei sobre a pesquisa, e perguntei se ele se importaria de participar da nossa conversa. Moisés prontamente assentiu. Começamos a conversar, e logo descobri que um papo entre velhos amigos pode ser bem mais revelador do que qualquer entrevista direcionada.

Moisés, que é natural de Tramataia, começou me contando um pouco de sua trajetória (FIG. 53).

Figura 53 - Moisés comentando sobre o trabalho de sua avó na CTRT



Fonte: fotograma de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

M – A minha avó era chefe cozinheira dos Lundgren. Tinha nome. Aí viemos para cá tudinho, me trouxe pra cá. Minha mãe morreu também. Aqui eu me criei e aqui eu me fiz graças a deus.

Moisés começou a recordar a Rio Tinto em que ele e o amigo viveram na juventude, falando sobre o clima de tranquilidade e segurança que reinava na cidade. O policiamento, naquela época, era feito pela da CTRT.

M – Isso aqui era aberto, não tinha nada. O vigia andava pela rua, com o rifle.

D – No meu tempo, de solteiro, eu morava ali embaixo. Eu nunca, quando saía de casa, fechava a porta. Escorava com pano. Aí eu chegava uma, duas da

madrugada, só empurrava a porta e entrava. Hoje você não faz isso. Meu pai perguntava “meu filho, vai chegar que hora?”. E eu dizia, vou demorar pai. A porta vai ficar escorada viu, com pano. E ele dizia “escore”. Pronto.

A tranquilidade, porém, tinha um preço. Na verdade, a rotina dos trabalhadores era rigidamente controlada pela companhia³³.

M – Tinha uma praça, tinha um cinema lá, até nove horas que ficava as crianças de menor. Depois ia embora todo mundo para as suas casas. Se o cara pegasse no meio da rua, já viu. No tempo da gente, era obediência né. Nove e meia a gente tava todo mundo dentro de casa, deitado, as crianças. E até dez e meia, nós largávamos de dez horas (o turno), dez e meia quem eles pegassem na rua, já viu. Pra fazer uma brincadeira em casa, tinha que avisar.

D – É. Tirava uma licença (FIG. 54).

Figura 54 - Dado e Moisés falam sobre a influência da CTRT na rotina dos operários



³³ Sob a estratégia de controle dos trabalhadores, além da educação, da saúde e do lazer, a CTRT também cuidava da segurança. Como destacam Panet (2002) e Mello (2002), o acordo de isenção de impostos, fechado entre governo estadual e a CTRT, homologado em 1920, garantia a ingerência desta última, justificando um policiamento próprio. Como bem destaca Mello, tratava-se de uma "milícia privada de vigias da Companhia de Tecidos Rio Tinto que convertem a área em foco de espionagem, capanguismo e violência" (2002, p. 88). Essa milícia, segundo Panet era composta pelos denominados "batedores", os quais, "exerciam suas funções com crueldade e por vezes sem limites", boa parte recrutada nas "áreas mais perigosas dos sertões e caatinga do interior dos Estados, trabalhadores acostumados com o cangaço e com a justiça feita pelas próprias mãos" (2002, pp. 35-36). Depoimentos apresentados pela autora dão conta da vigilância constante das famílias, para evitar fugas.



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Segundo Dado, a vida de antigamente era difícil, mas era boa.

– Antigamente, uma comida, você comia com gosto. Era o quê? Torrava uma carne numa panela de barro. Tudo de barro. Não tinha gás. Era no fogão velho, na lenha. No carvão. E era bom. Hoje, se não tiver o gás, você não faz o que comer.

Ainda que os dois gostassem de lembrar das coisas boas do passado, a condição de pobreza vivida pela classe operária naquela época não deixou de ser comentada. Itens básicos para a vida doméstica eram artigos de luxo (FIG. 55).

Figura 55 - Dado contando sobre a falta de móveis





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

D – Eu quando me casei, eu não tinha uma cama pra dormir. Sabe em que eu dormi, mais a mulher? Numa espreguiçadeira.

Já conhecia a história, mas aproveitei para perguntar uma dúvida que surgira já na primeira ocasião que Dado fez o relato.

Eu – Mas como dorme em dois numa espreguiçadeira?

D – Eu dormia, ela em cima de mim e pronto. E foi-se embora. Né Moisés. Aí com os dias, apareceu Ivan Pinto e montou uma movelaria. Em Mamanguape. Era móvel. Não era essas merda de engomerado não. Era de madeira. Aí eu fui lá, e disse para seu Ivan, “eu me casei e nem cama eu tenho”. Ele disse “o que é que tu queres?”. Eu disse “uma cama, uma cômoda, um petisqueiro, quatro tamborete e uma mesa”. Aí veio. Aí fiquei pagando. Quando terminei veio umas cadeira de balaio, umas redondas de ferro. Aí eu pedi quatro cadeira. Aí quando eu larguei (o turno) era gente lá em casa. Mas era gente. Na porta. Aí eu pensei, será que a mulher morreu? Ou a mulher morreu ou tá pegando fogo lá em casa. Tem gente demais. Repare mesmo. Só pra quê? Pra ver quatro cadeira que eu comprei. Pra mim a mulher tinha morrido.

E me disseram “sabe o que é seu Dado, é que as cadeiras são bonitas demais” [risos].

Os móveis não eram os únicos itens de difícil aquisição para os trabalhadores. Comprar roupas prontas, por exemplo, também não era um hábito comum.

D – Tinha loja aqui de vender fazenda. Você comprava por metro. Comprar camisa feita. Roupa feita. Bermuda. Não existia isso não. Quanto era um cheque daqui na época, Moisés?

M – Vinte mil réis.

D – Vinte mil réis. E nós comíamos, fazia tudo.

M – Mas também não tinha nada dentro de casa, né. Não tinha televisão, geladeira, nada.

D - Hoje você ganha... Eu mesmo. Todo mês eu recebo 880. Hoje. Quando for amanhã, já estou liso (FIG. 56).

Figura 56 - Dado e Moisés comentam sobre as lojas de tecidos



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Vale lembrar que a própria companhia intercedia para manter o custo de vida

baixo na cidade, vendendo comida a preço de custo, fazendo contratos de aluguel com valores abaixo da média, fornecendo refeição para os operários. Essas benesses garantiam, antes de mais nada, a possibilidade de manter os salários dos trabalhadores abaixo da média nacional, possibilitando uma produção com valor mais competitivo para o mercado de tecidos.

D – Na época da companhia tinha um viveiro, de peixe. Quando chegava a época da semana santa, eles iam pescar. Aí trazia um caminhão cheio de peixe, pra vender, dar para os operários. Era peixe demais.

M – Tudo aqui era barato.

D – A companhia tinha um caminhão exclusivo para ir buscar as frutas, na propriedade. Tanque. Vinha farinha, laranja, banana, jaca.

A oferta de produtos por um valor baixo permitia a manutenção de salários diminutos, que deram origem a práticas de consumo diferenciadas, como a comercialização de produtos fracionados. A pouca renda também estimulou nos trabalhadores o uso de recursos disponíveis na região para substituir os diversos bens de consumo que não conseguiam adquirir comprando (FIG. 57).

Figura 57 - Dado sobre os produtos disponíveis / indisponíveis e custo de vida





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

D – Eu me lembro. Chegava e pedia, me dê dois tonho de bombom. Dois tonho a gente comprava. Um tostão. Meia quarta de carne de charque. Uma quarta. Hoje ninguém vende. É de meio quilo pra cima. Perfume! Não existia não. Sabe o que era aqui o perfume da gente? O cabra com a maletinha, passava gritando “olha o óleo”. “Me dê uma grama de óleo”.

M – Óleo de capim, né.

D – Aqui não tinha perfume não. Essa turma tomava tudo banho com sabão de coco. Não existia esse negócio de sabonete bom. No meu tempo não existia isso. Hoje não. Perguntam “Que sabão que é? Quero alma de flores”. Antigamente a gente tomava banho com melão misturado com sabão. A gente tinha piolho na época. Antigamente, aqui. Aí você passava o pente saía aqueles piolhos. Aí tinha que tomar banho de melão para acabar com os piolhos.

Eu – Melão é uma fruta?

D – É um mato que tem. Ele bota uma frutinha, aí pega. O melão, ninguém mais aqui usa. A valmora. Bucha. Conhece bucha? Você tirava ela, deixava ela secar, aí tirava as sementes todinhas e lavava prato com elas. Hoje, ninguém quer mais. Compra uma porra de uma esponja do tamanho de nada... Hoje é tudo agora na mordomia. Água. Os canos aqui, enferrujado, nunca morreu ninguém. Hoje o cabra toma água, fala “não, água da torneira não”. Às vezes, você abria a torneira saía aquela água amarela. De ferrugem. Aí você deixava, ela ia limpando, limpando, aí você tirava pra beber. Hoje não. Você tem água limpa, da CAGEPA. E dizem “não quero não, quero água mineral”.

M – Quando eu fui eletricitista aqui, só tinha luz dentro de casa contramestre. Eu

com 17 anos, passei para eletricitista, morava lá em cima, em frente à torneira. Aí botaram água e luz nas casas. Quando cheguei aqui, a multidão me pega nos braços (FIG. 58).

Figura 58 - Moisés narra seu sucesso como eletricitista





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Dado lembrou das plantações de eucaliptos que tomavam grande parte da região na época em que a CTRT estava na ativa. O plantio e a extração de árvores eram necessários para o abastecimento da usina que mantinha a indústria funcionando³⁴.

– Aqui, de manhã cedo, você descia aqui tinha um caminho, o cheiro era só de eucalipto. Eucalipto aqui. Eucalipto aqui. E o caminho no meio. Você ia até o rio, tomava um banho fresco.

M – Naquela época tinha o chamado paludismo. Quando o tempo [época de chuva] fazia isso... Tá lembrado?

D – E eu não peguei?

M – Quando pegava, você ficava tremendo assim de febre. Aí com a companhia acabou. Botou eucalipto em todos os cantos aqui. Aí com os eucaliptos, acabou.

D – Eu peguei um paludismo, que eu ia para o sol quente, quente, não venciam. Para eu dormir, era duas redes, uma por cima da outra (FIG. 59).

³⁴ A plantação de eucaliptos por iniciativa da CTRT, de acordo com Mello (2002), tinha também a função de, junto com obras de saneamento, combater as inundações dos rios e riachos que atravessam Rio Tinto, gerando doenças tropicais.

Figura 59 - Dado e Moisés falam sobre paludismo



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Depois de contarem sobre o paludismo, Dado e Moisés começaram a comentar sobre os muitos remédios naturais que eram usados na época, para combater diversos tipos de enfermidade. E sobre os muitos alimentos que ainda podem ser encontrados entre a vegetação local, mas que não são bem aproveitados pelas novas

gerações.

D – Rio Tinto, em medicina de planta, Rio Tinto é rico. Aqui tem mato, por aqui, que é um remédio bom, mas ninguém toma. Só quer ir pra farmácia. Você leva uma queda, que deus lhe defenda, vai ali e pega uma valmora. Passa no liquidificador, toma ela. Uma arnica. Mais ninguém quer saber. O agrião, é uma planta boa ou não é pra se comer? Aqui se perde. Ninguém come. Ali tem de monte. Eu digo, comi muito disso aqui no Rio de Janeiro. E me dizem “mas Dado, tu é porco”. É porco... Agrião.

Eu – O que mais vocês comiam?

D – Tomate dava no quintal da gente, rapaz. Assim, no quintal. E era tomate legítima. Das miudinha. Parecia gogoia, aqueles cachinhos, a coisa mais linda do mundo.

M – Sentava e comia cru. Botava na boca.

D – Hoje o cabra tem um pezinho de tomate no quintal, corta. Limpa o quintal. Bredo! Já comeu bredo? É um mato, ele tem a folha larga. Ele é bem verdinho. Você tira, despela ele todinho, escalda ele bem escaldado. Depois de escaldar, bota ele numa vasilha, bota o coco, bota tomate, bota cebola. Pega o mesmo tempero de peixe. Quando ele tá bem preparado, você come ele, não quer o peixe.

M – É gostoso.

D – Uma coisa que tinha aqui, que ele via. Conhece gravatá? Você descasca ele, comia que nem uma banana. Bom. Eu comia direto. Ali tinha muito. De manhã cedo assim, aquele mato durinho, eu tirava, descascava ele e comia.

M – Se não descascasse direito cortava a boca (FIG. 60).

Figura 60 - Dado e Moisés falam sobre a riqueza da vegetação local





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Saudoso da riqueza natural da região, que aos poucos vai se esvaindo, Dado se queixou das transformações sofridas após a chegada das usinas. Grande parte da área é hoje dominada pela monocultura de cana-de-açúcar³⁵.

– Depois que a usina tomou conta desses terreno, acabaram com tudo. Mas tinha muitas coisas boas.

2.11 Dia 26 de agosto

O trabalho de campo no dia 26 de agosto foi atípico. Isso porque consistiu na única ocasião em que realizei essa tarefa em conjunto com outro pesquisador. No

³⁵ Segundo Panet (2002), no processo de crise econômica, especialmente de decadência da indústria têxtil do nordeste diante da pressão da concorrência das indústrias do sul, na década de 1970, a CTRT vai pouco a pouco desativando suas instalações. De 1981 a 1985, a maioria das terras de sua propriedade é vendida para as destilarias de álcool, para o plantio de cana-de-açúcar sob incentivo do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), de 1975. A fábrica fechou suas portas nos anos de 1990, de acordo com Mello (2002).

caso, minha companheira, Simone de Macedo, cientista social e mestre em comunicação. A mudança teve dois objetivos principais. Primeiro, testar a reação dos meus interlocutores à presença de outro pesquisador. Isso para analisar a viabilidade de contar com eventuais colaborações, afetivas e operacionais, podendo assim compartilhar as dificuldades inerentes a qualquer trabalho de campo. Além disso, a visita acompanhada tinha o objetivo de atender a um anseio dos meus interlocutores.

Com o estreitamento do meu relacionamento com eles, fui por diversas vezes apresentado a familiares e pessoas importantes de seus círculos de convivência. À medida que o tempo ia passando, meus novos amigos também se mostravam desejosos de conhecer as figuras importantes da minha vida, que muitas vezes eram citadas em nossas conversas. Há tempos o convite para que minha companheira visitasse Rio Tinto estava sendo feito, mas só conseguimos viabilizar o fato nessa data.

Chegamos à cidade um pouco depois das nove da manhã, e fomos direto para a casa de Dado. Lá, fui informado por seu neto que ele tinha ido até a venda para fazer algumas compras. Como já conhecia o local onde Dado usualmente realizava as pequenas aquisições do dia a dia, fui até lá para tentar encontrá-lo. Ele estava conversando com um amigo, sentado na porta do pequeno estabelecimento comercial. Quando me viu, logo entoou uma saudação calorosa:

- Ô, meu professor! Que surpresa boa ver você por aqui!

Achando graça por ter sido alçado à figura de professor, cumprimentei Dado e depois apresentei ele para Simone. Parecendo feliz com a visita, ele logo me deu um puxão de orelha por não ter avisado que estaria acompanhado naquela ocasião. Ressentia-se por não ter preparado algo mais elaborado para o nosso encontro, um almoço ou coisa que o valha. Apesar de termos insistido veementemente que tais protocolos não eram necessários, ficou claro que Dado fazia questão de receber do seu jeito qualquer visita que aparecesse em sua casa.

A preocupação excessiva do meu interlocutor com o nosso bem-estar, aliás, permeou todo o tempo de visita, fazendo com que o foco na pesquisa ficasse prejudicado em determinados momentos. Mas, ao caminharmos para sua casa, o desenrolar dos acontecimentos mostrou que estar acompanhado de alguém que ainda era estranho ao ambiente de meus interlocutores também traria suas vantagens. Foi significativo o fato de todos com quem conversamos terem repetido algumas das histórias que já vinham me contando durante os meses de pesquisa. Essas histórias,

apesar de já conhecidas, foram reproduzidas de maneira mais didática e com um maior grau de detalhamento, como fazemos quando estamos tentando iniciar alguém em algum assunto, proporcionando relatos únicos que se mostraram extremamente claros e úteis.

Ao nos aproximarmos da casa de Dado, Batista se aproximou para nos cumprimentar. Apresentei Simone para ele, que logo perguntou se ela estava gostando da cidade. Começamos a conversar sobre Rio Tinto, suas peculiaridades, sua história, seus trabalhadores. Quando percebi que a conversa estava se transformando num relato detalhado sobre as condições de vida do operariado da região, pedi permissão para ligar o gravador. Naquele momento, Batista comentava que o trabalho na fábrica era bastante puxado. Segundo ele, muitos operários eram obrigados a comparecer ao serviço mesmo quando estavam doentes.

– Tinha que estar com muita febre, alta mesmo, pra eles cederem o dia pra pessoa. Mandava buscar em casa. Os vigias vinham buscar em casa para trabalhar. Os vigias eram os capangas deles [dos Lundgren].

Batista ainda não era nascido quando os Lundgren chegaram à região, mas conta o que ouviu das pessoas que presenciaram o acontecimento.

– Quando eles chegaram aqui, chegaram pra remarcar o terreno pra eles. “Vamos botar o marco aqui”. Aí botava o mastro. Abria picada e saía levando. Falava “isso daqui é meu” e saía marcando.

Uma grande porção de terras era necessária para que os Lundgren levassem a cabo o empreendimento de erguer um polo industrial no interior da Paraíba. Isso porque, além do terreno necessário para sediar a fábrica, as terras também eram imprescindíveis para prover recursos extraídos da natureza (como madeira para a usina, água e alimentos) e para a instalação de outras construções necessárias à edificação e ao funcionamento, tanto da indústria, quanto da vila³⁶.

³⁶ Já em 1924, quando da inauguração da CTRT, de acordo com Vale (2012), além da estrutura da fábrica, foram criadas seções subsidiárias e também uma área externa à da produção. A estrutura da fábrica incluía a tecelagem, fiação, abertura, preparação e tinturaria. Havia uma usina de energia elétrica própria. As seções subsidiárias eram compostas pela: oficina mecânica, serraria, carpintaria, oficina de fundição, pequeno cais, fábrica de tijolos (olaria) e telhas. Fora da área de produção havia: clube, pomar, padaria, três escolas masculinas e seis femininas, serviço sanitário e 960 casas para operários. Acrescenta-se a essa área o Cine Orion, segundo Mello (2002). Após 1924, a CTRT amplia sua aquisição de terras e instalações. Segundo Vale (2012): em 1928, adquire terras em Salema, Patrício, Preguiça, Rio Vermelho e Gameleira; em 1934, cria novos espaços externos à produção, como o hipódromo, campo de futebol, açougue, lojas comerciais, fábricas de gelo e providencia mais casas para operários, totalizando 1700 moradias; em 1938, instala uma nova seção de tecelagem na Vila Regina; em 1942, adquire Engenho Novo e Uriúna, no município de

B – Eles fizeram tijoleira, para fazer tijolo, pra fazer essas casas todinhas. Fizeram a igreja. O Orion. O INSS. Foi tudo eles que fizeram. Construiu a fábrica. Com tijolo feito por eles mesmos, daí da olaria. Tem uma olaria grande, enorme, aí. Essas telhas dessas casas foram feitas todas lá também (FIG. 61).

Figura 61 - Batista fala sobre a Olaria da CTRT e seus tijolos



Canguaretama / RN; em 1944, compra terras em Itapicirica; em 1949, adquire terras em Piabas; em 1950, em Outeiro; após esse período toma indevidamente as terras do povo potiguara em Monte Mór e São Miguel da Baía da Traição. Em 1959, os "prédios e terrenos anexos à indústria" somavam 70.262 m² e os "prédios e terrenos não integrados à indústria" constituíam 268.387 m² (MACEDO apud VALE, 2012, p. 75). Soma-se a isso uma ferrovia particular (MELLO, 2002).



Fonte: fotograma de vídeo feito pelo autor, no dia da entrevista (2016); fotos feitas pelo autor (2016).

Nessa hora, Batista chamou um amigo que passava:

B - Venha Josinaldo, pra cá conversar.

Depois de me apresentar, perguntei para Josinaldo:

Eu – O senhor é nascido aqui em Rio Tinto também?

J – Nascido e criado. Sempre vejo você passando por aqui com Dado.

Falei que estava pesquisando sobre a memória dos operários de Rio Tinto, e que toda colaboração era bem-vinda (FIG. 62).

Figura 62 - O amigo Josinaldo



Fonte: fotograma de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Batista pediu a palavra, e voltou a falar sobre a influência da família Lundgren na região.

– Pra você ter a noção, aqui é a primeira cidade do mundo que é de um dono só.

Para Josinaldo, o fato de os Lundgren serem donos de praticamente tudo na região fez com que a cidade permanecesse quase imutável, estacionada no tempo.

– Se você sai daqui hoje, volta daqui a trinta anos, só muda as pessoas, a cidade não. Na cidade ninguém pode mudar nada, porque aqui tem dono.

Dado, que tinha entrado em casa para buscar mais cadeiras, apareceu nesse momento. Ao ver Josinaldo, falou:

– Cabra bom, viu. Ele é. Se você chegar, não me vendo mas vendo esse ou esse, pode se acomodar que tá em casa.

Batista puxou a conversa, pedindo para Dado contar sobre uma vez em que indígenas³⁷ da região entraram em conflito com capangas da companhia, por causa da demarcação de terras. Interessante notar que a resistência indígena faz parte da memória local desses operários.

D – Tava medindo as terras, dois cabras da companhia, foram bulir com os caras lá em cima, na aldeia, aí eles falaram: “aqui não”. Aí acabaram com eles. Foi isso mesmo, moravam ali na praça, os caras. Mataram. Picaram eles depois.

Em breves relatos, surgiam outras histórias de Rio Tinto, até o momento desconhecidas por mim.

D – Aqui tem umas histórias assim. Tinha um porqueiro, que matava porco, que morava ali. E tinha um outro galego, que eu não lembro o nome, era enfermeiro. E se encrencaram, por causa de bicho, de animal. Resultado. Um dia à noite, no bar, um cabra foi e matou o outro, retalhou ele todinho.

J – Foi por ignorância. Matou porque o que morreu tava devendo uma vaca.

Nesse momento, Dado falou que queria trazer alguma coisa para a gente comer. Agradecemos, dizendo ser desnecessário, mas a recusa foi em vão. Perguntou se Batista, que vende salgados para complementar o valor da aposentadoria, poderia trazer alguns pasteizinhos. Ele confirmou e foi em casa buscar uma porção. Dado não me deixou pagar, como na maioria das vezes. E continuou a conversa.

– É rapaz, eu graças a deus nunca tive isso. Eu brinco demais, agora desses

³⁷ Vale (2012) chama a atenção para o conflito entre os Lundgren e os índios potiguara. Estes últimos “acusam os Lundgren de posse ilegal de suas terras, em Monte Mór e São Miguel da Baía da Traição” (p. 73).

negócios de arrumar intriga nunca fui não.

Mudando de assunto, Josinaldo perguntou:

– Vocês já andaram no rio do gelo?

Eu – Ainda não fomos não. Andamos mais aqui pela cidade.

J – A nascente do rio do gelo. Isso é tudo coisa histórica. O nome de Rio Tinto, tem a ver com a nascente dele. O nome veio do rio. Foi ali que começou a história de Rio Tinto. Esse rio ainda é vivo.

D – Essa água que nós bebemos vem tudo aí do rio. Só que é tratada.

J – Eu tomava banho nesse rio, brincava de tomar banho de mergulho, hoje em dia a água tá aqui [aponta para a canela]. Imagine daqui a trinta anos.

A frase de Josinaldo mostra a preocupação dos riotintenses com as transformações sofridas pela região nas últimas décadas. Essa preocupação também é compartilhada por Dado.

– Quando chegou a usina, montou uma ligação, pra tirar água do rio pra aguar as canas.

J – Todas fazem isso. Você chegava aqui antes, sentia o cheiro dos eucaliptos daqui. Por todo canto. Hoje já não tem mais. Quando o pessoal vinha de fora, para ir pra Baía da Traição, o pessoal tinha o prazer de passar com o carro bem devagar, pra ir sentindo o cheiro. Rio Tinto sentia orgulho.

D – Rio Tinto era um lugar bonito... Acabaram com tudo.

Eu – Tinha bastante árvores frutíferas, também? Ou só eucalipto?

D – Ô... Ele mais eu, a gente roubou muita laranja junto. Laranja Bahia. Ali na fábrica. Onde é a faculdade hoje. Tinha sítio de laranja. Aqui era a riqueza, rapaz. Era um lugar rico. Ainda é.

Dado contou um episódio vivido por ele, que mostra como a riqueza natural da região ajudava na sobrevivência dos trabalhadores, provendo alimento nos tempos de dificuldades.

- O que acontece comigo eu conto, não escondo não. Eu morava nessa casa aqui, e trabalhava né. Como eles. Um dia a mulher olhou pra mim e disse “Dado, só tem farinha e feijão em casa”. Olhei pra ela e disse “vou ali”. Peguei um cordão. Amarrei tripa de galinha. Fui na maré e joguei. Não deu meia hora eu enchi um saco de siri. Almocei siri, jantei siri, tomei café com siri e tudo (FIG. 63).

Figura 63 - Dado falando sobre a riqueza natural da região



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Esses episódios ajudam a esclarecer a razão de a riqueza natural de Rio Tinto ser lembrada tantas vezes nos relatos dos operários. É uma fonte de recursos que, em inúmeros episódios, surgiu como provedora de alternativas para as carências materiais vividas pelos trabalhadores da época.

D – Em casa ninguém nunca morreu de fome. Rio tinto é um lugar rico.

J – Hoje em dia, ter ainda tem, mas pouco. Por que tem pouco? Porque as usinas começaram a jogar coisas dentro do rio.

D – Antigamente você pegava caranguejo no meio da rua. Caranguejo. Dependendo da maré, eles vinham pra dentro da sua casa. Tinha tudo demais. Caranguejo guaiamum, marisco, ostra, em dia de sábado você comprava, levava de caminhão se quisesse. Lá fora é caro. Hoje ainda, você compra aqui dez molhos de coentro, por três reais.

J – Outro dia passou um menino aqui vendendo quatro mãos de alface por um real.

Josinaldo logo se despediu, pedindo desculpas por sair, mas tinha assuntos para resolver. Agradei pela conversa dizendo que poderíamos continuar em outra oportunidade.

Um carro de som passou, encobrendo nosso diálogo. Em alto volume, um *jingle* político tomou a rua. Após a passagem, perguntei para Dado como era a relação dos políticos da cidade com a CTRT.

D – Rapaz, não tem nenhum contra a companhia não. É tudo panelinha. Eles brigam, brigam, mas depois tá tudo junto. Já viste rico brigar com alguém pra cuidar de pobre? Aquilo é na hora, rapaz. É uma coisa que eu digo: nunca vi rico intrigado um com outro. E nem enricar pobre. Tá aqui um rico. Aí tem um boi brabo lá. Aí ele chama “negão, vem cá”. Aí o pobre vai lá, amansa. Aí agradece. Depois esquece.

Nesse momento, Batista chegou com os pastéis. Dado convidou Simone e eu para entrarmos, e fazermos o lanche na mesa da cozinha. Ele ajeitou a mesa, pegou um litro de refrigerante na geladeira que serviu em seguida, e sentou ao nosso lado. Começamos a comer os pasteis e Dado, mais uma vez, se desculpou por não ter nada melhor para oferecer. Enquanto comíamos, contou algumas histórias dos dois anos que passou no Rio de Janeiro, morando com um irmão, ocasião em que conheceu Jackson do Pandeiro. Terminada a refeição, Dado sugeriu que, agora de estômago forrado, tomássemos uma cerveja, sentados na porta de casa. O que foi prontamente aceito por nós. Com o copo cheio, depois do brinde, retomamos a conversa. Mais descontraído, Dado aproveitou para fazer um convite.

– Olha, quero que vocês dois venham de novo em setembro. No sete de setembro que é feriado. Quero levar vocês na casa de um amigo meu. Que toca violão. Pra gente brincar um pouco, de música, tomar uma cervejinha.

Simone, que já ouvira e também assistira às gravações que eu fizera com Dado durante a pesquisa, elogiou sua performance como músico, que ela ainda não tivera oportunidade de presenciar.

S – Eu ouvi a gravação que você fez das músicas. Gostei. Você cantando me lembra o Cartola. Aquele que gravou *As rosas não falam*, sabe?

Dado não respondeu se conhecia Cartola. Mas com certeza conhecia a música, pois começou a cantar no mesmo momento. Ao final da apresentação, nossas palmas.

Na conversa a seguir, Dado resgatou algumas memórias do cenário musical de Rio Tinto. Das festas da cidade. Do Tênis Clube, local onde aconteciam as festividades do alto escalão da CTRT. Local onde discriminação social e racial

ocorriam de maneira sistemática³⁸.

D – No tênis clube, não entrava negro. Só entrava branco. E outra, de gravata, paletó. Eu fui cantar uma vez lá, eu era da orquestra. Sem gravata eu não entrei. Fui barrado, vim embora. Não deu meia hora, chegou o carro na porta. Aí o motorista falou “mandaram te chamar, que a orquestra está sem cantor. Não tem gravata, não? Pega a minha”. Peguei a gravata dele, borboleta sabe, aí quando cheguei falaram “pode entrar”. Entrei e aí começamos. Eu cantei nas duas orquestras de Rio Tinto já.

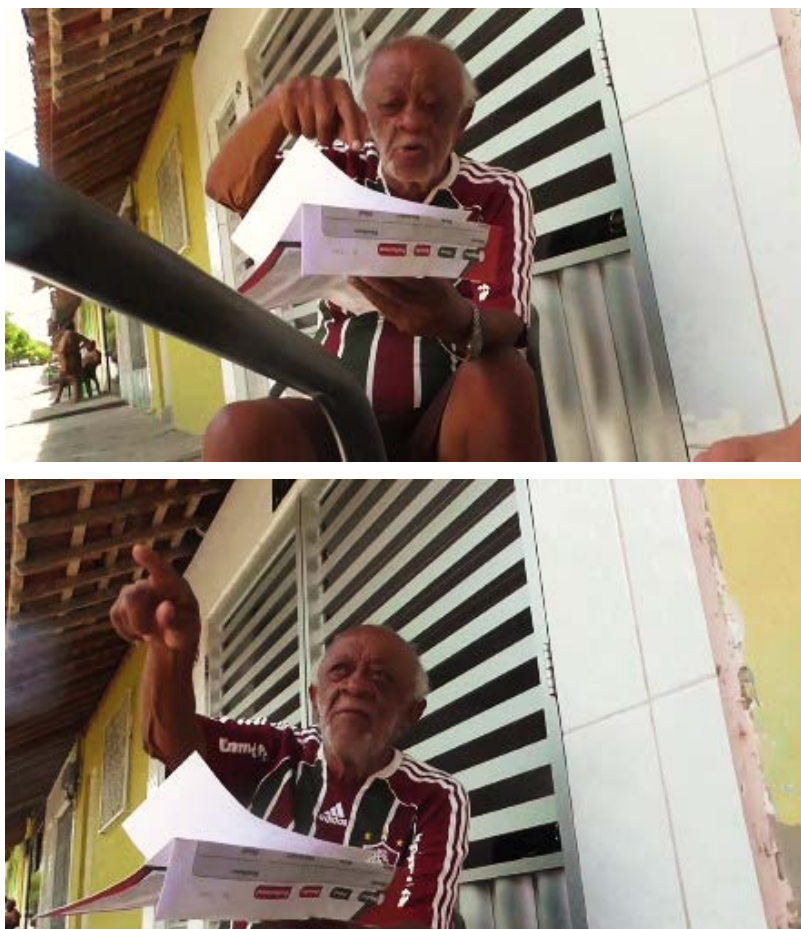
De repente Dado pediu licença, foi para dentro de casa, e voltou com uma foto na mão. No retrato, ele aparecia cantando no Tênis Clube, à frente de uma banda. Essa foi a primeira de algumas fotos pessoais que ele viria a me mostrar naquele dia, e cuja existência eu até o momento desconhecia. Apesar de eu já ter perguntado, ele nunca revelara possuir um arquivo próprio de fotografia. Não sei se por falta de oportunidade ou por desconfiança. De qualquer maneira, uma nova possibilidade se abria. Antes mesmo que eu percebesse, começamos uma sessão de foto elicitção.

D – Tá conhecendo? Foi no Tênis Clube. Agora, não ando dizendo a ninguém, não. Eu mostro, assim, só pra lembrar. Isso é do meu tempo, que eu era nego safado, do meu tempo. Mas eu não fico me pabulando não. Não vou sair na rua mostrando [aponta para uma pessoa da banda]. Esse aí é casado com a irmã do que mora aqui [aponta para a casa do vizinho da frente] (FIG. 64).

Figura 64 - Fotografia de Dado cantando no Tênis Clube



³⁸ Segundo Vale (2012), o clube era um espaço restrito aos proprietários e membros da mesma classe, além de altos funcionários da CTRT. Não era um espaço de recreação para os trabalhadores. Foi fundado junto com as demais instalações em 1924.



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Eu – Esse povo é vivo ainda?

D – É. Tudinho é vivo. Isso daqui era do tempo que eu tomava cana. Eu conhecia eles todos da fábrica. Nesse tempo eu brincava, né. Aí eu guardo de lembrança, sabe Eduardo.

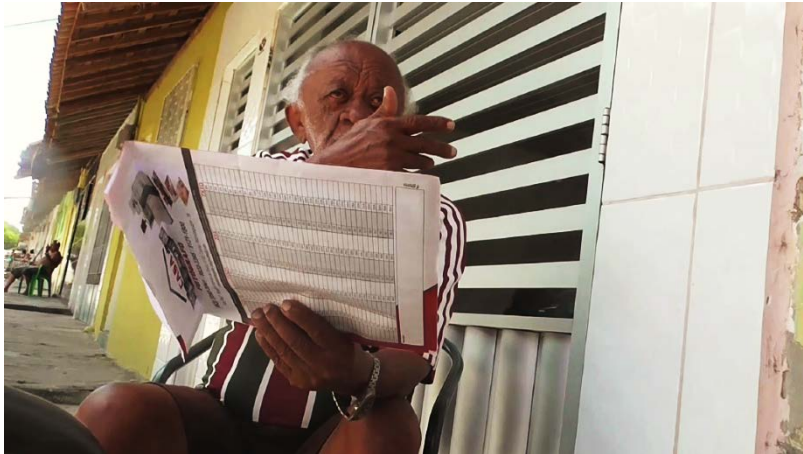
Eu – Quem tirou essa foto, você lembra?

D – Não tenho certeza. Tinha um fotógrafo aqui, que chamava Camilo.

Eu – Esse eu não conheci. Conheci um outro fotógrafo daqui, que está ajudando meu orientador com uma pesquisa, que chama Hildebrando.

D – Tá por aí ainda. Conheceu ele? Vamos lá qualquer dia? Foi ele que me deu essa cópia. Não lembro se foi ele quem tirou, mas a cópia ele que fez e me deu. Isso aqui é uma lembrança. Se eu mostrar um álbum, que eu tenho aí, do tempo que eu bebia, você morre de rir (FIG. 65).

Figura 65 - Dado comentando sobre seu álbum de fotografias



Fonte: fotograma de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Eu – Você tem um álbum, aí? Sério mesmo? E nem me mostrou?

D – Calma. Calma. Vou buscar para vocês verem.

Dado entrou em casa rápido, voltando logo em seguida, com um álbum de foto na mão. Mostrou, dando risada, um retrato dele rodeado por uma banda (FIG. 66).

Figura 66 - Dado e banda em festa de aniversário na casa do Dr. Toinho





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

D – Olha eu aqui. É. Aqui é o conjunto que eu fazia parte, a turma todinha aqui era do meu tempo. Um conjunto daqui mesmo, de Rio Tinto. Esse dia foi na casa desse doutor aqui, Dr. Toinho. Um aniversário. Aí a gente se juntava tudinho e fazia um conjunto, né.

Mostrou outra foto, também dele rodeado por músicos (FIG. 67).

Figura 67 - Dado com banda, destacando Tonho Leandro



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

D – Isso aqui era bebedeira. A gente queria beber... Olha esse daqui. É Tonho Leandro. O amigo de que te falei, pra gente ir na casa dele, que sete de setembro eu vou pra lá. Ele hoje trabalha na faculdade. É motorista. Tonho Leandro. Era meu parceiro de farra. Tá entendendo.

Aponta para outra foto (FIG. 68).

Figura 68 - Encontro de amigos no Tênis Clube



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

D – Aqui era só bêbado. Bêbado. Tudo cachaceiro. Aqui era no Tênis Clube. Onde fica hoje a igreja dos mórmons. Olha eu aqui. Bêbado, bêbado.

Eu – Quem tirou essa foto aqui?

D – Naquela época? Foi Hidelbrando. Isso é da época que eu bebia, eu não escondo não.

Eu – Essa festa aqui era por quê?

D – Isso aí era só farra, negócio de bebida. Um cabra vinha e falava “Dado, vamos?”. E eu “vamos”. Aí se juntava e ficava tudo bêbado, cantando. Onde a gente chegava, brincava.

Na próxima foto, um casal segura uma criança de colo. Dado aponta para a criança (FIG. 69).

Figura 69 - Filha mais nova de Dado



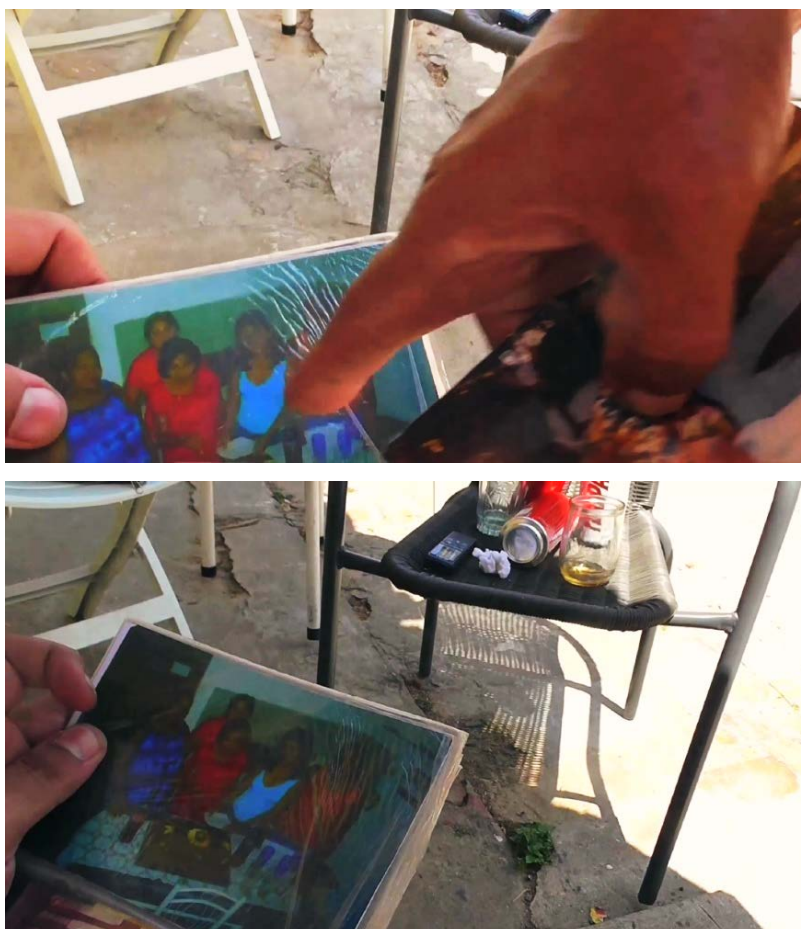
Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

D – Essa aqui é minha filha mais nova, aquela que mora ali [aponta para uma casa que fica no mesmo quarteirão]. A esposa de Joqui [seu genro, que me fora apresentado em situação anterior, e com quem também estabelecera amizade]. Esse é meu compadre [apontando para o homem]. Essa daqui... Deixa pra lá. Eu não gosto nem de ver ela.

Cinco mulheres, sentadas em uma mesa onde é possível ver um bolo de aniversário, aparecem no próximo retrato. Dado explica.

– Essa daqui é minha família [aponta para a mulher que está ao centro]. Olha minha mulher aqui, minha esposa. Essa daqui. E do lado as filhas, né. Foi aniversário. Essa é a minha velha, né. Eu morava aqui nessa casa mesmo. Eu casei com ela, ela já era mãe de quatro filhos. Graças a deus deu tudo certo, né. Aí tivemos mais seis (FIG. 70).

Figura 70 - Família de Dado



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Sobre uma foto que parece retratar um grupo escolar, ele comentou.

– Isso daqui foi um sete de setembro. Aqui era o grupo escolar. E essa daqui é minha menina. É Cleide (FIG. 71).

Figura 71 - Grupo escolar em sete de setembro



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Mostra uma foto com várias crianças, e aponta para um menino (FIG. 72).

Figura 72 - Filhos pequenos e vizinho



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

D – Sabe aquele safado que fica sempre brincando com a gente, que mora aí na frente, Biloca [aponta para a casa de um vizinho que sempre mexe com Dado quando passamos]. Ói ele aqui, com as menina. Se conhecem tudo desde pequeninho.

Quando vemos a próxima foto, que retrata Dado tocando um pandeiro e rodeado por músicos, ele comenta.

– Isso aqui foi na usina Miriri. Olha eu aqui. Aqui era o conjunto de seresta. Isso aqui foi na inauguração da usina, quando foi até o Burity, o governador³⁹. Aqui a gente

³⁹ Trata-se de Tarcísio de Miranda Burity, governador da Paraíba entre 1979-1982 e 1987-1991.

tá cantando pra ele. Teve uma festa, pra inauguração da usina, e a gente foi convidado. Pra tocar. Esse outro é Valdir, que hoje é locutor da rádio, aqui. Aqui é Quincas, eu e os outros (FIG. 73).

Figura 73 - Grupo de Seresta na usina Miriri



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Mostra outra foto onde aparece tocando pandeiro.

D – E aqui a gente tava na Baía da Traição. Na praia.

Eu – Levava o pandeiro até pra praia?

D – É. A gente brincava muito. Era o dia todinho. Olha as crianças atrás. Tá vendo aí? (FIG. 74).

Figura 74 - Dado na Baía da Traição



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Margarida, sua esposa, aparece em outra foto, mas desta vez sozinha.

D – Aqui é minha velha. Você vai ver ela agora. Pronto. É essa daqui. É minha mulher. Morreu, mas é minha esposa, ainda. Minha esposa [bate no peito, com orgulho].

Eu – Você gostava dela, Dado?

D – O quê! Tenho muita saudade dessa mulher. Morreu, mas graças a Deus não deixou nenhum inimigo, todo mundo gostava dela (FIG. 75).

Figura 75 - Esposa de Dado



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Mostra a foto de um menino, vestido de roupa social branca, ao lado de uma menina de vestido também branco, os dois em pé dentro da igreja de Rio Tinto (FIG. 76).

D – Esse daqui é o meu menino. O meu filho homem. Hoje ele mora em Itapororoca. Isso é na primeira comunhão. E do lado dele, a minha filha, essa que cumprimentou a gente e passou de moto.

Figura 76 - Filho de Dado





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Em um retrato, Dado aparece encostado em um carro branco, ao lado de uma família (FIG. 77).

D – Aqui é naquele caminho de Mamanguape. Tinha um bar, aí esse velho vinha com essa mulher, todo sábado vinha me buscar, para eu ir até lá e cantar pra eles. Nessa foto eu já tava trancado [risos].

Figura 77 - Dado com amigos





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Conta, sobre o episódio que aparece retratado na próxima foto, onde é mostrado segurando uma panela de pressão ao lado de vários homens sorridentes.

D – Isso foi num bar que tinha aí na vila, no rio. O Catolé. Aí houve uma premiação, uma panela de pressão, e quem ganhou fui eu. Aqui do lado era seu Valter, um diretor na época da fábrica. Era diretor. Eu trabalhava lá na época, e ganhei. Foi um sorteio que houve lá né.

Eu – Era uma festa da companhia no bar?

D – Era. Aí sortearam um bilhete e eu ganhei (FIG. 78).

Figura 78- Festa da CTRT, em que Dado é sorteado com panela de pressão



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Dado vira a página, revelando uma foto onde aparece cantando na praia, com um microfone na mão.

D – Aqui eu tava bêbado até a merda [risos]. Era cachaça pra se lascar. Esse

negócio foi na Baía.

Eu – Era um bar, onde vocês cantavam?

D – Nós cantávamos em todo lugar que chegava. Chegava e fazia um bar. Era assim. Naquele tempo não existia o que existe hoje, né. Naquele tempo não tinha nada. Era beber cana e pronto (FIG. 79).

Figura 79 - Dado cantando em Baía da Traição



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Dado mostra mais uma fotografia de um rapaz rodeado por três crianças (FIG. 80).

D – Está vendo esse daqui, esse daqui é filho da minha mulher. Da minha mulher, mas não meu. Do primeiro marido. Esse. Hoje está no Rio.

Figura 80 - Enteadado de Dado



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Mais retratos de festas. Na maioria das fotos, Dado aparece cantando.

D – O pessoal me chamava para tudo que era festa. Não parava em casa não. Nesse momento, um dos vizinhos grita, para brincar com Dado.

– Ei Dado, é seu aniversário hoje? E nem avisou.

D – Esses daqui são meus amigos, rapaz. Amigo é irmão um do outro. Não sou desses que tem um amigo e esconde nada, não. É um safado, mesmo [risos].

E assim passamos a tarde. Entre brincadeiras, retratos, cervejas e memórias. No álbum de Dado, música, família e amigos dominam o cenário, elementos centrais das recordações e da vida desse operário, projetados em memórias visuais.

Antes de ir embora, me ocorreu uma pergunta que nunca fizera, talvez por estar exercitando uma metodologia não diretiva, de entrevista livre. Mas, desta vez, me permiti perguntar.

Eu – Dado, eu vi num documento que você me mostrou uma vez [reservista], que seu nome é José Francisco.

D – Meu nome é José Francisco da Silva.

Eu – Te chamam de Dado por quê?

D – Dado é apelido.

Eu – Eu sei, mas por quê?

D – E eu lá sei... Não sei não. Mas aí eu botei Dado Seresteiro, e pronto (FIG. 81).

Figura 81 - Dado explicando sobre seu nome e apelido



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Caí na gargalhada. Nesse momento, o cansaço já começava a tomar conta da gente. Nos despedimos de Dado, agradecendo pelo dia agradável. E prometemos voltar para uma nova rodada no dia sete de setembro.

2.12 Dia sete de setembro

Os últimos encontros tinham representado um salto na qualidade da minha

relação com Dado. Pelo menos, era essa a minha interpretação dos fatos. As conversas fluíam com naturalidade. Ele se mostrava mais confortável com a minha presença e eu com a dele. E aprendemos a confiar um no outro.

Talvez por isso o dia sete de setembro era, para mim, uma data temida e insatisfatória. Isso porque tinha estabelecido esse dia como a data limite para encerrar as idas a campo, caso eu optasse por respeitar o prazo acadêmico que estava colocado. Estava ciente do prazo⁴⁰. Porém, estava ciente também que nem de longe a pesquisa tinha se exaurido. Muito pelo contrário. Quanto mais mergulhava naquele mundo, maior e mais profundo ele se mostrava. Ao largar a pesquisa de campo nesse momento, eu me sentia saindo da festa antes do bolo.

Conversando com colegas, amigos e professores, percebi que essa frustração era compartilhada por muitos. Ouvi por diversas vezes a frase: “é assim mesmo, quando está ficando bom você é obrigado a encerrar a pesquisa por causa dos prazos”. Pode a ciência, quando respeitadora de prazos e atrelada a metas, ser verdadeiramente científica? Lamúrias à parte, naquele momento só tinha ciência de uma coisa, o desrespeito às regras colocadas poderia significar prejuízo intelectual e material. Assim, mesmo contrariado, fiz o possível para respeitar o cronograma. Por isso, o dia sete de setembro seria, de qualquer maneira, a data que marcaria o fim da regularidade das minhas visitas.

Como fomos convidados por Dado para participar da festa de sete de setembro em Rio Tinto, também fiz da ocasião uma espécie de despedida. Obviamente, toda interação é uma fonte de dados para a pesquisa. Mas, nesse dia, não fui a campo com essa intenção. Fui, antes de mais nada, curtir um dia com os amigos, ao lado da minha companheira. Acredito que foi a melhor decisão.

Já conhecera um pouco da festa de sete de setembro em Rio Tinto, através do trabalho de um pesquisador do grupo de estudos AVAEDOC⁴¹. Mas essa foi a primeira vez que tive oportunidade de observar a festa presencialmente. Assim, quando chegamos à cidade, assistimos ao desfile e passeamos um pouco por Rio Tinto, antes de irmos para a casa de Dado.

Quando chegamos à rua Barão do Triunfo, Dado estava acompanhado de parte

⁴⁰ O prazo a que me refiro é a duração do curso de mestrado: 24 meses.

⁴¹ LISBOA, Caio Nobre. *Ofício e performance do músico no desfile cívico de Sete de Setembro em Rio Tinto: aproximações antropológicas*. 2016. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto, 2016.

da família, sentado em uma mesa montada no meio da rua, nos esperando. Passamos uma tarde agradável, onde fomos bombardeados com comidas e bebidas variadas. Na mesa, o movimento era intenso. Familiares, amigos e vizinhos chegavam e partiam o tempo todo, participando da festa, que se tornara um evento na rua.

No final da tarde, fomos com Dado à casa de Tonho Leandro, amigo e parceiro musical de muitos anos. Outra festa acontecia (FIG. 82).

Figura 82 - A caminho da casa de Tonho Leandro





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião do encontro (2016).

Logo, Dado e Tonho puxaram uma seresta, um na voz e o outro na viola. Acompanhamos a apresentação, que foi registrada em vídeo após permissão concedida por todos os presentes. Apesar de não ter ido a campo para gravação, carregar o equipamento de pesquisa comigo se tornara um hábito, que muitas vezes proporcionou registros ricos de situações inesperadas (FIG. 83).

Figura 83 - Seresta na casa de Tonho Leandro







Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião do encontro (2016).

Já com o sol se pondo, nos despedimos de Dado para voltar a João Pessoa, nosso local de residência. Me sentia melancólico, e já estava saudosos daqueles que largara há poucos minutos. Tentei melhorar o ânimo. Afinal, o trabalho estava apenas começando.

2.13 Demais depoimentos sobre a memória do operariado em Rio Tinto

Apesar de ter apostado na etnobiografia, dando centralidade à história de vida de Dado no processo de pesquisa, não foram poucos os moradores de Rio Tinto com quem me relacionei durante os meses de trabalho de campo. Deles, colhi alguns depoimentos pessoais. Algumas conversas foram breves. Outras, resultaram em relatos longos ou detalhados. De qualquer maneira, todas contribuíram com a pesquisa, ajudando a compreender melhor o universo do nosso personagem principal. E merecem atenção, ainda que não possam ser reproduzidas em suas totalidades. Em alguns casos, os nomes foram omitidos para preservar a identidade dos depoentes, atribuindo aos mesmos uma letra aleatória.

2.13.1 A História de S

Um colega da universidade foi quem me apresentou para S, ainda no começo da pesquisa. Operário aposentado, ainda trabalha. Exatamente por isso, nem sempre estava disponível para conversar. Mas em uma tarde que passamos juntos, trouxe informações importantes para a pesquisa, que foram registradas no caderno de campo.

Nascido em uma comunidade de pescadores fora da Paraíba, S conta que mudou para Rio Tinto com a mãe, no começo da adolescência, depois que esta se divorciou do pai. Ele fala que era melhor remunerado na época em que trabalhou como pescador, antes de mudar para a cidade. Mas, nessa época, todo o dinheiro que ganhava, dava para o pai. Foi só depois que virou operário que passou a administrar seu próprio ordenado. Neste sentido, considera a mudança positiva. Porém, tem clareza que ganhava menos como operário do que como pescador.

S também revelou algumas histórias do tempo do Coronel Frederico. Como o hábito que tinha de violentar as mulheres pelas quais se sentia atraído. A vítima era levada por seus capangas, para ficar uma semana a serviço do Coronel, para a satisfação de seus prazeres. Depois de saciado, o Coronel arranjava para a vítima um casamento, e montava um pequeno negócio para a família, garantindo assim seu sustento e seu silêncio. Essas histórias são controversas entre o povo da cidade com quem conversei, mas S me garantiu que viu acontecer com gente da sua família e outras pessoas confirmaram que tais fatos ocorriam.

Outra história descreve a maneira como Frederico costumava negociar as

terras que desejava comprar de outros proprietários. Segundo S, quando o Coronel Frederico queria comprar uma terra, procurava o dono e fazia uma oferta. Muitos aceitavam. Alguns, entretanto, recusavam. Para esses, Frederico dispensava tratamento especial. Mandava seus capangas sequestrarem o dono da terra durante a noite, prender num saco grande de pano e descer paulada. No dia seguinte, a maioria dos proprietários procurava Frederico, tomados de um súbito interesse por vender a terra.

2.13.2 A História de Moacir

Moacir faz parte do grupo de amigos de Dado, e esteve presente na pesquisa em diversos momentos. Também compartilhou parte de sua história de vida comigo. E, apesar de não ter trabalhado na fábrica, era filho de operários, conhecendo bem a realidade de vida desses trabalhadores. Simpático à câmera, autorizou a gravação de bom grado, e começou apresentando a si mesmo.

Nascido e criado em Rio Tinto, Moacir, de 47 anos, divorciado, pai de dois filhos, vive como prestador de serviço autônomo nas áreas de pintura e carpintaria. Antes de se especializar nesse ramo, trabalhou como segurança de uma empresa durante 15 anos. Tornou-se autônomo quando, com o avanço da idade, começou a ter dificuldade para arrumar emprego.

M - Aqui em Rio Tinto não tem emprego. O pessoal vive de quê? Aposentado, prefeitura, usina. Uma família pequena, um casal, pra viver hoje, tem que ter no mínimo uns duzentos reais [cerca de 61 dólares] por semana. Pra ter o básico. Durante o mês dá o quê? Uns oitocentos a mil reais [entre 244 e 305 dólares]. Isso sem água, luz, energia. Contando o básico, que é alimentação, roupas. Se colocar aluguel, nem se fale. Se você pega duzentos reais e leva pra uma feira hoje, pra fazer supermercado e comprar cereais, pra uma família de duas pessoas já não dá (FIG. 84).

Figura 84 - Moacir falando sobre o desemprego e o custo de vida



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Reconstruindo a trajetória da própria vida, Moacir começou a falar sobre os pais, avós e seus respectivos trabalhos.

- Meu pai era natural de Sapé, veio com os pais dele morar aqui. Meu avô trabalhou um tempo também na fábrica, foi um dos criadores daquele galpão que vendia comida para os funcionários. Meu pai trabalhou na fábrica, depois trabalhou

no SESI, de Rio Tinto. Eu também já trabalhei lá, como vigilante (FIG. 85).

Figura 85 - Moacir reconstruindo a trajetória da família e SESI de Rio Tinto





D



E



F

Fonte: fotograma de vídeo (A, B, C e D) e fotografias (E e F) feitos pelo autor (27 e 28 abr. 2016)

M - Minha mãe trabalhou na fábrica, também. Através do trabalho na fábrica minha mãe pegou... enfisema pulmonar. Através do algodão. Dos folículos de algodão. Tem várias pessoas que tiveram esse problema de pulmão. Minha mãe passou por um processo em que foi retirado 50% de um pulmão dela, de um lado. Câncer de pulmão. Ela viveu até os 62 anos. Morreu de deficiência respiratória. Meu

pai ainda hoje é vivo, tem 85 anos, deu um AVC nele. Fica um pouco na minha irmã, um pouco aqui, vivendo como deus quer (FIG. 86).

Figura 86 - Moacir narrando a situação dos pais, ex-operários da CTRT





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Hábito frequente já observado em diversas conversas com pessoas diferentes da cidade, Moacir começa a comparar o tempo presente com o passado.

– Antigamente, um pai de família tinha doze, treze, quatorze filhos. E todo mundo comia. Não existia esse negócio de IPTU. Como a gente paga hoje iluminação pública. A gente nunca pagou. Esgoto. Antigamente, era tudo mais em conta. Em termos de... Hoje quem compra um charque, é uma pessoa que tem um poder aquisitivo razoável. Antigamente, quem comia charque era pessoa de baixa renda. Um pai de família comprava um fardo de charque. Hoje, no supermercado, cinquenta reais [cerca de quinze dólares] você não faz nada. Era um salário que dava pra tudo. Era pouco, mas era um pouco que você também não gastava (FIG. 87).

Figura 87 - Moacir comparando o custo de vida atual e no passado





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Ainda se queixando do custo de vida nos dias de hoje, ele passou a falar sobre o aluguel das casas.

Hoje em dia, tem muita gente que não paga aluguel, não porque não quer pagar. Mas porque não tem condições. Você ganha salário mínimo. Pensa aí, você em uma casa com quatro pessoas. Cada pessoa come um pão. Cada pão, um real. Coloca uma macaxeira, batata, mistura, um peixe. Então o salário em si, ele é defasado. Não paga aluguel porque não tem condições (FIG. 88).

Figura 88 - Moacir continua a falar sobre o custo de vida







Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Moacir cresceu em uma das casas de menos de 40 m² construídas pela companhia para abrigar os operários, onde vivia com os pais e mais quatro irmãos.

M – Na época era beliche. Rede. Se virava. Na época a casa só tinha dois cômodos. Sala [ligada à cozinha por um corredor], cozinha e um quarto. Depois a gente aumentou, para trás, como muitas casas. Que a família ia aumentando. Aí onde era cozinha, virava um quarto. Ia ampliando, pra suprir as necessidades dos filhos que vão vindo (FIG. 89).

Figura 89 - Moacir fala sobre as casas destinadas aos operários







Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Ao falar do passado em Rio Tinto, Moacir lembra das grandes plantações de eucalipto. E comenta sobre as transformações que aconteceram na região com a chegada das usinas:

– Aqui atrás, quando você sobe pra vila [Regina], aquela parte onde tem umas casas, ali era só floresta de eucalipto. As usinas arrendaram, tiraram os eucaliptos e plantaram cana. Por isso que aconteceu o assoreamento do rio. O rio cobria uma pessoa. Dois metros. Era fundo. Água fluente. As usinas ajudaram a crescer, desenvolver, em termos de poder aquisitivo, mas também destruíram a natureza em si (FIG. 90).

Figura 90 - Moacir trata das plantações de eucalipto







Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Moacir falou ainda das transformações que aconteceram na cidade com a chegada da CTRT, do que ouvira nos relatos de pessoas mais velhas.

– Na rua da Mangueira, onde hoje é o Banco do Brasil, pra baixo não existia casa não. Ali era tudo maré. Mangue. Os navios vinham por ali. Tinha um porto ali. Tem uma rua ali que se chama rua do Porto. Por trás da fábrica, vinha um navio. Atracava no porto pra descarregar. O algodão. Aí depois foram aterrando (FIG. 91).

Figura 91 - Moacir narra as transformações da cidade







Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Ao comentar sobre o serviço de saúde da cidade, Moacir fala da Casa de Saúde Dr. Júlio, lugar que eu conhecera com Dado em visita anterior.

– O único hospital era ali, perto do SESI, tá fechado hoje. Que era maternidade também. Dr. Júlio era o proprietário. Noventa e nove por cento das pessoas que moram aqui, nasceram lá. Os que não nasceram em casa, com parteira, nasceram lá. Eu mesmo nasci lá. Minhas irmãs, meus irmãos. Tudo nasceram lá (FIG. 92).

Figura 92 - Moacir fala sobre a Casa de Saúde Doutor Júlio e SESI





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor na ocasião da entrevista (A) e em 07 maio 2016 (B e C).

Moacir nunca teve contato direto com os Lundgren, e avisa que o conhecimento que tem da família, é só do que ouviu falar.

– Alguns falam bem, outros falam mal. Antigamente, pessoas que tinham o poder aquisitivo lá em cima, mandavam e desmandavam. Se gostasse de fulano, botava debaixo da asa, e dizia “esse aqui é meu”. Até hoje em certas empresas é assim (FIG. 93).

Figura 93 - Moacir fala sobre a família Lundgren



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Os privilegiados com cargos mais altos na CTRT tinham direito a uma moradia melhor, entre outras vantagens.

M – Não tem aqueles casarões ali na praça? Ali eram as casas dos cargos de confiança. Ali na praça e na principal, a rua que sai na estrada, aquelas casas do lado direito, depois do fórum, tem umas casas do tipo chalé. Ali também. E outros chalés

que você vê em outros cantos, alguns que não existem mais (FIG. 94).

Figura 94 - Moacir falando sobre os casarões da Avenida Principal







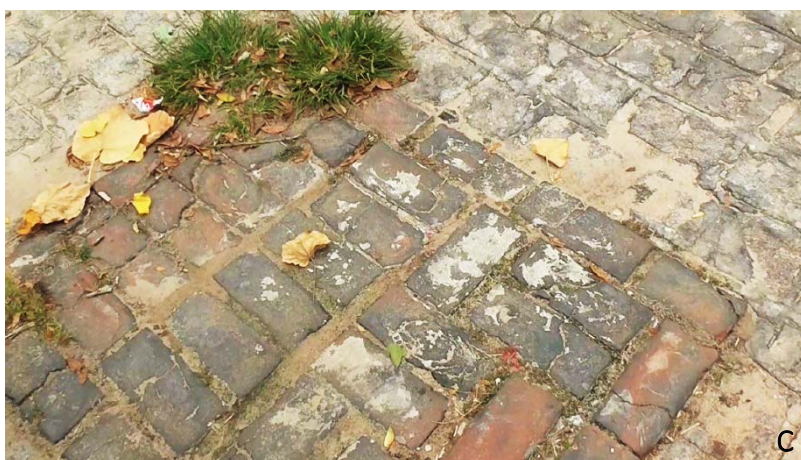
Fonte: fotogramas feitos pelo autor na ocasião da entrevista (A, B e C) e fotografias feitas entre 27 e 28 abr. 2016 (D, E, F e G).

As casas destinadas aos trabalhadores eram mais simples, e não tinham abastecimento de água. Moacir aponta para uma área esburacada que fica no meio da rua.

– Ali, onde tem aquela pedra ali, era uma torneira. Ali embaixo. Na rua tinha várias torneiras. Era público. Na época a gente não pagava água, que era fornecida pela companhia. Era uns canos de ferro, a torneira também de ferro. Pegava de balde, lata. Fazia uns tanques, de cimento, pra armazenar a água. Pra tomar banho. A rua também não era calçada, não. Era barro, areia (FIG. 95).

Figura 95 - Moacir fala sobre os locais das antigas torneiras na rua Barão do Triunfo





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor na ocasião da entre vista (A e B) e em 04 maio 2016 (C e D).

Moacir chama atenção para os espaços de lazer que funcionavam na cidade na época, e hoje não existem mais.

– Tinha o Tênis Clube, né. Onde hoje é uma igreja. Era o clube. Onde hoje é outra igreja era o Rio Tinto. Que era aqui na rua Aristides. Onde hoje é o mercadinho, em frente o Banco do Brasil, era outro clube ali. Tinha um na vila [Regina], que hoje também se transformou em outra coisa, virou um órgão da prefeitura. Era outro clube.

E tinha o cinema, né. Que hoje virou clube, onde tem show (FIG. 96).

Figura 96 - Moacir fala sobre os locais de lazer na época de funcionamento da CTRT



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Rio Tinto teve vários clubes, mas muitas festas eram de acesso restrito, e exigiam traje de gala. Moacir indicou alguns fotógrafos da cidade que faziam os registros desses acontecimentos.

– Uma pessoa que você tem que procurar, que tem muitas fotos das festas, relíquias, é o Hildebrando, fotógrafo. E tem o Naldo também, que mora na rua da Mangueira. E tem o Toinho. Que tem muita foto da época do Tênis Clube, também. São as pessoas mais antigas. Que tiravam foto. Nós, antigamente, quase não tínhamos foto.

Ainda sobre as festas, Moacir detalha.

– O ano novo era na praça. Carnaval, era nos clubes. Quem tinha poder aquisitivo ia para o Tênis Clube. Vestidos de gala, mesmo. Alto padrão, não entrava de todo jeito. O [clube] Rio Tinto era mais fraquinho. O América também. Eram clubes mais fraquinhos. E o poder aquisitivo que mandava, né (FIG. 97).

Figura 97 - Moacir falando sobre as antigas festas em Rio Tinto



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Ele contou, também, sobre as brincadeiras de rua que aconteciam na cidade.

– Tinha chirumba. Na chirumba um homem botava uma roupa, de mulher, botava um pano na cara e chamava-se chirumba. Botava um pano na cara, furava os

dois olhos, e ninguém conhecia. Não dava pra saber quem era. Hoje ainda existe o bumba. Bumba meu boi. Boi bumbá. Até hoje ainda existe. Mas a chirumba foi acabada. São João era na rua também. Tudo na rua. Final de ano as famílias se reuniam, ia na casa dos amigos e comemoravam. Aqui mesmo em casa teve muitos finais de ano. A gente brincava na rua, era seguro (FIG. 98).

Figura 98 - Moacir explica sobre a "chirumba"



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Nesse momento, começou a lembrar de fatos marcantes que aconteceram na rua Barão do Triunfo.

– Essa rua aqui, quando começou a surgir a televisão, as únicas duas casas que tinham, foi aqui na minha casa e na casa de Dona Rosa, ali. Era uma ABC Canarinho. Que era de tubo. Quando estreou os *Irmãos Coragem*, *Escrava Isaura*, aquelas novelas, as portas ficavam repletas de gente pra olhar. Foi na época que o cinema foi dando uma decaída, né. Aí foi surgindo outras televisões, mais modernas. Tem outras mais modernas ainda, hoje em dia (FIG. 99).

Figura 99 - Moacir fala da chegada da televisão na rua Barão do Triunfo



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

E falou sobre as mudanças que ocorreram na cidade após o fechamento da CTRT.

– Mudou tudo, né. Muitas pessoas que trabalhavam lá, que era tecelão, e outros, migraram para outras cidades. Alguns foram pra Natal, outros para Recife,

outros pra São Paulo, Rio. Alguns se deram bem, outros se deram mal. Alguns não voltaram mais, porque se deram bem. E foi reduzindo em que... Só é aposentado, e pessoal da prefeitura. Falta emprego. Principalmente pros jovens. Na parte Da manhã, sabe quantos jovens estavam sentados ali? Quatorze jovens, acima de dezoito anos. Sem trabalhar. Não tem. Ou o pai e mãe trabalham, ou mora com os avós que são aposentados. Eu já tive oportunidade de sair fora, mas na época minha mãe era viva, eu já estou com essa idade, vou fazer o que lá fora? Só se eu tivesse dinheiro pra curtir (FIG. 100).

Figura 100 - Mudanças causadas pelo fechamento da fábrica e o desemprego





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Moacir está entre os numerosos moradores cuja casa ainda pertence a CTRT, para quem paga aluguel mensalmente. Ele comentou sobre a dificuldade de negociar com a família Lundgren para tentar um acordo de compra e venda.

– Se eles quisessem resolver, resolvia. Que isso já era pra ter resolvido há muitos anos atrás. Eles querem só receber. Não tem conversa não. Teve uns políticos aí que tentarem falaram com a Caixa Econômica. Mas não veio nada. Politicagem, somente. Promete, promete. Depois, tchau (FIG. 101).

Figura 101 - Moacir narra as dificuldades para a aquisição das casas da CTRT





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Antes de encerrarmos a conversa, ele voltou a falar sobre os tempos de infância, que comparou com os dias atuais. Para Moacir, o maior problema de Rio Tinto hoje é o desemprego.

– A minha juventude foi boa. Brinquei de tudo. Coisa que hoje a criançada não brinca. Peão, pipa, pitica. Esconde-esconde. Bola. Carrinho feito de lata, lata de leite. Cavalo de pau. Não era aquelas coisas, mas também não sofremos tanto. Algumas famílias passaram necessidade, mas a gente não. O lado bom de antes é que era tudo uma calma. O lado bom de hoje é que tudo tem mais facilidade. Evoluiu, né. Antigamente quem tinha uma bicicleta era filhinho de papai. Aqui na minha casa o meu pai, na época, fez um aluguel de bicicleta. Tinha quatorze bicicletas pra alugar. Pessoal alugava pra ir andar. Hoje não, hoje todo mundo tem uma moto. Qualquer pessoa tem uma moto, se quiser, pra se locomover pra qualquer canto. O problema hoje é emprego. Se tem emprego, a cidade desenvolve. Ela gira. A moeda circula melhor, né. Se não existir emprego, não existe dinheiro. E pra cidade, o povo da cidade viver bem, tem que ter circulação de dinheiro. Aqui já existiu quatro bancos. Itaú, Paraibano, Bradesco e Banco do Brasil. Aí foi fechando, ficou só o Banco do Brasil. E não é mais banco, é um posto do Banco do Brasil. Fechou tudo.

2.13.3 A História de Gel

Conheci Gel através de meu orientador, numa das primeiras vezes que fui a Rio Tinto, enquanto ainda fazia trabalho de campo sob sua supervisão. Dentre as pessoas que me foram apresentadas nessas ocasiões, ele foi o que acabou se

tornando mais próximo de mim.

Até hoje, quando me vê, faz questão de convidar para irmos à sua casa conversar um pouco. Operário, hoje aposentado, Gel é visto na cidade como uma espécie de narrador oficial de Rio Tinto. Conhecedor de várias histórias, é uma das primeiras figuras indicadas pelas pessoas àqueles que vão pesquisar na cidade. Me recebeu na sua casa diversas vezes. Na parede da sala, deixa sempre expostos retratos e medalhas da época em que jogava futebol, habilidade pela qual ainda é reconhecido na rua.

Alguns desses encontros foram registrados, em áudio e vídeo. Gravadas ainda no período de gestação da pesquisa, essas conversas diferem um pouco das posteriores, principalmente em termos de método, já que na época de realização das mesmas (agosto de 2015) a revisão bibliográfica ainda estava em andamento. Porém, a revisitação desse material mostrou que parte do conteúdo é de grande valia, fazendo com que o pesquisador decidisse transcrever alguns dos diálogos.

Em uma dessas ocasiões, Gel começou a conversa comentando sobre a pujança da CTRT, no auge de sua operacionalidade.

– No meu tempo, tinha mais de trinta mil funcionários na fábrica, em Rio Tinto. Então, quando era onze horas do dia, aí tinha vez que parecia festa de fim de ano, era gente com força. Você não tinha nem jeito de andar. Eu comecei a trabalhar em 52, já trabalhava na companhia. Comecei logo novo, com doze anos eu já trabalhava na companhia. Na época a fábrica já era cheia, muito operário em Rio Tinto. Em cada seção acumulava uma faixa de dez mil pessoas. Em cada seção. Tinha tecelagem, tinha o acabamento. Tinha o batedor. A preparação e a tecelagem. Cada um tinha mais de dez mil operários trabalhando (FIG. 102).

Figura 102 - Gel fala sobre a quantidade de operários no auge da fábrica





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Com a necessidade de abrigar dezenas de milhares de operários, a construção de uma vila operária surge como uma alternativa lógica e funcional. Mas, no auge da CTRT, a fome de mão de obra era tamanha que nem sempre a estrutura foi suficiente para abrigar as famílias de maneira digna.

G – Aqui era a vila dos operários. Só morava numa casa dessa quem fosse operário da Companhia Rio Tinto⁴². Em cada casa dessa, no meu tempo, era três famílias. Se o morador mais velho não aceitasse, saía. E aquela outra família morava. Por exemplo, eu morava aqui nessa casa, aí a companhia mandava buscar gente fora pra trabalhar aqui. Como não tinha moradia, eu tinha que aceitar. Se eu não aceitasse eu saía. E o pessoal ficava. Era, naquele tempo, era complicado rapaz. A fábrica e a moradia pertenciam à companhia. Todas essas casas pertenciam à companhia. Vinha trabalhar, já tinha direito, ela dava tudo pra pessoa morar. E só tinha um bico de luz nessa casa quem fosse um bom mestre. Os outros não tinham. E era só um bico de luz. Que funcionava na força do motor diesel. No gerador (FIG. 103).

⁴² Segundo Macedo (1988): "A habitação da Vila Operária constitui, desde o início, o instrumento principal de controle da força de trabalho, já que para morar na casa era necessário estar a serviço da fábrica." Assim: "A moradia era uma forma de enraizar o trabalhador no espaço da fábrica." (p. 113).

Figura 103 - Gel fala sobre a superlotação das casas operárias no auge da CTRT





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

A precariedade da rua ia muito além da ausência de energia elétrica. Gel lembra dos tempos em que a via não era calçada. Mas garante que alimentação, no tempo da CTRT, não faltava.

– Pra você andar aqui, no tempo do inverno, você arregaçava a calça para andar numa rua dessas. Era tudo terra. Banheiro, no meu tempo, não existia banheiro não. Aqui só existia... O pessoal fazia o “trabalho” e passava um ambulante, que levava. Depois foi que construíram, a companhia construiu, pra cada casa dessa um banheiro de tijolo. E mandou caiar as casas tudo de branco. Até a manutenção era da companhia. Tinha um [funcionário] só pra caiar as casas dos operários. Hoje, você não vê mais isso (FIG. 104).

Figura 104 - Gel fala sobre o período de ausência de saneamento das casas



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

G - Tinha mina de cal, na beira do Rio, tinha saroba, que os funcionários tinham direito de comer na saroba.

Eu – O que era a saroba?

G – A saroba era um hotel de comida. Se você trabalhasse na Companhia Rio Tinto, eles davam um dinheiro da saroba, que só pertencia à saroba. Aí você levava lá e pegava um prato de comida. Aí você pegava o prato de comida e recebia o troco pra pegar o café, que era um caneco. Ali na beira do rio, tinha um cercado de porco da companhia. O porco era bem tratado, e ia pra saroba na quarta-feira. Era carne de porco. Eu também participei dessa comida. A saroba era um galpão que ia como daqui até a metade dessa rua. Ali tinha aqueles bancos de tábua, os pratos eram de alumínio e os canecos eram de alumínio. Aí era comer com força, não faltava não (FIG. 105).

Figura 105 - Gel fala sobre a saroba





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Porém, pelas palavras de Gel, esses benefícios eram só para os trabalhadores que não causavam problemas.

- Se você era operário, não faltava nada. Agora, a companhia não queria má-conduta. Má-conduta ela não queria não. Agora, se fosse um homem de bem, tinha tudo (FIG.106).

Figura 106 - Gel fala sobre a relação da CTRT com os operários





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Perguntei se eram verdadeiras as histórias que algumas pessoas da cidade comentaram comigo, sobre violência contra os trabalhadores e até desaparecimentos ordenados pela companhia.

G – Ninguém nunca provou, mas naquele tempo tinha de tudo. Naquele tempo a companhia não dava moleza. Se você fosse um bom operário, a companhia se dava com você. Mas se a pessoa fosse má-conduta, ia pra fábrica mas não voltava. Eles mandavam pro burro d'água. Ali tinha um poço bem grande, e tinha um negócio tipo prego, jogava lá e acabou-se. Jogava lá e dava fim.

Na sequência, Gel comentou sobre como era a remuneração salarial.

– Na época que comecei a trabalhar não tinha salário mínimo. Na época eles pagavam aquilo que a gente trabalhava na companhia. A gente recebia por quinzena, era quinzenal. Antes era por semana, aí mudaram pra quinzena, aí complicou mais a vida porque antes o dinheiro chegava mais perto (FIG. 107).

Figura 107 - Gel fala sobre a remuneração na CTRT



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Quando perguntei para Gel se a remuneração era suficiente, ele afirmou que o salário dava, porque grande parte do que era necessário para viver a CTRT já provia para os operários.

– Naquele tempo, a companhia tinha muita coisa favorável ao operário. Tinha saroba, como eu falei, que já era ajuda pra aqueles que não tinham comida. Tinha também o quarto de frutas. Todos os sítios aqui de Rio Tinto pertenciam à companhia, não faltava banana, não faltava nada de frutas. Tinha o Rio Vermelho, aqui, que era um sítio de laranja Bahia. Das melhores, era o mesmo que mel. Era gostoso você chupar uma laranja daquela. Não existe mais isso. E o quarto de fruta era uma mãe de família, porque vendia cereais, vendia arroz, vendia farinha, e vendia fruta. Vendia tudo no quarto de fruta, se você pertencesse à companhia e tivesse o cartão. Tinha que comprar com o seu cartão. Aí o salário vinha com desconto. Toda despesa que gastava na companhia, já descontava. O dinheiro, naquele tempo, dava pra viver. Não dava bem, mas dava pra viver. Aqui tinha tudo favorável. Aqui a companhia tinha festa

de boi assado. A companhia dava aos operários, se você tinha o cartão, você comia (FIG. 108).

Figura 108 - Sobre a oferta de alimentação a preços baixos pela CTRT



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Passamos a falar das funções existentes na fábrica, e Gel contou um pouco de sua trajetória.

– O primeiro emprego na companhia, eu comecei como varredor. Agora, eu não era fiador, não era profissional, mas você sabe que quando se quer trabalhar, trabalha em tudo. Aí eu comecei como varredor na fiação. Depois eu passei pra azeitador, tinha esse trabalho, azeitador, que lubrificava as máquinas. Depois fui cabo de camada, arriava as fiadeiras. Arriava aqueles fios, pra tecelagem. Porque aqueles fios iam para a tecelagem. Ia pra urdideira, pra formarem aquele tear de pano. E tudo saía da fiação. Fui amarrador de cordão também, sentava no banco, cortava, emendava o fio, aí ligava a máquina pra funcionar. Uma máquina grande como daqui até o outro lado. Depois da fiação, trabalhei na tecelagem. Aí me aposentei no governo Fernando Henrique. Faz dezoito anos que sou aposentado. Pela fábrica. E a minha mulher, falecida, também trabalhou para a companhia (FIG. 109).

Figura 109 - Gel fala sobre sua trajetória na CTRT





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Mesmo tendo vivido as dificuldades da vida de operário, ao falar da CTRT, Gel muitas vezes expressa orgulho e gratidão.

– Muitos aposentados daqui têm que agradecer, primeiro a deus, e depois pra essa fábrica de Rio Tinto. Eu mesmo sou aposentado porque trabalhei na companhia. Senão, na vida minha talvez não tivesse o que tenho hoje. Porque todo dia eu tenho um alimento pra comer. Durmo com a barriga cheia (FIG. 110).

Figura 110 - Gel agradecendo a CTRT pela aposentadoria



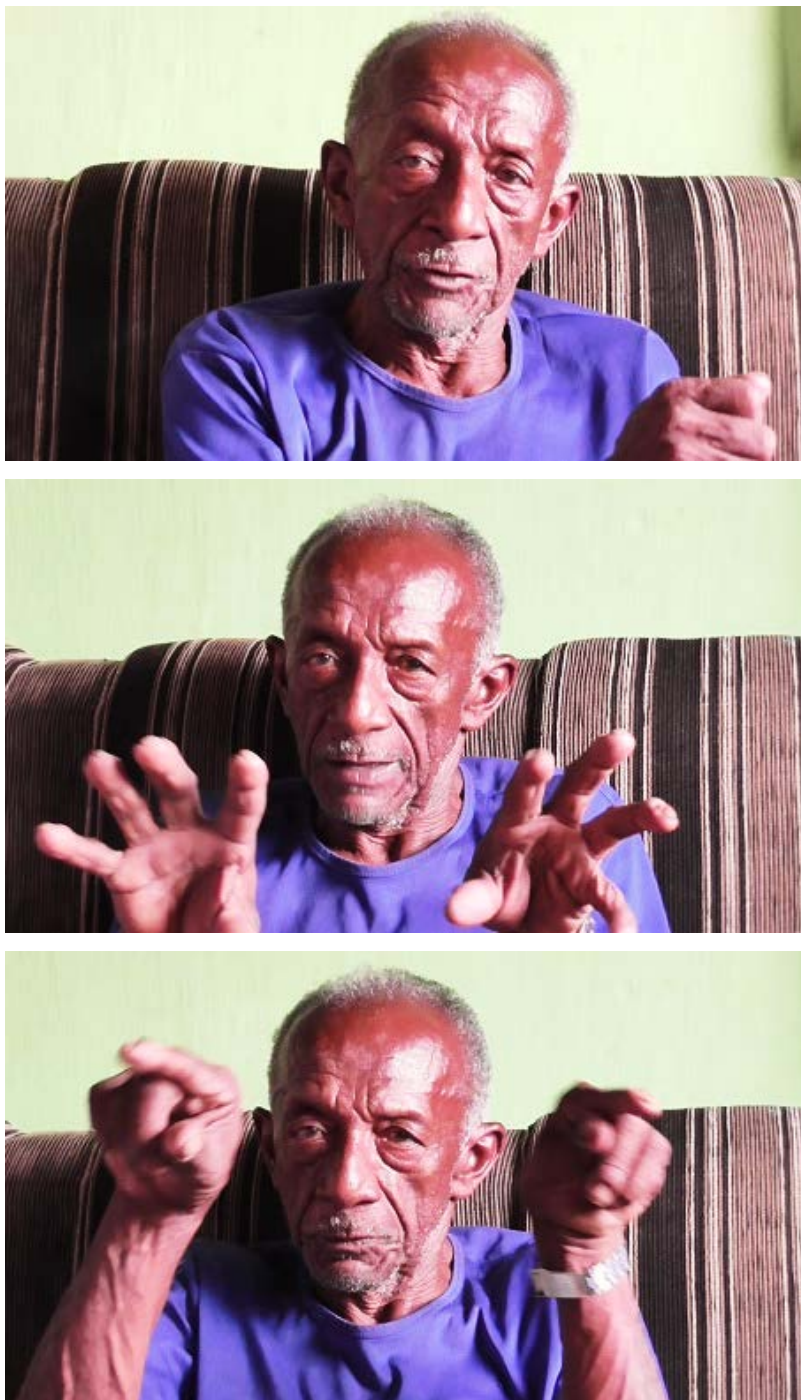
Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Perguntei para Gel se a CTRT era influente na cidade, se interferia na vida dos trabalhadores.

G – Eles controlavam tudo. Você não batia um prego aqui, sem a companhia saber. Você sabe, era uma cidade de um dono só. Tudo passava pela companhia.

Aqui antes era um engenho. Chamava-se Engenho da Preguiça. Depois, a companhia foi comprando lote de terra, pegando outro, comprando um, pegando outro, então é aquela história. Hoje, a companhia, não é mais aquela força que tinha (FIG. 111).

Figura 111 - Gel fala sobre o domínio da CTRT em Rio Tinto



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Eu – E como os trabalhadores se relacionavam com a companhia, vocês tinham

um sindicato?

G – Aqui tinha o sindicato dos operários⁴³. Na diretoria do sindicato passou Batistinha, passou Barreiro. Antônio Martins. Todo esse povo já se foi. Tinha o Bolinha, o Bolinha era a favor dos operários. Quando o presidente do sindicato é a favor dos operários, eles não gostam. Porque pressionava muito a companhia, o Bolinha. Aquele presidente que era a favor do povo, a companhia não gostava. Só queria os que fossem do lado dela (FIG. 112).

Figura 112 - Gel falando sobre o Sindicato Têxtil de Rio Tinto



⁴³ Criado em 1932, o Sindicato dos Operários do Município de Mamanguape sofre perseguição da CTRT, ficando inativo entre 1934-1943. É reerguido sob o nome de Sindicato Têxtil de Rio Tinto, em 1943, abrangendo cerca de quatro mil associados. (VALE, 2008).



Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Eu – Só o Bolinha que era a favor do trabalhador?

G – Só o Bolinha⁴⁴. Tinha o Batistinha⁴⁵, também, que era para os dois lados. Era do operário, e da companhia. Conheci todos eles. Eu gostava da administração do Bolinha, ele chegou até a ser prefeito de Rio Tinto. Aí saiu naquele tempo da revolução [golpe de 64]. Na época nós votamos todos no Bolinha, né, porque ele já tinha sido um trabalhador braçal, tinha trabalhado na oficina. Por ele ter trabalhado na oficina, foi presidente do sindicato, depois foi prefeito, e na revolução ele saiu no pau. Correu no pau ele, e o juiz que era de Rio Tinto, Dr. Ximenez⁴⁶, que pressionava a companhia. E quem pressionava a companhia eles botaram para fora.

Apesar de ter ciência das arbitrariedades, em outra fala Gel sugere que tinha uma relação harmoniosa com os diretores e chefes da fábrica, principalmente com os estrangeiros.

– Só era os alemães em Rio Tinto, trazidos pela companhia. Vinha os alemães lá de fora, não faltava nada, tinha tudo pros alemães. Era o povo que ganhava melhor. Eles traziam os alemães pra dominar a fábrica Rio Tinto. Mas os alemães daquele tempo, eu lhe digo, era melhor do que quem não era alemão. Todos os alemães que passaram aqui em Rio Tinto, era uns alemães que não apertavam nenhum operário.

⁴⁴ Antônio Fernandes de Andrade, conhecido como Bolinha, é eleito presidente do Sindicato Têxtil de Rio Tinto em 1960, devido à oposição às políticas assistencialistas e conciliatórias de seu antecessor (Batistinha). Em 1963, Bolinha é eleito prefeito da cidade de Rio Tinto pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), tendo seu mandato interrompido com o golpe militar de 1964. (VALE, 2008).

⁴⁵ João Batista Fernandes, conhecido como Batistinha, foi presidente do Sindicato Têxtil de Rio Tinto entre 1951-1960. É considerado como "pelego" por diversos ex-operários, sempre em busca de conciliação com a CTRT e promovendo uma política assistencialista no interior do sindicato. (VALE, 2008).

⁴⁶ Trata-se do juiz da Comarca de Rio Tinto, Hermilo Ximenes, lembrado pelos operários por suas decisões pró-trabalhador. (VALE, 2010).

Nem olhava para os operários (FIG. 113).

Figura 113 - Gel comentando sobre os diretores de origem alemã da CTRT



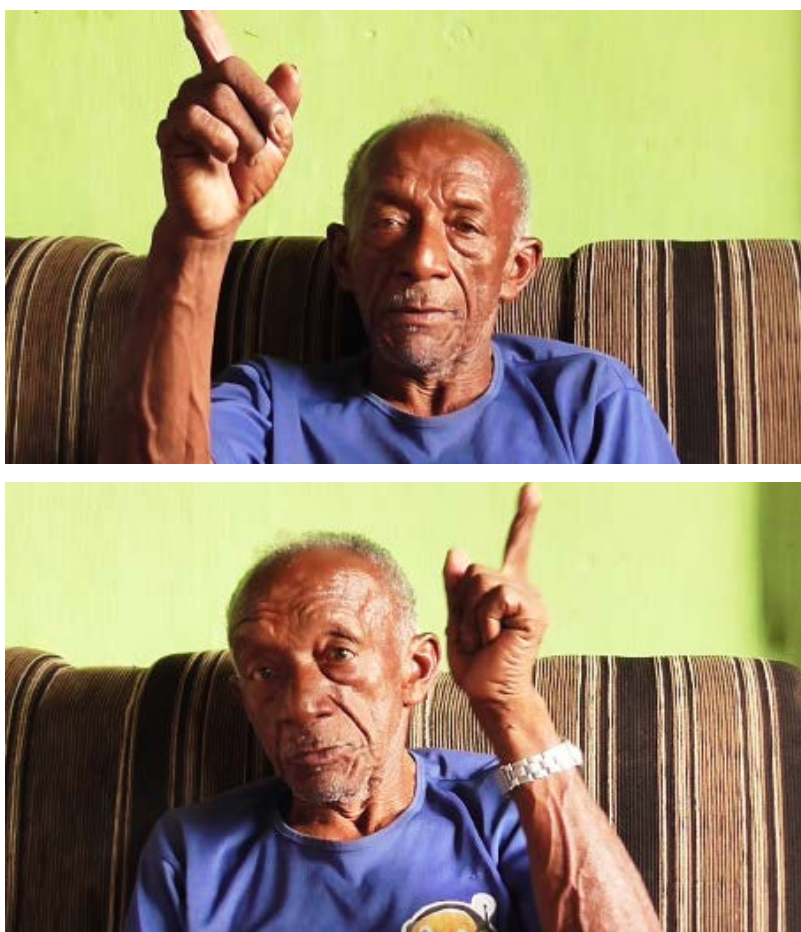
Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Inesperadamente, Gel mudou de assunto, para contar uma história de que lembrara.

– Teve um quebra uma vez aqui, na rua da praça. Aí o vigia da companhia, na

época, usava roupa caqui. E os que trabalhavam na engomadeira, na tinturaria, também usavam caqui. Que a companhia fazia esses caqui aqui, pano dos bons. Aí tinha um operário aqui da rua que trabalhava na engomadeira, que já faleceu, e nesse dia quando foi de oito horas ele largou o serviço. Aí tava o quebra aí na rua, onde hoje é o supermercado. Aí tinha dois perus soltos na rua. Quando um camarada tava pegando o peru, aí o operário que tava de caqui falou: “e aí rapaz, pegando o peru em cima da polícia”. Ele não era polícia, tinha largado agora. Mas o cabra confundiu, a roupa da polícia de caqui com o operário, aí ele levou um peru. Pegou o peru e falou: “tu leva esse que eu levo esse” (FIG. 114).

Figura 114 - Gel conta uma história de conflito entre moradores em Rio Tinto





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Também lembrou sobre a origem do nome da rua do Tambor.

– Botaram o nome da rua porque tinha um tambor, pé de tambor. É um tipo de árvore. Tinha um tambor bem grande, pé de tambor. Aí botaram o nome de tambor.

Aos poucos, a memória de Gel começou a resgatar novas lembranças, e ele retomava alguns assuntos para complementar o que já havia falado.

– Eu também trabalhei de contínuo. Comecei de contínuo. Se você trabalhava no escritório, não tinha esse negócio de telefone, nem celular. Aí você trabalhava na fábrica, queria mandar um papel pra outra pessoa que trabalhava no escritório longe de você, aí batia na campainha. Cada chefão tinha um menino. Um menino pra trabalhar com ele, fazer mandado dele. Aí dava o nome de contínuo. Hoje não existe mais (FIG. 115).

Figura 115 - Gel explicando seu trabalho como contínuo na CTRT





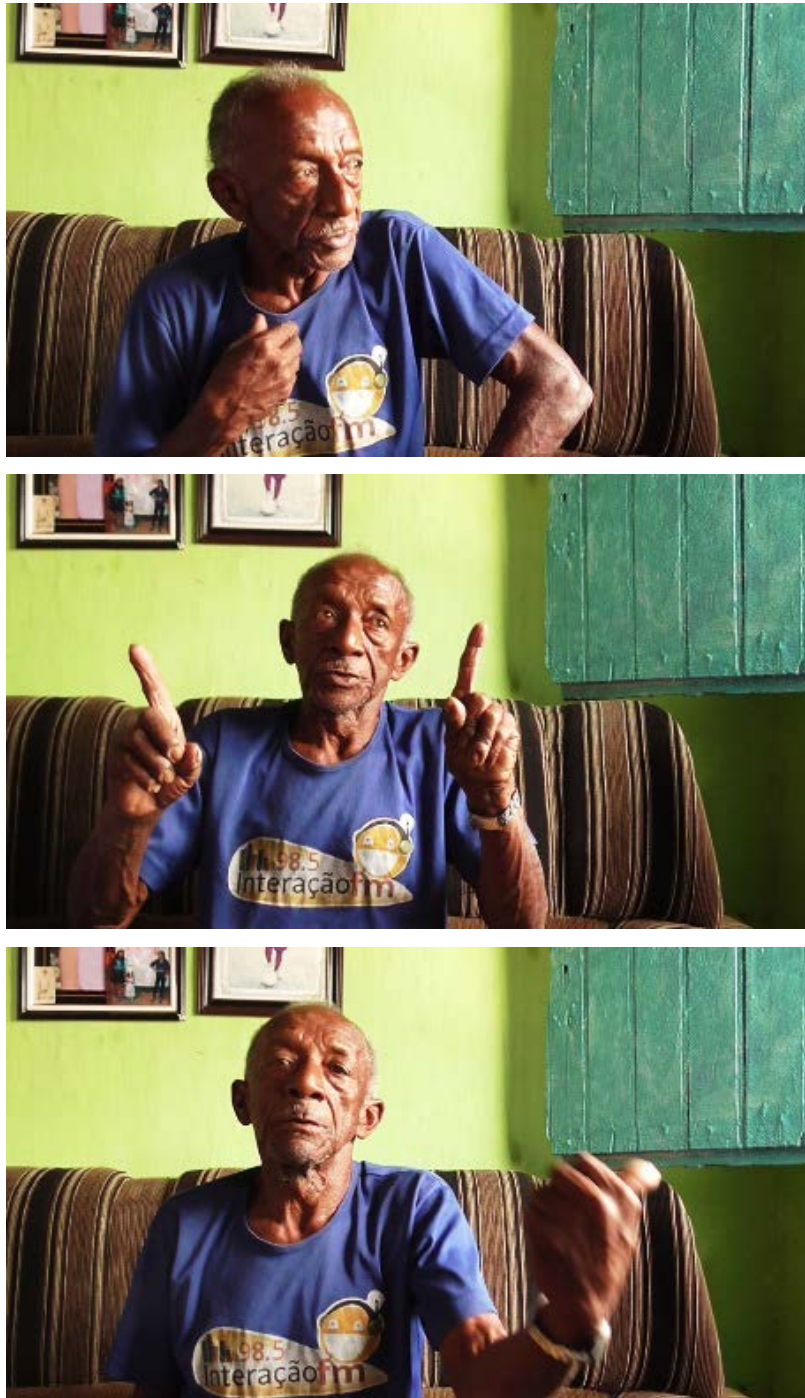
Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Em diversos momentos da conversa, comparou os costumes da época em que era mais jovem com a vida nos dias de hoje.

– Naquele tempo, que eu comecei, as mulheres naquele tempo só usavam vestido comprido. Eu me lembro naquele tempo, quando tinha um casamento, era comer com força, era arroz com força, era galinha com força. Hoje você come pastel, salgadinho. Naquele tempo não havia carro. Usava jipe. E só tinha dois. Um amarelo em Mamanguape e um verde em Rio Tinto. Naquele meu tempo, tinha muito vendedor, de tudo, nessas ruas. Era pirulito. Era massa de mandioca. Tudo a turma vendendo, hoje você não vê mais isso (FIG. 116).

Figura 116 - Gel comenta sobre o passado





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Apesar de ter começado a trabalhar cedo, Gel chegou a frequentar a escola, e ainda guarda algumas lembranças.

– Eu também ia para a escola naquela época, era menino pequeno, levei muita palmatória de professor. Mas eu ia também. Tinha o salão, onde a gente ficava, e tinha um quartinho onde ela guardava [a professora] o açúcar, o açucareiro, e eu ia mais comer açúcar do que outra coisa. E a professora puxava na minha orelha, e me

deixava de joelho (FIG. 117).

Figura 117 - Gel fala sobre sua experiência como estudante





Fonte: fotogramas de vídeo feito pelo autor, na ocasião da entrevista (2016).

Gel afirma que sua infância não foi um período fácil. Ele chegou a passar necessidade algumas vezes.

– Eu quando me entendi de gente, eu passei muita fome em Rio Tinto. Eu fui criado por um padrasto. E você sabe, se você cria um filho pequeno, você quer dar de comer a ele. Você nunca quer ver faltar o alimento de seu filho. E eu não fui bem-criado porque meu pai, quando morreu, eu tinha sete anos de idade. Meu pai trabalhou na tijoleira. Que todos os tijolos que você está vendo nessas casas, foram feitos na tijoleira aqui. Com barro amassa pé, ali da beira da maré. E o chefe da tijoleira na época era o finado Aprígio. E meu pai trabalhava lá. Era a segunda pessoa depois do seu Aprígio. Ele faleceu. Veio doença, veio problema, veio fastio. E ele não teve como reagir. Mas eu dei a bença para ele, quando ele morreu, e fiquei com sete anos de idade. E quando meu pai morreu, minha mãe ficou sozinha, nova, e botou um padrasto. Que judiava comigo. Então eu já comecei a trabalhar. Pedia aos empregados pra trabalhar, e os empregados diziam “mas você é muito novo”. Aí eu pegava frete. Eles pegam frete, hoje, em carro de mão. E no meu tempo eu pegava

frete de maleta. Enchia aquela maleta, e ia pra qualquer canto, eu botava na cabeça. Aí eu ganhava cem mil réis, aquelas notas largas. Passei muita necessidade em Rio Tinto, quando eu era novo, pra chegar onde eu estou. E pelo que eu passei naquele tempo, nunca deixei de ajudar quem chega na minha porta.

2.13.4 A História de J

Refleti bastante até tomar a decisão de incluir a história de J nesta dissertação. Por uma razão. Existe o receio de expor particularidades da vida de J que me foram colocadas em tom de confidência, ficando evidente o desconforto dele quanto à publicização dessas informações, principalmente quando associadas ao seu nome. Contornei essa preocupação optando por relatar os acontecimentos sem revelar o nome ou outras informações pessoais de J. Por isso, o leitor talvez sinta falta de maiores detalhes sobre o informante que protagoniza este texto. Mas penso que a omissão desse conteúdo, suprimido propositalmente para preservar a identidade do interlocutor, não inutiliza o relato para fins etnográficos.

A experiência com J nos mostra um lado, que não surgira nos relatos colhidos e aqui apresentados, da relação atual dos ex-operários com o poder público. Este, quando lembrado, era apontado como pouco esforçado na ajuda que dá aos moradores que gostariam de negociar com a CTRT a aquisição dos imóveis em que vivem. O poder público foi também citado por sua relação estreita com a família Lundgren. Mas nada além disso.

No caso de J, essa omissão se estende a outro direito além da moradia, o suprimento de serviços básicos à manutenção da vida humana. Não se trata da coleta de uma história de vida nem de um depoimento pessoal. A experiência com J foi outra, uma experiência própria com as instituições do Estado. Imerso na comunidade, movido pela pesquisa da memória operária e suas manifestações audiovisuais, passei a me envolver no cotidiano daquelas pessoas. Durante essa trajetória, centrada na execução das metodologias propostas para a investigação do objeto, fui levado à pesquisa dessas instituições e suas relações com a população local. Que são também reveladoras das condições de existência do operariado em Rio Tinto.

Conheci J. em uma das primeiras idas à cidade. Idoso, aposentado, também trabalhou como operário na companhia, e mora com mais duas pessoas da família. Caminhando um dia pela rua, com o objetivo de captar imagens locais, encontrei com

J, que saía de casa no mesmo momento em que eu passei na frente de sua residência. Nos reconhecemos na mesma hora. Depois de um breve cumprimento, começamos a conversar. J. logo perguntou se eu estava com muita pressa. Pois, no caso de eu ter disponibilidade, gostaria de me convidar para entrar em sua casa. Queria conversar comigo um assunto particular. Concordei de bom grado, e entramos em seguida.

A casa de J. ainda conserva, majoritariamente, o mesmo feitiço da época em que foi construída pela companhia. Com exceção de uma cozinha, que ocupa um novo cômodo que foi erguido ao fundo. A sala, bastante apertada, mal consegue acomodar uma poltrona e um sofá de dois lugares. Que, juntos com uma pequena mesa onde jazia uma TV de tubo, representavam a totalidade dos móveis. J sugeriu que eu me sentasse no sofá e acomodou-se na poltrona, de frente para mim.

Não tinha ainda muita intimidade com J, mas não precisei de muito esforço para perceber que ele estava constrangido e emocionado. Começou a conversa agradecendo por eu ter aceito seu convite. E disse que eu tinha sido enviado por deus. Fez questão de frisar que me tinha em alta conta, e só compartilhava seus problemas comigo porque acreditava na minha seriedade.

Ao entrar no assunto que realmente o incomodava, J iniciou evocando uma palavra que eu não ouvia há muitos anos para descrever momentos de crise econômica: "carestia". Eu também já estava sentindo os efeitos da carestia nos últimos meses. Imaginei, então, o impacto que representava no orçamento de pessoas que vivem com um salário mínimo, entre elas J.

Ele explicou que, com os 880 reais mensais, tinha que garantir o sustento da família de três pessoas. Reclamou do preço da comida, da água, da luz, do aluguel, dos medicamentos. Nos últimos meses, a aposentadoria, com a qual conseguiu durante muito tempo prover o básico para família, se mostrava insuficiente.

Perguntei como eu poderia ajudar. Mas J. parecia constrangido demais para continuar. Nesse momento, outro membro da família intercedeu na conversa. E falou que eles estavam com "problema de água".

J me falou, com os olhos marejados, que o fornecimento de água tinha sido cortado há cerca de quinze dias. Isso porque, como o dinheiro da aposentadoria não estava sendo suficiente, deixou de fazer o pagamento. Segundo ele, escolheu negligenciar a conta de água porque acreditava ser esse um recurso que não lhes seria negado, já que existe em abundância na região de Rio Tinto, a ponto de definir

o nome da cidade.

Pensava, naquele momento, que a escassez de água é uma condição que dificultaria a sobrevivência em qualquer local do planeta. Mas no interior da Paraíba, onde o calor reina o ano todo, fica ainda mais complicado. Me imaginei sem fornecimento de água por quinze dias, e o desespero tomou conta de mim. Como iria matar a sede? E tomar banho depois de um dia de trabalho? Como cozinhar um macarrão? E para lavar a louça depois de comer? Quantas vezes consigo usar uma mesma roupa sem lavar?

Perguntei para J. como eles estavam fazendo para conseguir a água necessária para a realização das tarefas básicas à manutenção da vida doméstica. E ele me explicou que ia, duas vezes por dia, buscar água em uma bica com uma lata. Pensei, comigo mesmo, que era muito injusto que esse homem, depois de vender sua força de trabalho por toda uma vida, ainda tivesse que carregar lata na cabeça para suprir as necessidades básicas. A aposentadoria realmente não é garantia de descanso para o trabalhador. Descanso garantido, só no túmulo.

Refletindo sobre a melhor maneira de prestar ajuda, perguntei qual era o montante da dívida. J disse não ter certeza, sendo necessária uma consulta na Companhia de Água e Esgotos da Paraíba⁴⁷ (CAGEPA) para afirmar o valor correto. Mas disse que a dívida estava alta. Me ofereci para ir à instituição, atualizar as informações e tentar uma negociação. E pedi que J me passasse seus dados completos, para que eu pudesse fazer a consulta. Ele agradeceu efusivamente e foi buscar os documentos.

Em posse dos mesmos, me ocorreu oferecer alguma ajuda financeira. Afinal, o caminho que iríamos trilhar na busca pela solução do problema não era rápido. Até lá, algumas medidas emergenciais talvez precisassem ser tomadas. E, nessas horas, ainda que me acusem de assistencialista, acredito que o dinheiro sempre ajuda quem está passando necessidade. Em um mundo em que os itens básicos necessários à manutenção da vida são colocados à venda, as pessoas não morrem de sede nem de fome, morrem de pobreza. Por isso, estava disposto a ajudar financeiramente sem peso na consciência. Porém, ao checar rapidamente a carteira sem que J percebesse,

⁴⁷ Criada em 1966, a CAGEPA é responsável pelo fornecimento de água e coleta de esgoto no município de Rio Tinto, entre outros. "Detentora de uma patrimônio avaliado em torno de R\$ 644 milhões, tem como acionista principal o Governo do Estado [da Paraíba], dono de 99,95% de seu Capital Social." (CAGEPA, 2017).

descobri que só carregava dez reais comigo. Um pouco envergonhado pelo pequeno montante, ofereci o dinheiro para ele.

J agradeceu, emocionado, dizendo que os dez reais fariam diferença naquele dia. Afirmou que nunca iria esquecer o que eu estava fazendo por ele, e que a casa estaria sempre aberta. Prometi retornar em breve, e garanti que faria o possível para ajudar a pôr fim naquela situação. Nos despedimos com um abraço.

Posteriormente, pesquisei um pouco sobre garantias constitucionais, direitos do consumidor e interrupção no fornecimento de serviços básicos por inadimplência. Há jurisprudência, de ações fundamentadas no artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) (BRASIL, 1990) - que assegura o fornecimento contínuo de serviços essenciais - indicando a ilegalidade do corte no fornecimento de água, mesmo no caso de atraso do pagamento⁴⁸.

De qualquer maneira, antes de acionar a justiça, achei de bom tom tentar resolver a situação diretamente com os prestadores do serviço, e tirei um dia para ir até a CAGEPA conversar com os encarregados. Chegando à sede da empresa em Rio Tinto, fui prontamente atendido por um senhor de idade, para quem expliquei a situação. Ele pediu os dados de J para consultar a conta. Imprimiu uma ficha, que estendeu para mim em seguida. E descobri que o valor da dívida, que já acumulava mais de um ano, era de assustadores 3700 reais. Pedindo por facilitação no pagamento, argumentei que essa quantia era fora de realidade para alguém como J, que sustentava uma casa de três pessoas com um salário mínimo. Fiz questão de deixar claro que não estava lá para pedir o perdão da dívida, e sim para tentar um acordo que fosse possível honrar considerando o rendimento daquele aposentado. O funcionário me informou que a dívida poderia ser parcelada, através de um pagamento à vista de 1.138 reais, mais 24 prestações de 110 reais e vinte centavos. E avisou que, antes que a entrada fosse paga, o fornecimento de água não seria retomado. Ainda tentei argumentar, citando o CDC, mas ele me garantiu que a empresa sempre agia na legalidade.

Quando há divergência na interpretação da lei, o jeito é acionar a justiça. E assim fiz. Ou melhor, tentei fazer. Fui um dia ao fórum de Rio Tinto perguntar pela

⁴⁸ Trata-se da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, cujo artigo 22 preconiza: "Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigadas a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos." (BRASIL, 1990).

defensoria pública. Informado de que o serviço só era oferecido às quartas-feiras, no horário da manhã, compareci posteriormente no dia e horário indicados. Cheguei ao fórum um pouco depois das 9 h 30 min. Perguntei na portaria onde ficava a defensoria pública, e fui encaminhado para o segundo andar. Como não vi muito movimento no andar de baixo, achei que tinha sido o primeiro a chegar, mas ao terminar de subir as escadas me deparei com mais de dez pessoas aguardando. Descobriria depois que, além de o serviço ser oferecido apenas semanalmente, o atendimento é feito por apenas uma defensora pública. Exatamente por isso, somente duas pessoas foram recebidas durante todo o período da manhã. Depois do almoço, a defensora pediu que entrássemos na sala todos de uma vez. Reunidos em pé em volta de sua mesa, aguardávamos a palavra ser concedida para a exposição de cada caso, enquanto a defensora resolvia pendências com as outras funcionárias. De repente, atendeu a um chamado no celular, e pedindo desculpas informou que precisaria ir, pois estava sendo chamada pelo juiz. Pediu que voltássemos na outra semana. Uma senhora se lamentou, e contou que estava aguardando desde sete horas da manhã.

Inconformado, pensando em J tendo que viver mais uma semana sem água, perguntei se o caso só poderia ser discutido com a defensora, ou se outra pessoa poderia me dar uma orientação. Expliquei brevemente a situação, e antes que a funcionária respondesse, a senhora que também aguardava atendimento disse que já vivera situação semelhante, e sugeriu que eu tentasse falar com o promotor ou seu assistente. Agradei e saí em busca dos dois. Fui informado na portaria que eles, geralmente, compareciam quase todos os dias, mas que naquela data estavam resolvendo um problema externo. Agradei, dizendo que voltaria assim que possível.

Nessas idas e vindas, sempre que possível, passava na casa de J para mantê-lo atualizado sobre as tentativas frustradas de resolução do problema, e colaborava financeiramente com qualquer quantia que pudesse dispendar. Sempre com muita discrição. Porque J, com vergonha, não queria que os vizinhos soubessem sobre suas dificuldades financeiras.

Voltei ao fórum mais algumas vezes. Em um desses dias o promotor estava presente e com disponibilidade para me atender. Me recebeu na sua sala, onde permaneci em pé durante todo o tempo. Que, na verdade, não foi mais do que cinco minutos.

Expliquei a situação de J, e falei sobre as tentativas frustradas de solucionar o problema. Terminado o relato, o promotor olhou para mim e perguntou:

– Ele consumiu a água?

Balancei a cabeça afirmativamente, e ele emendou:

– Então tem que pagar.

Argumentei que J tinha deixado de pagar a conta de água por falta de condições, e não por falta de vontade. Que ele desejava saldar a dívida, mas que para isso precisaria de um plano de pagamento que fosse exequível dentro de seu orçamento, e um acordo com a mediação do poder público seria mais fácil de conseguir. Além disso, lembrei que J deveria ter seus direitos de cidadão e de consumidor assegurados, e entre eles estava o fornecimento contínuo de serviços essenciais.

Mas o promotor, ignorando todas as minhas colocações, sentenciou que a empresa estava com a razão.

– É uma empresa privada. Precisa do dinheiro pra sobreviver.

Nesse momento, percebi que estava perdendo tempo. Que a empresa venceria a causa. Que teria seus direitos assegurados pela justiça sem precisar, nem mesmo, mobilizar os próprios advogados. Angustiado e desiludido, saí de lá o mais rápido que pude.

Já fazia mais de dois meses que a casa de J não recebia água. E, apesar de todo esforço, tínhamos voltado à estaca zero. Andei devagar em direção à sua casa, para retardar as más notícias. Para piorar, não sabia qual seria o próximo passo. Me senti impotente, perdido. Não parava de pensar. E, apesar de estar procurando, simplesmente não encontrava saída para a situação. Só uma ideia me ocorreu, e não era das mais convencionais.

Chegando na casa de J, coloquei ele a par da situação. Ao perceber a tristeza que tomou conta de seu rosto, sugeri a única solução para o problema em que conseguia pensar naquele momento. Me ofereci para fazer uma ligação clandestina e reestabelecer o abastecimento de água da casa. Sei que muitos condenariam a atitude. Trata-se de uma contravenção pela qual precisaria responder judicialmente. Mas não acho o crime tão grave quanto deixar uma família passando necessidade.

J agradeceu, mas recusou a oferta. Disse que não se sentiria bem com a situação, porque nunca pegou nada de ninguém. E que iria levando a vida como deus quisesse. Para facilitar um pouco no dia a dia, tinha explicado a situação para a vizinha, que passara a jogar uma mangueira pelos fundos da casa diariamente para que eles enchessem alguns baldes com água. J também me disse que conversaria

com alguns amigos para tentar começar a juntar o dinheiro da dívida. Prometi colaborar. Me coloquei à disposição para o que fosse necessário. E combinei que passaria sempre que possível para ver como tudo estava caminhando.

Infelizmente, etnografias não são como os filmes clássicos de Hollywood, onde tudo sempre acaba bem. Escrevo essas linhas mais de dez meses depois de ter tomado conhecimento do problema de J, e ele continua sem abastecimento de água. De vez em quando passo em sua casa para conversarmos e tento ajudar como posso, afetivamente ou materialmente.

3 EXERCÍCIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: FUNDAMENTOS, APLICABILIDADE E RESULTADOS

Conforme exposto na Introdução, esta pesquisa foi realizada através do exercício de diferentes técnicas e procedimentos, baseados em um conjunto de conceitos que procuramos integrar, resultando numa metodologia singular. Destacamos as técnicas e procedimentos ligados aos conceitos de informação viva (histórias de vida e depoimentos visuais); etnografia polifônica e dialógica; etnobiografia; antropologia visual (e seus desdobramentos, como a antropologia fílmica e o filme etnográfico). Cabe colocar ainda que este capítulo visa fundamentar teoricamente e fazer um balanço das diferentes técnicas e procedimentos aplicados no exercício desta metodologia, expondo pontos positivos e negativos da mesma.

3.1 Por uma etnografia dialógica

A etnografia é, historicamente, a metodologia de pesquisa básica da ciência antropológica. Não há, porém, acordo sobre uma fórmula que garanta a realização de uma boa etnografia. Cada caso é único. Cada pesquisador, também.

Acho direito, no entanto, esclarecer quais as principais diretrizes teórico-metodológicas que regeram esta etnografia, e apontar seus respectivos estudiosos. Neste capítulo, tento também analisar a efetividade de alguma dessas práticas, exercitadas no fazer etnográfico.

Inicialmente, pretendo abordar apenas dois conceitos, que bem representam as preocupações centrais do pesquisador durante o trabalho de campo: o dialogismo e a polifonia.

Vale repetir que a exploração desses conceitos remete a Bakhtin, para quem a interação entre o “eu” e o “outro” pressupõe sempre uma interlocução, um diálogo. Segundo o autor: “Metade de uma palavra, na linguagem, pertence a outra pessoa” (BAKHTIN citado por CLIFFORD, 2008, p. 42).

Para Caldeira (1988), a ideia da etnografia não como a descrição de uma cultura e sim como a “expressão das trocas entre uma multiplicidade de vozes”, ganha força com os autores pós-modernos:

A proposta é, então, escrever etnografias tendo como modelo o diálogo ou, melhor ainda, a polifonia. [...] A ideia é representar muitas vozes, muitas perspectivas, produzir no texto uma plurivocalidade, uma 'heteroglossia', e para isso todos os meios podem ser tentados: citações de depoimentos, autoria coletiva, 'dar voz ao povo' ou o que mais se possa imaginar. O objetivo final, no que diz respeito ao autor, seria fazer com que ele agora se diluísse no texto, minimizando em muito a sua presença, dando espaço aos outros, que antes só apareciam através dele⁴⁹ (p. 141).

Seguindo o mesmo raciocínio, retomamos também Clifford (2008), quando este afirma que as palavras da escrita etnográfica "não podem ser pensadas como monológicas" (p. 44). Para ele, a etnografia não deve ser entendida como a descrição de uma outra cultura feita por um antropólogo, "mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos" (p. 43).

Na experiência em questão, essa "negociação construtiva" começou, na concepção do pesquisador, logo nos primeiros contatos com os ex-operários da Companhia de Tecidos de Rio Tinto (CTRT). A inserção entre o grupo, por exemplo, aconteceu sempre de maneira negociada, dialogando de modo horizontal, exprimindo as intenções do pesquisador e tomando o cuidado de compreender e tentar respeitar o limite que cada interlocutor colocava na exploração de sua intimidade.

Tais premissas se refletem em algumas posturas práticas no campo: pedir permissão antes de participar de qualquer tipo de evento; responder respeitosamente àquilo que for questionado; aceitar as negativas; não adentrar a casa alheia antes de ser convidado; retribuir a atenção que recebe. O cuidado nos pequenos gestos, o respeito à cultura local e a explicitação de meus próprios valores foram atitudes fundamentais para conquistar a confiança e aprender a me relacionar com os meus interlocutores.

Caldeira fala sobre a postura que o antropólogo deve assumir no trabalho de campo, no esforço de estabelecer uma relação horizontal (1988, p.142):

O antropólogo não se encontra mais numa situação privilegiada em relação à produção de conhecimento sobre o outro. [...] O antropólogo não é mais o sujeito cognoscente privilegiado. Perdendo o status de sujeito cognoscente privilegiado, o antropólogo é igualado aos nativos e tem que falar sobre o que os iguala: suas experiências cotidianas.

⁴⁹ Vale destacar que, em seu texto, Caldeira também é crítica a essa proposta etnográfica pós-moderna, em que "as vozes são todas equiparadas", por não permitir ao antropólogo assumir seu papel de pesquisador na relação estabelecida. "[...] chega-se ao lado oposto da etnografia clássica: o autor não se esconde para afirmar sua autoridade científica, mas se mostra para dispersar sua autoridade; não analisa, apenas sugere e provoca. [...]" (1988, p. 142).

Foi de grande relevância dialogar com meus interlocutores sobre o papel do pesquisador e do conhecimento no mundo contemporâneo. O abismo que separa a cultura acadêmica do público geral se mostrou tão grande que o ambiente da universidade foi, por vezes, caracterizado por esses operários como proibitivo. Refletir sobre a equivalência dos saberes popular e erudito foi importante para que, num processo de valorização de si mesmos, os trabalhadores compreendessem os objetivos do estudo e sua relevância para a investigação da memória da comunidade local. Alguns, inclusive, demonstraram interesse em verem suas histórias reconhecidas pelos pesquisadores que integram a autoridade acadêmica da região (UFPB-CAMPUS IV).

Esse esforço por horizontalidade, quando no estabelecimento dos contatos e diálogos, proporcionou uma relação que talvez possa ser caracterizada, correndo o risco de romantizar o acontecimento, como íntima e sincera. Isso possibilitou a revelação de informações altamente pessoais, por parte de alguns interlocutores.

Por outro lado, essa horizontalidade também se tornou motivo de preocupação, quando o pesquisador notou que não conseguia mais diferenciar quando os interlocutores se dirigiam ao estudioso, e quando se dirigiam ao novo amigo. Fica a pergunta: qual o limite da relação? Da empatia? Existe um limite que pode ser considerado cientificamente ideal, quando tratamos do estudo de manifestações tão singulares? Devemos estabelecer esses limites?

Não cabe aqui arriscar uma resposta, ainda que exista de minha parte uma explícita simpatia àqueles que refutam as teorias objetivistas, não vendo problemas na intimidade das relações e empatia com os informantes, desde que declaradas na pesquisa. Concordamos com Becker (1977) quando este sentencia que “não há posição a partir da qual a pesquisa sociológica seja feita que não contenha bias em uma ou outra direção” (p. 132). O mesmo autor afirma que, justamente por não conseguirmos “evitar tomar partidos”, fica sempre a dúvida do quanto isso se refletiu na pesquisa, se produziu “alguma distorção tão grande em nosso trabalho que o tornou inútil” (p. 133).

Entre tantas dúvidas, mas necessitando fazer uma aposta à medida que corria o prazo para a execução da pesquisa, acreditei ser melhor assumir o risco de me envolver demais com meus interlocutores do que me envolver de menos. A empatia, aliás, não foi provocada. Surgiu como mais uma singularidade desse trabalho de

campo, que não pôde ser ignorada. E que em muito facilitou o exercício dialógico e polifônico. Se a empatia e o envolvimento com os informantes invalidaram a cientificidade dos dados recolhidos na pesquisa, cabe ao leitor decidir.

Estabelecidas as prerrogativas da ética da abordagem etnográfica – o diálogo e a polifonia – buscamos uma base metodológica para a execução e o registro do material a ser coletado (conversas, entrevistas, performances) durante a execução da mesma. Esse material será também sistematizado e analisado, fornecendo dados para exploração e compreensão da memória operária local.

3.2 Metodologias para o estudo e registro da informação viva: histórias de vida e depoimentos pessoais

O capítulo conclusivo desta dissertação é, em grande parte, dedicado a explorar as especificidades do fenômeno que caracterizamos como a memória coletiva do operariado rio-tintense. O conceito de memória, porém, mesmo antes de aprofundado, terá aqui um dos seus aspectos antecipados, para o destaque de uma característica que é cara às escolhas metodológicas realizadas pelo pesquisador: ao falarmos de memória, estamos tratando de “informação viva”.

Como já citado anteriormente, Queiroz (1983) afirma que “informação viva” é um relato oral que “provém diretamente do informante” (p. 67). Entre as metodologias exploradas pela autora para o registro da informação viva, destacamos a gravação de “histórias de vida” e “depoimentos pessoais”, já citados na Introdução⁵⁰. Cabem, porém, observações sobre a execução da proposta da autora, na pesquisa que serviu de base para esta dissertação.

A coleta de depoimentos pessoais aconteceu em maior número⁵¹. Às vezes por escolha do pesquisador – por estar centrado na história de vida de um personagem e por isso dedicar menos tempo aos demais – outras vezes por limitações temporais da pesquisa ou dos interlocutores. Nem por isso, esses depoimentos pessoais deixaram de ser de grande utilidade para o trabalho.

⁵⁰ Segundo Queiroz (1983), as “histórias de vida” são as narrativas das trajetórias completas dos entrevistados. Os “depoimentos pessoais” se concentram em um lapso de tempo reduzido, e não na totalidade das trajetórias.

⁵¹ Durante a pesquisa, foram coletados dados através de oito depoimentos pessoais e uma história de vida.

A etnografia foi em boa parte escorada na história de vida de Dado, tanto que este pesquisador acabou por assumir, a partir da relação com ele, uma aproximação com a etnobiografia. Porém, os depoimentos pessoais de Moacir, Moisés, Batista e outros, foram imprescindíveis para uma melhor compreensão da história de vida de nosso interlocutor central. Contextualizando, imaginando, descrevendo, concordando ou discordando, todos contribuíram.

Tanto na coleta de “depoimentos pessoais” quanto das “histórias de vida” a técnica utilizada foi a de “entrevista livre”. Que, segundo Queiroz, proporciona mais liberdade ao entrevistado, possibilitando um conhecimento mais profundo sobre aqueles que estamos estudando. A autora enfatiza ainda que na entrevista livre, após proposto o tema, as intervenções do pesquisador devem acontecer somente “quando absolutamente necessárias”, para diminuir a influência deste no que está sendo narrado pela pessoa que fala. Diferentemente da entrevista direcionada, este método traz à tona também informações que não eram esperadas pelo pesquisador, proporcionando um conhecimento mais englobante.

Na entrevista em que se registra praticamente o solilóquio do informante, deixa-se a este, depois de colocado o problema em sua generalidade, o direito de tomar os rumos que preferir, de ir e vir no relato. O que se pretende na verdade é que narre livremente, pois tanto é importante o que relata, quanto é importante também o ritmo de seus pensamentos e de suas recordações. Esta é a técnica apropriada para a coleta de narrativas longas com encadeamento de ações, de acontecimentos, de circunstâncias, no tempo; também se pretende conhecer de maneira profunda o modo de pensar do informante e, através dele, sua visão do mundo (QUEIROZ, 1983, p.48).

Assim, seguindo estes princípios, tentei interferir minimamente durante as entrevistas. Porém, não deixei de me colocar em determinados momentos. Mas, nunca, para impor uma diretividade. As interferências aconteceram, mas sempre no sentido de exercitar o dialogismo apontado acima, compartilhando e aproximando minhas noções e experiências de vida com as de meus interlocutores.

De qualquer maneira é possível afirmar, analisando a experiência em questão, que a coleta de “histórias de vida” e “depoimentos pessoais” através de “entrevistas livres” é uma metodologia fecunda. No nosso caso, possibilitou uma compreensão mais abrangente da trajetória dos interlocutores. E revelou, para além da narrativa pessoal, traços comportamentais e uma expressão comunicativa singular, que talvez não viessem à tona com a realização de entrevistas mais direcionadas.

3.3 Etnobiografia

Conforme já exposto anteriormente, a etnobiografia também foi integrada em nossa metodologia. Essa opção se deu muito em razão do estreitamento da minha relação com Dado. Também por acreditar que, no período de dois anos determinado para a realização da pesquisa, seria difícil estabelecer vínculos profundos com mais de uma ou duas pessoas. Assim, na tentativa de produzir um conhecimento que fosse além do superficial, resolvi concentrar as forças em investigar a fundo a vida desse operário. Acredito que esse esforço permitiu acesso a informações que talvez não fossem reveladas com outro tipo de abordagem.

Ainda que a comunhão entre biografia e etnografia já há muito faça parte das estratégias de diversos cineastas que se dedicam à área da antropologia, contribuições recentes vêm reforçando a ideia, como as noções de etnobiografia e cinema etnobiográfico.

Um dos pioneiros da área, Jorge Preloran, autor do livro *El Cine Etnobiográfico* (2006), é uma das primeiras referências que encontramos ao buscar saber mais sobre a etnobiografia. Para ele, esta tem como característica centrar-se na história de vida de um indivíduo "através do qual se pretende conhecer não só sua realidade pessoal, mas também a cultura na que está enraizada" (p. 20, tradução nossa).⁵²

A etnobiografia como possibilidade de trânsito entre o mundo individual e o coletivo, entre o geral e o particular, é um dos aspectos abordados por Marco Antônio Gonçalves no artigo *Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens* (2012, p. 20).

A noção de etnobiográfico problematiza, por assim dizer, o etnográfico e o biográfico, as experiências individuais e as percepções culturais, refletindo sobre como é possível estruturar uma narrativa que dê conta desses dois aspectos na simultaneidade, ou seja, propõe, a um só momento, repensar a tensa relação entre subjetividade e objetividade, pessoa e cultura.

Preloran (2006) destaca algumas particularidades dessa abordagem que busca apreender o comum através do estudo do singular. O cineasta chama atenção para a possibilidade, que ele enxerga na etnobiografia, de humanizar a história que está sendo contada.

⁵² "através del cual se intenta conocer no solo su realidade personal, sino la cultura em la que está enraizada" (PRELORAN, 2006, p. 20).

Quero crer que as etnobiografias permitem um cinema humanista, porque se centram na realidade de um indivíduo, sua família e sua comunidade, para mostrar as experiências documentadas sob o ponto de vista do protagonista. Isto é, está focado nos personagens e em sua forma de ver a realidade, mais do que nos eventos dos quais participam (pp. 16-17, tradução nossa).⁵³

Como afirma Gonçalves (2012, p. 28) em seu texto, o gênero etnobiográfico possibilitou a Preloran “dar voz aos grupos marginais da sociedade”. E isso de uma forma peculiar, não só humanizando os personagens, mas também os elevando, da condição de amostragem, ao status de indivíduos. Os biografados por Preloran são “pessoas com nome, sobrenome, opiniões e problemas pessoais com os quais passamos a nos identificar, e não em generalizações como pessoas, comunidades ou sociedades” (PRELORAN citado por GONÇALVES, 2012, p. 28).

Neste sentido, nossa pesquisa procurou exercitar um trajeto semelhante, aprofundando as relações com os sujeitos abordados, conhecendo-os, para a partir deles compreender melhor a memória do grupo estudado. E esta abordagem realmente trouxe informações novas, tanto sobre o indivíduo, quanto sobre o coletivo em questão.

Um assunto que obviamente ganhou peso com o exercício da etnobiografia foi a vida artística de Dado. Caso não tivesse adotado esta metodologia, dificilmente ouviria os relatos ligados a sua carreira musical. Relatos que, muitas vezes, trouxeram informações cruciais para a compreensão das condições de existência do operariado em Rio Tinto. Como, por exemplo, os comentários realizados por Dado ao rememorar suas apresentações musicais no Tênis Clube.

Nesses relatos, é possível observar características importantes da segregação social em Rio Tinto na época. Ao comentar sobre o Tênis Clube, este aparece como um local discriminatório, que vetava a entrada de pobres e negros. Assim, é possível afirmar que na sociedade local havia uma divisão entre uma elite, formada por patrões e uma parcela de altos funcionários da CTRT, e uma maioria, formada por operários e seus familiares. Essas informações vieram à tona enquanto Dado comentava sobre sua biografia, sua carreira musical. Sofreu discriminação como qualquer outro operário local, tendo sua entrada vetada no clube até mesmo em ocasiões nas quais

⁵³ "Quiero creer que las etnobiografías permiten un cine humanista, porque se centran en la realidad de un individuo, su familia y su comunidad, para mostrar las experiencias documentadas desde el punto de vista del protagonista. Es decir, está enfocado en los personajes y en su forma de ver la realidad, más que en los eventos de los que participan." (PRELORAN, 2006, pp.16-17).

se apresentaria com a orquestra. Este é um exemplo interessante para pensar em como a biografia de um indivíduo é reveladora, podendo contribuir para a etnografia de toda uma comunidade.

Outro aspecto relevante que apareceu, enquanto a pesquisa focava a biografia de Dado, foi sua relação com amigos e familiares. Essas pessoas têm uma centralidade na história de vida do operário. São eles que povoam a maioria das fotos particulares mostradas por Dado em sessão de elicitación, e que são citados em grande parte de suas lembranças. Esses vínculos não foram rompidos nem mesmo com o passar dos anos ou com o fechamento da fábrica. Até hoje Dado se relaciona com os mesmos amigos. Encontra também os filhos, todos casados e morando nas proximidades, frequentemente. Caso fosse possível pensar uma propensão através da análise desse fato isolado, seria cabível sugerir que os operários em Rio Tinto muitas vezes mantêm laços duradouros com amigos e familiares⁵⁴, que são núcleos centrais da constituição social desse grupo de trabalhadores.

Além disso, a rotina desenhada por Dado em seus relatos, torna possível imaginar detalhes da vida como operário em Rio Tinto. As dificuldades financeiras relatadas em sua trajetória pessoal, como por exemplo a impossibilidade de comprar uma cama para dormir com a esposa, sugere que o operariado local era um grupo de poucos recursos materiais. Outros episódios cotidianos recordados reforçam essa ideia, como a precariedade das moradias e a carência de itens básicos para a manutenção da vida doméstica. Esses e outros aspectos vieram à tona enquanto Dado refletia sobre a própria trajetória, que se relaciona às condições de existência de todo o operariado riotintense da época.

Vale lembrar, ainda que já citado, que as entrevistas realizadas para a construção da etnobiografia aconteceram em formato livre, seguindo a concepção não diretiva de coleta de “histórias de vida”. Filmadora e microfone abertos para que Dado narrasse, da maneira que melhor lhe conviesse, sua trajetória pessoal. Essas apostas, a etnobiografia e a entrevista livre, aqui aliadas, permitiram que o processo de investigação seguisse caminhos jamais pensados pelo pesquisador, resultando em um produto que, no nosso entendimento, está mais próximo da maneira que os próprios trabalhadores descrevem suas vidas.

⁵⁴ Para maiores informações sobre o papel da família no recrutamento e controle dos operários nos empreendimentos dos Lundgreen, consultar Alvim (1997).

Para finalizar, gostaríamos de retomar Jorge Preloran (2006) para compartilhar seu entendimento sobre o cinema etnobiográfico, interpretando-o como um subgênero do filme etnográfico. Esta concepção nos leva ao estudo e análise de mais um referencial teórico-metodológico que norteou esta pesquisa: a antropologia visual e seus desdobramentos.

3.4 Sobre as especificidades do exercício da antropologia visual

Como já colocado na Introdução, uma das motivações desta pesquisa foi explorar o potencial antropológico do audiovisual. O objetivo desta pesquisa também incluiu, assim, aplicar e averiguar os métodos dessa área⁵⁵, em suas especificidades e desdobramentos, no processo de investigação etnográfica, principalmente no que se relaciona à memória do operariado.

Entre as especificidades da antropologia visual, a mais óbvia (porém não menos importante de ser debatida) é o uso de equipamentos de registro audiovisual na pesquisa. No desenrolar do percurso foi possível perceber que esse uso, ainda que represente o diferencial da metodologia, não deve ser feito de maneira descriteriosa. Cabem aqui algumas colocações.

Antes de mais nada, é importante lembrar que o registro audiovisual inclui a operação de escolhas. Estas são determinantes para o resultado, relacionando-se tanto com os recursos mobilizados quanto com a prática fílmica, e por isso vão ser aqui alvo de atenção. No meu entendimento, duas das questões centrais relacionadas às escolhas cinematográficas são: qual o melhor equipamento para a realização de um registro audiovisual com fins etnográficos e como utilizá-lo de maneira a explorar toda sua potencialidade.

O que aprendi, com a experiência no campo, é que não há uma resposta definitiva. Cada situação é única, e somente através da tentativa e erro será possível determinar quais as melhores escolhas, em termos de equipamento e de prática, para a pesquisa que está sendo realizada.

Vale colocar que o registro fílmico pressupõe um conhecimento técnico mínimo, que permitirá a execução das escolhas realizadas pelo antropólogo-cineasta, em cada

⁵⁵ Entendemos a antropologia visual como uma área de conhecimento abrangente, que agrega tanto o filme etnográfico, tal qual conceituado por Karl Heider (1976), quanto a antropologia fílmica, conceituada por Claudine de France (1998, 2000).

uma das ocasiões. Karl Heider inicia o livro *Ethnographic film* (1976), obra clássica sobre o gênero, afirmando a necessidade de uma competência técnica para a realização de filmes, e aponta como erros práticos podem obscurecer o potencial etnográfico das obras⁵⁶. Porém, o autor afirma que o interesse antropológico deve estar acima do técnico, e o uso de imagens de qualidade duvidosa é uma opção quando se torna indispensável para a compreensão do conteúdo.

Na pesquisa em questão, optei por dedicar alguns dias do trabalho de campo exclusivamente para o registro de imagens (como citado no capítulo sobre a experiência etnográfica, os dias 27 e 28 de abril estão entre eles). Além de ajudar na escolha dos equipamentos mais adequados para a pesquisa, tal experiência me proporcionou uma familiaridade imagética da cidade. Isso facilitou os trabalhos posteriores de registro e também permitiu uma compreensão mais ampla do contexto em questão. Segundo Heider (1976), uma boa contextualização cultural de um povo pode ser feita mostrando os aspectos que permeiam o fenômeno que está sendo retratado. Uma contextualização ambiental pode ser conseguida através de planos longos e imageticamente ricos em elementos descritivos, tomados do local onde se passa a ação.

Em termos de escolha de equipamento para a execução desse trabalho (registro só de imagens), contrariamente ao que estava em vias de adotar como regra para os dias de entrevista, optei por explorar ao máximo os recursos cinematográficos que tinha em mãos. Saí, assim, munido de 2 câmeras (Canon T2i e Panasonic HVC130), tripé, monopé e uma variedade de lentes. Só nos dias apontados anteriormente, foram captadas cerca de 2 horas de vídeo e 260 fotos.

Nas duas ocasiões, basicamente, caminhei da praça central da cidade em direção às residências operárias, procurando realizar imagens que ajudassem a entender melhor os trabalhadores de Rio Tinto e a cidade como local de existência desse modo de viver. No primeiro dia, priorizei o uso da Panasonic, no outro dia, o da Canon. Isso porque, por se tratarem de câmeras diferentes, têm recursos e produtos diferentes.

⁵⁶ Para Heider (1976), o foco, a exposição do filme, a clareza do som e a coerência da montagem estão entre os elementos que podem ajudar ou atrapalhar na compreensão dos registros audiovisuais. O autor ressalta ainda que a competência técnica de um filme é geralmente notada mais pelas falhas do que pelos acertos. E já que a maior parte dos filmes etnográficos é realizada em locais remotos, por gente com pouco treinamento, orienta que os cineastas sempre tentem rever o material filmado ainda no campo, tendo assim a possibilidade de refazer as imagens que eventualmente possam apresentar problemas.

A Panasonic é uma câmera do estilo *handycam*. Pequena, leve, com lente fixa, zoom e opção de ajuste automático, que permite começar uma gravação rapidamente ao toque de um botão, sem se preocupar demais com as questões técnicas. Porém, utilizada dessa maneira, nem sempre o resultado é o melhor possível. Tem resolução de 1080p com gravação em formato compactado avchd, que possibilita o registro de mais de quatro horas corridas de vídeo, sem interrupção, em um cartão de memória de 32gb. Boa autonomia (seis horas de funcionamento com duas baterias). Nem de longe tem a mesma qualidade de imagem e os recursos de uma câmera semi ou profissional. Mas a facilidade no manuseio, autonomia e a portabilidade fizeram desta câmera a primeira opção em diversos momentos. A dimensão reduzida também torna essa câmera menos intrusiva e intimidadora do que outros modelos, permitindo registros mais espontâneos. E o recurso de estabilização de imagem facilita muito a execução de movimentos de câmera, além da filmagem sem tripé.

A Canon T2i é uma câmera fotográfica semiprofissional que grava vídeos em *full hd*. Apesar de ser um modelo de câmera mais antigo, produz imagens com qualidade equivalentes aos modelos presentes hoje no mercado. A maior vantagem dessa câmera é, sem dúvida, permitir o intercâmbio de lentes. Assim, munido da lente certa, é possível a realização de qualquer tipo de imagem. Uma desvantagem é o alto preço das lentes desenvolvidas especificamente para o modelo, as únicas que permitem explorar todos os recursos oferecidos pela câmera. O preço foi um fator determinante na hora de escolher o conjunto de lentes que usaria para trabalhar com esse modelo (adquirido há alguns anos com o intuito de realizar produtos jornalísticos). Optei, assim, pela aquisição de um maior número de lentes, porém lentes antigas e usadas⁵⁷.

Fazem parte do conjunto uma lente sem marca 28 mm, uma Nikon 50mm, uma Sigma 39-80mm, uma Sigma 80-200mm, uma lente macro Canon. As lentes antigas também não têm estabilização de imagens, exigindo na maioria das vezes uso de tripé para a realização de vídeo. O resultado da imagem é muito bom, porém o manuseio da câmera (troca de lentes, foco, fotometria, regulagem do tempo de exposição, ISO) pede mais atenção e dedicação às questões técnicas, tornando o seu uso mais

⁵⁷ Com o valor que pagaria em uma lente automática nova, foi possível a aquisição de cinco lentes manuais. Estas não permitem a utilização dos recursos automatizados da câmera, exigindo mais tempo para a realização das tomadas. Porém, possibilitam um leque de opções muito maior do que uma única lente.

difícil em situações não controladas de gravação, o que é normal na feitura de filmes etnográficos. Além disso, é uma câmera mais pesada, tem menos autonomia de bateria e o cartão de memória rende menos, já que grava em formato MOV (menos compactado que o AVCHD, produzindo arquivos maiores). Suas lentes e o indispensável tripé também tornam esta câmera mais intrusiva, e o acompanhamento requerido por ela durante a gravação torna seu esquecimento durante a entrevista quase impossível. Por isso, esta câmera foi mais usada para situações de menos interação e mais observação, quando o tempo podia ser consumido com menor parcimônia. Como na feitura de registros gerais da cidade e de seus habitantes, caso dos dias citados.

Nas imagens feitas com a Canon, predominam os enquadramentos mais fechados e a câmera fixa. Inversamente, na Panasonic, foram feitos mais enquadramentos abertos e movimentos de câmera. Escolhas realizadas levando em conta as características de cada câmera, conforme exposto previamente.

Apesar de estar em posse dos mesmos equipamentos, nas ocasiões de entrevista, novos fatores exigiram atenção para a execução do registro audiovisual. Iniciei esse tipo de trabalho munido de equipamentos e práticas que espelhavam minha experiência anterior como profissional de telejornalismo. Assim, como é de praxe no meio, imaginava mobilizar a cada entrevista duas câmeras, dois tripés, gravador de som, microfone direcional e de lapela, além de outros aparatos auxiliares.

A primeira dificuldade óbvia para trabalhar com uma estrutura dessas é a impossibilidade de controlar essa parafernália sozinho, situação na qual muitos estudantes se encontram durante o desenvolvimento da pesquisa de campo. Outra questão é a mobilidade, que também sofre prejuízos para a condução de todo esse aparato. Por essas e outras, depois de muito experimentar e errar, acabei decidindo por trabalhar, nas situações de interação, usando somente uma câmera (Panasonic HVC130) e um gravador de som (Sony PX820) portáteis, ambos operados por mim.

Essa opção, apesar de difícil e limitada, mostrou também ter suas vantagens. Isso porque, apesar do filme etnográfico ter como proposta mostrar os fatos acontecendo de forma não dirigida, as câmeras são intrusivas e alteram o comportamento das pessoas que estão sendo filmadas. São elementos estranhos ao ambiente. E uma equipe de filmagem é normalmente mais intimidadora do que um antropólogo carregando uma câmera portátil.

Jean Rouch (1975) era totalmente contrário ao uso de equipes de filmagem. Segundo ele, era normal os cineastas optarem por uma grande equipe para tirar vantagem de todos os recursos técnicos disponíveis na captação audiovisual. Porém, com o desenvolvimento de tecnologias como o som direto, é possível o pesquisador ser também o câmera. Para Rouch o etnógrafo é a melhor pessoa para definir quando, onde e como filmar. Além disso, ele pode passar um longo tempo no campo. Algo que, no caso de uma equipe de filmagem, seria extremamente dispendioso.

Vale fazer mais algumas colocações sobre o efeito provocado pela presença das câmeras e gravadores entre a comunidade estudada. Para Claudine de France (1998), tanto a presença da câmera quanto a do antropólogo são elementos que alteram o ambiente que está sendo filmado. Por isso, a observação do etnólogo-cineasta é sempre participante. Para a autora,

[...] o etnólogo-cineasta participa sempre, de alguma maneira, do processo observado, porque sua intervenção e a auto-*mise en scène* própria às pessoas filmadas são inevitáveis. Reciprocamente, as pessoas filmadas participam do processo de observação porque intervêm na *mise en scène* do cineasta (p. 22).

Esse efeito, provocado pela presença do pesquisador e seus equipamentos em interação com os interlocutores, pode ser considerado por vezes positivo, outras vezes negativo, na avaliação desta experiência. O uso explícito dos equipamentos de registro audiovisual, se muitas vezes funcionou como chamariz para que pessoas se aproximassem do pesquisador e colaborassem com o trabalho, noutras vezes intimidou os interlocutores, tornando o diálogo mais difícil. Fica a percepção de que a câmera foi recebida de maneira diferente por diferentes pessoas em diferentes ocasiões. Assim, há que se ter tato na introdução desta técnica no campo, sendo necessário estar atento para os melhores momentos de inserir a câmera na relação com os informantes.

Segundo France, o cineasta deve acompanhar e não dirigir o seu objeto de estudo, respeitando sempre o tempo do outro. A pesquisa não deve ter uma duração pré-determinada, “o essencial é que o pesquisador esteja pronto para enfrentar o tempo de inserção que as pessoas filmadas lhe impõem, ao invés de impor-lhes o seu, pois, em matéria de inserção, a pessoa filmada dita as leis” (2000, p. 28). No caso em questão, a pesquisa tinha uma duração predeterminada. Mas, de toda

maneira possível, tentei respeitar o tempo necessário para uma inserção menos intrusiva, medida que variou de interlocutor para interlocutor.

Já no primeiro contato com Moacir e Batista, o uso do equipamento cinematográfico aconteceu sem maiores delongas. Conforme exposto no relato, fui praticamente cobrado pelo uso da câmera na prática de pesquisa. Antes mesmo que eu fizesse a proposta de registrar o encontro, Moacir perguntou se eu não iria fazer imagens (já que trazia uma câmera pendurada no pescoço). Assim, a partir dessa primeira manifestação simpática ao uso da filmadora, esta ficou definitivamente associada à minha imagem de pesquisador e os dois mostraram-se sempre à vontade com o frequente registro audiovisual.

Com Dado, tudo aconteceu diferente. Apesar de expansivo e comunicativo na maioria das ocasiões, nas primeiras vezes que foi indagado para interagir com a câmera mostrou desconforto. Sempre de maneira muito educada, negou autorização para o registro audiovisual em diversos momentos. Respeitei sua vontade, fazendo questão de dar a ele a oportunidade, sua por direito, de escolher se e em que momento os registros fílmicos aconteceriam. Nos primeiros encontros com Dado, por isso, não ocorreram gravações, apenas conversas. Longe de serem desnecessários, esses momentos foram de fundamental importância para que ele acabasse se engajando no trabalho.

Antes de ceder sua imagem, Dado fez questão de conhecer mais a fundo o pesquisador e os objetivos do trabalho. Assim, nessas primeiras conversas, falamos muito sobre mim, sobre a pesquisa, fundamentos da antropologia, a importância da memória e do conhecimento, cultura popular, entre outros assuntos conexos. Só depois de estar seguro em relação a mim e aos meus objetivos que Dado começou a se sentir mais à vontade com a câmera. Por isso, acredito que essa resistência ao registro audiovisual, mais do que timidez, revela um cuidado com a própria imagem. Dado parece recear ter sua figura associada a pessoas pelas quais não tem empatia.

Além do estreitamento da relação e do esclarecimento sobre os objetivos da investigação, foi de grande valia para a inserção da prática de registro fílmico no campo tornar meu equipamento de trabalho familiar para Dado e demais interlocutores. Assim, por diversas vezes, mostrei para eles as câmeras, o gravador, explicando o funcionamento e mostrando os resultados. Essa intimidade com o equipamento, além de minar a resistência ao registro audiovisual, proporcionou momentos inesperados e únicos. Foi enquanto eu mostrava o gravador de áudio para

Dado que ele aceitou, pela primeira vez, improvisar uma performance musical que acabaria resultando nos primeiros registros de canções inteiras interpretadas por esse artista popular. O material foi de fundamental importância, não só por revelar uma outra faceta de Dado, para além do operário, mas também para enriquecer o retrato etnográfico desse trabalhador na pesquisa fílmica em realização.

Foi também, no exercício da antropologia visual, durante uma explanação sobre a filmadora, que pude pela primeira vez exercitar uma metodologia típica da área: a vídeo elicitação (BANKS, 2009). O processo consiste em exibir o material captado para o próprio povo estudado, conseguindo assim mais informações sobre o que foi registrado. Essas entrevistas, realizadas com o uso acessório de imagens, podem também ser gravadas, desencadeando um processo rumo ao infinito. “O pesquisador pode ser levado a uma exploração sem fim, uma vez que cada novo questionamento, cada diálogo, suscita eventualmente outras gravações, abrindo novas vias de investigação, ou então retardando a verificação de algumas hipóteses” (FRANCE, 2000, p. 28).

Na ocasião em que primeiro exercitei a vídeo elicitação, explicava para Dado e Batista a razão de eu sempre trazer uma câmera a tiracolo, abordando a centralidade da imagem na pesquisa que estava realizando. Comecei a mostrar algumas gravações de locais variados de Rio Tinto, feitas em ocasião anterior. De maneira espontânea, os dois começaram a comentar, recordar, sobre os locais que apareciam na pequena tela da filmadora (como o Cine Orion, o barracão da feira, a portaria da fábrica, a igreja). As imagens parecem ter auxiliado no despertar dessas memórias. Foi também durante essa sessão de elicitação que descobri, por acaso, que Dado é alfabetizado. Apesar de ter afirmado o contrário, ele leu com facilidade o letreiro retratado que ainda hoje permanece na fachada da fábrica (Companhia de Tecidos Tio Tinto). Assim, essa primeira sessão de vídeo elicitação, ainda que tenha ocorrido sem grandes pretensões, foi bastante frutífera encorajando o pesquisador a prosseguir com a técnica.

A vídeo elicitação proposta por France, no caso, é a continuidade de uma prática mais antiga, a foto elicitação⁵⁸. Marcus Banks apresenta uma explicação sobre o método (2009, p. 89):

⁵⁸ Uma das obras clássicas sobre a foto elicitação é o livro de John Collier, Jr., intitulado *Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa* (1973).

A foto-elicitación é um método simples de compreender mas bem mais difícil de utilizar. Envolve o uso de fotografia para evocar comentários, memória e discussão no decorrer de uma entrevista semiestruturada. Exemplos específicos de relações sociais ou forma cultural retratadas nas fotografias podem se tornar a base para uma discussão de generalidades e a abstrações mais abrangentes; reciprocamente, memórias vagas podem ganhar foco e acuidade, desencadeando um fluxo de detalhe. [...]

A foto elicitação foi exercitada em alguns momentos, tendo sido também marcante em pelo menos duas ocasiões. Na primeira delas, fotografias de época - imagens antigas da fábrica e de seus operários que hoje fazem parte do acervo do AVAEDOC/ARANDU - foram mostradas para Dado, impressas em papel tamanho A3. Durante o visionamento do material, que aconteceu – apesar da grande quantidade de fotos – em um só dia, ele reconheceu ex-colegas, amigos, chefes, afetos e desafetos. O reconhecimento era, muitas vezes, seguido de relatos sobre as pessoas, comentários elicitados pela imagem.

O exercício permitiu, entre outros fatores, perceber particularidades da relação de Dado com cada um. Foi significativa, por exemplo, a manifestação de hostilidade contra um operário que ele classifica como “chaleira”, tipo de delator que buscava cair nas graças da chefia denunciando posturas inconvenientes ou insatisfatórias dos colegas.

Através das fotos, Dado também recordou e descreveu parte da rotina na fábrica, os movimentos dos trabalhadores e dos produtos, os setores que constituíam a CTRT e o episódio da venda das casas para os operários em troca da estabilidade, entre outras memórias. Interessante ressaltar que o efeito provocado pelos retratos nem sempre correspondia a minha expectativa. Ou seja, imagens das quais eu esperava uma grande reação, por vezes não provocavam nenhum comentário. Outras, cujo potencial não era uma grande aposta da minha parte, levaram a longos relatos e descrições detalhadas.

A outra ocasião em que a elicitação por imagem trouxe resultados significativos aconteceu por iniciativa do próprio Dado. No encontro, um dos últimos realizados durante o trabalho de campo, eu já me sentia íntimo dele, que também aparentava estar à vontade com minha presença. Relatando seus anos como seresteiro, revelou que guardava um álbum com retratos de algumas apresentações. Interessante notar que, em encontros anteriores, quando questionado sobre a existência de material semelhante, tinha sempre negado. Acredito, assim, que o movimento de aproximação entre nós dois foi o que permitiu a ocorrência do fato descrito acima.

Nesse dia, folheamos dois álbuns de fotografia enquanto Dado me contava o que vinha à mente. Na experiência, conheci um pouco mais sobre sua carreira artística, os companheiros de farra, o tempo de lazer, a esposa, os filhos, os vizinhos. Através das fotos, consegui perceber alguns elementos centrais da vida do operário para além da vida na fábrica, como os amigos, a família e a música.

Ainda sobre a foto e vídeo elicitação, vale comentar que, apesar de muitas vezes levar a bons resultados, é um exercício de aplicabilidade razoavelmente difícil e por vezes custoso. A dificuldade começa já na necessidade de um suporte físico, seja papel ou monitor de vídeo, para a realização do mesmo. Além disso, esse suporte físico precisará ser constantemente manipulado, exigindo mais uma habilidade do pesquisador.

Também é bom lembrar que esse tipo de atividade consome muito tempo para sua realização, e necessita de plena atenção dos entrevistados, sendo por vezes difícil conseguir viabilizar essa situação. Em determinadas sessões, Dado precisou dispendar de mais de quatro horas e folhear centenas de fotografias. Outras sessões, programadas, não foram realizadas devido às dificuldades, principalmente falta de tempo e condições. Porém, quando favorável a conjuntura, o exercício é altamente aproveitável.

Seguindo na análise das especificidades das técnicas de pesquisa em antropologia visual, um dos pontos mais positivos percebidos está na possibilidade de uma "observação diferida" (FRANCE, 2000) por parte do pesquisador cineasta. O filme permite reviver momentos e memórias, visuais ou orais, com uma riqueza de detalhes por vezes extraordinária. Segundo France (2000, p. 27): "As imagens coletadas e montadas (o filmado) têm, necessariamente, por vocação – ou mesmo por única vocação – serem examinadas com vistas ao aprofundamento do conhecimento do real".

Cabe aqui colocar que a "observação diferida" deve ser exercitada como complemento à observação direta. Esta última, presente em qualquer etnografia, não deixa de ser também fundamental, pois o registro audiovisual não vai nunca conseguir substituir a presença do pesquisador no campo. Porém, o filme pode ser de grande valia para uma melhor "descoberta do objeto observado" (FRANCE, 2000, p. 27).

Concordamos com France quando afirma que o registro fílmico pode aprofundar o conhecimento sobre uma realidade. Mas há de se fazer a ressalva de que, em minha convicção, o registro fílmico não deve ter a pretensão de captar a

realidade, e não o faz. O tema é tratado por Heider (1976), quando fala em “seleções e omissões” e por France (1998), quando fala em “sublinhamento e esfumaçamento”. A lógica é a mesma. Por princípio, incluir algo na filmagem é consequentemente excluir o que não está sendo retratado. O que temos, assim, não é a realidade, mas no máximo um recorte, um ponto de vista sobre esta⁵⁹.

Nem de longe cabe aqui refutar essa concepção, que já é um consenso no estudo do cinema. Mas é inegável que dentre aquilo que o pesquisador escolheu e conseguiu incluir na filmagem, a experiência pôde ser observada inúmeras vezes, viabilizando uma percepção muito além da efemeridade do momento.

Na pesquisa em questão, a “observação diferida” foi muito útil para a apreensão de detalhes dos espaços frequentados pelos ex-operários de Rio Tinto. Também facilitou muito a análise das respostas, comportamentos e reações às diversas situações vivenciadas entre esses trabalhadores. A apreensão de informações para além do diálogo (trejeitos, ambiente, reações, relações) foram em muito enriquecidas por este recurso. Acrescento que o registro audiovisual dos diálogos permitiu que as conversas fossem transcritas na íntegra, proporcionando um relato do encontro quase literal, que agregou muito ao esforço de descrever os acontecimentos da maneira que se desenrolaram. Finalmente, a “observação diferida” permitiu revisitar cada situação vivida pelo pesquisador, trazendo à tona informações que já haviam sido esquecidas. Assim, muitos dados não teriam sido coletados caso decidíssemos descartar esse recurso.

Ao lado da possibilidade da “observação diferida”, a “descrição fílmica” é, para France, o diferencial que a antropologia fílmica pode oferecer aos pesquisadores; são suas duas funções principais: “colocar em evidência os fatos que são impossíveis de estabelecer somente com a observação direta assim como descrever aqueles dificilmente restituídos pela linguagem” (1998, p. 22).

O exercício da antropologia visual permitiu, assim, agregar à etnografia uma “descrição fílmica” (FRANCE, 2000). Segundo a autora, é uma descrição centrada nas

⁵⁹ Como qualquer processo cinematográfico, o filme etnográfico também está sujeito às leis de exclusão e saturação. A lei da exclusão está baseada no princípio de que mostrar uma coisa significa sempre omitir outra. Já a lei da saturação é fundamentada no princípio inverso, de que mostrar alguma coisa significa sempre exibir outra coisa simultaneamente. Assim sendo, é fácil concluir que nenhuma descrição pode ser realmente precisa ou exaustiva. O antropólogo-cineasta deve sempre tentar equilibrar essas duas tendências opostas da descrição. “Tal compromisso traduz-se em escolhas de mise en scène” (2000, p. 31). Opções metodológicas e estilísticas que interferem na produção de sentido da obra.

manifestações sensíveis, de preferência de natureza não-verbal. Esse tipo de descrição audiovisual pode oferecer materiais ricos em conteúdos antropológicos, para além daqueles contemplados na dissertação escrita.

Na experiência etnográfica em questão, a descrição fílmica foi pautada pela memória do operariado rio-tintense. Esse material, longe de se colocar como retrato da realidade, tem como premissa implícita a descrição do modo de viver de um grupo de operários de Rio Tinto, tal qual foi apreendido pelo pesquisador durante os meses de trabalho de campo.

Essa descrição fílmica tenta prosseguir, ainda, na perspectiva dialógica, agregando uma sugestão de Heider (1976): revelar a presença do pesquisador no filme. Em primeiro lugar, porque o estudioso está realmente presente no ambiente filmado, e assim é possível avaliar como essa presença afeta o restante. Também porque, já que o etnógrafo está fazendo a mediação de informações de uma cultura para outra, incluí-lo no filme torna essa mediação mais fácil, mais compreensível⁶⁰.

Acredito que a descrição fílmica, apesar de toda sua riqueza, não deve ser entendida como uma exploração independente ou autossuficiente, mas sim como algo que pode ser agregado a outras formas de pesquisa. Incorporada à etnografia, permite um retrato mais detalhados das pessoas, manifestações e lugares estudados pelo pesquisador. Isso porque o audiovisual possibilita levar ao público, ainda que atrelado a um ponto de vista, justamente aquilo que lhe dá o nome: imagem e som.

Por mais habilidoso que o pesquisador possa ser na arte da escrita, reconstituir determinadas ocorrências, como por exemplo uma performance musical, sem o uso do audiovisual, é ignorar aquilo que essas ocasiões têm de mais específicas. Como colocar em palavras a performance musical de Dado? Seu timbre de voz? Sua emoção ao falar da esposa? A espontaneidade de suas críticas ao patronato? As caretas que faz para os desafetos, e o sorriso que abre para os amigos?

Acredito, portanto, na antropologia visual, porque nem tudo pode ser descrito ou compreendido através das palavras. Assim nasceu o filme *Os Operários do Barão* (2017), que acompanha a presente dissertação. Uma descrição fílmica da experiência

⁶⁰ Porém, segundo o autor, a inclusão do etnógrafo deve ser feita com parcimônia. A ideia não é incluir tomadas despropositadas apenas para provar que o estudioso está presente, ou transformá-lo em estrela de cinema, e sim mostrar como essa presença é recebida. Por isso, a presença do pesquisador não foi em nenhum momento omitida, tanto na etnografia quanto na descrição fílmica.

vivida durante os meses que passei convivendo com os moradores da rua Barão do Triunfo, em Rio Tinto.

4 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: UMA TENTATIVA DE ELUCIDAR O QUE FOI ENUNCIADO DURANTE A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA

Neste texto, o leitor terá acesso à sistematização e análise dos dados coletados durante o trabalho de campo, que foi descrito no capítulo sobre a etnografia. Esta sistematização segue a metodologia proposta por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1983).

A autora traz sugestões valiosas no que se refere não só à coleta, mas também ao tratamento da chamada “informação viva”. Esta, depois de captada, deve ser transcrita, preferencialmente pelo mesmo pesquisador que realizou a gravação. “Ouvir e transcrever a entrevista constitui, para ele, um exercício de memória em que toda a cena é revivida”, e pode assim revelar o “estado de espírito que então detectou em seu interlocutor” enriquecendo “o documento e suas informações” (QUEIROZ, 1983, p. 83).

Queiroz (1983) afirma que tanto as histórias de vida como os depoimentos pessoais, depois de transcritos, “passam a constituir documentos como qualquer outros” (p. 91). Podendo, assim, ser cotejados “com outros tipos de documentos”, incluindo “o caderno de campo e as próprias recordações do pesquisador” (p. 86).

Para ela, somente através da análise do material - “decomposição” e “subsequente recomposição” e “desmembramento dos tópicos que contém” (QUEIROZ, 1983, p. 88) -, podemos aproveitar ou indagar a informação contida em um documento. A autora propõe o seguinte procedimento para a sistematização e análise dos dados coletados (QUEIROZ, 1983, pp. 118-119):

- 1 - análise temática das entrevistas [...]
 - 2 - fragmentação [...] das entrevistas segundo os temas emanados da análise acima referida [...];
 - 3 - recomposição de cada entrevista em função de uma ordem segundo a importância e a sequência dos temas encontrados [...];
 - 4 - a construção de um conjunto coerente em que cada depoimento seria uma unidade [...]
- Estas quatro fases exprimem movimentos de análise e síntese em dois níveis [...]. O primeiro momento, que era também o primeiro nível, dizia respeito a cada depoimento *per se*; o segundo momento, - o segundo nível, - se passava ao nível do conjunto de todos os depoimentos e da ordenação de uns em relação aos outros.

Foi inspirado no método de Queiroz que tentei elaborar este capítulo. Conhecendo minhas limitações intelectuais, materiais e temporais, sei que nem de

longe os resultados materializados conseguirão fazer jus à proposta da autora. Mas a tentativa de realizar a sistematização e a análise intenta também contemplar um interesse confesso deste pesquisador: apreender e exercitar uma metodologia que fosse aplicável à informação viva, principalmente registros audiovisuais. Neste sentido, acertos ou erros realizados durante o exercício servirão, pelo menos, como instrumentos de aprendizado.

Por fim, cabe esclarecer que estes mesmos dados, aqui sistematizados e analisados, serão posteriormente retomados, para a elaboração de uma reflexão conclusiva sobre a memória coletiva do operariado de Rio Tinto, em articulação com sua dimensão audiovisual.

4.1 Tempo de emprego, tempo de desemprego

Na conversa com os operários de Rio Tinto, aparece como uma prática recorrente a comparação entre a vida de antigamente e a vida na cidade hoje. Ao dizer antigamente, eles se referem na maioria das vezes ao tempo anterior ao fechamento da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT). O que aparece como diferencial dessa época era a possibilidade de sobreviver sendo operário. Uma vida sem luxo. Mas que garantia o suficiente para viabilizar a produção e a reprodução do operariado. A frase de Batista é reveladora: “O dinheiro era suficiente para sobreviver, mas não para viver”.

Gel resume bem a visão da maioria sobre as condições de vida naquela época: “naquele tempo, a companhia tinha muita coisa favorável ao operário”. Como disse Moacir, “antigamente um pai de família tinha doze, treze, quatorze filhos. E todo mundo comia”. Essas benesses, no entanto, são consequências de uma condição maior. A oferta de emprego, efeito direto da chegada da CTRT na região, parece ser a principal razão para que a vida de antigamente seja lembrada como uma época favorável ao operário.

A importância do emprego para esses trabalhadores aparece, mais forte do que nunca, quando falam sobre o tempo presente. Das mudanças ocorridas na cidade, a que mais abominam é o crescimento do desemprego, situação que só se agravou desde que a CTRT encerrou as atividades. O emprego aparece, na fala dessas pessoas, como condição para o trabalho, sem o qual a existência como operário deixa de fazer sentido.

Em uma das declarações de Dado, a situação do trabalhador hoje em Rio Tinto aparece como um inevitável padecer no paraíso:

“Rio Tinto tem de tudo. Não tem lugar melhor do que Rio Tinto, não. Só não tem emprego. Se tivesse, o lugar mais rico do nordeste era Rio Tinto. Água tem, luz tem, verdura não falta. De tudo que você procura tem, farmácia, tudo. Falta emprego, pro cabra ganhar dinheiro. Um lugar sem emprego não é nada, né”.

Moacir culpa o fechamento da indústria e o consequente desemprego pelo esvaziamento da cidade. “Muitas pessoas que trabalhavam lá, que era tecelão, e outros, migraram para outras cidades”.

No desmonte da comunidade operária, os mais jovens – pelo menos, os poucos com quem conversei, em sua maioria estudantes de graduação da UFPB – parecem sofrer com a falta de perspectiva profissional, com o desemprego. Impressão corroborada pela fala de alguns informantes. “Na parte da manhã, sabe quantos jovens estavam sentados ali? Quatorze jovens, acima de dezoito anos. Sem trabalhar. Não tem. Ou o pai e mãe trabalham, ou mora com os avós que são aposentados”, conta Moacir. Àqueles que viram a decadência da cidade chegar antes da aposentadoria, restou como alternativa ao desemprego o subemprego. É o caso de João e Moacir. O primeiro, vive de bicos. O segundo é prestador de serviços autônomo. Na prática, sem renda fixa, vivem em uma luta rotineira pelo pão de cada dia.

Assim, o tempo presente, de desemprego, se contrapõe ao tempo passado, o tempo da companhia, a principal geradora direta e indireta de empregos na região, dos quais dependeram por muitos anos as famílias de trabalhadores. Operários que, hoje sem fábrica, assistem ao desenrolar da obsolescência, aparentemente irrefreável, de um modo de vida específico daquela comunidade. Significa, em outras palavras, a impossibilidade do grupo sobreviver através do exercício de uma atividade laboral que foi fundamental para a constituição e coesão do coletivo. Com suas vantagens e desvantagens, a vida de operário em Rio Tinto vai ficando para trás.

4.2 Casa de patrão, casa de operário (mas que também pertence ao patrão)

Entre os assuntos que aparecem com mais frequência na conversa com os operários de Rio Tinto, está a questão da moradia. Tanto ao rememorar o passado, quanto ao comentar o presente, as casas muitas vezes adquirem um papel central na narrativa desses trabalhadores.

Foi assim já no primeiro diálogo estabelecido com informantes no campo, reproduzido no capítulo sobre a experiência etnográfica, quando João e Severino fizeram questão de comentar sobre as condições de habitação dos moradores da cidade. Severino se queixa da postura negligente da CTRT em relação aos imóveis. Mesmo sendo a proprietária, a companhia pouco participa da preservação e da manutenção. Segundo ele, “se não fosse pelos moradores, nenhuma casa dessas ainda estava de pé”. Além do aluguel, os moradores precisam também investir recursos próprios (em propriedade alheia) para tornar os imóveis habitáveis, gerando custos que às vezes sobrecarregam o orçamento familiar.

Para esses trabalhadores, porém, o que mais incomoda não é ter que dispendir parte do salário ou da aposentadoria para cuidar da casa, e sim não serem os reais proprietários dos imóveis nos quais residem. Na maioria dos casos dos quais tomamos conhecimento durante esta pesquisa, os moradores estão nesses locais há décadas, não sendo raro encontrar pessoas que relataram terem nascido nas casas onde ainda hoje moram. Muitos se sentem no direito da propriedade, não só pelo tempo em que vivem ali, mas também pelo montante que já foi pago à companhia para poderem fazer uso das casas. Pago não só na forma de aluguel, mas também com trabalho, como João faz questão de frisar: “O sujeito trabalha quarenta anos para uma empresa e ainda tem que pagar aluguel. Nem casa tem. É um absurdo.” Esse é um dos motivos, além da baixa renda, pelos quais alguns moradores deixaram de fazer o pagamento para a companhia. João completa: “E essas pessoas não vão sair das casas mesmo se tiver retaliação por parte da companhia. É a casa delas. Foi a vida inteira”.

A interrupção do pagamento do aluguel para a CTRT, porém, não acontece somente por revolta. Muitos deixaram de arcar com essa despesa por carência material, pela dificuldade de sobreviver no mundo de hoje ganhando somente uma aposentadoria no valor de um salário mínimo. Como bem exemplificou Moacir: “Pensa aí, você em uma casa com quatro pessoas. Cada pessoa come um pão. Cada pão, um real. Coloca uma macaxeira, batata, mistura, um peixe. Então o salário em si, ele é defasado. Não paga aluguel porque não tem condições”.

Batista foi outro trabalhador que comentou com frustração a impossibilidade de posse da casa em que vive. “Nós queríamos que eles [a CTRT] negociassem e vendessem pra gente, para os próprios inquilinos. Não queremos tomar a casa de ninguém. Mas eles não querem negociar”. Rio Tinto é um dos poucos casos de vilas operárias em que a indústria manteve a propriedade das casas dos trabalhadores mesmo após encerrar as atividades produtivas. Impossibilitada de gerar lucro através da exploração da mão de obra operária, a companhia passa então a arrecadar dinheiro através do patrimônio imobiliário que constituiu na cidade durante quase um século de funcionamento.

Apesar de percorrer outro caminho, o dinheiro que a companhia consegue ganhar na cidade hoje continua saindo em parte do bolso dos ex-trabalhadores, aposentados ou não, na forma de aluguéis. Talvez isso ajude explicar o insucesso das negociações entre ex-patrões e ex-operários no que se refere à venda da casa para os inquilinos, assunto que aparece sempre na fala dos entrevistados. Como disse Moacir: “Se eles quisessem resolver, resolvia. Que isso já era pra ter resolvido há muitos anos atrás. Eles querem só receber. Não tem conversa não”.

Alguns moradores também se ressentem com o poder público por não auxiliar na negociação para a aquisição da casa própria, como é possível observar na fala desse mesmo informante: “Teve uns políticos aí que tentaram falar com a Caixa Econômica. Mas não veio nada. Politicagem, somente. Promete, promete. Depois, tchau”. Para João, a ligação entre os políticos da cidade e os donos da companhia é o que torna a atuação do poder público desfavorável: “Em ano de eleição, sempre aparece algum político dizendo que vai ajudar a resolver o problema das casas. Mas nunca resolve”. Segundo ele, “a política de Rio Tinto sempre foi dominada pelo pessoal da companhia”.

Não conheci nenhum trabalhador de Rio Tinto morando em casa própria. Porém, como Dado narrou, alguns trabalhadores conseguiram adquirir o imóvel da companhia. Mas a negociação aconteceu somente entre aqueles que tinham estabilidade, com a condição de que abrissem mão do direito. Assim, para garantir a moradia, muitos trabalhadores aceitaram o acordo, entendido por alguns como um retrocesso em termos trabalhistas. Isso porque, como explica Dado, o funcionário “ficava como o novo operário, entendeu? Não tinha mais direito ao que tinha antes”. A companhia, quando dava com uma mão, tirava com a outra. Essa revelação

aconteceu durante sessão de foto elicitação quando Dado afirmou que parte das fotos, conseguidas no acervo do ARANDU, retratavam o evento mencionado.

Segundo meus interlocutores, o operariado de Rio Tinto, em sua maioria, mora ainda hoje em casa alugada. Dado compartilha a mesma realidade, e por diversas vezes fez questão de comentar que a casa onde mora não é sua, que ele só pode viver ali porque paga pelo seu uso. Também faz questão de deixar claro a percepção que tem da instabilidade desta situação: “Eu moro nessa casa desde 1967. No dia que botarem pra fora, botaram”.

Essas casas, apesar de hoje serem alvo de disputa, estavam longe de oferecer a estrutura necessária à manutenção da vida desses trabalhadores. As famílias, muitas vezes numerosas, viviam em situações precárias, como fica evidente na fala de Dado ao comentar sobre as condições nas quais seus filhos dormiam: “Já tava dormindo tudo trepado um no outro. Era uma rede embaixo outra em cima. Que nem marinheiro”.

Outras famílias viviam em condições ainda piores. A casa, insuficiente para abrigar uma, frequentemente concentrava mais de quatro famílias, como Batista relatou: “Não era só quatro famílias. Dependendo da família. Podia chegar até mais. Podia ter dormindo até no chão, onde tivesse lugar. O importante [para a CTRT] era ter gente pra trabalhar.”

Na rua Barão do Triunfo, todas as casas foram construídas para abrigar os operários, e seguiam um mesmo padrão. Aproximadamente 36 m², divididos em um quarto, uma sala e uma cozinha, interligados por um pequeno corredor. Para alojar quatro famílias em uma casa que mal tem tamanho para abrigar uma, a CTRT controlava a rotina dos trabalhadores de maneira a tornar essa coexistência possível. Através do controle dos turnos, por exemplo, como explicou Moacir. “Duas famílias trabalhavam durante o dia e duas famílias trabalhavam durante a noite. Era 24 horas. Cada família trabalhava seis horas”.

Ainda que a tipologia às vezes varie, ao caminhar por Rio Tinto é muito fácil identificar quais casas e ruas foram erguidas com o objetivo de servir de moradia para o operariado. Essas construções até hoje guardam traços de semelhança. Porém, mais evidente do que a similaridade entre as moradias dos operários, é a distinção das moradias dos não operários. Os exemplos mais gritantes estão, obviamente, nas casas construídas para receber os Lundgren e seus funcionários do alto escalão. A casa que abrigou Coronel Eduardo e sua esposa, que conheci num passeio com Dado, ocupa mais de um quarteirão, e é

isolada por muros de tijolo aparente. Como bem disse o operário, “é uma casa rica”. Essa construção, quando comparada aos 36 m² das casas da rua Barão do Triunfo, adquire ares quase faraônicos. Além do tamanho desproporcional ao número de moradores, contava com empregados e um rico pomar, cuja lembrança até hoje permanece viva na mente de Dado: “Essa área aí, se você entrava lá pra ver, tinha pé de abacate, manga. De tudo tinha, era uma fartura. Era uma coisa linda, linda mesmo”.

Mas não era só a casa dos Lundgren que destoava da moradia dos operários. Diretores, e até mesmo contramestres, diferenciavam-se dos demais empregados não só pelos salários e cargos, mas também pelo espaço que tinham direito de ocupar na cidade. Segundo Dado, os chalés que rodeiam a praça principal de Rio Tinto eram reservados para os trabalhadores estrangeiros, em sua maioria alemães, trazidos para o Brasil pelos Lundgren para ocupar os cargos mais importantes da companhia. “Só dava alemão, ali. Naquela área toda ali. Só alemão. Não tinha brasileiro nenhum ali”. A existência de áreas reservadas para os funcionários do alto escalão, onde eram construídas as melhores casas, é confirmada pelo relato de outros trabalhadores, como Moacir: “Ali na praça e na principal, a rua que sai na estrada, aquelas casas do lado direito, depois do fórum, tem umas casas do tipo chalé. Ali também. E outros chalés que você vê em outros cantos, alguns que não existem mais”.

Assim, ao analisarmos a questão da moradia em Rio Tinto, alguns aspectos ganham atenção. Para além de chamariz usado no recrutamento de trabalhadores e de posterior instrumento de imobilização da mão de obra, as moradias em Rio Tinto serviram também como elemento de distinção, demarcador das posições ocupadas nas relações sociais e trabalhistas. Operários e patrões pertencendo a lugares diferentes, tanto na fábrica quanto fora dela. Tal diferença era, assim, reforçada cotidianamente, alargando ainda mais o abismo que separa patrões de empregados, naturalizando a desigualdade.

4.3 Ainda sobre as condições materiais

A precariedade das moradias e o déficit habitacional são apenas dois, entre os vários aspectos presentes nas conversas, que indicam a carência material vivida de maneira geral pelo operariado em Rio Tinto. Itens básicos estruturais e de consumo eram muitas vezes inexistentes no dia a dia desses trabalhadores.

Dado, em mais de uma ocasião, fez questão de lembrar as dificuldades vividas nos primeiros anos de casamento. Faltava para o casal até a cama de casal. “A gente dormiu numa espreguiçadeira”. A roupa de cama era confeccionada com sacos de açúcar vazios. “Emendava um saco no outro e fazia o lençol, para se cobrir”. Como lembra Dado, era uma casa vazia. “Não tinha cama, não tinha cadeira, não tinha porra nenhuma”. Tudo indica que essa condição não era incomum entre os trabalhadores. Tanto que, quando ele conseguiu comprar quatro cadeiras, causou alvoroço na rua. A raridade desse tipo de artigo entre os trabalhadores era tamanha, que no dia da entrega a multidão se aglomerou na porta de sua casa. “Só pra quê? Pra ver quatro cadeiras que eu comprei. Pra mim a mulher tinha morrido. E me disseram ‘sabe o que é seu Dado, é que as cadeiras são bonitas demais’”.

A carência material é uma condição que aparece com frequência também em outros relatos. Batista e Moacir, enquanto me mostravam uma casa que hoje está desabitada, comentaram por diversas vezes a pauperização da vida dos operários da CTRT. Grande parte dos moradores dormia em redes. Artigos considerados de luxo entre os operários, os colchões, naquela época, eram feitos de capim. Como fez questão de frisar Moacir: “Quem tinha esses colchão, eram pessoas que tinha maior poder aquisitivo”. O fogão era à lenha. Luz, não existia.

Segundo Dado, só existia energia elétrica na casa dos contramestres. A casa dos operários também não tinha fornecimento de água, que era coletada em torneiras de ferro distribuídas pela rua, muitas vezes apresentando traços de sujeira. “Às vezes, você abria a torneira e saía aquela água amarela. De ferrugem. Aí você deixava, ela ia limpando, limpando, aí você tirava pra beber”.

Muitos dos itens básicos de consumo, como roupa e sabonete, não eram acessíveis aos operários. As vestimentas eram frequentemente confeccionadas pelos próprios trabalhadores, como lembra Dado: “Comprar camisa feita. Roupa feita. Bermuda. Não existia isso não”. Em vez de sabonete para tomar banho, era normal o uso de sabão de coco. “Antigamente a gente tomava banho com melão misturado com sabão”. A precariedade dificultava a higienização, não sendo raro o aparecimento de parasitas. “A gente tinha piolho na época. Antigamente, aqui. Aí você passava o pente saía aqueles piolho”.

Como não poderia deixar de ser, a dificuldade de acesso a itens básicos do dia a dia está em grande parte ligada aos baixos salários. Como Dado fez questão de evidenciar: “O cabra tinha vontade de possuir, mas não tinha.

Dinheiro pouco. O dinheiro era mixaria. A fábrica pagava, certo. Pagar, pagava. Só que era um salário pequeno”. Outro operário, V., afirma que ganhava mais na época que trabalhou como pescador do que integrando o quadro de funcionários da fábrica. Além disso, pelo relato de Gel, a companhia não respeitava a política de salário mínimo, apesar de sua regulamentação no Brasil remeter à década de 30⁶¹.

Porém, inversamente ao que era de se esperar em um local onde a remuneração entre os trabalhadores era consensualmente baixa, todos afirmam que comida no prato quase nunca faltava. Muito pelo contrário, costumam se referir ao passado como um tempo de fartura, no que se refere à alimentação. Situação que, assim como a questão das moradias, pede uma análise mais detalhada.

4.4 Bolso vazio, prato cheio: saco vazio não para em pé

É quase um consenso entre os trabalhadores que a sobrevivência com o salário de operário da CTRT só era possível porque a própria companhia criava condições para que o custo de vida fosse também muito baixo, principalmente no que se refere à alimentação. Com isso, a empresa conseguia manter a remuneração dos funcionários inferior à média do resto do país, garantindo uma maior lucratividade mesmo operando com um maquinário defasado em relação ao das fábricas do sudeste. Uma alimentação acessível também assegurava a reprodução da força de trabalho. Afinal, operário bom é operário vivo e produtivo.

Entre os instrumentos mobilizados pela companhia para atingir esses objetivos, estava a saroba. A saroba, Gel explica, “era um hotel de comida”. Construído para atender exclusivamente os funcionários da companhia, fornecia refeições a baixo custo. Assim, a sobrevivência do operário era garantida mesmo quando o salário era insuficiente para prover até a alimentação básica. Além disso, a oferta de refeições também reduzia o trabalho doméstico, fazendo com que mais membros da família estivessem disponíveis para integrar os quadros da companhia.

Além da saroba, a companhia também mantinha o quarto de frutas, classificado por Gel como uma “mãe de família”. Além de frutas, no local também eram comercializados farinha, cereais, “vendia de tudo no quarto de frutas”. Os produtos que abasteciam o pequeno comércio eram produzidos pela própria companhia ou em

⁶¹ O salário mínimo foi instituído pela Lei nº 185 de janeiro de 1936 e o Decreto-Lei nº 399 de abril de 1938. Posteriormente, Decreto-Lei nº 2162 de 1º de maio de 1940 definiu os valores deste salário.

terra arrendada para pequenos agricultores, que repassavam parte da produção para a CTRT. E, como lembra Gel, “todos os sítios aqui de Rio Tinto pertenciam à companhia”. Assim, o custo de produção de alimentos era baixo, permitindo também um preço final baixo para o consumidor. As vendas, porém, eram exclusivas para funcionários da companhia, que tinham o valor gasto descontado diretamente na folha de pagamento.

De todos esses estabelecimentos, o que está mais presente na memória dos trabalhadores é o barracão da feira. A começar pelo prédio, onde hoje funciona a garagem da viação Rio Tinto. Em sessão de vídeo elicitação, Dado fez questão de comentar sobre a grandiosidade da construção. “Isso é um cartão-postal, né. Isso é um prédio que na Paraíba não tem dessa qualidade não”. Batista confirma a fartura e a pluralidade dos alimentos, vendidos a preço quase de custo, “porque era tudo da companhia mesmo” e “pra compensar o salário que eles pagavam”. Moisés é outro operário que, ao lembrar daquela época, afirma que “tudo aqui era barato”. Em épocas de festa, também era prática da companhia oferecer peixes, boi assado, além de outros alimentos. A imagem de Rio Tinto como um lugar onde a comida abunda, barato para se fazer a feira, sobrevive até hoje, apesar das mudanças advindas com o fechamento da companhia.

Além da alimentação barata, os trabalhadores também recordam outros benefícios que contribuíam para que o custo de vida na cidade fosse baixo. Como lembra Moacir, “na época a gente não pagava água, que era fornecida pela companhia”. Além da água, a companhia também fornecia a iluminação pública, coleta de lixo, esgoto, atendimento médico. O provimento desses serviços impactava positivamente no orçamento familiar. Vale lembrar, porém, que a oferta dos serviços básicos foi assumida pela companhia na época em que negociou a construção da fábrica na Paraíba. E, para tanto, a CTRT recebeu uma série de benefícios e facilitações por parte do poder público.

Nos relatos dos interlocutores que comentaram essas questões comigo, é possível observar uma tendência. A afirmação de que o mínimo necessário, para a manutenção da sobrevivência, na maioria das vezes não faltava. Mas que a realidade da vida de operário em Rio Tinto também não significava abundância material, nem mesmo boas condições de vida. E para suprir o que faltava, seja na cozinha, no banheiro ou onde fosse, os trabalhadores muitas vezes exploravam o que era oferecido pela natureza da região.

4.5 Da relação com o meio

Durante as conversas, diversos trabalhadores fizeram questão de ressaltar a riqueza natural da cidade de Rio Tinto. Nada mais justo. Afinal, era muitas vezes dali que tiravam o necessário para suprir o que não conseguiam adquirir com o salário de operário. Isso fez com que essa comunidade não só explorasse, mas também estabelecesse uma relação peculiar com o meio que a cerca.

Dado costuma dizer que Rio Tinto é um lugar rico, onde ninguém morre de fome. Isso porque sua história de vida é repleta de ocasiões em que buscou na fauna e flora locais alternativas para colocar comida na mesa. Peixe, caranguejo, frutas, legumes. Alguns dos quais, completamente desconhecidos para mim. E não só para mim. Dado faz questão de ressaltar que esse aproveitamento dos recursos locais da região é algo da sua época, tendo o hábito desaparecido entre os mais jovens.

E não era só alimento que esses trabalhadores buscavam na natureza. Dado falou sobre muitas plantas que eram utilizadas antigamente para tratar as mais diferentes enfermidades. Valmora, arnica, agrião. Outras, serviam como utensílios domésticos (bucha) ou até mesmo para a higiene pessoal (melão). Dado parece lamentar o esquecimento desse conhecimento popular, muitas vezes ignorado pelas gerações mais jovens, habituadas ao uso de produtos industrializados. Como ele mesmo diz: “hoje, ninguém quer mais”.

Os moradores mais antigos também lamentam as mudanças sofridas pela natureza da região com a chegada das usinas de açúcar. Os rios sofreram transformações devido ao desvio de água para a rega das plantações de cana, que hoje tomam grande parte das terras onde antes era possível encontrar uma diversidade de plantas. “Depois que a usina tomou conta desses terreno, acabaram com tudo. Mas tinha muitas coisas boas”, comenta Dado.

Hoje sujeita à monocultura da cana de açúcar, Rio Tinto mais uma vez se transforma para atender as necessidades do capital, colapsando o ambiente e um modo de viver que aos poucos começam a deixar de fazer sentido. A história se repete, porém, ainda não conseguiu apagar os traços da dominação exercida por décadas pelos Lundgren e pela CTRT. Tanto que, até hoje, alguns operários referem-se aos antigos patrões como os donos da cidade.

4.6 Os donos da cidade

"Eles controlavam tudo. Você não batia um prego aqui, sem a companhia saber. Você sabe, era uma cidade de um dono só". Esse comentário, que ouvi pela primeira vez da boca de Gel, seria repetido frequentemente durante as conversas que tive com diferentes informantes nos meses de trabalho de campo. Batista, Moacir, Dado. Todos, a sua maneira, deram declarações que partilham o mesmo significado. Uma das maiores unanimidades que podem ser observadas no discurso dos operários, a percepção da influência que a CTRT e a família Lundgren exerciam na região, sobreviveu até mesmo ao fechamento da fábrica, e ainda assombra a memória desses trabalhadores.

Tal qual um mito de origem, a chegada da família Lundgren em Rio Tinto, com a subsequente construção da indústria e do núcleo fabril, ainda povoa as recordações das gerações posteriores ao acontecimento. Nessas memórias herdadas, que remetem ao surgimento da comunidade, a CTRT e seus proprietários já surgem como um poder hegemônico na região, os donos da cidade. É o que podemos observar no relato de Batista quando descreve o processo de demarcação das terras onde a indústria seria erguida. "Abria picada e saía levando. Falava 'isso daqui é meu' e saía marcando". Como também disse Dado, "o que a companhia queria fazer, na época, fazia. Isso tudo era dela".

Contrariedades não eram toleradas, mas combatidas à força. Outros proprietários da região, por bem ou por mal, tiveram que abrir caminho para a expansão do império dos Lundgren. Como relatou V., a opressão, em determinados casos, contava com violência física. O que também não era raro no trato com os trabalhadores.

Posteriormente, Frederico Lundgren, já alçado ao status de coronel, ficaria conhecido pela violência sexual que praticava contra as trabalhadoras pelas quais se sentia atraído. O próprio V. afirmou que mulheres de sua própria família foram violentadas por Frederico.

Além disso, aqueles operários que tinham uma postura que desagradava a CTRT, estavam constantemente sujeitos a sanções, agressões e até mesmo à morte. Como relata Gel, "se a pessoa fosse má-conduta, ia pra fábrica mas não voltava". Independentemente da possibilidade de averiguar a veracidade dessas acusações, é possível afirmar que tais relatos povoam a memória coletiva desses trabalhadores no

que se refere à atuação da família Lundgren e da CTRT na região. Segundo Gel, “Ninguém nunca provou, mas naquele tempo tinha de tudo. Naquele tempo a companhia não dava moleza”.

Além das grandes violências, as pequenas violências do dia a dia também continuam presentes na lembrança desses operários, e vez por outra vêm à tona enquanto comentam o cotidiano da vida de trabalhador. Cotidiano esse, que era seguido de perto pela CTRT. Como relata Moisés, “No tempo da gente, era obediência né”. Tal qual um Estado paralelo, a empresa montou seu próprio corpo policial. “O vigia andava pela rua, com o rifle”. Mais do que garantir a segurança na cidade, a milícia da companhia atuava diretamente no controle da rotina do trabalhador, fiscalizando até mesmo o horário que os operários iam para a cama. “Se o cara pegasse no meio da rua, já viu”, completa Moisés. Esse controle da rotina resultava, antes de mais nada, na maximização do lucro na produção industrial. Afinal, é lógico que trabalhadores saudáveis e descansados, na maioria das vezes, produzem mais.

Mas o poder da companhia transbordava para outras esferas, para além do universo operário. É consenso entre os trabalhadores que a política institucional na cidade sempre caminhou de mãos dadas com os interesses corporativos. Inclusive, uma boa parte dos que ocuparam cargos no poder público da região tinham alguma ligação com a companhia. E, mesmo entre aqueles que aparentemente não tinham vínculo com a empresa, a oposição aos interesses dela era algo raro. Como Dado faz questão de colocar, “não tem nenhum contra a companhia não. É tudo panelinha. Eles brigam, brigam, mas depois tá tudo junto. Já visse rico brigar com alguém pra cuidar de pobre?”.

Situação semelhante pode ser observada no sindicato dos trabalhadores da CTRT. Mesmo na instituição que, em teoria, foi formada por e para os trabalhadores, a influência da companhia estava presente. Gel só lembra de um, dentre todos os operários que ocuparam a cadeira de presidente do sindicato, que tinha uma postura totalmente pró-trabalhador. “Aquele presidente que era a favor do povo, a companhia não gostava. Só queria os que fossem do lado dela”.

Na memória dos operários com quem conversei, a CTRT e a família Lundgren estão inegavelmente relacionadas ao surgimento de grande parte de Rio Tinto. Além da fábrica propriamente dita, são incontáveis os estabelecimentos erguidos pelos trabalhadores a mando da companhia, entre eles a usina, a olaria, a igreja, o Cine Orion, o barracão da feira, o tênis clube. E, como verdadeiros donos da cidade, os

Lundgren definiam não só o aspecto exterior destas instituições, mas também a maneira como estas funcionavam e se relacionavam com os operários. Como gestores praticamente autônomos de Rio Tinto, controlavam a cidade e, por consequência, o modo de viver de todos os que residiam nela, como evidenciam os trechos extraídos do relato etnográfico.

4.7 A vida na fábrica

"Quase todo mundo aqui trabalhou na companhia". A frase, dita por João, relembra a centralidade que a fábrica tinha na vida dos operários. Mesmo porque não era raro, entre essas famílias, que a maior parte de seus integrantes pertencesse também ao quadro de funcionários da CTRT. Assim, uma parcela considerável do tempo dessas pessoas era gasta no exercício da atividade laboral. Como não poderia deixar de ser, grande parte das memórias desses trabalhadores refere-se ao tempo vivido no interior da fábrica.

Dado e Gel ainda recordam com exatidão as várias funções que exerceram durante os anos que passaram como empregados da companhia. Uma intensa divisão do trabalho pode ser observada na descrição desses operários sobre a atividade laboral na mesma, que mantinha setores específicos para cada etapa a ser realizada durante processo de produção. Carga, fiação e tecelagem estão entre os departamentos mais citados nas conversas, mas também são lembrados o batedor, a preparação e o acabamento. No auge do funcionamento da companhia, como lembra Gel, "cada seção acumulava uma faixa de dez mil pessoas". Dentro destas, acontecia ainda mais uma distribuição do trabalho, sendo normal que cada operário exercesse uma única atividade específica na seção. Na fiação, por exemplo, foram citadas as funções de varredor, azeitador, cabo de camada, amarrador de cordão e fiador.

Além dos setores industriais, a empresa também empregava nos departamentos administrativos, necessários à gestão do complexo. Dado reconheceu em uma foto de um grupo só de mulheres, mostrada durante sessão de elicitación, as funcionárias do escritório da companhia. "Isso daqui é tudo escriturária". E Gel recordou do tempo em que trabalhou como contínuo, no escritório, onde começou aos doze anos. "Cada chefe tinha um menino. Um menino pra trabalhar com ele, fazer mandado dele". Mulheres e crianças, apesar de também integrarem a linha de produção, aparecem

em maior número nos setores administrativos. Considerados trabalhadores menos produtivos, constituíam mão de obra barata para abastecer outros departamentos que, apesar de não produzirem valor diretamente, eram imprescindíveis ao funcionamento da companhia.

Pela descrição dos setores da fábrica, já é possível imaginar o montante de gente que era mobilizada pela atividade laboral na CTRT. O movimento diário da grande massa de trabalhadores aparece ainda vívido na memória desses operários. Depois de imitar o apito barulhento da fábrica, Batista descreveu em uma das conversas como era o fim do turno que precedia o almoço. “Era gente, viu. Passava gente com força naquele portão”. A informação é corroborada pelo depoimento de Gel, que também chamou atenção para a quantidade de trabalhadores empregados na fábrica durante os períodos de auge da produção. “No meu tempo, tinha mais de trinta mil funcionários na fábrica, em Rio Tinto. Então, quando era onze horas do dia, aí tinha vez que parecia festa de fim de ano, era gente com força. Você não tinha nem jeito de andar”.

Durante as fases de expansão, a companhia mantinha agenciadores que eram enviados para diversos lugares do país na tentativa de recrutar mais pessoas para integrarem sua linha de produção. O pai de Dado foi motorista de um dos caminhões usados pela CTRT para transportar esses trabalhadores dos seus locais de origem para Rio Tinto. “Ele ia muitas vezes buscar gente lá pras bandas de Guarabira, Mulungu, esse meio de mundo. Eles traziam. Veio muito morador de fora aqui para Rio Tinto”. Uma vez instalados na cidade, esses migrantes muitas vezes ajudavam a trazer mais pessoas para serem empregadas pela companhia, como amigos e parentes. Foi o caso de Moisés. Como ele conta, “A minha avó foi cozinheira dos Lundgren. Tinha nome. Aí viemos para cá tudinho”.

Esse aglomerado operário, forjado pela companhia ao reunir diferentes pessoas de diferentes lugares em torno de uma mesma atividade laboral, submetia os trabalhadores a uma convivência forçada. Esse convívio, longe de ser harmonioso, aparece nos relatos marcado por oscilações, com momentos de conflito mas também de unidade. Durante sessão de foto elicitação, evento no qual reconheceu diversos integrantes da fábrica, Dado fez questão de apontar um antigo desafeto. “Esse daqui era um filho da puta”, um “chaleira”. O episódio mostra que o convívio entre os trabalhadores não estava livre de desavenças e divergências.

Por outro lado, frequentemente os operários demonstraram, durante as conversas, compaixão e preocupação com aqueles pelos quais sentem identificação, em sua maioria trabalhadores como eles. Conhecedor das agruras da vida de operário, Dado por diversas vezes demonstrou ser possuidor de uma grande solidariedade de classe. Isso fica evidente quando, por exemplo, comenta sobre a aposentadoria.

"Aí você se aposentou, com seu salário bom. Aí tem eu, que faço o mesmo que o seu serviço. Tô parado. Aí seu patrão disse que você vai continuar trabalhando. Aí você, sendo um cara de coração bom, você vai fazer o quê? Vai dizer 'vamos fazer o seguinte [...] bote esse aqui'".

4.8 Da relação com o patronato

Além da convivência entre os trabalhadores, a relação com o patronato também apareceu nas conversas, e igualmente está longe de ser uma unanimidade. Para Dado, é evidente a relação de exploração entre patrões e empregados. Como bem resumiu, "o pobre trabalha pro rico". O patrão, para ele, não vive do trabalho, se mantém às custas da exploração da mão de obra do operário. "Chega um cara, monta uma firma aqui, ele não vai trabalhar. Tem que arrumar operário. Aí o operário trabalha pra quem? Pra ele enriquecer". Aos trabalhadores, assim, resta uma vida pobre às custas do que conseguem receber pela venda da sua força de trabalho. "O que eu tenho foi tudo do meu suor. Meu trabalho. E peço a Jesus que todos os que trabalham arrumem também".

Outros operários, como Gel, estabeleceram uma relação diferente com o patronato, e muitas vezes veem com bons olhos o papel da companhia na história da cidade e na trajetória de vida dos trabalhadores. "Muitos aposentados daqui têm que agradecer, primeiro a deus, e depois para essa fábrica de Rio Tinto. Eu mesmo sou aposentado porque trabalhei na companhia. Senão, na vida minha talvez não tivesse que tenho hoje". Ao comentar a relação com a chefia, em especial os imigrantes que ocupavam cargos de direção, o depoimento de Gel revela que o desentendimento com os patrões ou funcionários do alto escalão não era regra, mostrando principalmente um outro lado da relação entre brasileiros e estrangeiros dentro da companhia. "Os alemães daquele tempo, eu lhe digo, era melhor do que quem não era alemão. Todos os alemães que passaram aqui em Rio Tinto, era uns alemães que não apertavam nenhum operário".

Ao falar da relação com os estrangeiros, vale lembrar o historicamente documentado levante ocorrido no final da segunda guerra mundial, quando os

trabalhadores, contaminados pelo sentimento antigermânico, viraram-se contra os patrões e diretores da fábrica, sendo uma boa parte deles alemães. Essa recordação só está presente entre os membros mais antigos do grupo, mas nem por isso deixa de ser parte de sua memória coletiva. Dado foi o único que conseguiu fazer um breve relato do que aconteceu naquele evento, ocorrido há mais de 70 anos. Era adolescente na época, e lembra das casas sendo atacadas. Segundo ele, só uma foi preservada, porque o alemão que ali vivia era casado com uma brasileira.

4.9 Na saúde e na doença

Na memória dos operários mais antigos, sobrevive também a lembrança da época em que Rio Tinto era uma região assombrada pelo paludismo. Também conhecida como malária, é uma doença tropical transmitida por mosquito que ocorre em locais quentes e úmidos, como a cidade em questão. Febre e calafrio estão entre os principais sintomas, como lembrou Dado, que padeceu da doença: “eu ia para o sol quente, quente, não vencia. Para eu dormir, era duas redes, uma por cima da outra”. Com a chegada da companhia e o subsequente plantio de eucaliptos, de onde era extraída a madeira necessária para o funcionamento da usina, muitas regiões alagadiças acabaram drenadas, diminuindo drasticamente a incidência da doença no local. Assim, na memória dos trabalhadores mais antigos como Moisés, o fim do paludismo está diretamente ligado à chegada da companhia. “Aí com a companhia acabou. Botou eucalipto em todos os cantos aqui. Aí com os eucaliptos, acabou”.

Nas conversas, alguns trabalhadores citaram o serviço de saúde ofertado pela CTRT, que mantinha um médico à disposição para visitar os funcionários enfermos. A dispensa do dia de serviço em caso de doença, porém, era algo raro, como lembra Batista. Muitas vezes, o trabalhar era levado à força para executar o serviço: “Os vigias vinham buscar em casa para trabalhar”.

Filho de operários, Moacir relatou um caso de óbito por doença ocupacional. Segundo ele, sua mãe morreu de deficiência respiratória, consequência de uma doença pulmonar desenvolvida por aspirar resíduos de algodão durante o trabalho na fábrica. Moacir afirma que problemas de pulmão são frequentes entre os moradores da cidade, mas esse foi o único caso citado diretamente nas conversas.

Ao falar de atendimento médico em Rio Tinto, a instituição mais lembrada pelos operários é a Casa de Saúde Dr. Júlio. Hoje desativada, ocupou um grande prédio na parte alta da cidade, que conheci num passeio com Dado. Ele me contou que ficara internado lá uma vez para operar uma hérnia. “Tinha uma porção de médico bom aqui”. Dado lembra com exatidão o nome do dono e de seus sócios, o que sugere que a instituição era particular. Segundo Moacir, foi por muito tempo o único hospital e maternidade da região, sendo difícil encontrar entre a população mais antiga alguém que nunca tenha passado pelo local. “Noventa e nove por cento das pessoas que moram aqui, nasceram lá”.

4.10 Lazer, festas e arte popular

Já à época da construção do núcleo fabril de Rio Tinto, espaços foram pensados na cidade para servirem como ambiente recreativo àqueles que integravam quadro de funcionários da companhia. Porém, tal qual acontecia em relação às moradias, as instituições de lazer erguidas pela CTRT eram distintivas. O espaço era segregado, aumentando ainda mais o abismo entre patrões, chefes e empregados, que nem mesmo nas festas ficavam lado a lado.

Entre as opções de lazer para os operários, a mais citada nas conversas é o Cine Orion. A construção ainda hoje impressiona, não só pelo tamanho, mas também beleza. Apesar de desativado há vários anos, a memória do tempo passado no cinema permanece viva entre esses trabalhadores, sendo a opção de lazer preferida de muitos. Como Batista, que “fazia de tudo para arrumar um dinheirinho para vir para o cinema”.

O futebol também aparece como uma diversão ligada aos operários. Tanto que a cidade chegou a contar com diversos times, cujos jogadores eram os próprios funcionários da fábrica. No prédio onde funcionava o sindicato, que hoje abriga uma cooperativa, ainda é possível encontrar pendurados nas paredes antigos retratos das equipes futebolísticas que outrora brilharam na cidade. Entre os operários com quem conversei, dois disseram ter integrado os times, Gel e Moisés.

A cidade também contava, na época, com pelo menos dois clubes, segundo consta na fala dos informantes, o Rio Tinto e o Tênis Clube. Segundo Moacir, o Rio Tinto era um local de frequência popular, “mais fraquinho”. O Tênis Clube, porém, era um local de frequência controlada, onde a entrada de operários era proibida. E, como conta Dado, não era só os operários que sofriam com a discriminação no local. “No tênis clube, não entrava negro. Só entrava branco”. Além disso, era

exigido traje de gala, “gravata, paletó”. A mesma informação aparece na fala de Moacir, que faz questão de frisar: “o poder aquisitivo que mandava né”.

Numa cidade que tinha locais proibidos para uma boa parcela da população, não é de se estranhar a preponderância que as festas de rua acabaram ganhando. Elas aparecem com frequência nas falas dos trabalhadores. Integrante de uma das orquestras da cidade, Dado lembra que se apresentou por diversas vezes no coreto que ficava na praça central, durante as festas de fim de ano. “Era tudo ali as festas. A gente ia para lá”. Um evento que também é sempre lembrado pelos operários é a festa junina, que até hoje mobiliza uma boa parcela da cidade. “Cada casa fazia uma fogueira”.

Ao contrário do que se pode esperar em um lugar cuja rotina era controlada à força pelo patronato, as festas não aconteciam só nas datas comemorativas oficiais, sob a tutela da companhia. Nas horas vagas, era comum que os trabalhadores se encontrassem para passar o tempo livre juntos. Se reuniam na casa de amigos, em pequenas festas regadas à cachaça, como Dado faz questão de frisar. “Isso aí era só farra, negócio de bebida. Um cabra vinha e falava ‘Dado, vamos?’. E eu ‘vamos’. Aí se juntava e ficava tudo bêbado, cantando. Onde a gente chegava, brincava”. Além do espaço da brincadeira, esses momentos permitiam aos trabalhadores esquecer a dura rotina da fábrica para externar uma faceta que nem sempre era possível assumir no ambiente laboral. A seresta, além de manifestação musical, era também um momento em que os trabalhadores criavam uma diversão que não estava sob a tutela do patronato. No caso de Dado, era no tempo vivido entre os amigos, longe da linha de produção, que ele podia dar lugar ao músico popular.

A história de vida de Dado se confunde com a trajetória do artista. Começou a cantar ainda jovem, “molequinho”, fazendo serenata pelas ruas de Rio Tinto. Logo começou a se apresentar nas festas da cidade, e integrou a orquestra. Também se apresentou nos clubes, os populares e os da elite. A voz potente e o estilo de cantar, que lembram ídolo Nelson Gonçalves, fez com que ganhasse o apelido de garganta de aço. Passear com Dado por Rio Tinto é também ouvir inúmeros elogios ao artista popular; ele é mais reconhecido na rua pela sua performance de seresteiro do que por seu passado operário.

A condição de artista garantiu a Dado acesso a locais geralmente vetados para os operários, como o Tênis Clube. Cantou para a elite rio-tintense e até para o então governador Burity. Porém, na maior parte das lembranças como seresteiro, ele

aparece rodeado pelos amigos, muitos dos quais companheiros de fábrica. Algo que fica evidente quando mostra o álbum de foto em que guarda os poucos retratos que tem das muitas performances já realizadas por ele. As apresentações musicais, para Dado, mais do que manifestações artísticas, aparecem como um momento de encontro com os amigos. Hábito que mantém até hoje, e não dá indícios de querer parar. Pois, como ele mesmo costuma dizer, “sem amigo, ninguém vive”.

4.11 O caso de J

Resolvi fazer à parte a síntese dos dados que podem ser extraídos a partir da experiência com J, justamente pela singularidade da situação. Nossos encontros não tinham como objetivo etnografar a memória operária. Ambos éramos impulsionados por outras motivações, numa espécie de cruzada particular com o intuito de facilitar o acesso a direitos básicos legalmente garantidos a todos.

Porém, apesar de o envolvimento com J não fazer parte de uma tática de pesquisa, conhecer a realidade daquele operário aposentado ajudou a pensar como a trajetória operária é enxergada de forma singular por um presente que também é singular. Essa história de vida resultou em uma narrativa única, mas que se integra à memória coletiva do operariado, revelando porém características sobre o grupo até o momento desconhecidas. Principalmente no que diz respeito à carência material no contexto contemporâneo e às dificuldades na interação com o poder público local.

Mesmo entre aqueles funcionários que trabalharam a vida inteira para a CTRT e que conseguiram a aposentadoria, não é sempre que estão garantidas as condições materiais mínimas necessárias à manutenção da vida humana. É o que revela, antes de mais nada, a narrativa de J. Embora Rio Tinto seja uma cidade onde o custo de vida é – na minha impressão – relativamente baixo, o salário mínimo não se mostra suficiente para prover o necessário em situações mais específicas, como é o caso da família de J. O fato acompanhado e descrito pelo pesquisador – a ausência do provimento de água para a família em débito com a concessionária do serviço – é um dado lamentável que sustenta a afirmação colocada no início deste parágrafo.

O outro dado extraído da experiência com J que vale a pena destacar é a omissão do poder público em relação à resolução dos problemas cotidianos dos operários aposentados. Não é uma informação que surpreende, já tendo aparecido uma vez ou outra nos demais relatos, não só no de J. Na verdade, a inaptidão em

oferecer assistência àqueles que estão passando determinados tipos de necessidade é facilmente observável frequentando os órgãos responsáveis e ouvindo a conversa das pessoas que a eles recorrem. A falta de estrutura e de orientação adequadas foram sentidas na pele pelo pesquisador, e levaram a muitas idas e vindas, que não resultaram em nenhum passo adiante para a resolução do problema. Não vou fazer da minha, a voz de J. Mas, caso me pedissem para descrever a experiência, provavelmente recorreria às palavras frustrante, injusto, humilhante, cansativo, desgastante, revoltante. Talvez por isso J tenha desistido de recorrer ao poder público, preferindo confiar a seu deus a solução dos problemas.

5 CONCLUSÃO

5.1 Sobre antropologia, história e memória

A antropologia, e consequentemente a etnografia, foi o caminho escolhido para tentar conhecer e analisar o que podemos chamar de uma memória viva (em pleno século XXI) do operariado brasileiro da segunda metade do século XX. Na busca deste objetivo, recorreremos a técnicas e procedimentos variados, integrados durante o exercício de uma metodologia singular. Como recorte empírico, estabelecemos o caso específico de antigos operários de Rio Tinto, núcleo fabril do interior paraibano. Esse caminho seguiu pistas de toda uma literatura variada, que transita da imagem à memória e identidade, e que dá sustentação a este texto conclusivo.

Conforme explicita o título deste capítulo, o primeiro objeto que nos propusemos a explorar foi a chamada memória. Palavra derivada do latim, *memor*, “o que se lembra” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1890). Mas, pode se perguntar o interlocutor, já que o interesse é pelas lembranças, “aquilo que subsiste como testemunho de um fato passado” (p. 1740), não seria mais adequado um estudo na área da história? Ou, na busca da compreensão daquele “que se lembra”, um estudo na área da psicologia social? Neste sentido, a antropologia foi um caminho acertado? Acreditamos que sim, e isso se explica pelo próprio conceito estruturado ao longo dos últimos meses em torno da atividade mnêmica.

Em primeiro lugar, vale esclarecer como e por que a memória, aqui em especial a memória coletiva conceituada por Maurice Halbwachs (1990), se diferencia da história em seu sentido clássico. Para este autor, a ciência histórica começa “no ponto onde acaba a tradição”, já que “enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito” (p. 80). Usualmente, a história “abrange uma duração bastante longa” (p. 88). Por essa razão, frequentemente não pode mais recorrer àqueles que viveram os fatos, e consequentemente “examina os grupos de fora” (p. 88). Assim,

[...] A história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva [...]. (HALBWACHS, 1990, p. 80).

Para se contrapor a uma ciência histórica que observa os grupos de longe e periodiza suas trajetórias em tempos fragmentados que muitas vezes não se aplicam às realidades específicas, Halbwachs propõe o estudo da memória coletiva, onde, “ao contrário, é o grupo visto de dentro, e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana” (p. 88). Apostando na duração e na continuidade, Halbwachs está interessado naquilo “que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo”. Assim, “não ultrapassa os limites desse grupo” (p. 81).

O sociólogo francês rejeita, assim, as divisões históricas, “necessidade didática de esquematização” (p. 84), no estudo da memória coletiva, onde “não há linhas de separação nitidamente traçadas, como na história, mas somente limites irregulares e incertos” (p. 84). A memória, para Halbwachs, é uma “corrente de pensamento contínuo” (p. 81). Assim, não se apega ao passado histórico e suas divisões como uma realidade que se opõe a um presente contemporâneo.

Na diferenciação que o autor faz da memória coletiva e da história se encontra o ponto central do argumento que sustenta o exercício da ciência antropológica para o estudo das lembranças de tempos passados. Ao falar de memória, estamos falando de “informação viva” (QUEIROZ, 1983) e reproduzida segundo a concepção daqueles que participaram dos acontecimentos. Para o estudo da chamada informação viva, no caso a memória em sua manifestação coletiva segundo o ponto de vista do grupo estudado, coloca-se a antropologia como agente satisfatório para seu registro e desvendamento. Foi, por isso, minha escolha dentre as chamadas ciências humanas, resultando em uma investigação qualitativa alicerçada pelo exercício da pesquisa de campo teoricamente fundamentada.

É bom lembrar que Halbwachs escreve durante a primeira metade do século XX. Assim, suas críticas à história referem-se a esta ciência em sua forma clássica, desconsiderando o movimento revisionista iniciado com a Escola dos Annales e que desembocaria décadas depois na chamada Nova História. Isso, porém, não desqualifica suas concepções sobre o estudo da memória. A qual acaba vivenciando uma convergência duradoura com as ciências sociais.

Assumindo a presente dissertação como um estudo de caso antropológico sobre a memória e não um estudo sobre a história de Rio Tinto, o objetivo foi acessar e interpretar as lembranças de um certo número de pessoas que estivesse inserido no contexto da realidade operária brasileira da segunda metade do século XX. No desdobramento do trabalho de campo, esse grupo acabou sendo constituído por

Dado, Batista, Moacir, Gel e outros moradores da rua Barão do Triunfo que tiveram suas histórias de vida afetadas de alguma maneira pelo trabalho na Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT).

Vale lembrar também que o objetivo foi tomar conhecimento e fazer o registro da memória dessas pessoas, independente da concordância ou não dessas lembranças com a história oficial local. Não temos interesse em demonstrar se essas recordações representam ou não a verdade. Como coloca Ecléa Bosi em *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (2004), o interesse está em descobrir o que esses trabalhadores evocam como suas lembranças, e como essa memória é apresentada.

A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida. (BOSI, 2004, p. 37).

Ainda na tentativa de chamar atenção para a pertinência do estudo da memória na ciência antropológica, e entrando agora nas especificidades da atividade mnêmica, cabe aqui a primeira das assertivas que serão lançadas ao longo deste texto conclusivo: a memória é um fenômeno social.

5.2 Os quadros sociais da memória

A capacidade humana de recordar é devedora de todo um suporte físico-químico-biológico sem o qual não poderia acontecer. É fato. Isso, porém, se dá pistas para compreendermos como e por que a lembrança ocorre, não explica o que está em jogo quando cada indivíduo impregna/constrói sua memória.

É perceptível para qualquer um a impossibilidade de nos recordarmos de tudo quanto acontece em nossas vidas. Fica então a pergunta: o que norteia nossas cabeças na seleção daquilo que será registrado para posterior recordação e no descarte de tantos outros fatos, que cairão quase imediatamente no esquecimento? Faço aqui mais uma aposta: são os quadros sociais nos quais os indivíduos se inserem que determinam o conteúdo e a forma daquilo que convencionamos chamar de memória.

A assertiva é fundamentada no pensamento de Halbwachs, quando este desenvolve a teoria da memória coletiva. Como observa Bosi (2004, p. 54), o autor francês é um seguidor da escola durkheimniana, e atribui grande peso à sociedade,

às “instituições formadoras do sujeito”, na constituição do indivíduo e de suas lembranças. Com os estudos de Halbwachs abre-se a perspectiva de “um tratamento da memória como fenômeno social”, diferenciado também dos estudos sobre memória desenvolvidos na psicologia clássica, com tendência a foco no indivíduo.

A mudança de visada se dá na própria formulação do objeto a ser apreendido: Halbwachs não vai estudar a memória, como tal, mas os “quadros sociais da memória”. Nessa linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa [...] perseguirão a realidade interpessoal das relações sociais. A memória do indivíduo depende de seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo. (BOSI, 2004, p. 54).

De fato, Halbwachs acredita que “nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais buscam suas fontes nos meios e nas circunstâncias sociais definidas” (1990, p. 36). O autor questiona o caráter pessoal da manifestação mnêmica, porque duvida da própria possibilidade de uma existência individualizada e particularizada, que seria exclusiva a cada sujeito e imune à influência social, no mundo contemporâneo. Nas palavras do autor (p. 36-37):

[...] quando um homem entra em sua casa sem estar acompanhado de alguém, sem dúvida durante algum tempo “esteve só”, segundo a linguagem comum. Mas lá não esteve senão a aparência, posto que, mesmo nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam pela sua natureza de ser social, e que em nenhum instante deixou de estar confinado dentro de alguma sociedade [...]

Seguindo essa linha de raciocínio, Halbwachs defende a dimensão coletiva da memória, afirmando que “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos” (p. 26). A capacidade de lembrar estaria associada a uma concepção coletiva de existir no mundo, despertada após a primeira infância quando ganhamos a consciência de ser um “ente social” (p. 38). Assim, para o autor, os acontecimentos que povoam nossas memórias foram inscritos pelos grupos nos quais nos inserimos, e se podem ser recordados, é porque são também por eles sustentados e evocados. Esse processo é muitas vezes por nós naturalizado, dificultando a compreensão de que mesmo a chamada dimensão individual da memória é também uma manifestação coletiva. Nas palavras do autor (p. 47):

Acontece com muita frequência que nos atribuímos a nós mesmos, como se elas não tivessem sua origem em parte alguma senão em nós, ideias e reflexões, ou sentimentos e paixões, que nos foram inspirados por nosso grupo. Estamos tão bem afinados com aqueles que nos cercam, que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida da vibrações, em nós ou nos outros [...]

As memórias pessoais seriam, assim, uma encruzilhada onde, mobilizadas pela experiência de um sujeito, as diversas trajetórias dos grupos se encontram, gerando uma manifestação que, apesar de particular, não pode ser entendida como exterior à coletividade. A memória pessoal seria constituída, então, pelo entrelaçamento das memórias dos diversos grupos nos quais cada sujeito se insere: "a parte que representamos em cada modo de ver está determinada pela intensidade desigual das influências que estes (os grupos) têm, separadamente, exercido sobre nós" (HALBWACHS, 1990, p. 47).

Halbwachs acentua que, apesar de qualquer sujeito estar inserido em vários grupos que transitam "entre o indivíduo e a nação", é na memória histórica, "sequência dos acontecimentos dos quais a história nacional conserva a lembrança", que encontramos "os quadros que representam o essencial daquilo que chamamos memória coletiva" (1990, p.79).

Materializando o conceito no nosso estudo de caso, buscamos o exercício dessa ideia na análise das memórias pessoais de Dado. Fazendo uma analogia simplista, única possível devido à dimensão da pesquisa, gostaríamos de pensar quais grupos estão presentes na construção das lembranças deste ex-operário. Dado se insere, primeiramente, na população nacional. Pertence, também, ao grupo dos operários brasileiros. Dos funcionários da CTRT. Da família Silva. Dos moradores da rua Barão do Triunfo. Quanto mais nos aprofundarmos na trajetória de Dado, mais coletivos de pertencimento iremos identificar, particularizando progressivamente o ponto onde se dá a convergência das memórias dos diversos grupos, descrevendo um fenômeno único em sua forma, inscrito num ponto determinado do tempo e do espaço. Mas é um fenômeno que, apesar de único, não pode ser considerado individual.

É possível afirmar, portanto, que a memória pessoal de cada sujeito é única, pois somente na materialidade de sua existência são criadas as condições necessárias à manifestação desta. Mas não é individual, já que essa memória pessoal

se sustenta na memória e no sentido de durar dos grupos aos quais os sujeitos estão conectados.

Fica evidente, pelo exposto até o momento, que o pensamento de Halbwachs, em sua essência, permanece valioso para o estudo da memória tanto em sua manifestação tanto coletiva quanto pessoal. Porém, é oportuno apontar que suas ideias foram revisitadas e questionadas por autores posteriores. Que não desqualificam a teoria do estudioso francês, mas agregam perspectivas interessantes que não podem ser desconsideradas.

5.3 A memória como disputa

Como já citado anteriormente, Halbwachs desenvolve sua teoria na primeira metade do século XX, e tem entre as principais inspirações os escritos de Émile Durkheim. É pertinente apontar aqui mais um ponto de aproximação entre o pensamento dos dois autores, a coesão social (ou formação de comunidades afetivas, grupos) como consequência da convivência solidária entre os indivíduos.

Na abordagem durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Assim também Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de “comunidade afetiva” [...] (POLLAK, 1989, p. 3).

Vale lembrar que, para Halbwachs, os acontecimentos que constituem os quadros essenciais à formação da memória coletiva são aqueles lembrados pela história nacional. Dentre os autores recentes que dialogam com Halbwachs, chama atenção a teoria de Michael Pollak (1989, p. 4), por agregar o conflito e a disputa à discussão sobre a memória coletiva. Segundo esse autor, com a filosofia construtivista, que não busca verdades totalizantes e sim possibilidades, a perspectiva dos trabalhos sobre o tema sofre uma alteração brusca, e passa a acentuar “o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional”.

Se volta, assim, no estudo da memória, não para os grupos majoritários, como a nação, mas àqueles que não são ou não se sentem contemplados pela abrangência desses grandes aglomerados. Essa perspectiva “ressaltou a importância de memórias

subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional” (POLLAK, 1989, p. 4).

Segundo Pollak, nas pesquisas que se dedicam ao tema, é recorrente a descoberta de acontecimentos que não constam na memória coletiva de uma nação.

[...] A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (1989, p. 5).

Com isso, Pollak introduz a dimensão política à discussão. A disputa pela memória se torna, assim, mais do que uma divergência sobre a lembrança. Representa, também, o direito essencial que um grupo marginalizado tem de existir e durar no mundo.

Agregando as reflexões de Pollak, compreendemos então que a memória, apesar de um fenômeno coletivo e elemento de coesão social, não é necessariamente homogênea, concordante ou hegemônica, e está em constante disputa. Isso leva a crer que, em oposição a uma memória coletiva, sustentada pelas lembranças históricas de uma nação ou outro grupo majoritário, existe sempre uma ou mais memórias subterrâneas. A distância entre elas, muitas vezes, representa “o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica” (1989, p. 5).

Durante o desenrolar deste texto, a expressão “memória coletiva” deverá, assim, ser entendida como uma manifestação mnêmica ligada às lembranças históricas do trabalho na região de Rio Tinto, tal qual foram propagadas pelos setores mais influentes. Já “memória subterrânea”, também uma manifestação coletiva, deve ser interpretada – no caso em questão – como as lembranças evocadas pelo grupo de operários locais com os quais conversei no decorrer da pesquisa, e que muitas vezes contradizem a primeira.

É válido colocar ainda uma última observação de Pollack sobre as memórias subterrâneas (1989, p. 6):

Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas [...]

são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante.

Assim permanecem por muito tempo, clandestinas, inaudíveis, latentes, “até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do não-dito à contestação e reivindicação” (POLLACK, 1989, p. 9).

A observação do autor foi valiosa para compreender a dificuldade de acessar determinadas lembranças na conversa com meus interlocutores. E será melhor explorada a seguir, na discussão sobre a disputa da memória local.

5.4 Memória Coletiva e identidade

A função da memória coletiva na constituição e na permanência da identidade dos grupos é talvez o maior ponto de convergência entre o pensamento dos autores citados até agora para tratar do assunto.

Ainda na primeira metade do século XX, Halbwachs escreve (1990, p. 87):

Cada um desses grupos tem uma história. Neles distinguimos imagens e acontecimentos. Mas o que nos chama a atenção, é que, na memória, as similitudes passam entretanto para o primeiro plano. O grupo, no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo.

Eckert chega a conclusão semelhante, ao estudar a memória coletiva dos trabalhadores de uma mina de carvão do sul da França (2012, p.106).

[...] A experiência de uma trajetória comum na mesma vila os homogeneiza. Eles são os portadores privilegiados de uma memória coletiva que amalgama as reflexões sobre os tempos vividos, e de onde brotam as narrativas que misturam as lembranças encantadas ou nostálgicas do passado e as reflexões realistas (positivas ou negativas) sobre a dinâmica das práticas sociais do presente [...]

Acreditamos que Halbwachs (1990) aponta para o mesmo caminho quando fala em um “elemento estável e permanente do grupo”, que descreve como “um interesse, uma ordem de ideias e de preocupações, que sem dúvida se particularizam e refletem em certa medida as personalidades de seus membros” (p. 121). Para o autor, ainda que particularizados, esses pensamentos e lembranças atuam na constituição de uma identidade coletiva fundamentada em uma memória comunitária, que só se manifesta

porque opera “a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros” (p. 34).

Pollak afirma serem as duas funções essenciais da memória “Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum” (1989, p. 9). Assim, para o autor, “a memória é um dos elementos constituintes do sentimento de identidade” (1992, p. 5). Ele define identidade como a “imagem de si, para si e para os outros”, ou seja, “a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria” (1992, p. 5).

Na busca da compreensão da identidade em sua manifestação coletiva, o autor afirma ainda que é preciso levar em conta “todos os investimentos que o grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou de nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência.” (1992, p. 7).

Esse investimento do coletivo na formação de uma identidade, que possibilita ao grupo sua própria existência, é descrito por Pollak como um trabalho de enquadramento da memória, um fornecimento de pontos e quadros de referência (1989, p. 9).

[...] tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis.

Ainda analisando a relação entre memória coletiva e identidade, Halbwachs (1990) fala sobre outro fenômeno recorrente observado durante o estudo da memória dos grupos: a reelaboração do passado, em articulação com a significância da identidade presente do coletivo. Para ele, “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores” (p. 71). Essa reconstrução coletiva opera de forma contínua, atualizando a memória do grupo porque “algumas impressões se apagam e outras se sobressaem, segundo o ponto de vista de onde a encaramos, isto é, segundo as condições novas onde ela se encontra quando nos voltamos para ela” (p. 74).

Mais uma vez gostaríamos de voltar a Pollak, porque ele agrega o conflito à discussão da reconstrução da memória em sua relação com a identidade coletiva,

afirmando que “a memória e a identidade são valores disputados em conflito sociais e intergrupais” (1992, p. 5), sendo assim negociáveis, e não fenômenos que devem ser interpretados como “essências de uma pessoa ou de um grupo” (1992, p. 5). Para o autor, existe um trabalho incessante de reconstrução do passado, “em função dos combates do presente e do futuro” (1989, p. 10), através do qual o indivíduo “tende a definir seu lugar social e sua relação com os outros” (1989, p. 13). Pollak, portanto, se esforça em pensar como a tensão interfere não só na formação da memória coletiva, mas também, como consequência, na própria construção e reconstrução da identidade de mesma ordem. Para ele, essa reconstrução do passado também é alvo de disputa nos e entre os grupos, que lutam para “verem reconhecida a interpretação de cada um e, logo, a sua memória específica” (1992, p. 6), para assim assegurarem a própria existência.

[...] Toda organização política, por exemplo – sindicato, partido, etc - , veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e do grupo [...].” (POLLAK, 1989, p. 10).

Realizamos esta longa reflexão para sustentar que manter viva a memória coletiva de um grupo, seja ela majoritária ou subterrânea, mais do que saudosismo, é garantir a própria existência do grupo como componente de uma sociedade plural. Podemos afirmar que a sua sobrevivência só é possível, com a passagem dos anos e a transformação do real, porque é sustentada por uma base comum de memórias, que materializam e atestam aquele contexto coletivo único no tempo e no espaço. Lutar pela memória do grupo é, também, lutar pelo reconhecimento da existência dele, muitas vezes ignorada ou distorcida pela história oficial.

5.5 A disputa da memória do trabalho em Rio Tinto

Aplicando o que foi dito até agora no estudo do objeto em questão, torna-se pertinente pensar a disputa da memória do trabalho em Rio Tinto. Para tanto, exercito uma breve aproximação entre algumas fontes que abastecem a memória coletiva local e as lembranças reveladas pelo grupo estudado.

Como já mencionado, Halbwachs afirma que os “acontecimentos dos quais a história nacional [ou local] conserva a lembrança” (1990, p. 79) são o principal sustentáculo da memória coletiva. Mas quais são os fatos e elementos constitutivos dessa manifestação na cidade de Rio Tinto? Como ela se formou e de que maneira é mantida até os dias atuais?

Para traçar um quadro da memória coletiva local foi de fundamental importância atentar para os traços materiais e visuais que persistem na cidade hoje. Afinal, como aponta o mesmo autor: “Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem” (1990, p. 133).

Além disso, recorri a fontes daquilo que Halbwachs define como “memória emprestada”, uma “bagagem de lembranças históricas” (1990, p. 54) de fatos que não vivenciamos diretamente, mas passamos a conhecer através de relatos orais ou escritos de terceiros. O autor afirma que essas lembranças, que apropriamos dos outros, são também um elemento constituinte fundamental da memória coletiva.

Dentre as várias possibilidades que a busca da origem de uma “memória emprestada” pode oferecer, decidi concentrar esforços em duas obras escritas por antigos moradores da cidade, os livros de Raul de Góes (1964) e de João Batista Fernandes (1971).

Publicado inicialmente em 1949, o livro de Góes, *Um sueco emigra para o nordeste*, conta a história da chegada da família Lundgren ao Brasil e da consequente criação dos núcleos fabris de Paulista e Rio Tinto. Já a obra de Fernandes, *O extinto Rio Tinto*, publicado em 1971, comenta mais sobre o período dito “áureo” da CTRT, principalmente sob a administração de Frederico Lundgren, figura muito citada durante todo o livro.

Começaremos destacando alguns pontos do livro de Góes. Como, por exemplo, a descrição que faz de Herman Lundgren e de sua relação com a população local. Ainda que o patriarca tenha falecido antes da construção do núcleo fabril de Rio Tinto, empreendimento levado a cabo pelos filhos Frederico e Arthur, a caracterização realizada pelo autor dá pistas valiosas para pensarmos como a memória local enxerga a chegada dessa família de imigrantes ao nordeste. Herman é descrito por Góes (1964) quase como uma divindade, “herói do trabalho que não se deteve diante de nenhum obstáculo e, com o seu idealismo empreendedor, do nada construiu um mundo, como todos os criadores autênticos” (p. 20). Dedicar um capítulo do livro para mostrar que Herman era também um “amigo dos operários” e de “todos os pobres da

região" distribuindo sempre "auxílio aos necessitados" (p. 79). Um homem interessado na "valorização do trabalhador através da assistência social" (p. 173). Que, com seu "sangue de viking" (p. 36) veio abençoar o território brasileiro incorporando "ao patrimônio da nossa terra realizações dignas de povos de alto nível de civilização e tradições industriais" (p. 38).

Como exposto anteriormente, entendemos que a memória de um grupo não ultrapassa o limite de seus membros mais velhos. Porém, neste caso, gostaríamos de recorrer à memória oral transmitida pelas gerações anteriores aos operários com quem conversamos durante a pesquisa. Um dos relatos que descreve a chegada dos Lundgren à região, não parece remeter à criação de um mundo, mas sim à invasão de um mundo. "Abria picada e saía levando. Falava 'isso daqui é meu' e saía marcando". É o que conta o operário Batista, reproduzindo o que ouviu dos mais velhos. Segundo Moacir, pelo que ouviu falar daquela época, "pessoas que tinham o poder aquisitivo lá em cima, mandavam e desmandavam".

Nas falas de Dado, a industrialização promovida pelos Lundgren também não parece soar como uma benção que valorizou o trabalhador local: "o pobre trabalha pro rico. Chega um cara, monta uma firma aqui, ele não vai trabalhar. Tem que arrumar operário. Aí o operário trabalha pra quem? Pra ele enricar. Depois de enricar, acabou-se".

Por outro lado, Gel, por exemplo, afirma que tudo o que possui hoje deve à chegada da companhia na região: "Senão, na minha vida, talvez não tivesse o que tenho hoje".

Voltando ao livro de Góes (1964), ele também descreve o trabalhador nordestino da época como "matuto ignorante" (p. 56) originário de "populações rústicas e primitivas" (p. 56)⁶². Eram, segundo ele, "verdadeiros párias, mal alimentados e atacados de impaludismo e de boubala, de bexiga e de bubônica" (p. 80), resgatados à condição humana através da proletarização no empreendimento dito civilizatório dos Lundgren, que deu "dignidade ao homem em novas tarefas especializadas – o simples homem do campo convertido em tecelão, mecânico, marceneiro, ajustador de máquinas, motorista, auxiliar de escritório" (p. 135).

Difícil falar sobre as características do trabalhador local antes da chegada da CTRT, já que esse tipo de informação não apareceu nem entre as memórias

⁶² De acordo com o filme *Memórias Retomadas* (2015), uma parte da região era povoada por índios potiguara, na aldeia Monte-Mór.

reproduzidas pelo grupo. É pertinente observar, porém, que certos males que acometiam os trabalhadores, apontados por Góes como característicos de tempos anteriores à chegada da CTRT, aparecem nos relatos de nossos interlocutores, todos nascidos após 1930, ou seja, mesmo após a instalação da indústria na região. Moisés e Dado, por exemplo, disseram ter sofrido com o impaludismo. Relatos de problemas com má alimentação, se não são frequentes, também não são inexistentes.

Ainda no livro de Góes (1964), é particularmente interessante observar a caracterização feita das figuras de Frederico e Arthur Lundgren, os membros da família geralmente mais lembrados entre aqueles que escreveram sobre Rio Tinto ou trabalharam na CTRT, por terem os dois irmãos capitaneado o empreendimento industrial na região.

Segundo Góes, Frederico era considerado por Assis Chateaubriand “a maior mentalidade industrial de Pernambuco” (1964, p. 111). É descrito como alguém que “nasceu para mandar e ser obedecido”. Quando assumiu a direção dos negócios da família após a morte de Herman, sofreu oposição de antigos servidores, contrários às reformas propostas pelo novo dirigente. Frederico atuou como “uma espécie de rolo compressor sobre aquelas resistências silenciosas mas tenazes.” (p.104).

Neste sentido, memória coletiva e subterrânea apontam para um mesmo caminho. Como afirmou o operário Moisés: “No tempo da gente, era obediência né”. O que difere no relato do grupo estudado não é a rigidez de Frederico, mas a maneira como ele exercia todo seu poderio e controle sobre a vida dos operários. O mesmo trabalhador relata que os vigias da companhia, armados com rifle, eram responsáveis por manter a “ordem” na cidade: “Nove e meia a gente tava todo mundo dentro de casa”. Na época de Frederico, os vigias, chamados pelo operário Batista de “capangas”, também eram responsáveis por obrigar os trabalhadores doentes a comparecerem ao trabalho. Alguns relatos sugerem que a repressão a opositores e o mandonismo na época pode até mesmo ter acabado com a vida de alguns operários. Como relatou Gel: “Ninguém nunca provou, mas naquele tempo tinha de tudo. Naquele tempo a companhia não dava moleza. Se você fosse um bom operário, a companhia se dava bem com você. Mas se a pessoa fosse má-conduta, ia pra fábrica mas não voltava”.

Já Arthur é comparado por Góes (1964) a Henry Ford e caracterizado como um “gênio industrial” (p. 155). Para o autor, seu espírito empreendedor visava mais a benevolência e o bem-estar social do que o acúmulo de capital, característica que

também enxergava em Herman. No livro, atribui a Arthur a seguinte frase: “Em vez de simplesmente amparar a pobreza não seria preferível fazer de cada pobre um trabalhador?” (p. 155). Ele afirma, ainda nas primeiras páginas:

[...] Arthur Lundgren conseguiu, com o tempo, realizar um milagre e ação civilizadora: desenvolvendo cada vez mais a sua empresa, saneando as terras inóspitas, construindo habitações operárias, escolas e postos de assistência médica, estimulando o trabalho com salários compensadores, transformou a antiga povoação do município de Mamanguape numa das mais prósperas cidades paraibanas. A cidade de hoje é obra sua [...] (p. 25).

Aqui seria interessante atentar para dois pontos. Sobre a benevolência do patronato e as benesses da industrialização no local, os comentários de Dado reproduzidos há pouco parecem suficientes para apontar que há divergência sobre esse ponto entre a memória coletiva e a subterrânea. Já para falar sobre os salários compensadores, citados por Góes, vale a pena resgatar algumas frases ditas pelos trabalhadores durante a pesquisa de campo. Como disse o operário Batista, “o dinheiro era suficiente para sobreviver, mas não para viver”. Dado demonstrou opinião semelhante: “Dinheiro pouco. O dinheiro era mixaria. A fábrica pagava, certo. Pagar, pagava. Só que era um salário pequeno, né”.

Também podemos perceber indícios de que, na memória dos operários, a remuneração aparece como insuficiente, ao analisarmos os diversos relatos sobre a carência material cotidiana que revelam um baixo padrão de vida. Uma história que Dado repetiu por diversas vezes, demonstra a pauperização vivida quando recém-casado. Naquele período, como relatado na etnografia, ele e a esposa dormiam juntos em uma espreguiçadeira. Aliás, não era apenas a aquisição de móveis que ficava impossibilitada com os baixos salários. Outros itens necessários para uma existência humanizada também escasseavam na casa dos operários. Como disse Moisés, “não tinha nada dentro de casa”. Geladeira, roupa, material de limpeza, xampu, sabonete, cobertores, muitas vezes não eram possíveis de serem adquiridos com os ditos “salários compensadores” citados por Góes.

O autor também chama atenção para o envolvimento de Arthur Lundgren na política local, tendo ocupado os cargos de prefeito em Rio Tinto e Olinda, e de deputado na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Segundo Góes (1964), “os cargos eletivos que ocupou não foram disputados por apego a posições, mas com o alto objetivo de contribuir para melhores condições de vida, de educação, higiene e

trabalho das populações nordestinas” (p. 170). Para ele, Rio Tinto é “uma cidade que tudo lhe deve” (p. 26)

Na memória dos operários da cidade, a política local e a CTRT aparecem quase sempre associadas. Um dos primeiros trabalhadores com quem conversei no campo, João, logo afirmou, sem a menor hesitação: “a política de Rio Tinto sempre foi dominada pelo pessoal da companhia”. O depoimento de Dado reitera a afirmação: “Rapaz, não tem nenhum contra a companhia não. É tudo panelinha”. Além disso, ele não parece acreditar nos discursos altruístas construídos nas épocas de eleição em torno dos políticos locais. “Eles brigam, brigam, mas depois tá tudo junto. Já visse rico brigar com alguém pra cuidar de pobre?”.

Em seu livro, Góes (1964) ainda fornece informações interessantes sobre o cotidiano em Rio Tinto, que povoam a memória coletiva da época em que a CTRT ainda estava na ativa. Comenta, por exemplo, sobre o barracão da feira, onde alimentos eram “cedidos aos trabalhadores sem qualquer lucro para a empresa” (p. 95). Descreve as casas que constituem a vila operária como “limpas, bem juntas e solidárias” (p. 134) além de “higiênicas, saudáveis e simpáticas” (p. 153). Ao falar sobre o Tênis Clube, classifica o mesmo como uma associação de “caráter popular” (p. 134).

As lembranças dos operários sobre o barracão da feira se assemelham em muito com o quadro traçado pela memória coletiva. Quase todos fazem questão de recordar as grandes quantidades de alimentos oferecidos aos trabalhadores a baixíssimo custo. Carne, farinha, frutas, legumes, verduras, tudo em abundância, além de refeições completas na saroba (espécie de refeitório exclusivo dos funcionários da CTRT). E o gasto das compras podendo, muitas vezes, ser abatido diretamente na folha de pagamento. A única ressalva foi feita pelo operário Batista, justificando que o preço tinha que ser baixo mesmo, já que “era tudo da companhia” e também para “compensar o salário que eles pagavam”.

É interessante ainda observar os termos utilizados por Góes (1964) para descrever as habitações operárias. Limpas, higiênicas e saudáveis são palavras que não combinam com a descrição das casas contida nas memórias reveladas pelos trabalhadores ouvidos na pesquisa. Gel, por exemplo, fala que a princípio as casas não tinham saneamento básico: “não existia banheiro não. O pessoal fazia o ‘trabalho’ e depois passava um ambulante, que levava.” Dado comentou, em uma conversa, que era comum a proliferação de pragas e piolhos.

Outra palavra usada por Góes (1964) para descrever as casas, "solidárias", remete a auxílio mútuo. Fica a dúvida de como interpretar. Talvez seja um eufemismo para descrever o processo de adaptação necessário para que até quatro famílias desconhecidas coexistissem em um espaço comum, conforme relatado por diversos interlocutores. Mas se for esse o caso, talvez a palavra não tenha sido uma boa escolha.

O autor também descreve as residências como simpáticas e "bem juntas". Na memória dos operários ouvidos, a descrição equivalente seria precárias e apertadas. Uma casinha de 36 m², térrea, sem forro, onde dezenas de pessoas dormiam penduradas em redes. Privacidade era algo impossível. Se nos estendermos, agora, para a infraestrutura da rua, conforme consta na memória dos operários, a precariedade parece ainda maior. A rua era de terra, ficando quase intransitável nos dias de muita chuva. Além disso, não tinha iluminação pública, nem fornecimento de água encanada ou energia elétrica nas casas.

O último ponto que gostaríamos de destacar do livro de Góes (1964) é sua caracterização do Tênis Clube, uma associação que ele classifica como sendo de "caráter popular". A memória dos operários, neste caso, diverge totalmente daquilo que é colocado pelo autor. "Aquilo era um clube, que não era todo mundo que entrava ali não". Dado é explícito ao dizer que "No tênis clube, não entrava negro. Só entrava branco". Ele só frequentou o lugar algumas vezes e isso porque tocava na orquestra local. E precisou colocar terno e gravata. Segundo os operários, era o clube dos ricos da cidade. Como também lembrou Moacir, "Quem tinha poder aquisitivo ia para o Tênis Clube".

O segundo livro que gostaríamos de comentar, porque foi também entendido durante a realização da pesquisa como fonte da memória coletiva do trabalho na região, é O extinto Rio Tinto (1971), de João Batista Fernandes. Conhecido como Batistinha, o autor foi também presidente do Sindicato Têxtil de Rio Tinto entre 1951 e 1960, além de amigo pessoal de Frederico Lundgren. O livro, aliás, dedica grande parte do seu conteúdo a engrandecer a figura do patrão, que já na dedicatória classifica como "timoneiro-chefe".

Em um capítulo intitulado O Campeão, Batistinha nos introduz assim à figura de Frederico: "Ninguém sabe, para começar, com exatidão, medir o tamanho do Coronel Frederico João Lundgren: se pela vontade leonina de construir, ou pelo tamanho do seu coração!" (1971, p. 31). Segundo ele, "nenhum outro empregador

deste mundo teve tanto amor aos seus empregados” (p. 38). E complementa, “enquanto ele viveu, Rio Tinto era alegria.” (p. 38).

O que já foi aqui exposto sobre a memória dos operários com quem conversei, no que se trata de Frederico Lundgren, já seria mais do que o necessário para constatar a divergência que existe em relação à caracterização desse personagem da maneira que aparece na obra de Batistinha. Porém, para reforçar a argumentação, cabe aqui o resgate de pelo menos mais um ou dois relatos. Nas lembranças do operário S, Frederico era uma figura que levava terror e não alegria para Rio Tinto. Além dos abusos já citados, S adiciona estupros e espancamentos ao rol de atos criminosos do intitulado coronel. Haja coração! Segundo Dado, sob a administração de Frederico, a companhia entrou em confronto até mesmo com os índios potiguara da reserva Monte-mór, durante a ocupação das terras da região pela CTRT, resultando inclusive em mortes.

No livro, Batistinha também comenta sobre a organização dos trabalhadores e a vida política em Rio Tinto. Critica o pluripartidarismo e a breve democracia iniciada com o fim da era Vargas, por permitir o surgimento de “cães aventureiros políticos” e “comícios”, que (1971, p. 61):

[...] Mudaram totalmente a mentalidade quieta e obreira dos operários locais. Incutiram na alma e no sangue de todos, o ódio contra a Fábrica! Envenenaram tudo até hoje. Diziam (e ainda hoje dizem) que tudo que a fábrica fazia em favor do operariado era puro engodo, pura tapeação. [...] Que aqui, a fábrica, roubava os direitos do povo, e quantas e quantas safadezas mais.

O autor afirma que o desgosto gerado por essa nova realidade foi o que levou Frederico Lundgren à morte em 1946. Para ele, “o desaparecimento daquele baluarte” e a “invasão dos agitadores” (1971, p. 62) estavam levando Rio Tinto à derrocada. Por isso, o título do livro: O extinto Rio Tinto.

Em uma de suas lembranças, Dado confirma a existência de operários que eram favoráveis à companhia, chegando muitas vezes a se oporem aos trabalhadores. Porém esse perfil de trabalhador, do qual o autor do livro se mostra saudosos, enquanto Dado abomina, parece existir em pequeno número, no contexto sobre o qual nos fala o operário que se tornou nosso maior interlocutor. Tanto que, ao observar comigo as fotos dos ex-colegas, Dado aponta bem mais afetos que desafetos. Esses operários pró patronato eram conhecidos como “chaleiras”, e tinham o hábito de delatar colegas que não seguiam todas as normas e exigências da

empresa, sendo por isso muitas vezes evitados pelos outros trabalhadores. Dado chegou a relatar, em tom de confiança, pequenas contravenções realizadas enquanto era funcionário da CTRT. Entre elas, dormir em serviço e pegar licença médica para cantar seresta em vez de trabalhar. Mas nunca foi explícito sobre aqueles que Batistinha chama de agitadores, e nem sobre suas possíveis ações que teriam levado Rio Tinto à extinção.

O autor do livro ainda dedica um capítulo inteiro para falar de um outro dirigente sindical, que foi eleito prefeito da cidade em 1963, Antonio Fernandes de Andrade, conhecido como Bolinha. Segundo o autor, um “batráquio” que sempre “bateu o campeonato em preguiça e em embromação” (1971, p. 129). Assumindo-se comunista em 1956, quando eleito para a presidência do sindicato, em 1960, Bolinha trouxe para Rio Tinto, segundo Batistinha, “o sistema bolchevista”. No pleito de 1963, aliou-se às ligas camponesas e foi eleito prefeito da cidade, assumindo em janeiro de 1964. A partir daí, ele conta, “A situação bolchevista dominava, dominava, dominava... Até que pipocou o 1º de abril de 1964!” (p. 131). Segundo o autor, “os comunistas estavam fortes e organizados em Rio Tinto”, mas nesse dia, deu-se “a vitória da revolução democrática tendo à frente as forças armadas” (p.165). Ele descreve o acontecimento como um “Dia lindo! Bolinha [...] fuge largando tudo! O diabo que levasse Rio Tinto! O diabo que levasse o povo. Queria era salvar a pele de lobo devorador.” (p. 131)..

Nas memórias dos operários com quem falei durante a pesquisa, e que vivenciaram essa época na aurora de suas trajetórias como trabalhadores fabris, não ouvimos nada sobre a indomável, arrebatadora e massacrante onda bolchevista que dominava Rio Tinto poucos meses antes do golpe civil-militar de 1964, conforme relatado pelo autor do livro. Mas os dois sindicalistas, Bolinha e Batistinha, foram citados em determinadas conversas, assim como suas atuações à frente do sindicato e suas relações com o patronato.

Algumas das lembranças mais reveladoras foram evocadas por Gel. Essas recordações, além de pintarem um outro quadro da figura de Bolinha, sugerem uma relação pouco convencional (que, se não é incomum, ao menos em teoria deveria ser) entre a direção do sindicato e a direção da CTRT. Ao comentar sobre os líderes sindicais, Gel afirma que “só o Bolinha era a favor dos operários”. E que a companhia não gostava quando “o presidente dos operários é a favor do sindicato [...] Aquele presidente que era a favor do povo, a companhia não gostava. Só queria os que fossem do lado dela”. O operário faz questão de frisar que admirava a administração

de Bolinha e votou nele quando o dirigente sindical foi eleito prefeito de Rio Tinto. “Na época nós votamos todos no Bolinha, né, porque ele já tinha sido um trabalhador braçal, tinha trabalhado na oficina”. Gel lembra também do dia em que o sindicalista foi afastado da prefeitura por conta do golpe civil militar de 1964: “na revolução ele saiu no pau [...] quem pressionava a companhia eles botaram para fora”. Sobre Batistinha, Gel afirma que, como gerente sindical, “era para os dois lados. Era do operário, e da companhia.”

O último item que vamos destacar no livro de Batista (1979), para o exercício de aproximação entre as memórias coletiva e subterrânea, é uma foto (p. 45), que reproduzo abaixo.

Figura 118 - Coronel Frederico retratado no livro de Batista (1971)

A ESTATUA DO CAMPEÃO



Erguida em frente à Matriz de Rio Tinto, construída por seus amigos e empregados, tendo sido o autor da iniciativa o senhor **DURVAL CAMPOS DE GOES TELES**, no ano de 1947

Fonte: print feito pelo autor de Batista (1971)

Gostaríamos de chamar atenção, não para o título ou a legenda da foto, mas para o fato de o retrato publicado no livro em 1971 mostrar um monumento construído

em 1947, e que permanece intacto e imutável até os dias de hoje, como podemos observar na foto abaixo, feita em 2016.

Figura 119 - Estátua de Frederico Lundgren na praça central de Rio Tinto



Fonte: fotografias feitas pelo autor (27 e 28 abr. 2016)

Na praça central de Rio Tinto, perpetua-se em pedra e metal a figura de Frederico Lundgren, acompanhada da placa com os seguintes dizeres “AO FUNDADOR DE RIO TINTO Cel. FREDERICO JOÃO LUNDGREN HOMENAGEM DOS SEUS AMIGOS E EMPREGADOS”. Destacamos essa informação para evidenciar uma característica da memória coletiva que merece ser melhor explorada. Sua dimensão material e visual.

Halbwachs afirmava que “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (1990, p. 143). Para ele, o próprio feitiço urbano diz muito sobre a sociedade que o habita. A ocupação da cidade de Rio Tinto, que discrimina claramente os espaços a serem preenchidos por patrões ou operários, conforme pôde ser observado nos relatos, é só mais um exemplo da inscrição classista que parece comum nas cidades contemporâneas, segundo o autor.

[...] nas grandes cidades, os bairros se diferenciam segundo a predominância, mais ou menos acentuada, de tal tipo de profissão ou indústria, tal nível de pobreza ou riqueza. Assim se desenrolam, diante dos olhos do transeunte, todas as nuances das condições, e não raro na paisagem urbana, sobre a qual esta ou aquela classe social tenha deixado sua marca. (HALBWACHS, 1990, p. 142).

O peso dado à materialidade na preservação da memória é reforçado pelo autor quando aponta o espaço e seus desdobramentos como elemento essencial para o estudo da memória coletiva.

[...] Ora, o espaço é uma realidade que dura [...] é sobre o espaço, sobre o nosso espaço [...] que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças. (HALBWACHS, 1990, p. 143)

Aproximando o raciocínio de Halbwachs (1990) do objeto em questão, entendemos que a estátua de Frederico Lundgren na praça central da cidade é, mais do que uma homenagem, uma marca material e visual, deixada na paisagem urbana pela burguesia de Rio Tinto, que até hoje influi na construção da memória coletiva do município. Além da estátua e da ocupação diferenciada, podemos observar uma série de outras inscrições, de logradouros de ruas (como rua Frederico Lundgren) a nomes de prédios (como Escola Municipal de Ensino Fundamental Herman Lundgren) que enaltecem a memória da família. Logo me questiono: como essas homenagens influenciam na imagem que os operários e seus descendentes têm da família patronal? Ora, se pensarmos que esses tipos de manifestações geralmente são destinadas a pessoas ilustres, santos ou benfeitores de qualquer ordem, somos levados a concluir que a memória coletiva de Rio Tinto, em sua manifestação material, eleva essas figuras públicas ao mesmo patamar. Caso fossem considerados contraventores, vis ou maléficos, não seriam alvos de homenagem. Afinal, não é usual observarmos ruas ou estátuas com o nome de figuras ligadas pelo senso comum a características negativas, como por exemplo Charles Mason ou Judas Iscariotes.

Por outro lado, essa marca material da memória coletiva, se é duradoura porque gravada em metal e pedra, não impediu a constituição paralela e a sobrevivência de uma “memória subterrânea”, tal qual descrita por Pollak (1989), que interpreta essas mesmas marcas de maneira diferenciada, mas que é poucas vezes explicitada por seus portadores, transformando-se em um verdadeiro tabu.

De fato, em nossa pesquisa de campo, foi muitas vezes em ocasiões informais ou inesperadas – geralmente quando o equipamento de registro audiovisual não estava mais ligado – que essas memórias subterrâneas vinham à tona com mais vivacidade e menos desconforto. Foi nesses momentos que, entre outras declarações sinceras, diversos interlocutores mostraram descontentamento com a existência da estátua de Frederico na praça central da cidade. O que não é de se estranhar, já que parte dessas pessoas também relataram delitos graves praticados pelo dito coronel contra os trabalhadores, como maus-tratos, estupros e até assassinatos. O mais exaltado entre eles confidenciou que fantasiava adquirir um trator para derrubar a estátua sozinho no meio da noite.

Depois de ler o parágrafo acima, é quase inevitável se perguntar: por que essas memórias, intensas, graves e muitas vezes trágicas, parecem ser as mais difíceis de serem evocadas de maneira espontânea pelas pessoas que viveram tal realidade? Para arriscar uma resposta, cabe mais uma aproximação com o pensamento de Pollak (1989).

Nos seus escritos sobre a memória, o autor analisa não só aquilo que é dito, mas também o não dito, o silêncio. E o primeiro motivo apontado por ele para explicar o silêncio é, previsivelmente, a repressão em seus diferentes graus, a “angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, se expor a mal-entendidos” (POLLAK, 1989, p. 8). A assertiva se aplica à experiência em questão. Isso porque, fato perceptível até pela baixa no volume da voz em certas declarações, os críticos da CTRT e da família Lundgren, salvo raras exceções, parecem acreditar na possibilidade de sofrerem retaliações dos chamados “donos da cidade”. Temem violências como as já descritas em alguns relatos sobre o tempo em que a companhia exercia o auge da sua influência econômica e política na região.

Não são poucas as vezes que apareceram, em tom de apreensão, frases como “o que a companhia queria fazer, na época, fazia”, “aqui é a primeira cidade do mundo que é de um dono só” ou “Na cidade ninguém pode mudar nada, porque aqui tem dono”. O feitiço fabril que dura na cidade, mesmo em sua versão desativada, que se

mostra extremamente presente em razão da preservação do patrimônio imobiliário pela família Lundgren, é outro legado material que parece contribuir para manter vivo na memória dos trabalhadores um sentimento de opressão dos Lundgren sobre a cidade.

Outra possibilidade que Pollak (1989) elabora na tentativa de compreensão do silêncio, é o desconforto em reviver situações potencialmente traumáticas ou opressivas. Muitos que viveram esses tipos de experiências desenvolvem uma “propensão ao esquecimento dos antigos carrascos” e desejam “poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais” (p. 6). Como Dado me confessou um dia, numa conversa informal, “tem coisa que é melhor a gente esquecer”. Um dos fatos aparentemente traumáticos que Dado esqueceu, ou não teve vontade de me contar, foi um acidente de trabalho que sofreu na CTRT, fato que me foi revelado por um terceiro. Na ocasião, o operário perdeu uma falange do dedo anelar esquerdo. Ele nunca tocou no assunto comigo. Em respeito ao princípio da não diretividade, eu também não.

No último parágrafo deste segmento, cabe agora reforçar que – como já citado – esta longa exposição não objetivou caminhar numa análise comparativa das versões da memória do trabalho em Rio Tinto, apontando convergências e divergências entre fontes diversas. Nem teve a pretensão de descobrir a chamada verdade. Também não tenho interesse em engrandecer ou diminuir os personagens que aparecem nessas lembranças. Acredito que, para a realização desses propósitos, seria necessário um estudo bibliográfico muito mais aprofundado e outras diretrizes, que desembocariam provavelmente em outra dissertação.

O objetivo deste exercício foi, antes de mais nada, apontar que a hipótese da existência de uma memória subterrânea parece bastante apropriada para interpretar os relatos ouvidos durante a experiência etnográfica. Portanto, ao lado de uma memória coletiva do trabalho em Rio Tinto, existe também uma memória subterrânea, que sobrevive à revelia do discurso tradicional constituído e seus esforços de homogeneização. Acredito que essa persistência acontece porque, bem mais do que simples lembranças, essa manifestação específica da atividade mnêmica, é também um elemento de coesão, que constitui e possibilita a existência e o sentimento de pertença de um grupo local operário, cuja experiência é fonte dessas recordações. Assim, falar sobre a memória subterrânea do operariado em Rio Tinto, é falar de uma existência comum, e também de uma identidade comum.

5.6 E agora? Qual a conclusão?

Na parte final desta conclusão, gostaria de começar reproduzindo uma frase que se tornou clichê, quando entra em pauta a capacidade mnêmica dos habitantes do nosso país: “o brasileiro é um povo sem memória”.

Será? É pertinente pensar o que está em jogo quando tal afirmação é feita. Recorro novamente a Pollak (1992), que indica serem três os elementos constitutivos da memória coletiva e da subterrânea: “acontecimentos, personagens e lugares”, conhecidos e vivenciados pessoalmente, ou mesmo “por tabela” (p. 2).

Esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode se tratar da projeção de outros eventos [...] (POLLAK, 1992, p. 3).

Proponho agora o exercício de uma abstração, aplicando a afirmação do autor a uma ocasião hipotética. Se houvesse a possibilidade de perguntar a cada brasileiro, ou rio-tintense, quais acontecimentos, personagens e lugares povoam suas memórias, receberia resposta? Ou os interlocutores permaneceriam em silêncio? Acredito que, na maioria das vezes, lembranças seriam evocadas, abordando as três categorias propostas. Se assim fosse, e tenho a convicção que de assim seria, tornasse insustentável o bordão sobre a dita falta de memória da população local ou de qualquer outro lugar do planeta.

O leitor, neste momento, pode estar se perguntando a razão de dar tanta atenção a uma frase que muitos podem considerar abjeta, vaga, já que nem mesmo se apoia em dados científicos. O propósito é reparar que o referido bordão, se não é funcional para avaliar a capacidade mnêmica da população nacional, dá pistas para pensar por que certos assuntos realmente parecem ser ignorados pela memória coletiva, a ponto de popularizar a frase citada acima. Além das razões do silêncio voluntário e involuntário, já apontadas anteriormente, isso leva a aprofundar mais uma característica fundamental da memória, também citada por Pollak a seletividade: “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (1992, p. 4).

Ora, mesmo levando isso em conta, continua sendo absurdo afirmar que um povo não tem memória. Mas torna viável pensar que o brasileiro – o rio-tintense, ou qualquer outro povo – tem menos lembranças, recorda com menor frequência,

determinados “acontecimentos, personagens e lugares” do que outros. E quais as razões dessa seletividade?

Entrando novamente na esfera da suposição, é possível pensar, a título de exemplo, que ao perguntar sobre acontecimentos marcantes do nosso país, talvez a derrota para a Alemanha por sete a um na copa de 2014 apareça com mais frequência no discurso das pessoas do que o golpe parlamentar de 2016. Sobre personagens, é possível que Chico Anysio seja mais lembrado do que Chico Mendes. Ao perguntarem para mim, nativo de São Paulo, sobre um lugar que me recordo da cidade, provavelmente citarei a Av. Paulista antes da Av. Sapopemba.

Ainda que o exemplo acima não seja sustentando por evidências recolhidas em pesquisa científica, mas sim inferido através da experiência de vida deste que aqui escreve, consideramos este exercício válido para sustentar a seguinte afirmação: como todas as populações, ou coletivos de qualquer ordem, temos sim a capacidade de registrar e evocar lembranças. Porém, é fato que vivemos em um mundo sujeito à doutrinação ideológica sistemática, seja velada ou explícita, dos discursos oficiais, institucionalizados ou não. E no trabalho de enquadramento da memória, os valores e ideais que determinarão quais “acontecimentos, personagens e lugares” permanecerão para a posteridade e quais cairão no esquecimento, tendem a refletir os interesses das classes dominantes, obscurecendo, assim, lembranças e histórias de vida de grupos minoritários, oprimidos e explorados. Entre eles, os operários de Rio Tinto. Sustento essa afirmação por acreditar que esse fundamento está tanto em Pollak, quando acentua o “caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional” (1989, p. 4), quanto em Marx e Engels, quando afirmaram, há mais de 150 anos, que “As idéias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (2007, p. 47).

Tudo que foi dito até o momento tem o propósito de apresentar aquela que considero a mais importante conclusão elaborada com este trabalho de pesquisa. Mais importante do que vasculhar e registrar a memória dos operários locais; mais importante do que atestar a funcionalidade dos métodos da antropologia visual, da etnografia, da etnobiografia; mais importante até do que as amizades constituídas, que perdurarão mesmo com o fim da pesquisa, e contribuem até hoje para meu crescimento pessoal, foi entender a necessidade da criação de centros especializados

no estudo e preservação da memória coletiva, principalmente em suas manifestações audiovisuais.

Para Pollak (1989), é no filme que encontramos a mídia mais satisfatória para o registro em termos visuais, sonoros e, portanto, sensoriais – imagens, sons, texturas etc. – para a reconstituição de um quadro espacial através do qual cada lembrança pode ser evocada.

[...] Ainda que seja tecnicamente difícil ou impossível captar todas essas lembranças em objetos de memória confeccionados hoje, o filme é o melhor suporte para fazê-lo: donde seu papel crescente na formação e reorganização, e portanto no enquadramento da memória. Ele se dirige não apenas às capacidades cognitivas, mas capta as emoções [...] (POLLAK, 1989, p. 11).

Avaliando o peso que o audiovisual tem na sociedade contemporânea, o autor afirma ainda que “O filme-testemunho e documentário tornou-se um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva e, através da televisão, da memória nacional” (POLLAK, 1989, p. 11).

Nos trabalhos de Eckert e Rocha, o audiovisual também é um elemento central. As autoras afirmam que, “por meio dos recursos audiovisuais na captura das vivências dos habitantes das grandes metrópoles” (2009, p. 111), é possível avançar no desvendamento das lembranças dos cidadãos. Na busca de uma prática científica que melhor se aplicasse à investigação da memória coletiva no contexto urbano, Eckert e Rocha propõem a realização de uma etnografia da duração, “estudo das imagens expresso nas narrativas dos habitantes das grandes cidades sobre seus territórios de vida em que constroem sentido de identidade em seus deslocamentos e pertencças” (2010, p. 121). Afirmam as autoras, especialistas em antropologia visual e colaboradoras de um laboratório sobre a mesma temática na UFRGS (2009, p. 118):

[...] todo o esforço interpretativo das modernas metrópoles contemporâneas transparece no ato de se restaurar (através das imagens fotográficas, videográficas, literárias e sonoras) as memórias narradas de uma cidade, não apenas pela voz de seus habitantes, mas também pelos quadros sociais em que se depositam seus acervos, seus museus, seus álbuns etc. A proposta é a exploração dos “cenários da memória” dos habitantes da cidade como condição que integra as ações e gestos de preservação patrimonial de seus territórios, alertando-se para a importância do ato compreensivo da experiência mnésica e fabulatória dos grupos urbanos em itinerância para se pensar a construção de suas alteridades na vida coletiva nas grandes aglomerações do país [...]

As autoras, assim, também abordam como a construção da identidade, e da alteridade, se aliam à memória coletiva, principalmente nos contextos urbanos. E apontam a pesquisa antropológica audiovisual como caminho para a investigação e reconstrução dos cenários que constituem a memória desses grupos.

Com isso, cabe voltar a uma questão já destacada neste segmento: a importância da criação de centros voltados para o estudo e preservação da memória, principalmente em suas manifestações visuais e sonoras. Isso porque também acredito ser o audiovisual a ferramenta mais eficaz para a recordação e preservação dos lugares, personagens e acontecimentos que influíram na trajetória de um grupo. E, como já apontado, preservar a memória de um coletivo é também assegurar sua identidade. E, assegurar sua identidade, é reconhecer sua própria existência.

Trocando em miúdos, pesquisar e registrar as memórias subterrâneas dos antigos operários de Rio Tinto, é permitir que Dado, Batista, Moisés, Moacir, Gel, e tantos outros existam para além de figurantes na história da burguesia local. É permitir uma existência que vá além dos dados estatísticos sobre os trabalhadores produtivos. É conhecer e reconhecer a figura que esses operários têm de si mesmos. Suas interpretações dos tempos e lugares que habitaram. Contemplar suas vidas, da maneira expressa por eles em suas próprias vozes. É desejar colocar a memória e a sabedoria popular no mesmo patamar dos formadores de opinião e da história tradicional.

Ironia do destino, esses operários que lutaram a vida inteira pela sobrevivência, mesmo aposentados continuam lutando, mas agora pelo o direito de existir e durar no mundo, através da transmissão de suas memórias. À sombra da companhia e da família Lundgren, ainda que eclipsados, perduram, e sempre irão perdurar, como a base de uma pirâmide sem a qual nenhum faraó teria a possibilidade de chegar ao topo.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade**: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **The dialogic imagination**. Austin: University of Texas Press, 1981.

BANKS, Marcus. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BECKER, Howard S. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 12. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.162, de 1º de maio de 1940**. Institue o salário mínimo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 4 maio 1940. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2162-1-maio-1940-412194-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 399 de abril de 1938**. Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 7 maio 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. **Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 12 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº 185 de janeiro de 1936**. Institue as comissões de salário mínimo. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 21 jan. 1936. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-185-14-janeiro-1936-398024-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia**. Novos Estudos Cebrap. São Paulo, n. 21, p. 133-157, jul. 1988.

CANEVACCI, Massimo. **Antropologia do cinema: do mito à industrial cultural**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

COLLIER, John. **Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa**. São Paulo: EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

Companhia de Água e Esgotos da Paraíba. **Institucional**: apresentação. Paraíba: CAGEPA. Disponível em: <http://www.cagepa.pb.gov.br/institucional/apresentacao/>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CORREIA, Telma de Barros. A indústria e o hábitat operário no Brasil. In: PANET, Amélia et al. In: **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa: Unipê, 2002. Prefácio, p. 13-16.

_____. Moradia e trabalho: o desmonte da cidade empresarial. In: Encontro Nacional da ANPUR, 7, 1997, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 1997, p. 715-727.

CORREIA, Telma de Barros.; GUNN, Philip. O hábitat operário no nordeste industrial: os núcleos fabris de Paulista e Rio Tinto. In: PANET, Amélia et al. **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa: Unipê, 2002. Cap. 4, p. 137-161.

ECKERT, Cornelia. **Memória e trabalho**: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão (La Grand-Combe, França). Curitiba: Appris, 2012.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Cidade narrada, tempo vivido: estudos de etnografias da duração. In: **Revista Rua**. Campinas, v. 1, n. 16, p. 121-145, jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638850/6456>. Acesso em: 14 jun. 2017.

_____; _____. Documentários etnobiográficos em etnografias da duração – filmar narradores em seus tempos vividos e espaços praticados. In: **Revista Visagem**. Belém, vol.2, n.1, p.117-136, 2016. Disponível em: http://www.ppgcs.ufpa.br/revistavisagem/edicao_v2_n1/artigos/documentarios-etnobiograficos-em-etnografias-da-duracao/. Acesso em: 14 jun. 2017.

_____; _____. Memória e ritmos temporais: o pluralismo coerente da duração no interior das dinâmicas da cultura urbano-contemporânea. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 43, p. 105-124, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1548/997>. Acesso em: 14 jun. 2017.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o outro**: como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis: Vozes, 2013.

FALCÃO NETO, José Muniz. **Cinema no Vale do Mamanguape**: aproximações antropológicas. 2016. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto, 2016.

FRANCE Claudine de. Antropologia fílmica – uma gênese difícil, mas promissora. In: _____ (Org.). **Do filme etnográfico à antropologia fílmica**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000. Cap. 1, p. 17-42.

_____. **Cinema e antropologia**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

GÓES, Raul de. **Um sueco emigra para o nordeste**: vida, obra e descendência de Lundgren. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1964.

GONÇALVES, Marco Antônio. Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens". In: GONÇALVES, Marco Antônio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia Z. **Etnobiografia**: subjetivação e etnografia. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 19-42.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice e Revista dos Tribunais, 1990.

HEIDER, Karl G. **Ethnographic film**. Austin: University of Texas Press, 1976.

HONORATO; Rossana. Rio Tinto - a cidade, a história, a parcela da vida urbana brasileira. In: PANET, Amélia et al. **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa: Unipê, 2002. Apresentação, p. 7-12.

LISBOA, Caio Nobre. **Ofício e performance do músico no desfile cívico de sete de setembro em Rio Tinto**: aproximações antropológicas. 2016. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto, 2016.

LOPES, José Sérgio Leite. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da Universidade de Brasília; CNPq, 1988.

MACEDO, Maria Bernadete Ferreira de. **Inovações tecnológicas e vivência operária**. (O caso de Rio Tinto - 1950-1970). João Pessoa: IDEME, 1988. 248 p. (Monografias IDEME, 1).

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In: **Obras escolhidas de Marx e Engels**. Moscou: Ediciones em Lenguas Extranjeras, 1953. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000077.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

MELLO, José Octávio de A. Arqueologia industrial e cotidiano em Rio Tinto. In: PANET, Amélia et al. In: **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa: Unipê, 2002. Cap. 2, p. 65-122.

MEMÓRIAS Retomadas. Dirigido por João Martinho de Mendonça. Brasil: AVAEDOC-ARANDU e Tamara Rodrigues, 23 min, COR, DVD, 2015.

PANET, Amélia. História, Arquitetura e Configuração Espacial. In: PANET, Amélia et al. In: **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa: Unipê, 2002. Cap. 1, p. 17-63.

PEIRANO, Mariza. **A Favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/127972304/POLLACK-Michael-Memoria-e-identidade-social>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2017

PRELORAN, Jorge. **El cine etnobiográfico**. Buenos Aires: Catálogos, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1983.

ROUCH, Jean. The camera and man. In: HOCKINGS, Paul. **Principles of visual anthropology: world anthropology**. Paris: Mouton Publishers, 1975. p. 83-102.

TECIDO Memória. Dirigido por Leite Lopes, Celso Brandão e Rosilene Alvim. Brasil: Museu Nacional / UFRJ, 70 min, COR, DVD, 2009.

VALE, Eltern Campina. 'Da aldeia da preguiça à ativa colmeia operária': o processo de constituição da cidade-fábrica Rio Tinto – Parahyba do Norte (1917-1924). In: **Revista Crítica Histórica**. Alagoas, Ano III, n. 5, p. 60-80, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/128/DA%20ALDEIA%20DA%20PREGUI%C3%87A%20%C3%80%20ATIVA%20COLMEIA%20OPER%C3%81RIA.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

_____. Os usos da Justiça na busca por direitos: estratégias de reivindicação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). In: **Mundo do Trabalho**. [Florianópolis], v. 2, n. 3, p. 261-280, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2010v2n3p261/13426>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. **Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)**. 2008. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2854/1/2008_Dis_ECVale.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.